

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

**ADRIANA DE ANDRADE MESQUITA**

**“COM LICENÇA, EU VOU A LUTA!”:  
O DESAFIO DE INSERÇÃO DAS MULHERES DA PERIFERIA  
CARIOCA NO MERCADO DE TRABALHO**

**NITERÓI  
2005**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

**ADRIANA DE ANDRADE MESQUITA**

**“COM LICENÇA, EU VOU A LUTA!”:  
O DESAFIO DE INSERÇÃO DAS MULHERES DA PERIFERIA  
CARIOCA NO MERCADO DE TRABALHO**

**Dissertação apresentada, sob orientação da Professora Dra. Rita de Cássia Santos Freitas ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Política Social. Área de Concentração: Proteção Social e Serviço Social.**

**NITERÓI  
2005**

**ADRIANA DE ANDRADE MESQUITA**

**“COM LICENÇA, EU VOU A LUTA!”:  
O DESAFIO DE INSERÇÃO DAS MULHERES DA PERIFERIA  
CARIOCA NO MERCADO DE TRABALHO**

**Dissertação apresentada, sob orientação da Professora Dra. Rita de Cássia Santos Freitas ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre em Política Social. Área de Concentração: Proteção Social e Serviço Social.**

**Aprovada em agosto de 2005**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Dr<sup>a</sup>. Rita de Cássia Santos Freitas  
Universidade Federal Fluminense (UFF) – Orientadora**

---

**Dr<sup>a</sup>. Mônica de Castro Maia Senna  
Universidade Federal Fluminense (UFF)**

---

**Dr<sup>a</sup>. Carla Cristina Lima de Almeida  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)**

**NITERÓI  
2005**

## DEDICATÓRIA

Ao meu amado **pai** que vivenciou comigo todos os momentos e etapas deste mestrado, que com atenção e carinho me fazia companhia – durante as madrugadas, os dias e as noites –, sempre se preocupando comigo. Muito obrigado por tudo, tudo mesmo! Ter você como pai é um grande presente pra mim. Amo você!!!

À **Rita** e **Cenira**, duas amigas e mulheres incríveis, por todo conhecimento compartilhado e simplicidade, toda sinceridade e solicitude, toda confiança e credibilidade, todo carinho e força, porque não falar por todos os “passeios culturais” nos livros que me fizeram amadurecer, crescer e acreditar em novas possibilidades. Amo vocês!!!

A todas as “**mulheres**” entrevistadas que participaram do “Com Licença eu vou a luta!” e tornaram este trabalho possível.

## AGRADECIMENTOS

É em momentos como este que percebemos quantas pessoas estiveram envolvidas durante todo o tempo em que este curso foi realizado. Por isso, já inicio dizendo MUITO OBRIGADO à todos vocês pelo carinho e atenção, palavras de motivação e credibilidade durante todo esse tempo, especialmente quando parecia que a concretização deste “sonho” era longe de ser realizado.

À minha querida família: “papito”, minha mãe, Luciana, Júnior, Andréa, Alexandre, André e Mayssa (minha linda sobrinha) que foram presentes desde o momento de elaboração de meu projeto de pesquisa para este mestrado, minha aprovação, realização das disciplinas e elaboração de minha dissertação. Desculpem pelos muitos momentos ausentes, de esquecimento, de estresse (um dos momentos mais freqüentes), de seriedade, de tristeza... meu Deus como vocês me aturaram durante tanto tempo. O que seria de mim sem vocês!!! Amo muito vocês!!!

À Rita de Cássia Freitas, orientadora-mãezona, por tudo: convívio, diálogos construídos, sabedoria compartilhada, trocas de experiências, disponibilidade, estímulos contínuos, momentos alegres e difíceis, cuidados, cafés, lanchinhos (preparados pelo grande Léo – a quem também agradeço demais pela atenção e paciência nos momentos de “orientação domiciliar”, que não foram poucos), pelos abraços afetuosos e beijos carinhos nos momentos de cansaço e de tristeza, pelos muitos momentos que passamos juntas (de manhã, tarde, noite e porque não lembrar das madrugadas). Se você não tivesse sido presente, em especial nos momentos finais deste trabalho, teria sido muito difícil à conclusão deste curso. Por isso, muito obrigada por tudo, tudo mesmo.

Aos queridos co-orientadores, Cenira Duarte e Eduardo Nunes pelos constantes contatos, indicações de livros (nos quais possibilitaram muitos “passeios culturais”), idéias compartilhadas, observações mais do que construtivas, afetuosas interlocuções. À Mônica de Castro Senna e Maria das Dores Machado que deram maravilhosas contribuições em minha Banca de Dissertação, que foram riquíssimas para o formato final deste trabalho.

Aproveito para agradecer antecipadamente à Banca Examinadora que será composta, além de minha orientadora, pelas professoras Mônica de Castro Senna e Carla Cristina de Almeida. Aos mestres André Brandão, Deise Nunes, João Bosco, Lenaura Lobato, Serafim Paz, Suely Gomes, Ralph Mesquita, com os quais tive a oportunidade que conviver e ter um

aprendizado mais crítico da realidade. A Lúcia do departamento deste mestrado que sempre esteve presente e solicita.

Agradecimentos mais que especiais às “mulheres” de Acari que possibilitaram a realização deste trabalho e foram pacientes e disponíveis. Obrigada também pelas conversas, lanchinho, almoço. À Maria Elza que me acompanhou durante grande parte das entrevistas e foi extremamente atenciosa e carinhosa comigo.

Agradecimentos, igualmente enorme, às amigas Ana Paula (que fez toda a transcrição pra mim, bem como observações críticas em cima das sistematizações); Ana Lole que me ajudou com a formatação final do trabalho; Carolina e Inêz que prontamente fizeram a correção de português e deram ricas contribuições para este trabalho; Ana Lúcia, Priscila e Hermano que me deram apoios mais que balísticos e estiveram presentes em muitos momentos.

Aos amigos de perto Maria Carolina, Letícia, Débora, Luciene, Myrla, Meire, Jonas, Dilma, Marcelo, Deyse e João, Pastor Paulo Ferreira, Flávia Lucille e André, Dulce, Lene, Daniela, Cândido, Zé Barbosa. Aos amigos de longe (Friends from far way), Vladimir Rodrigues, Andrea Doremus, Delianne Koops, Kristen Mark, Chris John, Kristen Lucken, Mark Vigoroso, Judy Feldman, Wendy, Carol, Michelle Fawcett, Rosana Cerqueira, Carmem Aldinger, Cheryl Van. Muito obrigado à todos pela força, encorajamento, palavras de ânimo, orações, por ter acreditar em mim.

Aos meus companheiros de trabalho Sueli Catarina (que deu credibilidade ao meu trabalho e foi sensível em relação ao tempo que precisava me dedicar aos estudos), Inêz Vieira, Priscila Souza, Alexandre Lima, Hermano, Rafael, Márcio Andrade, Rosângela Amaral, Wisley Nascimento, João Batista, Tânia Silva, Dayane, César Calônio; Helenilda Fonseca, Tânia Barbosa, Karina Lins, Eduardo Loyo, Vando Costa, Adriana Carvalho; Eduardo Nunes, Carolina Prado, Raniere Pontes, Nilza Valéria, Claudia Costa, Cesar Calonio, Alcimar Trancoso, Nilza Valéria; Aristeu Duarte, Chyntia Franco, Enéas Melo, Sandra Leite; Osmar Prado, Dório Macedo, Christiane Machado, Márcia Nova, Josele; toda equipe técnica dos Projetos de Desenvolvimento de Área - PDAs com os quais trabalho da Região Sudeste. Obrigado por tudo!!!

E finalizo com um agradecimento mais que especial, à Deus pela contínua restauração de minhas forças e por ter sido o meu refúgio presente. Obrigado Senhor “*por tudo o que tens feito, por tudo o que vais fazer, por tuas promessas e tudo que és, eu quero te agradecer com todo o meu ser*”.

*“Não acredito que se possa saber o que é uma mulher antes de ela ter-se expressado em todas as artes e profissões abertas ao talento humano” – Virginia Woolf*

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	09
<b>ABSTRACT</b>	10
<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>1 CIDADANIA E GÊNERO: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA BRASILEIRA</b>	18
1.1 CIDADANIA: A FORMAÇÃO DE UM CONCEITO	18
1.2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA FEMININA NO BRASIL	34
1.2.1 República Velha (1822-1889): Cidadania no Masculino	35
1.2.2 Primeira República (1889-1930): a persistência do Masculino na Cidadania	41
1.2.3 Estado Novo (1930-1945): Cidadania para o Trabalhador Regulamentado	51
1.2.4 República Democrática Populista (1945-1964): Cidadania Popular	55
1.2.5 Ditadura Militar (1964-1985): Cidadania em Regresso	57
1.2.6 Regime Democrático (1988 em diante): Cidadania Plena para Todos?	62
<b>2 GÊNERO E TRABALHO: novas possibilidades para a construção da cidadania Feminina</b>	67
2.1 MOVIMENTO FEMINISTA: O PODER DE ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA POR CIDADANIA	67
2.2 GÊNERO NO TRABALHO	86
2.2.1 O Trabalho Feminino em Estudo	86
2.2.2 <i>O Mercado de Trabalho Brasileiro: oportunidades de trabalho para as mulheres</i>	98
2.2.3 Mulheres no Mercado de Trabalho	101
2.2.3.1 <i>Feminização da População Brasileira</i>	103
2.2.3.2 <i>Redução da Taxa de Fecundidade</i>	104
2.2.3.3 <i>Aumento da Escolaridade Feminina</i>	105
2.2.3.4 <i>Divórcio/Separação/Casamento</i>	107
2.2.3.5 <i>Tipos de Composição Familiar</i>	109
2.2.3.6 <i>Participação Feminina na PEA</i>	111
2.2.4 O perfil das trabalhadoras na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: século XXI - avanços para as mulheres ou persistência das desigualdades?	112
2.2.4.1 <i>Participação Feminina na PEA</i>	112
2.2.4.2 <i>Taxa de atividade feminina</i>	113
2.2.4.3 <i>Taxa de Desocupação Feminina</i>	115
2.2.4.4 <i>População Ocupada</i>	123
2.2.4.5 <i>Rendimento</i>	127
2.2.4.6 <i>Famílias chefiadas por mulheres</i>	

<b>3 “COM LICENÇA, EU VOU A LUTA!”:Avaliação do programa de geração de emprego e renda para as mulheres cariocas</b>	134
<b>3.1 A IMPORTÂNCIA DE AVALIAR</b>	136
3.1.1 Tipos de Avaliação	139
3.1.2 Mas afinal, o que significa avaliação?	141
3.1.3 O projeto “Com Licença, eu vou à luta!”	142
3.1.4 Por que Acari?	144
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	146
3.2.1 Primeiros Contatos	146
3.2.2 A metodologia da Avaliação	152
3.2.3 O contato com as beneficiárias	153
3.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	156
3.3.1 O perfil das mulheres entrevistadas	156
3.3.2 Dimensões de Análise	157
3.3.2.1 <i>Dimensões do Desenho do Projeto</i>	163
3.3.2.2 <i>Dimensão de Gênero</i>	167
3.3.2.3 <i>Dimensão de Empoderamento</i>	170
3.3.2.4 <i>Dimensão de Trabalho</i>	175
3.3.3 Observações finais	
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	178
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	186
<b>ANEXOS</b>	194

## RESUMO

Esta dissertação apresenta uma perspectiva teórico-metodológica de avaliação *post-fact* – numa abordagem quanti-qualitativa – de um projeto de geração de emprego e renda para mulheres acima de 40 anos da periferia carioca, em Acari. O principal objetivo é contribuir de forma crítica para o processo de aprendizagem e reflexão de políticas públicas que visem a igualdade de oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, bem como a equidade de gênero. As principais questões discutidas se organizam em três eixos: 1) a análise histórica do processo de construção da cidadania feminina brasileira; 2) a efervescência do movimento organizado de mulheres e sua inserção crescente e maciça no mercado de trabalho; 3) a avaliação, a partir da percepção das beneficiárias, do projeto “Com Licença, eu vou à luta!” que foi formulado e implementado pela Prefeitura do Rio de Janeiro; e, 4) ao final, a apresentação de considerações que contribuam na elaboração de políticas públicas de gênero na área do trabalho.

**Palavras Chaves:** Cidadania, Gênero, Mercado de Trabalho, Política Pública e Avaliação.

## **ABSTRACT**

This dissertation presents a post-fact evaluation from a theoretical-methodological perspective - in a quanti-qualitative approach - about a employment generation and income project for women over the age of 40 in Acarí, an outskirts neighborhood in Rio de Janeiro. The main objective is to contribute in a critical way to the learning process and reflection on public politics that aim at equality of opportunities for men and women in the labor market, and gender equity as well. The prime issues are organized into three points: 1) The historical analysis of the Brazilian female citizenship constitution; 2) the warmth of organized actions of women and their heavy and growing insert into the labor market; 3) an evaluation, according to the beneficiaries perception, of the project "Com licença, eu vou à luta" ("Excuse me, I will work hard") which was set up and implemented by the City Hall of Rio de Janeiro; and, 4) at the end, the presentation of reasons that provided gender public politics elaboration in the employment field.

**Key words:** Citizenship, Gender, labor market, Public Politics and Evaluation.

## INTRODUÇÃO

O ingresso no Mestrado em Política Social da Universidade Federal Fluminense se deu em março de 2003, havendo a conclusão das disciplinas (e término de todos os créditos) no final do primeiro período de 2004. Após o início da experiência acadêmica, neste curso, houve à necessidade de se (re)ver o objeto de pesquisa apresentado no processo seletivo. Tal projeto intitulava-se “Proteção Social e a inserção das Mulheres no mercado de Trabalho: uma análise das políticas sociais no Município do Rio de Janeiro”, e objetivava analisar as políticas públicas de proteção social e de trabalho voltadas para as mulheres, que estavam sendo implementadas, ou em tramitação, no Legislativo Municipal.

A partir de um processo inicial de pesquisa, verificou-se que a maioria dessas legislações é elaborada em nível nacional, não no municipal, o que poderia ser um obstáculo para a realização de futuras pesquisas de campo, para o acesso à informação de qualidade e para se entrevistarem pessoas que estivessem inseridas no processo. Outro fator importante, é que grande parte desta legislação encontra-se em tramitação. Desta forma, se refletiu no que poderia se ter como produto final do curso. Enfim, qual seria a riqueza desta dissertação?

Outros fatores que contribuíram para uma revisão do objeto de pesquisa, foi a participação no Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social – NPHPS e o contato com as diversas disciplinas. No Núcleo, foi possível ampliar a discussão teórica da temática de gênero. A participação em grupos de estudos, durante o curso, foi importante para a troca de informações e visões diferenciadas com outros alunos e professores.

Na disciplina “Cultura, Subjetividade e Identidades Contemporâneas”, ministrada pela professora Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia Freitas, participou-se do debate sobre cultura enquanto objeto de preocupação científica, espaço urbano e transformações da subjetividade e das construções identitárias na contemporaneidade brasileira. Em “Formulação e Avaliação de Políticas Públicas”, ministrada pela professora Dr<sup>a</sup> Lenaura Lobato, realizou-se um estudo sobre

política (o conceito), política pública, política social, bem como, dos processos de implementação, formulação e avaliação de programas e projetos sociais. A partir desta disciplina, surgiu o primeiro contato com a temática da avaliação de políticas sociais, e a importância que a mesma passou a ter no período pós 1990, especialmente no campo das políticas públicas.

Em “Espaços Públicos, Gestão e Controle das Políticas Públicas”, ministrada pelo professor Dr. Serafim Paz, participou-se das discussões sobre o processo de democratização do país, a descentralização do Estado Federal, criação dos poderes locais, movimentos sociais, participação política da sociedade civil na gestão pública, Conselhos Deliberativos e Consultivos. Em “Proteção Social no Brasil”, ministrada pela professora Dr<sup>a</sup> Suely Costa, foi possível aprofundar os estudos na historicidade do sistema de proteção social brasileiro, tomando por base as relações capitalistas em sociedades salariais e não salariais, as crises dos padrões protecionistas dos anos 80 do século XX, seus novos formatos e tendências. Por fim, a disciplina “Estado, Sociedade e Cidadania”, com o professor Dr. André Brandão, contribuiu na análise da literatura sobre o Estado brasileiro, a sociedade civil e a construção da cidadania no Brasil, com orientações no âmbito das políticas sociais.

Desta forma, com o desenvolver do curso e da participação acadêmica, um novo interesse de pesquisa surgiu com a possibilidade de avaliar uma política de geração de emprego e renda – desde que fosse voltado para mulher no mercado de trabalho, idéia já definida no projeto inicial de pesquisa –, dentro de um contexto de busca por maior eficácia, eficiência e efetividade das políticas e ações do Estado e de crise econômica, este objeto assim seria de grande relevância acadêmica. A partir de então, conhecer os diversos programas públicos de geração de emprego e renda implementados pelo Município do Rio de Janeiro foi um caminho a ser percorrido.

Através de diálogos com colegas do curso, houve conhecimento do projeto de geração de emprego e renda que estava sendo implementado pela Secretaria Municipal de Trabalho, o *“Com licença, eu vou à luta!”*, cujo objetivo é o de *“desenvolver um programa de resgate e inclusão de mulheres através da capacitação para o trabalho, possibilitando, deste modo, o aumento da renda familiar e valorização do papel da mulher na sociedade e na família”* para mulheres a partir de 40 anos de idade, vulnerabilizadas pela extrema pobreza, moradoras de comunidades carentes e sem experiência dentro do mercado formal de trabalho. Tratava-se, pois, de um projeto que tinha como objetivo a capacitação profissional de mulheres chefes de família que nunca trabalharam ou estão afastadas do mundo do trabalho há mais de 20 anos.

Um questionamento inicial: este projeto está de fato levando à inserção destas mulheres no mercado de trabalho? E, se está levando, que tipo de inserção está propiciando para estas?

Em um contexto de crise econômica, reestruturação produtiva e desemprego, passou-se a perceber a urgência de se buscar maior racionalidade das políticas e projetos sociais e iniciativas da esfera local de poder, enquanto instância primária do governo, de elaborar políticas públicas de geração de emprego e renda para a população. Deste modo, garantir a igualdade de oportunidades “reais” entre homens e mulheres no mercado de trabalho e promover a equidade de gênero torna-se importante no processo de construção da cidadania feminina.

Para conhecer melhor o projeto “Com Licença, eu vou a luta!” - CLEVL, foi realizada uma visita à Secretaria Municipal de Trabalho, que era responsável pela formulação e implantação do mesmo, com o intuito de conhecer melhor o projeto e as ações que estavam sendo desenvolvidas por ele. Foi então que houve o incentivo, por parte da coordenação do projeto, para que se conhecesse uma das turmas que estavam em andamento. Dentre estas, se optou por conhecer o trabalho desenvolvido na comunidade de Acari. Assim, se realizou uma visita a esta comunidade, e o interesse por avaliar esta turma cresceu.

Todavia, cabe destacar que como a proposta de avaliar este projeto ainda estava em formação, alguns meses se passaram até que fossem estabelecidos novos contatos. Quando foi decidido por avaliar o CLEVL, estes contatos foram re-estabelecidos para conhecer melhor o projeto. Foi neste momento que se descobriu que o mesmo havia passado para a Secretaria Municipal de Assistência Social e que poucos dados sistematizados existiam sobre a iniciativa.

Um duplo desafio se configurava: contatar uma turma que já tinha se encerrado havia cerca de dois anos e também ter que pesquisar em fontes diversas informações sobre o projeto, em especial em relação às beneficiárias. Mesmo tendo sido estimulada pela coordenação para acompanhar outras turmas do CLEVL que estavam em andamento, foi ressaltado o interesse particular por avaliar um grupo que já havia se encerrado. Ainda mais instigada por conhecer melhor o CLEVL, naquele momento foi decidido correr o risco de se avaliar uma turma, na qual as informações eram precárias, quase inexistentes.

Desta forma, foram elaborados roteiros de entrevista semi-estruturada para realizar com a coordenação do projeto a fim de se conhecer melhor a história do projeto. Nestes contatos, uma gama de informações revelou quão curiosos foram surgimento e a forma pela qual se concebeu o projeto, pois, segundo uma das pessoas entrevistadas, a proposta do projeto

surgira da cabeça de um homem que andando pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro pensou no que poderia ser feito para mulheres acima de 40 anos de comunidades carentes. A “sensibilidade” do, então, Secretário Municipal do Trabalho – o homem em questão – ensejou a elaboração de um projeto que aborda questões as quais eram alvo de discussões antigas no cenário da luta e da reivindicação do movimento organizado de mulheres, simplesmente por causa de sua “percepção”. Assim, o CLEVL não surgiu de um diagnóstico inicial, mas sim de uma hipótese que é passível de ser questionada.

Foi dentro deste contexto de “idas e vindas”, de constante reflexão que o projeto inicial deste mestrado foi reformulado, objetivando-se agora contribuir de forma crítica para o processo de aprendizagem e reflexão de políticas públicas que visem a igualdade de oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, bem como a equidade de gênero, através de uma perspectiva teórico-metodológica de avaliação *post-fact*. O sujeito da pesquisa são as mulheres beneficiadas. Mulheres estas as quais se reportará o estudo ao longo de seu desenvolvimento. Cabe ressaltar que se entende a existência de uma diferença conceitual entre os estudos de gênero e os de mulheres, o que se tornará claro no decorrer deste trabalho. Contudo, este trabalho se insere de forma incisiva na área de estudos das mulheres, ainda que não se perca a dimensão do gênero. Como se trabalhará com as falas destas, no intuito de lhes preservar a identidade, foram adotados pseudônimos para elas.

Desta forma, para realização da avaliação do “Com licença, eu vou à luta!” houve uma discussão teórica acerca de processos que se consideram fundamentais para o embasamento deste trabalho. No primeiro capítulo, foram apresentados os avanços e conquistas que foram obtidos no processo de construção da cidadania nas sociedades ocidentais, entretanto, a partir da análise histórica, fica claro que esta construção se deu em contextos e tempos diferenciados e que as mulheres, mesmo tendo sido beneficiadas, não o foram do mesmo modo que os homens. Pela análise realizada se verificou que isto é resultado da particularidade da história das mulheres que foi construída na diferenciação de gênero. Deste modo, o estudo deste capítulo se preocupou na origem e significado do conceito de cidadania e no processo de formação da cidadania feminina no Brasil.

O capítulo seguinte procurou mostrar que o processo de construção da cidadania feminina não se deu de forma automática. Ao contrário, foi necessário um longo caminho para que a cidadania se tornasse uma possibilidade para as mulheres. Assim, neste momento se buscou apresentar os dois processos que são considerados como fundamentais para a construção da cidadania feminina brasileira: a participação das brasileiras no movimento feminista e sua entrada no mercado de trabalho – sendo apresentada uma análise das

trabalhadoras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os dados do IBGE demonstram a necessidade de políticas públicas que garantam uma inserção igualitária de homens e mulheres no processo produtivo.

Por fim, é apresentada a avaliação *post-fact* do projeto “Com Licença, eu vou à luta!”, numa abordagem quanti-qualitativa baseada nos impactos e resultados dos objetivos do projeto, a partir das falas e impressões das beneficiárias. Para alcançar tal fim, a análise das entrevistas será dividida em dois momentos: na apresentação do perfil sócio-econômico das mulheres e nas dimensões de análise.

Foram entrevistadas dez mulheres da Comunidade de Acari por terem tomado parte na primeira turma do projeto. Esta experiência ocorreu em 2003 e, conseqüentemente, foi escolhida por permitir um olhar sobre uma experiência concluída. Isso nos permitirá analisar o impacto do programa a partir das falas, olhares e sentimentos dessas mulheres. Falta uma análise da situação antes do programa, o que seria interessante para a análise. Mas essa ausência não impede e nem nega o valor desse estudo.

A avaliação desta primeira turma difere dos modelos tradicionais de avaliação que se baseiam nos impactos e resultados dos objetivos dos projetos, pois será uma avaliação que se preocupará com as falas e as impressões das beneficiárias. No entanto, existe hoje uma tendência por se buscar avaliações mais abrangentes para o campo social que consigam apreender a realidade social, seus processos, resultados e impactos, ou seja, uma avaliação para além dos resultados, mas também que consiga qualificar os processos.

No contexto deste trabalho, avaliar consiste no ato ou efeito de dar valor aos resultados de um projeto social, através de investigação intencional, tendo em vista identificar a partir das falas das mulheres os resultados alcançados, estabelecendo um processo de aprendizagem e refletindo acerca de futuras tomadas de decisões.

Para avaliar o projeto, a partir da visão das beneficiárias, foram selecionadas quatro dimensões para análise, que são a dimensão do desenho do projeto, a dimensão de gênero, dimensão empoderamento e dimensão de trabalho. Cada uma dessas dimensões contém variáveis que serão observadas na população-alvo do projeto. Perpassando essas dimensões existe a preocupação com a construção da cidadania feminina.

Assim, persegue-se a resposta as seguintes questões: pode-se afirmar que as políticas e projetos sociais têm contribuído para uma ampliação da igualdade de oportunidade entre homens e mulheres? O Estado tem conseguido assegurar que a cidadania feminina seja garantida?

Por fim, nas considerações finais, estabelecemos algumas reflexões e fazemos algumas propostas, tomando como base as análises aqui efetuadas. Entende-se que elaborar uma política pública de geração de emprego e renda para mulheres, deve levar em consideração um conjunto de ações que promovam uma real igualdade de oportunidade de trabalho, bem como a equidade entre os gêneros. Pensar em políticas que sejam para mulheres sem se pensar nas especificidades de gênero não produzirão, efetivamente, mudanças na construção da cidadania feminina e sim a persistência de desigualdades que existem há séculos. Efetivamente, os homens não podem estar apartados dessa discussão. E é fundamental que se invista na geração de renda, mas também na construção de uma subjetividade diferenciada, fortalecida – só assim se poderá saber o que é (e pode) uma mulher, ou seja, quando esta tiver a chance de se expressar “em todas as artes e profissões abertas ao talento humano”.

# **CAPÍTULO I**

## **CIDADANIA E GÊNERO: *O Processo de Construção da Cidadania Feminina***

# CIDADANIA E GÊNERO: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA BRASILEIRA

## 1.1 CIDADANIA: A FORMAÇÃO DE UM CONCEITO

“A construção da cidadania das mulheres e da igualdade de gênero é um processo árduo e complexo. A noção de cidadania alude não apenas à conquista de direitos, mas, sobretudo, a manutenção e ao aprofundamento de direitos conquistados e acumulados historicamente. Com isso se quer destacar que a conquista de direitos não é definitiva, para todo o sempre, mas exige acompanhamento, cuidados e proteção” - Almira Rodrigues

O processo de construção da cidadania, nas sociedades ocidentais, proporcionou significativos avanços e conquistas para seres humanos. Entretanto, é perceptível que as mulheres, mesmo tendo sido beneficiadas, não foram favorecidas do mesmo modo que os homens, sendo isto resultado de suas particularidades da história, que foi construída na diferenciação baseada no gênero. Pela importância que este tema tem neste trabalho, em especial para a análise de políticas públicas de geração de emprego e renda, apresentar-se-á uma análise acerca do processo de construção da cidadania feminina no Brasil.

A origem e o significado do conceito de cidadania não é fruto da sociedade moderna, e sim muito anterior a isso. Seu surgimento remonta aos tempos antigos da humanidade em contextos historicamente determinados. Por isso, a análise deste conceito deve levar em consideração as suas dimensões histórica e conceitual.

Conforme Bobbio, um dos pensadores que mais se dedicou ao estudo dos direitos dos homens, estes são portadores de direitos que são *“históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez por todas”* (1992, p.5).

Para Valente, “*la perspectiva histórica permite analizar cómo se ha formado la ciudadanía y cómo surgen los/las individuos o personas con derechos, en qué condiciones económicas, sociales y políticas y con qué estrategias de formación ciudadana*” (2000, p.174).

Assim, a perspectiva histórica permite refletir sobre a constituição e evolução do processo de formação da cidadania feminina – que não se deu de forma linear e contínua, mas em diferentes dimensões – em detrimento da masculina nas diversas sociedades, bem como as ideologias que serviam de perpetuação dessa diferença.

Quanto ao significado do conceito, Bobbio (1992) coloca que passou a se falar em direitos dos homens, quando os mesmos deixaram de ser vistos enquanto sujeitos abstratos para se tornarem sujeitos concretos, por sua vez, portadores de direitos. Isto se deu a partir do processo de diferenciação ou especificação das necessidades e interesses dos indivíduos, onde o reconhecimento destes e sua proteção se constituíram condição fundamental para o convívio coletivo. Desta forma, estes direitos derivariam

“da radical inversão de perspectiva, característica da formação do Estado moderno, na representação da relação política, ou seja, na relação Estado/cidadão ou soberano/súditos: relação que é encarada, cada vez mais, do ponto de vista dos direitos dos cidadãos não mais súditos, e não do ponto de vista dos direitos do soberano, em correspondência com a visão individualista da sociedade...” (BOBBIO, 1992, p.4).

No entanto, apesar da estreita relação da ideologia individualista com a modernidade, aquela deve ser abordada como uma experiência histórica, cujo aparecimento se deu na Antigüidade. Pois, nas sociedades antigas já era comum a idéia de relações de igualdade, que se davam no coletivo, numa comunidade política – nas cidades-estados – composta por sujeitos portadores de direitos. Assim sendo, a problemática da cidadania certamente surgiu na época Clássica e prosseguiu por séculos à frente.

Com isso, pensar em cidadania nos Estados-nacionais contemporâneos sem antes refletir sobre sua origem e significado perderia um pouco da riqueza dos caminhos percorridos em prol da conquista dos diversos direitos cidadãos – civis, políticos, sociais entre outros.

A cidadania nos Estados-nacionais contemporâneos é um fenômeno único na história por apresentar um desenvolvimento distinto do que aconteceu na Antigüidade. Segundo Guarinello, o antigo e a contemporâneo são “*mundos diferentes, com sociedades distintas, nas*

*quais pertencimento, participação e direitos têm sentidos diversos"* (2003, p.29). Mas, quão diversa seria essa cidadania?

No mundo antigo, em muitas regiões, os Estados eram organizados em cidades-estados<sup>1</sup>, e não como Estados-nação. Essas eram muito diferentes entre si em suas dimensões territoriais, culturais, hábitos cotidianos, costumes, estruturas sociais e histórias e surgiram num contexto de grandes mudanças econômicas e sociais no território mediterrâneo.

Sinalizar essas diferenças se faz necessário já que os primeiros pensadores que procuraram definir o conceito de cidadania, buscaram nas realidades do mundo antigo, em especial no greco-romano, a base para definição deste conceito, assim como de democracia, participação popular, liberdade do indivíduo e soberania do povo.

Nessas sociedades, a vida em comunidade tinha um significado importante, pois era cidadão quem pertencia a uma determinada comunidade. O sentimento de pertencimento era fundamental, como acontecia na Grécia. Segundo Guarinello:

“Pertencer à comunidade da cidade-estado não era, portanto, algo de pouca monta, mas um privilégio guardado com zelo, cuidadosamente vigiado por meio de registros escritos conferidos com rigor. Como já ressaltava o filósofo grego Aristóteles, fora da cidade-estado não havia indivíduos plenos e livres, com direitos e garantias sobre sua pessoa e seus bens. Pertencer à comunidade era participar de todo um ciclo próprio da vida cotidiana, com seus ritos, costumes, regras, festividades, crenças e relações pessoais” (2003, p.35).

Todavia, essas comunidades cidadãs se formavam de modos bem distintos, não existindo um princípio universal do que seria a cidadania. De acordo com alguns estudos percebe-se que esta sociedade era regida por uma forte presença do poder masculino e que as mulheres viviam sob uma descendência patriarcal, onde os homens passavam a ter uma autoridade na família e visibilidade nos espaços públicos. A vida em família não era de reconhecimento do Estado, cabendo ao homem, enquanto chefe, administrá-la. Segundo Bodstein:

---

<sup>1</sup> “O termo 'cidade-estado' não se refere ao que hoje entendemos por 'cidade', mas um território agrícola composto por uma ou mais planícies de variada extensão, ocupado e explorado por populações essencialmente camponesas, que assim permaneceram mesmo nos períodos de mais intensa urbanização no mundo antigo. Alguns elementos deram a essas comunidades camponesas um caráter único dentre as sociedades agrárias da História. Um fator primordial foi o desenvolvimento da propriedade privada da terra” (GUARINELLO, 2003, p.32).

“A esfera pública na Antiguidade grega representava o espaço da igualdade e da liberdade, pressupondo sempre o afastamento, ou até mesmo a libertação, das atividades relacionadas à necessidade, à reprodução, à sobrevivência e ao trabalho” (1997, p.3).

Participar da esfera pública significava uma conquista, uma realização, ser reconhecido publicamente. Era o espaço para a realização da cidadania “*que se constituía em oposição ao domínio privado e a toda associação natural e familiar, ou seja, a tudo aquilo relacionado ao trabalho físico, desgastante e brutal próprio do ‘homo laborans’ e não do cidadão*” (BODSTEIN, 1997, p.4).

Logo, a esfera pública trazia consigo a idéia de cidadãos livres e iguais, no centro da vida política e que participavam da *polis*, ou cidade. Nela o ser político deveria decidir através das palavras e persuasão, não mais através da força ou violência. “*A esfera da ‘polis’, ao contrário, era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na ‘polis’*” (ARENDT, 2003, p.40).

A esfera doméstica era o local da família, do privado<sup>2</sup>, onde se concentrava a desigualdade, porque nela não se legislava, não se tomavam decisões. Tanto que, os que estavam localizados nesta esfera, por não terem visibilidade pública, não eram reconhecidos socialmente e considerados como iguais. Sendo assim, as mulheres eram privadas de direitos, logo não eram consideradas cidadãs. Segundo Arendt:

“Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando do outro e também não comandar. Não significava domínio, como também não significava submissão. Assim, dentro da esfera da família, a liberdade não existia, pois o chefe da família, seu dominante, só era considerado livre na medida em que tinha a faculdade de deixar o lar e ingressar na esfera política, onde todos eram iguais” (2003, p.41/42).

Assim, desde o surgimento da antiga cidade-estado na Grécia, a comunidade cidadã não era igualitária ou hegemônica entre si; algumas diferenciações se faziam presentes: as mulheres, os jovens, os velhos e os pobres não eram considerados cidadãos plenos. A separação em esfera privada e pública diferenciava os cidadãos na Grécia. Conforme Guarinello:

---

<sup>2</sup> Neste momento a palavra privado não tinha o significado que se usa nos dias atuais, de privacidade, e sim de privação, de não poder tomar decisões e participar.

“embora a posição das mulheres variasse em cada cidade, em cada âmbito cultural, é fato que elas permaneceram à margem da vida pública, sem direitos à participação política, restringidas em seus direitos individuais, tuteladas e dominadas por homens que consideravam o lar, o espaço doméstico, como o único apropriado ao gênero feminino. As mulheres eram, certamente, membros da comunidade – mas membros, por assim dizer, menores” (2003, p.37).

Já em Roma, a partir da incorporação do império monárquico de grande extensão territorial, um novo sentido passou a ser dado à cidadania, que não tinha mais relação com a idéia de pertencer a uma pequena comunidade.

A cidadania romana esteve diretamente relacionada com a sua formação, que se deu sob o domínio etrusco<sup>3</sup>, os quais estabeleceram as instituições e as formas de governo romanas por longo tempo. Assim, eles trouxeram consigo a idéia de sociedade formada pela nobreza, que compunha o conselho de anciãos, e o restante da população, que estava em posição de subalternidade e sem direitos a cidadania. Mais adiante, esses dois grupos sociais ficaram conhecidos por patrícios<sup>4</sup> e plebeus<sup>5</sup>. Segundo Funari:

“Entre os romanos, os patrícios agrupavam-se em grandes famílias, conhecidas como ‘gentes’, unidas pela convicção de descender de antepassados comuns. Os patrícios formavam uma oligarquia de proprietários rurais e mantinham o monopólio dos cargos públicos e mesmo dos religiosos. Eram, assim, os únicos cidadãos de pleno direito... O restante da população romana era formada por subalternos excluídos da cidadania. Pouco a pouco, foram adquirindo um nome próprio, ‘povo’ (populus)” (2003, p.50).

Com o passar do tempo, a população e a cidade de Roma cresceram, surgindo com isso uma nova constituição, que destruía a ordem social fundamentada nos vínculos de sangue. Segundo Engels, “*uma nova constituição a substituiu, uma autêntica constituição de Estado, baseada na divisão territorial e nas diferenças de riquezas*” (2003, p.145).

A partir desta nova constituição, passaram a existir em Roma os cidadãos, indivíduos do “*populus*”, os que possuíam direitos plenos, bem como os não cidadãos, “*plebe*”, os que estavam excluídos do direito de cidadania. Conforme Funari (2003), grande parte da história de Roma ficou marcada pela luta dos direitos sociais e da cidadania entre aqueles que tinham

---

<sup>3</sup> Povo oriundo do norte da Península Itálica.

<sup>4</sup> Os patrícios eram considerados de detentores da “nobreza de sangue”.

direitos civis plenos e os demais grupos. Para os romanos, cidadania estava ligada a noção de cidadão, “*civitas*”, que em latim significa “cidadania”, “cidade” e “Estado”.

Séculos à frente, no período conhecido como “Era das Luzes” (XVIII), a noção de cidadania foi retomada pelos pensadores do Iluminismo. O contexto sócio, político e econômico era bem diferente dos períodos citados anteriormente e alguns processos contribuíram para mudança de cenários, como as Revoluções Inglesa (XVII), Americana (XVIII) e Francesa (XVIII).

Com a entrada na Idade Moderna, grandes transformações impactaram as sociedades ocidentais, como a transição do feudalismo para o capitalismo, na Europa centro-ocidental, que impôs de forma progressiva uma nova visão de mundo. Segundo Mondaini, “*os processos de secularização, racionalização e individualização foram jogando por terra o tradicionalismo embutido na milenar percepção teológica das coisas, alimentada pela Igreja Católica Romana*” (2003, p.115).

A crítica dos religiosos, expressa na Reforma, associada à crítica dos cientistas, no período do Renascimento trouxeram profícuos questionamentos acerca da compreensão que se tinha da História. Os seres humanos perceberam a possibilidade de serem os principais responsáveis pelo seu destino, bem como a ter capacidade de conhecê-lo e explicá-lo, através do saber científico. Para Mondaini:

“Os limites impostos pela natureza (e devidamente justificados pela ética religiosa medieval) foram cada vez menos vistos como algo intransponível aos seres humanos. Contra um mundo de ‘verdades reveladas’, assentando no trinômio particularismo/organicismo/heteronomia, construir-se um outro pautado no trinômio universalidade/individualidade/autonomia, no qual a descoberta das verdades depende do esforço criativo do homem” (2003, p.115).

Essa transformação na forma de pensar o mundo proporcionou o desenvolvimento de uma consciência histórica da desigualdade. A ideologia da diferenciação natural entre os homens já não era suficiente para explicar a desigualdade natural entre eles, ao contrário, passou a ser veementemente rebatida. A aceitação passiva do sofrimento, que levaria à purificação dos trabalhadores pobres e ao caminho seguro dos céus, vista como natural ou instituída pela vontade divina, já não podia ser mais aceita. Segundo Mondaini: “*Essa historização da desigualdade servirá de pano de fundo para uma das mais importantes*

---

<sup>5</sup> Plebeus trazia a idéia de povo, massa, multidão. Era um termo usado para englobar todos os cidadãos romanos

*transformações levadas a cabo na trajetória da humanidade: a do cidadão/súdito para o cidadão/cidadão” (2003, p.116).*

Ser cidadão no sentido de habitar uma cidade, já não bastava aos homens da Era Moderna, os quais não se viam apenas enquanto possuidores de deveres, mas também de direitos. Então, entra-se na chamada “Era dos Direitos”, ou melhor “Estado de Direito”<sup>6</sup>. De acordo com Bobbio:

“É com o nascimento do Estado de direito que ocorre a passagem final do ponto de vista do príncipe para o ponto de vista dos cidadãos. No Estado despótico, os indivíduos singulares só têm deveres e não direitos. No Estado absoluto, os indivíduos possuem, em relação ao soberano, direitos privados. No Estado de direito, o indivíduo tem, em face do Estado, não só direitos privados, mas também direitos públicos. O Estado de direito é o Estado dos cidadãos” (2003, p.61).

O ponto de partida para o desenvolvimento da cidadania foi a revolução burguesa na Inglaterra, que durou de 1640 a 1688, que deu origem ao primeiro país capitalista do mundo. Com o início do processo de acumulação primitiva e a criação do capitalismo, surgiu um novo regime econômico baseado na valorização do trabalho<sup>7</sup>.

A Revolução Inglesa (1640), trouxe como ganho a superação das tradicionais formas de legitimação do absolutismo monárquico. As teorias baseadas na idéia do “Direito Divino dos Reis”, apresentadas pelos pensadores franceses Jean Bodin e Jaques Bosset, perderam a sua força, fazendo com que o estado absoluto tivesse uma postura crítica frente à Igreja e suas concepções. Com isso, as idéias liberais encontraram um campo fértil para sua proliferação.

A cidadania inglesa teve sua base nos princípios liberais, onde as liberdades individuais – de pensamento e expressão, de ir e vir, tolerância religiosa, direito à privacidade, etc. – entram no conjunto de direitos civilizatórios em grande parte do mundo. Entretanto, as “liberdades” estiveram por muito tempo associadas ao critério excludente de ser “proprietário”. Sendo assim, a cidadania liberal foi excludente, e diferenciava “cidadãos ativos” de “cidadãos passivos”, “cidadãos com posses” de “cidadãos sem posse”. Para Mondaini:

---

sem os mesmos direitos dos oligarcas.

<sup>6</sup> Bobbio (1992) usa essa expressão para designar aos Estados onde funciona regularmente um sistema de garantias dos direitos do homem.

<sup>7</sup> A definição de trabalho como é conhecida nos dias atuais, é uma invenção moderna surgida com o advento da industrialização. “A característica essencial dessa forma moderna de trabalho é o fato de ele ser uma atividade que se exerce na esfera pública, em que é definido e reconhecido por outros como uma atividade útil, fazendo jus a um pagamento na forma de salário” (SILVA, 1995, p.6).

“A cidadania liberal, no entanto, foi um primeiro – e grande – passo para romper com a figura do súdito que tinha apenas e tão somente deveres a prestar. Porém, seus fundamentos universais (‘todos são iguais perante a lei’) traziam em si a necessidade histórica de um complemento fundamental: a inclusão dos despossuídos e o tratamento dos ‘iguais com igualdade’ e dos ‘desiguais com desigualdade’. Para tal fim, por uma ‘liberdade positiva’, é que virá à tona nos séculos vindouros a luta por igualdade política e social, tarefa árdua a ser conquistada não mais pelos liberais, mas regularmente contra eles, pelas forças democráticas e socialistas. Uma luta contínua que não cessa até o tempo presente” (2003, p.131).

Outra revolução que teve sua contribuição no processo de formação da cidadania, foi a Revolução Americana (1776), na qual também novas idéias surgiram. Contudo, não se pode pensar no conceito de cidadania americana, sem levar em conta a Independência do país, pois cidadania e liberdade se tornaram inseparáveis e construídas de forma clara a partir da experiência colonial e da guerra de Independência.

Foram criados alguns documentos que contribuíram para a formação da nova nação, como: a “Declaração da Independência” de 1776, que afirmava que *“todos os homens foram criados iguais e dotados pelo Criador de direitos inalienáveis, como vida, liberdade, busca da felicidade”*; a “Constituição” elaborada em 1787, que trabalha com termos coletivos, não apresentando limitação escrita e jurídica; e a criação das “10 Emendas Constitucionais”, em 1791, que foi tão importante quanto a própria Constituição, na qual foram estabelecidos os direitos de *“liberdade de expressão, o direito do cidadão comum portar armas, a necessidade de julgamento aberto e com júri, proibição de penas cruéis e outras liberdades”* (KARNAL, p.2003).

Todos esses documentos eram baseados nas condições específicas do discurso religioso, da colonização do país, da influência de outros pensadores e da luta contra a Inglaterra. A noção de “igualdade entre os homens começa a ser sinalizada”. Pode-se afirmar, que neste momento a noção de cidadania começa a ter um sentido mais próximo do que é usado nos dias atuais.

Apesar da Declaração, da Constituição e dessas emendas possibilitarem aos Estados Unidos princípios democráticos na época de sua independência, a construção dos conceitos de cidadania e liberdade foi bastante limitada, pois, mesmo com os ideais de liberdade e igualdade, ele continuava sendo um país escravocrata e que restringia o direito de participação política de mulheres e brancos pobres. Assim, como poderia existir uma democracia de fato se parte significativa da população estava excluída de direitos?

Tratava-se de uma cidadania baseada nos princípios liberais, como foi o caso inglês, criada em meio a um processo de exclusão. Falar em cidadão era excluir uma maioria de possuir direitos e garantir privilégios de uma minoria. Mesmo tendo ocorrido grandes avanços na cidadania americana neste período, o debate sobre os direitos de participação feminina só seria ampliado mais adiante, no século XX, quando, após a Primeira Guerra Mundial, as mulheres obtiveram direito ao voto por emenda constitucional.

A Revolução Francesa (1789) deixou marcas históricas importantes por causa das idéias de liberdade, igualdade e fraternidade que foram tão difundidas ao redor do mundo, do mesmo modo que forneceu o vocabulário nas lutas revolucionárias e os temas da política liberal e radical-democrática. Esta revolução apontou para a natureza de um novo cidadão, que até então era oprimido e privado de direito. Segundo Hobsbawm, isso foi um diferencial com relação à revolução anterior porque, “*A Revolução americana foi um acontecimento crucial na história americana, mas (exceto nos países diretamente envolvidos nela ou por ela) deixou poucos traços relevantes em outras partes. A Revolução Francesa é um marco em todos os países*” (1977, p.72/73).

Um fato que merece destaque, foi a participação ativa das mulheres nos momentos iniciais da revolução; segundo Pinsky e Pedro,

“Suas reivindicações tinham servido de estopim para diversos levantes e manifestações que tomaram as ruas de maneira mais ou menos espontânea, assinalando aos berros as dificuldades de abastecimento, a falta de controle dos governos e a chegada da Revolução. Havia estado na Queda da Bastilha e na Marcha até Versalhes, que forçou a volta da família real a Paris. No decorrer da Revolução, numerosas francesas questionaram o Estado e a economia, exigiram direitos e organizaram grupos e instituições para representar seus interesses. Reivindicaram o fim da guildas, demandaram pão, requisitaram os direitos de freqüentar estabelecimentos de ensino, obter emprego e portar armas, exigido do governo o controle de preços e iniciado movimentos de taxaço popular” (2003, p. 268/269).

Isso foi um diferencial em relação ao caso das americanas no período de revolução, pois,

“As mulheres da América inglesa não haviam participado muito da vida pública. Nas lutas contra os desmandos da metrópole e na Guerra da Independência, colaboraram mantendo sozinhas seus familiares e propriedades e empenhando-se em atos cívicos. Nesse processo, muitas mulheres acreditaram estar trabalhando para o bem comum e a favor da liberdade” (PINSKY e PEDRO, 2003, p.268).

No entanto, apesar das americanas não estarem diretamente envolvidas na luta revolucionária pela Independência, elas tiveram lugar de destaque na luta pela condição feminina, por melhores condições de vida e trabalho e pelo sufrágio, procurando nas esferas públicas espaços e possibilidades de mudança de sua condição.

Mais adiante, o movimento revolucionário francês desapontou as mulheres, que tanto se empenharam politicamente, ao propor ganhos limitados (controle de preços, algumas mudanças legais, maioria civil e pequenas melhorias na educação) e proibir sua atuação política em 1793.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi aprovada pela Assembléia Nacional em 1789 e inspirada na obra o “Contrato Social” de Jean-Jaques Rousseau. O Contrato Social, no capítulo I do livro I, inicia-se com a seguinte frase: “*o homem nasce livre, e por toda parte encontra-se aprisionado. O que se crê senhor dos demais, não deixa de ser mais escravo do que eles*”. Para muitos se tratava do fim do Antigo Regime e o surgimento de uma nova Era, marcada pela soberania popular, baseada pelos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade.

Contudo, para Hobsbawm (1977), esta declaração seria um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não a favor de uma sociedade igualitária e democrática. Pois:

“Os homens nascem e vivem livres e iguais perante as leis”, dizia seu primeiro artigo; mas ela também prevê a existência de distinções sociais, ainda que ‘somente no terreno da utilidade comum’. A propriedade privada era um direito natural, sagrado, inalienável e inviolável... E a assembleia representativa que ela vislumbrava como órgão fundamental de governo não era necessariamente uma assembleia democraticamente eleita, nem o regime nela implícito pretendia eliminar os reis” (HOBSBAWN, 1977, p.77).

A trajetória desse homem, que nasce livre no estado de natureza, até o surgimento da propriedade, foi amplamente descrita no “*Discurso sobre a origem da desigualdade*” de Rousseau. Nesta obra, foram delineadas as formas de funcionamento das sociedades fundamentadas na diferença biológica entre homens e mulheres, e na que se constitui a partir do “mundo social”, onde vence o mais forte. Aqui a relação desigual entre o homem e a mulher aparece como se fosse estabelecida na ordem natural das coisas, da família, não como fato social e histórico.

Uma das desigualdades que continuou a se difundir na “Declaração dos Direitos do Homem e Cidadão”<sup>8</sup> é que mesmo afirmando que “*todos os homens nascem e vivem livres e iguais perante a lei*”, esta não se refere à humanidade como um todo, e sim às pessoas do sexo masculino. Nesta forma de pensar, vê-se que o masculino e branco ainda dominava como o sujeito humano “universal”, excluindo assim outros sujeitos de serem portadores de direitos – mulheres, crianças, negros, índios, etc. O homem branco e de posse, era tido como universal e se tornou a base para se pensar a cidadania, como se esta também tivesse sexo. Segundo Dias:

“No pensamento ilustrado dominava ainda o conceito de um sujeito humano universal, o que equivalia a excluir as mulheres da história; de fato o jusnaturalismo e o pensamento liberal após a Revolução Francesa garantiram a cidadania masculina e suspenderam as conquistas já significativas de liderança política que as mulheres tinham conquistado nas últimas décadas do Antigo Regime... Retomando posturas da Idade Clássica, principalmente dos greco-romanos, os liberais trabalharam no sentido de redefinir o público e o particular, enfatizando e delimitando com nitidez renovada, senão drasticamente exagerada, a dualidade das esferas do homem e da mulher, desta vez incorporada nas constituições liberais que suprimiram direitos da cidadania feminina” (1992, p.43).

Para Bobbio (1992), esta forma de pensar a cidadania é fruto da ambigüidade da história humana, que dá respostas de acordo com quem interroga. Segundo o ponto de vista dele, “*a história humana é ambígua para quem se põe o problema de atribuir-lhe um ‘sentido’*” (p.54).

Uma das principais justificativas para isso foi que a maior parte dos homens, que apoiavam a Revolução não achava que liberdade, igualdade e fraternidade estendiam-se às mulheres, sendo favoráveis à sua volta para a vida doméstica. As mulheres poderiam usufruir dos benefícios da Revolução desde que sua “natureza” não fosse subvertida, como poderia acontecer caso participassem diretamente nos assuntos do Estado. Logo, foi reforçada a imagem de que as mulheres exerceriam um papel social importante atuando como mães, donas de casa, boas esposas.

Pode-se afirmar que a Revolução reafirma a idéia de separação sexuada das esferas públicas e privadas, através da definição da “família moderna” – família nuclear, baseada numa relação monogâmica e sob a autoridade/dominação exercida pelo homem, ‘cabeça’ do

---

<sup>8</sup> A Declaração dos Direitos do Homem e Cidadão estava ligada aos princípios do “direito natural”, baseado na razão.

casal e da família – e igualmente, a definição da cidadania feminina era constituída a partir do espaço privado, sendo proporcionada a partir da vida na casa. Segundo Varikas:

“A família sob controle masculino fazia do espaço privado doméstico um espaço de ‘tirania’, um espaço de ‘privação de direitos’. Privação dos direitos civis e políticos que retirava de uma metade do gênero humano a independência necessária para participar, não da gestão de uma comunidade instituída de uma vez por todas sem seu consentimento, mas da própria definição do conteúdo e das regras da vida em comum” (1997, p.61).

Diante deste quadro, foi que Olympe de Gouges<sup>9</sup> inspirada nessa Declaração propôs que as formulações revolucionárias também fossem aplicadas às mulheres, chegando a sugerir a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”. Sua manifestação procurou mostrar que a rejeição política das mulheres existia e estava embasada na separação sexuada entre o privado e o público. Mesmo que a França caminhasse no sentido da ampliação da igualdade e democracia política, essa forma de organizar a sociedade baseada na “família moderna” servia para assegurar a liberdade e autonomia entre os homens, bem como lhes delegar o direito de dominar as mulheres e crianças. Segundo Varikas:

“O que está em jogo nesta rejeição é antes de tudo a redefinição moderna da família como ‘base de apoio ‘natural’ para a formação de laços de convenção’, uma definição que neutraliza o potencial subversivo da percepção ‘artificial, voluntária, convencional’ da sociedade moderna” (1997, p.60).

Estes questionamentos, em nome da igualdade de fato para homens e mulheres mostraram a necessidade de se repensar a instituição “família”, e em especial, a forma que as mulheres eram vista na sociedade como um todo, como uma propriedade. Pois a família, espaço da esfera privada e da mulher, era mantida sob o controle masculino, que muitas vezes agia com tirania.

Com isso, Gouges conseguiu denunciar a diferença de gênero que a declaração trazia consigo, inaugurando uma tradição de tensões e contradições entre demanda de liberdade para as mulheres e sua participação na política, mostrando o paradoxo que existia na Declaração dos Homens. Por sua atitude, considerada ‘provocadora’, Gouges foi guilhotinada.

---

<sup>9</sup> Ver VARIKAS 1997.

Em contrapartida, este fato serviu de ponto de partida para a discussão do “político” nas lutas por igualdade de direitos das mulheres. A crítica de Gouges ia de encontro com a teoria roussoniana de contrato social, que não explicava as injustiças sociais, muito menos as desigualdades naturais, ou seja, no contrato não se explicava a desigualdade que existia entre os homens e mulheres, ao contrário a reafirmava.

Apesar de todo o conteúdo revolucionário contido nas idéias da Revolução Francesa, ele não trouxe em si propostas de inserção das mulheres dentro da igualdade real, tão esperada pelas mulheres na época, que estiveram envolvidas no processo, referindo-se apenas aos homens. Conforme Pinsky e Pedro (2003), ao contrário do que se esperava, no século XIX se popularizou o ideal da mulher restrita à esfera doméstica, que era “*Limitada ao cuidado do lar e da família, maximizou o imaginário da segregação sexual dos espaços públicos e privados, reforçou concepções tradicionais da inferioridade feminina, negou às mulheres muitos direitos e impôs muitos obstáculos à sua independência*” (p.265/266).

Foram poucos os pensadores da época que absorveram estes argumentos e passaram a defender a ampliação do papel feminino. A grande maioria defendia as visões tradicionais sobre as mulheres, que reafirmavam que estas eram inferiores aos homens nas faculdades cruciais da razão e da ética, devendo por sua vez ser subordinadas a eles. A idéia de que as mulheres deveriam ser modestas, silenciosas, castas, subservientes era amplamente divulgada.

Desta forma, na modernidade, o conceito de cidadania esteve ligado ao sujeito universal masculino, o homem, contribuindo para a construção de uma cidadania no masculino e para ele. A modernidade só reforçou uma situação que já existia de exclusão das mulheres de serem portadoras plenas de direitos cidadãos.

Entretanto, as mulheres se apropriaram das possibilidades que surgiam nesta época para questionarem a dominação masculina, a desigualdade entre os gêneros e a separação sexuada dos espaços, o que gerou o florescimento do feminismo e a participação das mulheres na luta por direitos. Novos debates foram inseridos na arena pública, e conseqüentemente, a questão da cidadania feminina foi um deles.

Tudo isto é fruto da evolução do Estado de direito, que deu espaço a uma nova tendência, a da “especificação” dos direitos. Os novos direitos – seja em relação aos direitos referentes ao gênero, à infância, à velhice, aos excepcionais, ecológicos, etc. – poderiam ser destinados aos homens em geral, mas não era essa a idéia. Por isso, especificar quem é esse cidadão se faz necessário. Segundo Bobbio: “*Essa especificação ocorreu com relação seja ao gênero, seja às várias fases da vida, seja à diferença entre estado normal e estados*

*excepcionais na existência humana. Com relação ao gênero, foram cada vez mais reconhecidas as diferenças específicas entre a mulher e o homem”* (1992, p.62).

E, estas mudanças ocorreram a partir dessas revoluções citadas e que deixaram marcas fundamentais na história das mulheres, tanto pelo significado na construção da cidadania feminina quanto pelos profícuos questionamentos em relação ao papel que a mulher exercia na sociedade como um todo.

Diante do que foi exposto até aqui, falar em cidadania na Antigüidade e na Modernidade é falar em momentos diferentes, com definições específicas de uma época, de mundos e sociedades distintas. Para Guarinello (2003), nem mesmo haveria continuidade entre elas, ou repetição de uma experiência passada que unisse o mundo contemporâneo ao antigo. Por isso, é fundamental ter claro o que se entende por cidadania nas sociedades modernas. De acordo com Luca:

“Os debates em torno da cidadania, tal como a entendemos hoje, surgiram no interior de Estados nacionais, sob o impacto das transformações sociais introduzidas pelo capitalismo. A presença na cena política dos trabalhadores, por sua vez, desempenhou papel central na concretização de mecanismos mais amplos de participação na virada pública da vida pública e na busca por uma divisão mais justa e igualitária da riqueza social” (2003, p.469).

Por causa dos ideais libertários, igualitários e democráticos que surgem na Era do Iluminismo, um cenário público deu visibilidade às desigualdades sociais vigentes. Nela a “Questão Social”<sup>10</sup> ganhou destaque especial. A pobreza e tudo o que estava relacionado à esfera da necessidade, da carência, da produção material e do universo do trabalhador passaram a ser observados. Com isso, a modernidade deu novos significados a promoção da igualdade em uma sociedade organizada pelo mercado e acumulação de capital. Segundo Bodstein:

“O ponto de partida (para evolução dos direitos cidadãos) vem da constatação de que a questão social, no sentido da problematização da desigualdade, da pobreza e da miséria, é central para a compreensão do

---

<sup>10</sup> Segundo Fleury, a chamada “‘Questão Social’ nos termos do reconhecimento de um conjunto de novos problemas vinculados às modernas condições de trabalho urbano e dos direitos sociais que daí adviriam originou-se na Europa do século XIX, a partir das grandes transformações sociais, políticas e econômicas trazidas pela revolução industrial” (1994, p.61). Para Castel, baseado no caso Francês, a “‘questão social’ torna-se a questão do lugar que as franjas mais dessocializadas dos trabalhadores podem ocupar na sociedade industrial”, necessitando de respostas que promovam um conjunto de dispositivos para promover a integração social (1995, p.31).

sentido da modernidade, impondo uma redefinição das categorias de público/privado, de cidadania e de direitos” (1997, p.3).

Dentro deste contexto, emerge a concepção de cidadania, ligada ao conjunto de direitos atribuídos aos indivíduos, que surgem no Estado Nacional, como produto do desenvolvimento do Estado capitalista, que se dá com a expansão da ordem burguesa. Este conceito também se vincula à clássica idéia de direitos, baseada na obra de T. H. Marshall, intitulada *“Cidadania, classe social e status”*, que foi publicada depois da Segunda Guerra Mundial. Nesta, cidadania é basicamente um conjunto de direitos, que se subdivide em três dimensões básicas: em direitos civis, políticos e sociais. Esses direitos não surgiram juntos na história, ao contrário, foram necessários alguns séculos para que eles se configurassem.

Os direitos civis, surgidos em primeiro lugar no século XVIII, foram construídos a partir da idéia de liberdade individual, no direito de ir e vir, liberdade de comunicação, pensamento, fé, direito à propriedade, justiça. Conforme Gomes, *“os direitos civis são uma clássica e histórica reação ao chamado Estado absolutista”*; por isso, grande parte da literatura diz que esses direitos asseguram um tipo de liberdade ‘negativa’, por servirem de limites às ações do Estado e apresentarem prerrogativas ao cidadão, *“protegendo-os de uma força que passa a ser definida como tirânica e ameaçadora à vida de uma sociedade livre”* (2003, p.152).

Em seguida vieram os direitos políticos, no século XIX, cujo princípio básico era a participação dos cidadãos no exercício do poder político de sua comunidade. O cidadão teria direito de votar e ser votado; o voto era o principal instrumento de participação. Sua representação se daria a partir de instituições específicas (como o partido político e o parlamento) que seriam encarregadas de materializar a idéia de cidadania política. Para Gomes, foi a partir desse direito que *“a ‘maioria’ começou a (se) resguardar da força de uma ‘minoría’, estabelecendo um tipo de salvaguarda que impediu a ação do poder ilimitado do Estado”* (2003, p.153).

Finalmente, os direitos sociais, no século XX, visavam um mínimo de bem-estar econômico, garantindo condições de vida e trabalho aos cidadãos de uma sociedade, de segurança, assim como a garantia de participação na herança social, riqueza e bem-estar coletivos. A educação, saúde e trabalho formavam o tripé, a base fundamental, para a constituição desses direitos. Ou seja, esses direitos tinham o sentido de proteção aos cidadãos, a partir de uma nova dimensão de cidadania, que não limitaria à ação estatal, mas sim, a ampliaria. Segundo Gomes:

“Os direitos sociais, portanto, mesmo envolvendo questões de cálculos econômicos (de perdas materiais da sociedade), transcendem em muito tais questões, podendo e devendo ser entendidos como uma das dimensões centrais do pacto político travado entre Estado e sociedade (tendo em vista valores culturais e um projeto de ‘boa’ sociedade)” (2003, p.154).

Esta dimensão dos direitos, na concepção de Marshall, aparece necessariamente dentro de uma ordem cronológica (século XVIII, XIX e XX) e lógica (primeiro, os direitos civis, depois, políticos e sociais), que seriam aplicadas à sociedade moderna em geral. Percebe-se, nessa abordagem, que existe uma dinâmica e um ritmo diferenciados no processo de construção da cidadania, e que isso demarcaria a experiência de vários países ao longo do tempo. Todavia, é neste ponto que a obra de Marshall apresenta limitações importantes, pois, esta seqüência histórica não se deu da mesma forma nos diferentes países e, muito menos atingia a todos de forma igual.

Para autores como Coimbra (1989), Gomes (2003) e Carvalho (2003), a análise de Marshall se referia ao caso particular da Inglaterra e apenas a ela. A ordem cronológica e lógica sugerida por ele não se aplicaria, em princípio, ao processo de expansão da cidadania em outros contextos, pois o desenvolvimento desta em muitos países não seguiu essa ordem. Pode-se ter como exemplo, os caminhos que esses direitos percorreram em países como a Alemanha, França, Estados Unidos, países da América Latina em geral. Conforme Coimbra: *“O próprio autor, pelo que se pode desprender do texto, não parece ter tido consciência muito clara dessa limitação, em mais de uma passagem deixando implícito que a seqüência por ele apontada poderia descrever a evolução da cidadania na sociedade moderna em geral”* (1989, p.82).

Para Gomes, “tal seqüência não é um modelo rígido, que consagre uma ‘ordem’ possível, teórica ou empírica, de acesso a tais direitos. Longe disso, sobretudo se considerarmos que a experiência de um país é observada, aprendida e transformada por outros” (2003, p.154). Segundo Carvalho:

“O surgimento seqüencial dos direitos sugere que a própria idéia de direitos, e, portanto, a própria cidadania, é um fenômeno histórico. O ponto de chegada, o ideal da cidadania plena, pode ser semelhante, pelo menos na tradição ocidental dentro da qual nos movemos. Mas os caminhos são distintos e nem sempre seguem linha reta. Pode haver também desvios e retrocessos, não previstos por Marshall. O percurso inglês foi apenas um entre outros” (2003, p.11).

Entretanto, ambos concordam que a obra de Marshall desenvolveu uma distinção entre as várias dimensões da cidadania, servindo o caso inglês de comparação por contraste aos outros países. Por isso, deve-se pensar no processo de construção da cidadania em outros países dentro do seu próprio contexto. E o Brasil não é exceção.

Isto confirma que o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido e que o modelo de cidadania inglesa não se aplica mecanicamente ao caso brasileiro. Assim, “quando falamos de um cidadão inglês, ou norte-americano, e de um cidadão brasileiro, não estamos falando exatamente da mesma coisa” (COIMBRA, 2003, p.12). No Brasil, o acesso aos direitos de cidadania não seguiu essa seqüência clássica de Marshall e dialogou com os exemplos europeu e norte-americano. Uma diferença importante, é que os direitos sociais antecederam aos demais e tiveram uma maior ênfase, o que teve relação direta com o processo histórico do país.

Uma outra crítica que deve ser feita à obra de Marshall é que este definiu cidadania como um conjunto de direitos iguais para todos os indivíduos de uma sociedade. Contudo ao se analisar a formação da cidadania feminina, no Brasil como em outros países, verifica-se que esta igualdade não se deu da mesma forma, ficando as mulheres excluídas desses direitos por muitos anos. Assim, será apresentada uma análise do processo de construção da cidadania feminina brasileira, mostrando as suas especificidades.

## 1.2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA FEMININA NO BRASIL

Ser um país que viveu por longos períodos sob a influência de uma herança colonial portuguesa – que pouco contribuiu para ampliação dos direitos, em especial dos civis – e ainda, marcados pela escravidão<sup>11</sup> por quase quatro séculos deram ao processo de construção da cidadania brasileira contornos bem distintos aos que foram apresentados pelo caso inglês, americano e francês. Segundo Carvalho: “O Brasil não passara por nenhuma revolução, como a Inglaterra, os Estados Unidos, a França. O processo de aprendizado democrático tinha que ser, por força, lento e gradual” (2003, p.43).

---

<sup>11</sup> É fundamental pensar na cidadania brasileira e escravidão como um processo interrelacionado, pois quando o país estava em processo de definir uma cidadania brasileira e os direitos vinculados a ela, comportava uma das maiores populações escravas da América.

### 1.2.1 República Velha (1822-1889): Cidadania no Masculino

A Independência do Brasil (1822) não gerou mudanças radicais ao panorama citado acima e muito menos resultou na conquista imediata dos direitos cidadãos. A conquista efetiva destes foi um processo extremamente lento e gradual e que ainda hoje se encontra em ampliação, como acontece em outros países. Segundo Carvalho,

“Ao proclamar sua independência de Portugal em 1822, o Brasil herdou uma tradição cívica pouco encorajadora. Em três séculos de colonização (1500-1822), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, lingüística, cultural e religiosa. Mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira” (2003, p.18).

Com a emancipação política, o Brasil surgia como nação moderna no mundo ocidental, cujo objetivo era a implantação de uma monarquia constitucional com base na teoria liberal. E, como tratar *todos* iguais num país em que a desigualdade sustentava as relações sócio, política e econômica na época?

Anterior primeira Constituição Brasileira (1824) vigorava no país as normas legais das Ordenações Filipinas, legislação civil portuguesa elaborada em 1603, que se manteve atuante no país até 1916, quando foi criado o primeiro Código Civil brasileiro. Estas ordenações definiam as mulheres (solteiras, casadas, viúvas, “honestas”, “desonestas”), deficientes mentais, mendigos, menores e indígenas como incapazes. Eram ordenações que diferenciavam pessoas “capazes” de “incapazes” e estavam baseadas na afirmação das desigualdades de classe, gênero e raça. Logo, o tratamento que se dava aos homens livres e ricos diferia dos homens livres e pobres, dos escravos e das mulheres.

A demora na constituição do Código Civil brasileiro foi por causa da contradição que existia entre o ideário liberal de igualdade para todos e a permanência da escravidão. Segundo Grinberg, a questão real seria a da *“Impossibilidade de conciliar um código necessariamente liberal, no qual os direitos de cidadania deveriam ser concedidos a todas as pessoas, com o sistema escravista, fundamentado juridicamente na distinção entre pessoas – livres – e coisas – escravos”* (2002, p.47).

A Constituição de 1824, mesmo declarando que *“a lei seria igual para todos”*, excluía os escravos, as mulheres e aqueles que não tinham renda para se habilitarem como eleitores ou concorrerem a cargos eletivos. A cidadania era excludente e restrita, não considerava a

“todos”, homens e mulheres, ricos e pobres, negros e brancos, como cidadãos. Ela era uma cidadania para indivíduos que fossem do sexo masculino, brancos, com um status sócio-econômico aceitável, de preferência ricos.

A Constituição não trouxe nenhuma originalidade quanto às constituições vigentes na época e poucas foram às conquistas de direitos. Um dos principais avanços foi a conquista de alguns direitos políticos, a participação eleitoral e a criação de outras formas de envolvimento dos cidadãos na estrutura do Estado (como aconteceu com a criação do Poder Judiciário e da Guarda Nacional). Foram estabelecidos os três poderes tradicionais – Executivo, Legislativo, Judiciário – e, como resíduo do absolutismo, foi criado o Poder Moderador que era privativo do imperador. Com a regulamentação dos direitos políticos foram definidos quem poderia votar e ser votado. De acordo com Carvalho:

“Podiam votar todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil-réis. Todos os cidadãos qualificados eram obrigados a votar. As mulheres não votavam, e os escravos, naturalmente, não eram considerados cidadãos. Os libertos podiam votar na eleição primária. A limitação de idade comportava exceções. O limite caía para 21 anos no caso dos chefes de família, dos oficiais militares, bacharéis, clérigos, empregados públicos, em geral de todos os que tivessem independência econômica. A limitação da renda era de pouca importância. A maioria da população trabalhadora ganhava mais de 100 mil-réis por anos...” (2003, p.30).

Os direitos civis ficaram apenas na lei, pois a herança colonial pesou mais nessa área. Deve-se levar em conta que existia uma grande distância entre a lei e sua efetivação prática. A instituição da escravidão, que negava a condição humana do escravo, permaneceu inalterada por quase todo o século XIX e era garantida como direito de propriedade. Para Matos, isto foi *“uma distorção típica do processo de emancipação política do país, que teria se feito sob a égide do Príncipe português e sob o controle de proprietários de escravo”* (2000, p.7/8). Junto à escravidão, a grande propriedade rural<sup>12</sup>, que era fechada à ação da lei, e a existência de um Estado comprometido com o poder privado foram outros grandes obstáculos à expansão dos direitos civis.

Em relação aos direitos sociais, pouco se avançou no que diz respeito à legislação e proteção ao trabalho. A assistência social ainda não era reconhecida como função do Estado, se baseava então nos modelos de famílias extensas, relações de compadrio e de vizinhança,

---

<sup>12</sup> *“Na sociedade rural, dominavam os grandes proprietários, que antes de 1888 eram também, na grande maioria, proprietários de escravos. Eram eles, freqüentemente em aliança com comerciantes urbanos, que sustentavam a política do coronelismo”* (CARVALHO, 2003).

pautada por uma ampla rede de auxílios e dependência. Este modelo assistência permaneceu durante muitos anos no país. Segundo Costa:

“No Brasil, a escravidão prolongada até às vésperas do século XX não redefinirá muitas das tradições tribais de proteção social peculiares aos povos ou agricultores de floresta, nativos brasileiros e africanos, como as de tradição européia trazidas pela contribuição de homens brancos, pobres e livres, que em conjunto formarão, no decorrer dos séculos os trabalhadores do sistema fabril” (1993, p.47).

Com isso, uma diferença importante surge em relação aos padrões de proteção social na Europa, Revolução Industrial, foi a transformação dos aparatos primários de proteção aos indivíduos da família e/ou aldeia, pela criação de instituições destinadas a esses cuidados, redefinindo os instrumentos coletivos de defesa comunitária. Substituiu-se desta forma, o sistema de proteção social prestada pela família, que na grande maioria ficava a encargo das mulheres, por instituições secundárias prestadoras de cuidados sociais.

E, isto aconteceu por causa das transformações econômicas trazidas pelo capitalismo, como a regulamentação econômica do mercado, que tornou fundamental a consolidação da ordem liberal nas economias industrializadas do século XIX. Desta forma, são trazidas à idéia de normas contratuais, que posteriormente regulamentariam a legislação social, trabalhista e previdenciária. Para Costa:

“O processo gradual de transformação dos Estados liberais em Estados democráticos, no ocidente industrialmente avançado, incorporou ou incluiu, desse modo, as demandas por direitos sociais e por efetivos mecanismos de proteção social, desembocando nos diferentes formatos e na expansão do Estado-Providência que chegaram aos nossos dias” (1993, p.48).

No Brasil, isso já se deu de forma diferente; por causa dos interesses da elite colonial, houve a conciliação de um regime que possibilitasse a implantação de um governo do estilo das monarquias constitucionais e representativas européias (especialmente, com base no modelo francês e espanhol), e ao mesmo tempo continuar com o sistema social anterior. Associado a isso, a escravidão construiu um outro tipo de relação trabalhista, que normalmente se dava entre o senhor e o escravo, sendo as normas contratuais de assalariamento muito precárias ou até inexistente. Para Costa:

“O trabalho escravo e o compulsório foram impeditivos de valorização do trabalho livre assalariado: serviriam para a regulação de seu preço e para o aviltamento, num movimento oposto àquele em curso na Europa e nos Estados Unidos. O vínculo que se estabeleceu entre patrão e empregado nas relações contratuais antes e após abolição da escravatura, não eliminará formas de convivência entre senhor e escravo, daí a constante insubordinação dos trabalhadores europeus aqui chegados no decorrer dos séculos XIX e XX” (2000, p.18).

A grande propriedade rural possibilitava aos trabalhadores, minimamente, seu auto-sustento através do sistema de “*plantation*”, que colocava nas mãos dos trabalhadores a responsabilidade de sua própria sobrevivência. Parte do seu tempo era dedicada aos empreendimentos produtivos do senhor da terra, e a outra para o seu sustento e de sua família, através do cultivo nas roças, da caça e pesca. Desta forma, os trabalhadores se adaptaram a modos de vida que independiam do assalariamento.

Em contrapartida, a forma de viver na “*plantation*” contribuiu para retardar a formação da família nuclear do tipo europeu, que era a base do sistema de proteção social<sup>13</sup> dos trabalhadores dos países industrializados. O modelo de família na época era o das famílias extensas, que viviam nas senzalas, mucambos, cortiços, favelas ou ruas. Esta forma de viver, coletivamente, reinventou as tradições protecionistas de longa duração por meio de redes de solidariedade e de proteção social, que independiam do mercado e do Estado.

Por outro lado, a não remuneração do trabalho fez com que o trabalhador produzisse apenas o estritamente necessário para si e sua família, deixando de se incluir no mercado ou de gerar excedentes para uso próprio. Nesse modo de viver, a pobreza era uma questão vigente e naturalizada. Conforme Costa:

“A pobreza de muitos, nessa forma de existência reinventada, é conveniente à produção, da riqueza em favor de poucos. A aparente e estranha aceitação da pobreza, das precárias condições de vida e de trabalho por parte da maioria dos operários brasileiros... vão imprimir às lutas do século XIX características diferentes daquelas ocorridas na Europa, a serem melhor avaliadas em vista do processo de reprodução em foco. Por outro lado, reforçam-se mecanismos de proteção social ainda mal reconhecidos: famílias extensas, relações de compadrio e de vizinhança, entre outras, instalaram uma

---

<sup>13</sup> Conforme Costa, Proteção Social é uma ‘regularidade histórica de longa duração, de diferentes formações sociais, tempos e lugares diversos. Isto que dizer, uma noção na qual se entenda a proteção social além dos fenômenos do protecionismo persistentes nos séculos XIX e XX sob o liberalismo e o neoliberalismo, portanto, não como uma invenção do capitalismo. O Estado-providência, nessa ótica, é um caso particular da proteção social. Tal orientação permite verificar que diferentes grupos humanos, dentro de suas especificidades culturais, manifestam, nos modos os mais variados de vida mecanismos de defesa grupal de seus membros, diante da ameaça de perda eventual ou permanente autonomia quanto à sobrevivência’ (1993, p.99).

ampla rede de auxílios e dependências que só muito recentemente vêm sendo examinadas” (1993, p.50).

Assim, observa-se que a pobreza nem sempre foi considerada como um problema, ou um fenômeno disfuncional da sociedade que deveria ser enfrentado e resolvido para segurança e progresso da nação. Ao contrário, ela era considerada um fato normal e até mesmo necessário.

Neste sentido, as preocupações com a população desfavorecida, não possuidora dos meios de sobrevivência, originada no mercantilismo e expressa nas características populacionais da época, não implicavam em diminuir os sofrimentos dos mais pobres, mas sim em ter um número de pessoas aptas ao trabalho, com o intuito de aumentar a produção e riqueza nacional. Para Fleury:

“A pobreza era vista como oportuna politicamente, desde que tornava o indivíduo disciplinado e dependente dos ‘homens de qualidade’. Já que o homem comum era visto como preguiçoso, cheio de vícios, desregrado e sem ambições, a pobreza aparecia como condição pedagógica de discipliná-lo ao trabalho e condição política de aceitação da autoridade da elite” (FLEURY, 1994, p.61).

Esta relação de qualidade entre homens comuns constituía a base das relações de autoridade tradicionais, próprias do feudalismo, as quais se fundamentavam no binômio “*proteção por dependência*”<sup>14</sup>. Neste sistema de proteção havia uma relação de proporcionalidade entre os homens de privilégios e sua responsabilidade social, cabendo a estes o poder/autoridade e o dever ético, moral, religioso e político de conceder proteção aos homens comuns. Aos pobres, que estavam excluídos do poder, competia oferecer, em resposta à proteção, o trabalho, a obediência e a lealdade.

Estas relações tradicionais de autoridade estavam fundamentadas na crença da desigualdade natural entre os homens e nas diferentes funções que cada um deveria cumprir na sociedade. Para Fleury:

“A proteção social embutia-se nesta matriz relacional, sendo que os homens de espírito deveriam tomar a seu encargo a proteção aos pobres, que incluía desde a proteção social até a proteção dos pobres de si mesmo. Assim, o Estado não era chamado a intervir nas condições de pobreza, seja porque esta não fora elevada à categoria de problema social, seja porque a proteção

---

<sup>14</sup> Ver FLEURY 1994.

necessária à preservação da ordem social e econômica esta adscrita às relações paternalistas de dependência pessoal, situando-se portanto na própria sociedade civil” (1994, p.62).

O Brasil não se afastou desse modelo de “proteção por dependência” durante muito tempo. No início do século passado, o Brasil era praticamente rural, a vida urbana quase não existia e a maior parte da população era submetida à autoridade dos grandes proprietários. O estilo de vida da elite dominante era marcado por influências do imaginário da aristocracia portuguesa, do cotidiano de fazendeiros plebeus e das diferenças e interações sociais definidas pelo sistema escravista. Segundo Costa:

“O sistema escravista organizou vínculos de proteção e dependência entre senhores e escravos, entre escravos e entre senhores e, neles, as complexas relações sociais dessa sociedade. Por força dessas relações, o não-assalariamento no Brasil consolidou laços de proteção próxima e de mútuas e dependências entre senhores e escravos do tipo que, na Europa, estavam sendo destruídos pela Revolução Industrial e pelas relações contratuais” (2000, p.13).

Desta forma, o sistema de proteção social brasileiro, por muitos anos, foi regido por uma “*sociabilidade primária*”<sup>15</sup>, que é anterior à ação especializada do Estado e que durou (e ainda dura) por muitos anos na história do país. Neste sistema de sociabilidade primária, outros modelos de proteção foram criados para além do modelo de “proteção por dependência”, que ficava a cargo das mulheres. Cabe ressaltar, que por causa do retardamento da efetivação do modelo de “*proteção secundário*”<sup>16</sup> foram criadas “*redes de solidariedades*” nas camadas populares, bem como as “*maternidades transferidas*”<sup>17</sup> das mulheres da classe média para cuidado e proteção de crianças, idosos, doentes, etc.

---

<sup>15</sup> Castel, analisando o caso francês, define ‘sociabilidade primária’ por “sistemas de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e que tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas. Trata-se, em primeiro lugar, das sociedades de permanência em cujo seio o indivíduo, encaixado desde seu nascimento numa rede de obrigações, reproduz, quanto ao essencial, as injunções da tradição e do costume... Formas estáveis de relações acompanham a realização dos principais papéis sociais na família, na vizinhança, no grupo etário e sexual, no lugar ocupado na divisão do trabalho, o permitem a transmissão das aprendizagens e a reprodução da existência social” (CASTEL, 1998, p.48/49).

<sup>16</sup> Para Castel, a partir do momento em que um conjunto de práticas com função protetora e integradora, em sistemas relacionais deslocam-se das relações dos grupos de pertencimento familiar, de vizinhança e de trabalho, fala-se numa “*sociabilidade secundária*”, que quer dizer “*a delimitação de uma esfera de intervenção social suscita, assim, a emergência de um pessoal específico para instrumentalizá-la. É o esboço da profissionalização do setor social*” (CASTEL, 1998, p.59).

<sup>17</sup> Estes termos serão explicados mais adiante neste capítulo.

### 1.2.2 Primeira República (1889-1930): a persistência do Masculino na Cidadania

A Proclamação da República, em 1889, precedida pela Abolição da escravidão (1888), foi um marco importante na transformação política e social brasileira, embora não seja um momento de mudanças revolucionárias. Pois, mesmo inspirada nos princípios de “igualdade”, “liberdade” e “fraternidade” da Revolução Francesa, houve um processo excludente semelhante ao de 1824.

Neste período, houve tentativas por parte do governo de organizar a vida econômica e social do país segundo os princípios *laissez-fairianos* ortodoxos. A expansão da intervenção do Estado na economia tinha como objetivo a estimulação do processo de industrialização, visando uma diferenciação da economia nacional.

Mas a aplicação desses princípios no Brasil apresentava algumas restrições, por causa da economia basicamente agrícola e das relações trabalhistas baseadas no trabalho servil. Assim, a hegemonia ideológica *laissez-fairiana* (1888 a 1931) foi restrita à área urbana, e para que se firmasse, seria necessário que acontecesse mudanças na composição da elite, que permitisse uma renovação ideológica para o enfrentamento da ordem econômica e social.

Para isso, a alteração das normas que fomentavam o processo de acumulação e das relações sociais da época seria de suma importância, pois as relações de trabalho, desde meados do século XIX, envolviam acordos entre homens livres e escravos. Assim, a legislação social vigente passou a ser questionada: como formalizar as relações de trabalho, pagar uma remuneração por um serviço realizado, a pessoas que eram considerados como “coisas”?

Com isso, foi inaugurada uma nova época marcada pela inserção da sociedade brasileira na ordem capitalista, que deveria ser burguesa, moderna e higienizada. Isto acontecia por causa da inserção do país entre os que estavam em ascensão, que deveriam se preocupar com a transformação das capitais em metrópoles com hábitos civilizados, de preferência compatíveis com os modelos europeus, em particular o francês. Os hábitos das camadas populares entravam em pauta já que passava do “trabalho compulsório” para o “trabalho livre”. Segundo Soihet: “*Neste sentido, medidas foram tomadas para adequar homens e mulheres dos seguimentos populares ao novo estado de coisas, inculcando-lhes valores e formas de comportamento que passavam pela rígida disciplinarização do espaço e do tempo do trabalho, estendendo-se às demais esferas da vida*” (2001, p.362).

O surgimento das medidas higiênicas visava combater a sujeira das ruas e as mortes provocadas pelas doenças. Estas medidas, juntamente com o discurso médico, contribuíram

para a nova face da vida social urbana a partir de novos conceitos de vida familiar e de higiene. Esse conjunto de medidas indicou a presença de novos valores em uma sociedade ainda baseada na escravidão e na exploração agrária. Esse período marcou a passagem das relações senhoriais para relações do tipo burguês. Segundo D’Incao:

“A cidade burguesa teria sistematicamente de lutar contra comportamentos, atitudes e expressões tradicionais que eram consideradas inadequadas para a nova situação. O que se presenciava era a dissolução das formas tradicionais de solidariedade representada pela vizinhança, famílias e grupos clânicos, comradrio e tutela” (2001, p.226).

A partir deste discurso, já não era admissível que o espaço urbano – antes usado pela maioria da população para encontros, festas, idas ao mercado, convívio social – fosse desorganizado e sem regra para ocupação. Agora a rua se tornava local de interesse público. A casa também passou a ser questionada, por não apresentar limites definidos. Antes, a não delimitação clara entre os espaços públicos e privados, fez com que as ruas se tornassem locais de concentração de água suja e resíduos fecais proporcionando um ambiente não tão agradável para se morar.

Até o início do século XIX, não havia no Brasil leis públicas que regulamentassem a limpeza e o uso das cidades. Contudo, com a modernização dos centros urbanos houve a delimitação do que seria referente ao espaço público e privado. A definição das categorias “casa” e “rua” eram fundamentais para a ordem e o sentido da vida doméstica e pública. Segundo Graham:

“A casa representava os espaços privados e protegidos, que contrastavam com os lugares públicos e desagradáveis, possivelmente perigosos, da rua. Os laços conhecidos e confiáveis de parentesco pertenciam à casa, enquanto as relações menos duradouras ou temporárias, que envolviam escolha e, por conseguinte, risco, associavam-se à rua. A casa distinguia da família aquela sociedade, desordenada, anônima e vulgar que freqüentava as praças públicas, as vendas e ruas. Assim, a casa e a rua marcavam as coordenadas do mapa cultural pelo qual se podiam perceber e compreender as experiências comuns e cotidianas, como também reagir a elas. O que à primeira vista aparenta ser simplesmente o elemento contextual do lar e o ambiente físico revela ter significados matizados” (1992, p.28).

O lar nos centros urbanos se constituía em *locus* de autoridade do chefe da família e de responsabilidade sobre todos, inclusive dos criados. “*Dependia de cada um prestar obediência apropriada a seu lugar, fosse como esposa ou como filhos, fosse como agregados*

*ou escravos*”<sup>18</sup>. A imagem de marido e pai tornava o homem, dono da propriedade, chefe indispensável da família e a “cabeça” do casal. Era ele quem administrava legalmente a propriedade da família, sua esposa e filhos. No entanto, sua autoridade não cessava por aí. O chefe de família tinha direito de castigar seus criados, mulher, filhos, escravo, assim como o dever de protegê-los. As pessoas que estavam debaixo de sua autoridade tornavam-se objeto implícito de sua proteção. Mesmo assim, o sentimento de pertencimento a este lar era grande e as pessoas desejavam serem reconhecidas como membros dele.

Logo surgiu a preocupação em revisar os códigos, leis, costumes e regras da época para atender a essa exigência. O que aconteceu foi que essa revisão recaiu em grande parte na organização da família e de uma classe dirigente sólida. As mulheres receberam responsabilidades acerca do comportamento pessoal e familiar desejado, sendo consideradas como atores importantes para mudança de comportamento e valores exigidos pela nova ordem.

O modelo de família passou a ser questionado e a idéia de adequar os trabalhadores dentro dos moldes da família burguesa se tornou essencial, já que a instauração do regime capitalista, com a superação do escravismo, precisava de uma mão-de-obra mais educada e barata para o processo produtivo.

As imposições dessa nova ordem respaldadas pela ciência, em especial da medicina social, começaram a enfatizar que existiam características inatas femininas e masculinas. As mulheres eram consideradas frágeis, recatadas; nelas, a emoção predominaria sobre a inteligência. A subordinação da sexualidade se dava por causa da maternidade, por isso, o prazer e o desejo sexual deveriam ser controlados. Estas características procuravam justificar a submissão das mulheres em relação ao sexo oposto, bem como restringir seus direitos. Contudo, os homens por causa de sua força física deveriam ter a autoridade, serem viris, formados pela razão, agressivos. Por esta razão, D’Incao coloca que nascia:

“Uma nova mulher nas relações da chamada família burguesa, agora marcada pela valorização da intimidade e da maternidade. Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível. Verdadeiros emblemas desse mundo relativamente fechado, a boa reputação financeira e a articulação com a parentela como forma de proteção ao mundo externo também marcaram o processo de urbanização do país” (2001, p.223).

---

<sup>18</sup> Ver GRAHAM 1992.

Diante deste quadro, as elites intelectuais e políticas tentaram redefinir o lugar das mulheres na sociedade, especialmente quando a industrialização abriu novas perspectivas de trabalho para elas. Os debates giravam em torno das oposições lar e trabalho, casa e rua, maternidade e salário, feminilidade e produtividade. Os questionamentos mais comuns eram se as mulheres deveriam trabalhar por salário, se o trabalho interferiria nas suas funções maternas e familiares, ou ainda, se o trabalho seria adequado para as mulheres.

Como resultado, surgiu a idéia, que ainda hoje persiste, de que as mulheres só poderiam trabalhar durante curtos períodos de sua vida, abandonando o trabalho remunerado depois que se casassem ou tivessem filhos, podendo voltar a trabalhar apenas se ficassem viúvas ou o marido fosse incapaz de sustentar sozinho a família.

A condição que permitiria à mulher trabalhar seria sempre ligada à família, ao casamento e ao nascimento dos filhos. Esta forma de pensar no trabalho feminino foi responsável pelo confinamento das mulheres em empregos precários, não especializados, com baixos salários, priorizando as obrigações domésticas e maternas em detrimento da identificação profissional.

Um fator que contribuiu para esse discurso, como já dito anteriormente, foi a separação entre as esferas do “lar” e do “trabalho”, a qual selecionou, organizou e naturalizou informações baseadas nas diferenças biológicas e funcionais entre homens e mulheres, legitimando e institucionalizando essas diferenças como base para a organização social e construção da divisão sexual do trabalho como natural. Segundo Scott, *“Esta interpretação da história do trabalho feminino alimentou e contribuiu para a opinião médica, científica e moral a que se tem chamado, com variantes, ‘ideologia da domesticidade’ ou ‘doutrina das esferas separadas’”* (1994, p.445).

Assim, vivia-se de acordo com uma “norma oficial”, a qual ditava que as mulheres deveriam ser resguardadas em suas casas, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens deveriam trabalhar fora de casa, buscando o sustento da família. As mulheres mães eram responsáveis pelo cuidado dos filhos e da casa. Grande parte dessas mulheres vivia sob o sistema de proteção e dependência de um homem rico e poderoso que lhe garantia um lar e as condições de sobrevivência. A elas cabia a extensão dessa proteção aos seus filhos.

Desta forma, o modelo a ser vivido pelas mulheres era o da mulher rica, branca e casada. Aquela que deveria contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura no mundo público e privado, sendo boa dona-de-casa e responsável pelo cuidado e educação de seus filhos, dedicada e atenciosa. Os cuidados com as crianças passam a ser valorizados e o papel da mãe reforçado. A mãe passou a ser fundamental na primeira

educação dos filhos, não sendo mais permitido que seus filhos ficassem simplesmente sob o cuidado das amas, negras ou estranhas, ou vivessem na rua como “moleques”.

Contudo, esse ideal era vivido dentro da esfera da família ‘burguesa e higienizada’<sup>19</sup>, pois as mulheres das classes populares se deparavam com outras realidades, que não só a da esposa, mãe dedicada única e exclusivamente ao lar. Segundo Soihet, foram as mulheres das camadas populares que sofreram o maior ônus, pois:

“Exerciam seus afazeres na própria moradia, agora mais cara e com cômodos reduzidos. Aí exerciam os desvalorizados trabalhos domésticos, fundamentais na reposição diária da força de trabalho de seus companheiros e filhos; como ainda produziam para o mercado, exercendo tarefas como lavadeiras, engomadeiras, doceiras, bordadeiras, floristas, cartomantes e os possíveis biscates que surgissem. Nessas moradias desenvolviam redes de solidariedade que garantiam a sobrevivência de seus familiares” (2001, p.365).

A mulher pobre era cercada por uma moralidade oficial completamente fora de sua realidade. O baixo e irregular salário de seu marido, não conseguia suprir as necessidades domésticas. Então, isto levava as mulheres pobres, donas-de-casa, que tentavam escapar da miséria por seu próprio trabalho, a sofrer o “pejo” da representação como “mulher pública”. Em vez de serem admiradas por trabalhar, como o homem em situação parecida, a mulher com trabalho assalariado tinha de defender sua reputação contra sua desmoralização, pois o assédio sexual era muito comum. Por estarem no espaço que não era considerado como seu, na casa, elas eram freqüentemente desrespeitadas.

As mulheres que trabalhavam como lavadeiras, engomadeiras, tarefas caseiras tradicionalmente femininas e que poderiam ser realizadas dentro de sua própria casa, pareciam correr menos perigo moral do que as operárias industriais, mas mesmo assim, sempre as “ameaçava” a acusação de serem mães relapsas.

Desta forma, pode-se afirmar que a cidadania das mulheres estava interligada com o espaço que elas ocupavam na sociedade, sendo este o espaço da casa. Existia uma grande diferença entre as mulheres das camadas populares e das classes médias. A cidadania das mulheres da classe média estava baseada na relação de dependência aos seus maridos e estava restrita a esfera doméstica, na casa. Já nos casos das mulheres pobres, nem a casa era considerado como lócus de cidadania, porque a mesma passava boa parte do seu tempo fora de casa buscando o seu sustento e o da sua família.

---

<sup>19</sup> Ver D’INCAO 2001.

Por não serem consideradas cidadãs, as mulheres trabalhadoras não tinham direitos que garantissem sua entrada para a esfera pública. Não existia na forma da lei direitos que as protegessem, bem como o número grande da prole fazia com que elas vivessem por longos anos com a responsabilidade de cuidar dos filhos de ambos, do homem e da mulher. Para Costa, “*sem mudanças técnicas continuadas, ficaram aprisionadas em árduos afazeres domésticos artesanais*” (2002, p.304).

Já que a necessidade das mulheres pobres de trabalhar era um fato, como elas administravam a casa e o cuidado com seus filhos, já que isso era estabelecido como de sua responsabilidade? E, por que não direito ao seu trabalho? O que as mulheres, pobres ou burguesas, fizeram para se ausentarem da esfera doméstica?

E para exercerem atividades fora de suas casas era fundamental a criação de estruturas sociais que dessem conta da casa e dos seus dependentes – filhos, doentes e idosos. Como não existia um sistema de proteção que lhes desse apoio e que possibilitasse sua saída do lar, algumas mulheres tiveram que deslocar as obrigações e encargos para outras mulheres. Segundo Costa:

“Para o exercício de atividades fora do espaço doméstico, é trivial que as mulheres precisem delegar tarefas da administração de suas casas a outras mulheres. No caso brasileiro, essas práticas são de longa duração histórica que reafirmam a ‘maternidade transferida’, forma de as mulheres atribuírem-se mútuas responsabilidades” (2002, p.303).

Mas não se pode dizer que esse processo aconteceu da mesma forma entre as mulheres de classe pobre e burguesa. As mulheres das camadas populares tinham que estabelecer ou criar redes de solidariedade, que por um determinado tempo servissem de proteção social à seus filhos e idosos, permitindo assim, sua saída para o mercado de trabalho. Estas redes se estabeleciam entre seus parentes mais próximos, filhos mais velhos – em especial os do sexo feminino –, vizinhos, etc. Pessoas que faziam parte de seu cotidiano e que eram de sua confiança. Segundo Costa, “*as mulheres pobres – escravas de ganho a serviço de seus senhores ou livres – sempre tiveram muitos afazeres nas ruas, tantas vezes extensões de obrigações domésticas, mas, em geral, contando com redes familiares, de compadrio e de vizinhança, de longa data estabelecidas*” (2002, p.306).

A criação de “*redes de solidariedade*” possibilitou que as mulheres pudessem “*sair*”<sup>20</sup> de seus lares, “do círculo estreito traçado à sua volta”, para ingressar nas atividades remuneradas. Entretanto, havia um outro padrão de sociabilidade para as mulheres das camadas médias e altas. Estas encontravam mais dificuldades para saírem de suas casas, por causa da ideologia da família burguesa higienizada, que a cercava.

E foi através da *maternidade transferida*<sup>21</sup>, da delegação das tarefas da administração de suas casas a outras mulheres, que as mulheres puderam exercer atividades fora do espaço doméstico. De modo informal, procurou-se remunerar essas ‘outras’ mulheres, o que demonstrou a desigualdade existente entre elas. Assim:

“Nessas relações, a ‘maternidade transferida’ de umas para outras mulheres – de quaisquer classes – é uma regularidade que se afirma. Tal transferência pode implicar cumplicidades entre as mulheres e certas formas de mobilidade social, tantas vezes compensatórias, que redefinem a posição social de todas elas” (COSTA, 2002, p.306).

Assim, a mulher burguesa passou a ter um tempo livre maior para investir em seus projetos de vida. Elas buscaram nos espaços que lhes eram deixados, as condições necessárias para o alargamento de suas possibilidades, criaram estratégias, *tecidas por trás dos panos*<sup>22</sup>, que as liberaram de sua responsabilidade com o cuidado da prole e dos afazeres doméstico.

Como se vê, durante muito tempo, a criação de estruturas como as *redes de solidariedade* e a *maternidade transferida* foram as formas que muitas mulheres encontraram para se desviarem das obrigações femininas na casa, prática de proteção social das crianças, adultos, doentes físicos, já que não existiam políticas públicas sociais que suprissem essa necessidade e as liberassem ao mercado de trabalho.

Entretanto, no início do século XIX, um modelo de proteção social estatal passa a ser fortemente reivindicado, pois agravamento da ‘Questão Social’ se tornou um problema público e que precisava de uma intervenção. O cenário era de um precário sistema econômico-produtivo, do alto desemprego, das péssimas condições de trabalho, da baixa remuneração, vivendo a maior parte do operariado em condições subumanas. A pobreza se generalizava, se agravando depois da I Guerra Mundial, com o aumento do custo de vida.

---

<sup>20</sup> Ver PERROT 1995.

<sup>21</sup> COSTA 2002.

<sup>22</sup> Ver ROCHA COUTINHO 1994.

Como nesse período já estava em composição a classe operária, e sendo firmada uma identidade desta classe, esta passou a não aceitar pacificamente o padrão de exploração e pobreza em que vivia, de modo que procuraram entrar no cenário político. Segundo Luca:

“O impacto da presença dos assalariados como atores políticos, com projetos antagônicos e/ou questionadores da ordem vigente, não podem ser negligenciado. Diante da organização e mobilização do movimento, o poder público, escudado na defesa da liberdade do exercício profissional, extrapolou a proclamada condição de espectador, colocando-se ao lado do patronato, que sempre pôde contar com o decisivo apoio das forças policiais para proteger as fábricas, perseguir e prender a liderança, apreender jornais, destruir gráficas” (2003, p.472).

Com isso, diversas mobilizações e greves aconteceram. Como se tinha a preocupação de que essas manifestações colocassem em risco a segurança nacional e a tranquilidade pública, e em âmbito internacional já se debatia pelo reconhecimento da questão social, o Estado se viu coagido a interferir nas relações entre capital e trabalho, através de mudanças significativas na legislação social, em especial a trabalhista.

Em resposta a essa questão, as políticas sociais surgem como estratégia de intervenção contínua, sistemática e estruturada do Estado na área social. A assistência social começa a delinear um lugar importante dentro da estrutura do Estado, como campo das políticas sociais. Mas, com a assistência em pauta, reconhecia-se os níveis de desigualdade social do país e do direito à sobrevivência de segmentos sociais que estavam excluídos de qualquer garantia civil.

Entretanto, não se pode esquecer que, paralelamente às ações estatais, continuaram as medidas assistências das entidades filantrópicas e benemerentes. Cabe ressaltar que nestes espaços houve o aumento significativo do número de grupos e associações organizadas, fundadas e administradas por mulheres<sup>23</sup>. E isto aconteceu, por que a caridade era um lugar permitido às mulheres. Era uma atividade reconhecida como extensão das tarefas domésticas, pois na filantropia, ‘gestão privada do social’<sup>24</sup>, as mulheres tinham um lugar primordial. Neste cenário, de saída para o espaço público, grupos de mulheres se organizaram na luta por direitos cidadãos – pelo direito de votar, emancipação jurídica, social, econômica, intelectual,

---

<sup>23</sup> Durante quase todo o século XIX, eram raras as possibilidades das mulheres brasileiras se reunirem – em clubes, sociedades religiosas, de caridade, benemerentes, educacionais e de reforma e promoção social – para discutirem questões que dissessem respeito ao bem comum ou ao interesse do próprio sexo. Dentre os poucos lugares de encontro e discussão, que elas podiam circular, devem ser lembradas as agremiações literárias, as reuniões internas dos jornais e revistas femininas, sociedades abolicionistas e associações de caridade. Entretanto, isto já era uma atividade comum entre as mulheres de diferentes países como as dos Estados Unidos, França, Alemanha e Inglaterra.

<sup>24</sup> PERROT 1994.

etc. Pode-se afirmar que a participação de mulheres da elite e camadas médias, em movimentos feministas, assim como, em entidades benemerentes foi um dos canais de acesso à esfera pública e espaço de reivindicação por direitos cidadãos para as mulheres.

O grande *boom* para o avanço da legislação trabalhista aconteceu com a criação da Organização Internacional do Trabalho em 1919, cujo objetivo era o de promover a paz através da justiça social, reconhecimento de soluções coletivas e, ainda, desenvolvimento da noção de que nenhum país deveria ganhar vantagem sob outro a partir de sub-condições de trabalho. A Conferência de Paz de 1919 aprovou o *Tratado de Versailles*<sup>25</sup>, que dispôs sobre a criação da OIT e enunciou seus princípios gerais que deveriam guiar a políticas no campo do trabalho. E o Brasil foi um dos 29 signatários dos Tratado de Versailles e, portanto, membro fundador da OIT. Isto significa que o Brasil ao ingressar na OIT, se responsabiliza por garantir medidas legislativas ao trabalhador(a) brasileiro(a), ou pelo menos assim deveria ser. Segundo Sússekind:

“A criação da OIT, em 1919, representou uma inovação no dicionário Internacional e uma forma original – avançada para a época – de cooperação internacional, quer por seus procedimentos e regras de adoção, ratificação e controle da aplicação de seus instrumentos, quer pela composição tripartite de seus principais órgãos” (1998, p.11).

A partir desta Conferência, normas específicas foram criadas para as mulheres trabalhadoras, sendo elas: a Convenção nº 3 que se referia a “Proteção à Maternidade”, foi revisada em 1952 passando a ser denominada por "Amparo à Maternidade" e foi aprovada pelo Brasil apenas em 1965 (transformada na Convenção nº 103); e a Convenção nº 4 sobre o trabalho noturno das mulheres que foi revisada em 1934 e 1948 (atual Convenção nº 41), mas assinada pelo Brasil apenas em 1956. Anos depois, outras convenções foram criadas e ratificadas para as trabalhadoras, como: Convenção nº 45 que propõe medidas sobre o emprego de mulheres nos trabalhos subterrâneos das minas, aprovada em 1938; Convenção nº 100 propõe “Salário igual para trabalho de igual valor entre o homem e a mulher”, em 1956; Convenção nº 111 “Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação”, em 1964.

---

<sup>25</sup> Este tratado foi plurilateral, elaborado pelas nações vitoriosas na I Guerra Mundial (1914-1918) e afirmou no preâmbulo da Parte XIII: “as sociedades das Nações têm por objetivo estabelecer a paz universal, que não pode ser fundada senão sobre a base da justiça social”; também enfatiza que “existem condições de trabalho que implicam para um grande número de pessoas em injustiça, miséria e privações”; e ainda, “a não-adoção por uma nação qualquer de um regime de trabalho realmente humanitário é obstáculo aos esforços dos demais, desejosos de melhorar a sorte dos trabalhadores nos seus próprios países” (apud Sússekind; 1998, p.17).

Cabe ressaltar, que o direito ao “Amparo à Maternidade” estava nas reivindicações das mulheres pelo reconhecimento de direitos das mães trabalhadoras no local de trabalho. Esta preocupação com o bem-estar das mães ficou conhecida como "*maternalismo feminista*" ou "*feminismo maternal*",<sup>26</sup> que moveu as mulheres no Brasil e no mundo. As feministas insistiram na idéia da maternidade enquanto “função social” (BOCK, 1995).

Em âmbito nacional, foram aprovadas e efetivadas pelo governo brasileiro as seguintes modificações na legislação social: em 1919, foi estabelecida a lei de responsabilidade dos patrões pelos acidentes de trabalho<sup>27</sup>; em 1923, foi criado o Conselho Nacional do Trabalho, mas que permaneceu inativo; e ainda, a criação da Caixa de Aposentadoria dos ferroviários, que mais tarde se ampliou para outras empresas e se tornou a lei mais eficaz de assistência social da época.

Em 1925, houve a criação da lei de férias, mas que não acontecia de fato. Ainda nesse ano, depois da reforma, a Constituição permitia que o governo federal legislasse sobre o trabalho; em 1926, criou-se o Código de Menores, delineando um olhar diferenciado ao trabalho infantil. Entretanto, essas medidas pouco alteraram a esfera da acumulação, mesmo sendo parte das principais reivindicações dos trabalhadores.

Todas essas medidas já vinham sendo discutidas desde 1917/18, quando se tentou aprovar um projeto de Código do Trabalho para o país. Essas leis evidenciaram que a chamada “Questão Social” já era um ponto de pauta da agenda política da época. Contudo, deve-se levar em conta a força política e econômica das oligarquias e do patronato, que vetaram muito das iniciativas que buscavam regulamentar o mercado de trabalho, especialmente, quando elas tinham como objetivo assumir feições bem amplas, como é o caso de um código.

Mas, diante de todas essas medidas, uma que teve destaque foi a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários – CAPs, de 1923, quando o Deputado Eloy Chaves criou o Decreto-Lei nº 4.682, que gerou um novo impacto para a cidadania brasileira. A CAP era um fundo destinado aos ferroviários, mediante contribuição dos empregadores, empregados e Estado, cujo objetivo era o de garantir uma renda ao empregado quando ele se desligasse do processo produtivo. Isso se daria em caso de velhice, invalidez, tempo de serviço, ou aos seus dependentes em caso de morte. Segundo Santos, “*instaura-se o esquema clássico, onde o empregado abre mão de parte de sua renda no presente, enquanto ainda*

---

<sup>26</sup> BOCK, 1995.

<sup>27</sup> Esta lei estava dentre as diversas reivindicações dos operários, que eram a regulamentação da jornada de trabalho, condições de higiene, repouso semanal, férias, trabalho de menores e mulheres.

*participa do processo produtivo de acumulação, a fim de obter parte dela, no futuro, quando já estiver ausente” (1994, p.22).*

Surge assim, um compromisso privado de proteção social, que não era inerente à toda sociedade brasileira, mas que se tornou o embrião do sistema previdenciário brasileiro, cuja base permanece até hoje.

Diante desta nova concepção de direitos sociais do trabalho, dois critérios se fazem patentes para seus beneficiários: um relacionado com a necessidade de estar inserido no mercado de trabalho formal; outro, pertencer a um seguimento ocupacional assalariado que tivesse capacidade de contribuição dos trabalhadores. Sendo assim, como as mulheres estavam trabalhando em setores não reconhecidos por lei, elas não eram beneficiadas pelas CAPs. Para Giuliani:

“Nessa época, a cidadania social restringe-se aos homens, e a emancipação limita-se às grandes empresas. De qualquer maneira, há ganhos de natureza simbólica que, na visão popular, proporcionaram ao trabalho produtivo masculino uma substantiva valorização social... (...) Uma nova ética passa então a substituir a antiga imagem desprestigiada e desqualificada do trabalho escravo” (2001, 641).

### **1.2.3 Estado Novo (1930-1945): Cidadania para o Trabalhador Regulamentado**

No período 1930-64, uma nova elite governamental se orientou pelo caminho da acumulação do capital e da diferenciação de estrutura econômica do país. Estes dois processos caminharam lado-a-lado com a tradicional política de proteção ao setor cafeeiro. A revolução pós-30 inaugurou um “*keynwsianismo avant la lettre*”<sup>28</sup>, preocupado com a manutenção do nível de emprego e consumo. Porém, a diferenciação industrial não poderia se dar sem a interferência direta do Estado na acumulação e reestruturação do setor produtivo. Segundo Carvalho:

“O ano de 1930 foi um divisor de águas na história do país. A partir dessa data, houve aceleração das mudanças sociais e políticas, a história começou a andar mais rápido... a mudança mais espetacular verificou-se no avanço dos direitos sociais” (CARVALHO, 2003, p.87).

---

<sup>28</sup> Termo usado por SANTOS (1994).

O país viveu uma fase de instabilidade política, alternando entre momentos de ditadura e regime democrático. No que se refere aos direitos civis nada se alterou, mas em relação aos direitos políticos e sociais passos importantes foram dados. No pós 30, o país viveu um momento de agitação política, por causa da organização e mobilização dos movimentos políticos. Para Carvalho:

“Quanto à amplitude, a mobilização atingiu vários estados da federação, além da capital da República; envolveu vários grupos sociais: operários, classe média, militares, oligarquias industriais. Quanto à organização, multiplicaram-se os sindicatos e outras associações de classe; surgiram vários partidos políticos; nela primeira vez foram criados movimentos políticos de massa de âmbito nacional” (2003, p.97/98 ).

Foi neste contexto, que o voto feminino foi aprovado pelo governo, tendo reconhecimento no Código Eleitoral em 1932 e na Constituição em 1934. Quanto aos direitos sociais, especialmente no governo de Vargas, foram ampliados.

Na área trabalhista aconteceu a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930; em 1931, criação do Departamento Nacional do Trabalho; em 1932, decretou-se a jornada de trabalho de oito horas no comércio e na indústria; nesse mesmo ano, foi regulamentado o trabalho feminino, sendo proibido o trabalho noturno para mulheres e dada igualdade salarial para mulheres e homens; o trabalho de menores só foi efetivamente regulamentado em 1932, apesar da legislação ter surgido em 1930; surgiu ainda em 1932, a carteira de trabalho – o documento de “identidade” do trabalhador – e as Comissões e Juntas de Conciliação e Julgamento.

Em 1934, regulamentou-se o direito de férias para os comerciários, bancários e industriários. A Constituição de 1934 autorizou o governo regular as relações de trabalho, confirmou a jornada de oito horas e determinou a criação de um salário mínimo (que só foi adotado em 1940) capaz de atender às necessidades da vida de um trabalhador chefe de família. A Constituição criou a Justiça do Trabalho, que entrou em pleno funcionamento em 1941, fazendo surgir em 1943, a Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, codificação das leis de trabalho e sindicais da época.

A instituição da carteira de trabalho se tornou fundamental para o trabalhador. Este, agora, passou a ter evidência jurídica de seus direitos trabalhistas, sendo revelado a profissão exercida tão importante para o atestado de sua cidadania. A população economicamente ativa passou a ser dividida em regulamentados e não regulamentados. Apenas os trabalhadores que

tinham categoria profissional especificada na carteira de trabalho, podiam se associar em sindicatos reconhecidos pelo Estado<sup>29</sup>. Aqui a idéia de cidadania estava vinculada ao trabalho reconhecido por lei, comprovado pela carteira profissional.

Na área da previdência, os grandes avanços se deram com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos (IAPMs), dando início ao processo de transformação e ampliação das Caixas de Aposentadorias e Pensão, criadas na década de 20. Os IAPs prosseguiram ao longo da década, ampliando a rede de beneficiários. Segundo Carvalho,

“Os institutos (IAPs) inovaram em dois sentidos. Não eram baseados em empresas, como as CAPs, mas em categorias profissionais amplas, como marítimos, comerciários, bancários etc. Além disso, a administração dos IAPs não ficava a cargo de empregados e patrões, como no caso das CAPs. O governo era agora parte integrante do sistema” (2003, p.113).

É importante sinalizar que o governo brasileiro estava sendo pressionado a restabelecer um regime constitucional e a preparar uma minuta da nova Constituição. Aproveitando este momento, as mulheres apresentaram propostas feministas que foram discutidas e aprovadas nos Congressos Feministas por Bertha Lutz<sup>30</sup>. Algumas conquistas que os movimentos feministas conseguiram inserir na Constituição de 1934 foram o direito da mulher de votar e serem votadas em situação de igualdade aos homens; de conservarem a nacionalidade e transmitirem aos filhos se casadas com estrangeiros; pagamento igual para o trabalho igual; salário mínimo, limite de oito horas de trabalho diário; férias remuneradas; licença maternidade; direito de acesso das mulheres a funções públicas; participação das mulheres na direção e administração de programas de assistência e bem-estar social relativos à maternidade e à infância<sup>31</sup>.

Em 1938, criou-se o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado. Deste modo, a previdência social foi estendida a quase todos os trabalhadores urbanos, deixando de lado, ou seja, excluindo categorias importantes que não eram beneficiadas pela política de previdência, como: trabalhadores autônomos, rurais e domésticos (que na grande maioria era formado pelas mulheres).

---

<sup>29</sup> Isto se tornou um diferencial para o trabalhador, pois apenas os sindicalizados podiam apresentar reclamações trabalhistas perante as Juntas de Conciliação e Julgamentos. Para Carvalho, essa legislação social foi *“introduzida em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis. Este pecado de origem e a maneira como foram distribuídos os benefícios sociais tornaram duvidosa sua definição como conquista democrática e comprometeram em parte sua contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa”* (CARVALHO, 2003, p.110).

<sup>30</sup> Bertha Lutz foi uma mulher que teve grande repercussão no movimento feminista no início do século XX.

<sup>31</sup> Ver MOTT, 2001.

Na área sindical, houve o decreto que estabeleceu o direito de sindicalização. Os sindicatos deveriam ser instrumentos de harmonia e de representação de interesses entre patrões e operários. O governo passou a ser o mediador e árbitro deste sistema. Para Carvalho:

“A ligação dos sindicatos com o governo ia além da de órgãos consultivos e técnicos. O governo mantinha delegados seus dentro dos sindicatos. Os delegados assistiam às reuniões, examinavam a situação financeira e enviavam relatórios trimestrais ao governo. Os sindicatos funcionavam sob restrita vigilância, podendo o governo intervir caso suspeitasse de alguma irregularidade. Além disso, embora a sindicalização não fosse obrigatória, o governo reserva certas vantagens para os operários que pertencessem a sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho” (2003, p.116).

Cabe ressaltar que foi durante o período do Governo Provisório que a legislação trabalhista, previdenciária e sindical ganhou corpo no Brasil. Segundo Gomes:

“Na época, ela estava voltada para uma população de trabalhadores urbanos, que então crescia em número e possuía um passado de lutas organizadas. Trabalhadores rurais, autônomos e domésticos, todos muito numerosos e se constituindo na maioria da população trabalhadora do país, ficaram de fora da estrutura de proteção que então se inaugurava. Apesar disso, não se deve minimizar o impacto dessa legislação, que apontava a direção intervencionista e protetora do Estado em assuntos trabalhista” (2002, p.28/29).

Diante deste quadro, houve a regulamentação da profissão, a carteira profissional de trabalho e o sindicato público como parâmetros essenciais para a definição da cidadania. Conforme Santos:

“Os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal. O instrumento jurídico comprovante do contrato entre o Estado e a cidadania regulada é a carteira profissional que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico” (1994, p.69).

Após a reestruturação da esfera produtiva, através de leis trabalhistas, o Estado se voltou para a política social. Neste momento, a previdência social passou a ser condicionada pela cidadania regulada, passando a ter as seguintes características: era administrada pelo governo em “benefício” do cidadão, que era reconhecido socialmente pela sua profissão; os trabalhadores que não eram regulamentados ficavam na dependência de um reconhecimento

prévio do Estado ou de ações filantrópicas, pois era ele quem decidia se a demanda era ou não legítima. Era o Estado que definia quem era ou não cidadão. Segundo Santos, *“a regulação da cidadania implicou, na prática, em uma discriminação na distribuição dos benefícios previdenciários na mesma medida em que quem mais podia contribuir, maiores e melhores benefícios podia demandar”* (1994, p.70).

Para Santos (1994), este tipo de contrato gerava uma cidadania restrita, regulada, para poucos, liga à idéia de uma estratificação ocupacional, não a um código de valores políticos, e que era definido, por uma norma que lhe concedia legalidade. Sendo assim, a cidadania estava diretamente ligada à profissão e os direitos do cidadão restringiam-se aos que estavam inseridos no processo produtivo. Com isso, todos os que estavam em ocupações não reconhecidas por lei tornavam-se pré-cidadãos. E isso, incluía as mulheres.

Nesse período, a previdência social brasileira ainda estava vinculada ao mercado de trabalho formal e à capacidade de contribuição dos trabalhadores. Cabe ressaltar, que por causa dessas características não eram beneficiados pela previdência os trabalhadores rurais, pobres e mulheres. Segundo Giuliani:

“A noção de cidadania permanece vinculada ao emprego estável, assalariado e urbano, priorizando o espaço fabril de produção e mantendo como interlocutores privilegiados os trabalhadores das grandes empresas. Se, por um lado essas ações representavam um avanço nas relações de trabalho, antes despojado de mediações, por outro, acabam excluindo a maioria dos trabalhadores” (2001, p.641).

#### **1.2.4 República Democrática Populista (1945-1964): Cidadania Popular**

No pós Segunda Guerra Mundial, com a disseminação dos abusos contra pessoas e grupos – genocídios, assassinatos em massa, crimes contra a humanidade – os Estados internacionais viram a necessidade de se criar padrões mínimos de tratamento aos cidadãos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) se constituiu nessa tentativa, ao estabelecer um conjunto de direitos que se baseiam no princípio da dignidade independente do seu sexo, cor, raça, nacionalidade, idade, etc. Segundo o Guia de Direitos Humanos das Mulheres:

“O reconhecimento universal de um conjunto de direitos a serem protegidos como direitos humanos (encontrados nas leis e subseqüentes instrumentos de direitos humanos) representa um poderoso e importante consenso sobre a

dignidade que deve ser atribuída a todos os seres humanos e sobre a vontade das sociedades em respeitar os direitos básicos de todos” (1997, p.10).

Este novo contexto internacional condenava. As ações dos governos baseadas em regimes centralizados e teve grande difusão das idéias liberais. Tanto que as idéias liberalizantes chegaram ao Brasil com força, levando a uma reorientação política que levou ao processo de construção da democracia no país. Segundo Neves:

“Dessa forma, o ano de 1945 teve um significado especial na política brasileira. Isso porque, se por um lado representou um marco de ruptura relevante ao processo de dismantelamento da ditadura estadonovista, apontando alternativas de transformação do regime político, por outro, foi simultaneamente, uma conjuntura na qual os elementos da continuidade rearticularam-se por dentro do próprio processo de transição, representando um marco de continuidade na transformação” (1997, p.97).

O restabelecimento da democracia e elaboração de uma nova Constituição (1946) recolocaram em cena os direitos políticos e civis. Pois, apesar da urbanização ter facilitado o processo de acumulação, também gerou o aumento da mortalidade infantil, precarização da educação, do sistema de saúde, da infra-estrutura, saneamento básico precário, o que aprofundou ainda mais a desigualdade social e a concentração da riqueza do país. Dentro desta nova ordem, não era mais admissível que um país que se encontrava em expansão não criasse medidas que fossem de encontro às questões sociais.

Foi a partir daí, que novos investimentos foram realizados no sentido de expandir os direitos sociais. Por isso, houve a iniciativa de se criar a Lei Orgânica de Previdência Social - LOPS (1960), que uniformizava, sem unificar, os serviços e benefícios prestados pelo sistema previdenciário brasileiro. A LOPS desvinculou a prestação de serviços de assistência dos pagamentos de benefício das categorias profissionais. Para Santos, “*este foi o único golpe no conceito de cidadania regulada*” (1994, p.72).

Mas, a grande novidade veio do campo. Em 1963, foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural, que estendeu a legislação social e sindical para o campo. Isso estimulou a formação de sindicatos rurais sob a influência dos grupos de esquerda, em destaque pela Igreja e Ação Popular. Os sindicatos se tornaram em instituições simples e desburocratizadas, chegando a causar preocupação aos grandes proprietários de terra. Destacam-se às trabalhadoras rurais que aproveitaram deste momento para expressar as questões que lhes eram próprias, partindo das reflexões de seu cotidiano, de sua vida doméstica. Para Giuliani:

“Embora tivessem uma consistência interna muitas vezes frágil (naquele momento), as trabalhadoras aprenderam a expressar toda a riqueza e as potencialidades criadoras da crítica à divisão sexual do trabalho, evoluindo, em suas reivindicações, para uma clara confluência com o ideário feminista” (2001, p.654).

Assim, foi nesse período de democracia popular, apesar da ordem social ter mantido um padrão de exclusão para grande parte da população, que os direitos formais de cidadania foram ampliados e aprofundados. O sistema de previdência social caminhou para a instituição de um sistema mais democrático, quando se procurou dá-lo maior racionalidade. Vale lembrar, que foi ainda em 1946, que surgiu a primeira proposta de unificação da previdência social, chegando a tramitar no Congresso Nacional, mas não foi aprovada. Parte disso veio da resistência à mudança dos próprios trabalhadores, que temiam que a uniformização dos benefícios representasse um “nivelamento por baixo”, chegando a pressionar o governo contra tal fato.

Diante disto, os trabalhadores rurais, pobres e mulheres continuaram excluídos do sistema de previdência social, já que continuava a proposta de um direito vinculado ao vínculo empregatício e de acordo com a capacidade de contribuição do trabalhador. A estes só restava continuar sob os cuidados das entidades filantrópicas, precários sistemas públicos ou privados.

### **1.2.5 Ditadura Militar (1964-1985): Cidadania em Regresso**

O Estado brasileiro, historicamente, desenvolveu ações de repressão à representação das diversas classes sociais em seu interior, mas no período ditatorial – de 1964 a 1985 – ela se intensificou. Os interesses que sempre foram defendidos eram o da grande burguesia nacional e internacional. Isto ficou claro no período ditatorial, quando o Brasil teve acelerado crescimento econômico e foi criada uma *economia de regulação truncada*<sup>32</sup>, revelando assim, a forte presença do poder das burguesias no Brasil. Segundo Raichelis:

“O padrão de intervenção do Estado brasileiro concentrou-se no financiamento da acumulação e da expansão do capital, em detrimento da consolidação de instituições democráticas e da institucionalização do acesso

---

<sup>32</sup> OLIVEIRA, 1990 *apud* RAICHELIS, 2000, p.67.

público aos bens, serviços e direitos básicos de extensas camadas da população brasileira” (2000, p.68).

As maiores beneficiárias dessa intervenção foram as diversas frações do capital que, embora não homogêneas, dispunham de um grande poder de articulação política. As ações desenvolvidas neste Estado dificultaram a criação de políticas públicas mais globais.

No entanto, mesmo com os direitos políticos e sociais em regresso, conquistas na área social continuaram acontecendo num movimento paradoxal ao regime político vigente. Um exemplo disso, foi a unificação e universalização do sistema previdenciário em um único instituto, no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1966. O INPS acabou com os IAPs e unificou o sistema para os trabalhadores, com exceção do funcionalismo público, civil e militar que mantiveram seus próprios institutos. Em 1971, uma grande conquista se teve para os trabalhadores rurais com a criação do Fundo de Assistência Rural - FUNRURAL<sup>33</sup>, que efetivamente passou a incluir estes na previdência<sup>34</sup>.

E, nos anos que seguiram, em 1972/73, se incluía na previdência social os empregados domésticos e trabalhadores autônomos. Até então, a ação da Previdência Social se referia à Proteção Social daqueles que tinham vínculos formais com o mercado de trabalho. A criação do Ministério da Previdência e Assistência Social direcionou e ampliou o sistema proteção social para uma população que não tinha como base de direitos o mercado de trabalho. Isto já sinalizava para um sistema de proteção social parecido com o que surge nos anos 80. Segundo Gomes, *“Isso significava a inclusão de segmentos sociais definidos ‘fora’ do mundo do trabalho, ‘fora’ das categorias profissionais regulamentadas e reconhecidas legalmente, desde os anos 1930”* (2002, p.60/61).

O final da década de 70 marca a atuação organizada da sociedade civil contra o Estado autoritário brasileiro. Foi uma luta que unificou as diferenças e colocou como foco a atuação

---

<sup>33</sup> Para Santos, *“a criação do FUNRURAL se faz já em uma época posterior à uniformização dos serviços da previdência urbana, que iniciara o processo de rompimento com a concepção anterior, mas vai além, pois, não estando vinculado o esquema de benefícios a contribuições pretéritas (que não existem), impôs a busca de outros critérios para a definição da pauta de direitos que seria equitativamente justo distribuir a ‘todos’ os membros da coletividade agrária”* (1994, p.84).

<sup>34</sup> Algumas características importantes distinguiam o FUNRURAL do sistema previdenciário urbano, dentre elas: ele tinha o financiamento e a administração separados do INPS; rompeu-se com a concepção contratual da previdência, sendo o programa financiado, parte, por tributação incidente sobre as empresas urbanas e por impostos sobre a comercialização dos produtos rurais; os trabalhadores rurais não contribuíam diretamente para o fundo; a regulamentação não era feita pela ocupação do trabalho agrícola. Segundo Gomes, *“tratava-se efetivamente de uma política de tipo redistributivo, uma vez que transferia renda das áreas urbanas para as áreas rurais e estabelecia que o trabalho (e não a contribuição) era o fundamento de uma pauta de direitos sociais básicos”* (2002, p.59).

pela recuperação do Estado democrático, da liberdade de expressão social e política e de direitos político. Para Raichelis, isto “*colocou em xeque não apenas o Estado ditatorial, mais a rede de instituições autoritárias que atravessava a sociedade e caracterizava as relações entre os grupos e as classes sociais*” (2000, p.72).

Neste processo, se encontram entidades do movimento popular, de mulheres, negro, sindical que, com o apoio das Organizações Não Governamentais (ONGs) e instituições ligadas às igrejas, se organizam na luta por políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população. Segundo Dagnino:

“a luta unificada contra o autoritarismo, que reunia os mais diversos setores sociais (movimentos sociais de vários tipos, sindicatos de trabalhadores, associações de profissionais – como advogados, jornalistas – universidades, igrejas, imprensa, partidos políticos de oposição, etc.) contribuiu decisivamente para uma visão homogeneizadora da sociedade civil, que deixou marcas profundas no debate teórico e político sobre o tema” (2002, p.9).

A sociedade civil passou a ser considerada como possível *locus* de resistência ao Estado autoritário, que se organizou em diversas frentes de combate e desempenhou papel fundamental no longo processo de transição democrática. A questão da cidadania voltava para o cenário político.

O retorno de algumas instituições democráticas formais básicas (como da eleição, livre organização política partidária, liberdade de imprensa, etc.) e o avanço de construção democrática contribuíram para explicitar os diferentes projetos políticos que se definiam, expressando visões diferenciadas inclusive quanto aos rumos desse processo, tornando assim mais clara a heterogeneidade da sociedade civil. Segundo Dagnino, o objetivo deste processo seria o de “*interferir, influenciar e atuar, de forma decisiva, na definição de políticas econômicas e sociais voltadas para seus interesses*” (2002, p.233).

Movimentos sociais e partidos de esquerda criaram alianças políticas com objetivo de construir experiências de espaços públicos, numa perspectiva de ampliação e democratização do Estado, mantendo uma relação de autonomia entre eles. Para Dagnino:

“uma consequência concreta fundamental dessas visões tem sido a emergência de experiências de construção de ‘espaços públicos’, tanto daqueles que visam promover o debate amplo no interior da sociedade civil sobre temas/interesses até então excluídos de uma agenda pública, como daqueles que se constituem como espaços de ampliação e democratização da gestão estatal. Estamos aqui nos referindo à implementação, ao longo da

última década, dos vários conselhos, fóruns, câmaras setoriais, orçamentos participativos, etc” (2002, p.10).

Os diversos movimentos sociais foram atores sociais importantes na discussão quanto às características históricas das políticas sociais brasileiras (seletivas, fragmentadas, excludentes e setoriais), à incorporação das vontades da sociedade, à definição de novas formas de organização e gestão das políticas públicas, especialmente as políticas sociais. A partir desses questionamentos, dois princípios foram levados à Assembléia Constituinte: o da democratização e o da participação.

Entretanto, estas propostas de descentralização e reordenamento institucional não foram específicos do processo político brasileiro, faziam parte de uma tendência mundial que estava relacionada à crise da década de 70. Isto criou novos discursos e práticas sociais relacionados com a partilha de poder, seja no âmbito do Estado Federal para os estados e municípios, seja para parcela de decisão política do Estado para a sociedade. Segundo Utreras:

“a finales de la década anterior se produce en Latinoamérica, El Caribe, en el Continente y en buena parte del mundo lo que podríamos llamar un ‘boom’ de credibilidad, confianza y por lo mismo de apoyo a los gobiernos locales o municipios, reconociéndoles como las instancias de gobierno más cercanas a la comunidad y por lo mismo más efectivas y próximas a hacer realidad una verdadera participación ciudadana en la gestión pública” (2002, p.82).

Na década de 80, a descentralização do Estado aparece como exigência praticamente compulsória. Essa exigência é fruto do avanço democrático da sociedade brasileira, que pôs em questão a forma do governo autoritário e centralizador. Conforme Jovchelovith:

“O Estado do pós-guerra se agigantou, assumiu fortes características intervencionistas no plano da economia, nos padrões de reprodução social de seus cidadãos e, fundamentalmente, na manutenção de relações de dominação. Em outras palavras, o Estado vinha se comportando como o único protagonista econômico e social do mundo contemporâneo” (1998, p.37).

Assim, a centralização do Estado, por longos anos, se impôs à sociedade, dificultando ou esvaziando a sociedade civil e neutralizando o exercício da cidadania. O cidadão foi convertido em usuário dos serviços oferecido e produzido pelo Estado. Contudo, na medida

em que a sociedade civil reclama e luta pelo resgate da cidadania e elabora estratégias de contraposição ao controle exercido pelo Estado, novos espaços de atuação são constituídos.

Desta forma, a idéia básica da descentralização e da municipalização entra na estratégia de consolidação democrática ligada à participação, mostrando que a força da cidadania pode ser construída no município. A essência do poder local reside em ser este a autoridade mais próxima das necessidades e reivindicações da população. O fortalecimento desse poder implica em descentralizar e também em democratizar. Na verdade, a autonomia municipal significa maior participação dos cidadãos nos assuntos do governo, ao mesmo tempo em que o Executivo municipal pode ser o nível de governo mais imediato aos cidadãos, estando sujeito a maior controle popular que outros níveis.

Para que esta mudança no conceito de poder local ocorresse, foi necessário que houvesse mudanças na conjuntura política, no cenário econômico e na dimensão cultural. Conforme Gohn:

“o poder local foi redefinido como sinônimo de força social organizada como forma de participação da população, na direção do que tem sido denominado ‘empowerment’ ou empoderamento da comunidade, isto é, a capacidade de gerar processos de desenvolvimento auto-sustentável com mediação de agentes externos...” (2001, p.35).

Este novo processo ocorre com o estabelecimento de novas redes societárias, sem articulações políticas mais amplas com partidos políticos ou sindicatos. E, com a Carta Constitucional de 1988 deu nova forma à organização do sistema federativo brasileiro, redefinindo o papel do governo federal, que passou a assumir prioritariamente a coordenação das políticas públicas sociais, enquanto os municípios, reconhecidos como entes federados autônomos, assumiram a maior parte da responsabilidade de execução dessas políticas. Esse formato federativo previu a transferência de diversas atribuições, responsabilidades e recursos da instância federal para os níveis estaduais e municipais de governo, bem como a autonomia de estados e municípios para definirem a organização e a gestão de suas políticas.

O processo de redemocratização do Estado brasileiro possibilitou a participação popular na gestão da coisa pública ao fundar os princípios para a introdução de algumas experiências que contribuíram para a ampliação da esfera pública no país, local em que as questões que afetam o conjunto da sociedade são expressas, debatidas e tematizadas pelos diferentes atores sociais. Esses espaços possibilitaram um exercício do controle público sobre a ação governamental, como tornou público os interesses da sociedade.

Dentro deste processo, as mulheres também se organizaram e participaram de movimentos, em diferentes frentes de organizações, na luta pela restauração da democracia, por melhores condições de vida, por direitos ligados ao trabalho, na afirmação de sua diferença. Neste período duas questões foram de fundamental importância para o aumento da consciência feminina em relação a sua condição: sua maior participação nos movimentos sociais feministas, bem como seu ingresso crescente no mercado de trabalho. Questões estas que, definitivamente, às inscreve na esfera pública.

Nos anos 80, com a redemocratização do país, houve a revisão da constituição, surgindo a Constituição Federal de 1988, que consagrou um novo patamar para os direitos de cidadania no Brasil. Teve então, o surgimento da idéia de uma “cidadania plena”, já que a mesma expandiu os direitos políticos, resguardou os civis e incorporou os sociais. Tornando-se conhecida como a “Constituição-cidadã”, particularmente, por inaugurar novas dimensões de direitos<sup>35</sup>. Segundo Carvalho:

“O esforço de reconstrução, melhor dito, de construção da democracia no Brasil ganhou ímpeto após o fim da ditadura militar, em 1985. Uma das marcas desse esforço é a voga que assumiu a palavra cidadania. Políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais, dirigentes de associações, simples cidadãos, todos a adotaram. A cidadania, literalmente, caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substituiu o próprio povo na retórica política. Não se diz mais ‘o povo quer isto ou aquilo’, diz-se ‘a cidadania quer’. Cidadania virou gente. No auge do entusiasmo cívico, chamamos a Constituição de 1988 de Constituição Cidadã” (2003, p.7).

Deste modo, verifica-se que o uso do conceito de cidadania plena, como a existência de cidadãos, é um fenômeno que teve seu início com o processo de construção da democracia, que surgiu após o longo período ditatorial, de 1964 para os dias atuais. A Constituição Federal de 1988 foi um marco importante na ampliação de direitos e constituição de cidadãos.

### **1.2.6 Regime Democrático (1988 em diante): Cidadania Plena para Todos?**

Em 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal que, marcou o restabelecimento do Estado democrático, apresentando assim uma ruptura com o passado excludente. Desde então, todos os homens, mulheres, brancos, negros, crianças, idosos, deficientes físicos, entre outros se tornaram cidadãos plenos de direitos.

---

<sup>35</sup> GOMES, 2002.

Esta Constituição passou a garantir e ampliar os direitos políticos, civis e sociais. Em relação aos direitos civis, foram amplamente assegurados pelo artigo 5º, que *“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se... a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade...”* (Capítulo 1, artigo 5º da CF-88). Quanto aos direitos políticos, *“a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos...”*, agora jovens de 16 anos, facultativamente, podem votar e analfabetos (Capítulo IV, artigo 14º da CF-88). E, no que se refere aos direitos sociais, houve a garantia do que já existia e ampliação com o surgimento de novos direitos, garantindo em lei: *“a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”* (Capítulo II, artigo 6º, da CF-88).

A ampliação dos direitos para todos, se deu independente do vínculo empregatício, todavia o trabalho ainda continuou sendo o fundamento importante para a cidadania. Isto não mudou. Pois, mesmo a seguridade social – saúde, seguridade social e assistência social – tendo sido estendida a todos os cidadãos, independente do vínculo empregatício, a contribuição desse sistema permaneceu, só que agora por outras vias. A saída que se teve para que esse sistema ampliasse seu atendimento, foi a partir da diversificação das fontes de financiamento. As contribuições passaram a ser feita sobre a folha de salários (de empregados, empregadores, autônomos), sobre o lucro líquido das empresas, pelo COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade), PIS/Pasep, entre outros.

Mas cabe colocar que a garantia desses direitos em lei é uma conquista, mas sua efetivação na prática é outra coisa. E fatores têm contribuído para a não concretização das conquistas da Constituição em vigência: uma delas é que o Brasil por ser marcado por ampla desigualdade social, por muitos séculos, continua a existir a desigualdade e discriminação de diversos setores populares no que se refere ao acesso aos direitos previdenciários, acesso à justiça e equidade social, à moradia, à educação e à saúde de qualidade.

Por outro lado, o contexto que se configurou nos anos 90 foi de reestruturação do processo produtivo e globalização, que estimulou a abertura das economias nacionais para competição global, mundialização do capital financeira, reduziu o poder de barganha e o controle das instituições nacionais. Sendo assim, conforme Luca:

“As determinações constitucionais, que caminhavam na direção de uma noção ampliada de cidadania, logo passaram a ser alvo de críticas pelos defensores da livre atuação do mercado. Os limites à entrada de investimentos estrangeiros e a proteção ao trabalhador foram vistos como

limitações à integração da economia nacional ao mercado de trabalho” (2003, p.489).

A implantação do sistema neoliberal no país teve conseqüências profundas nas relações trabalhistas e processo produtivo. Acontecendo em ritmo acelerado a precarização o aumento do desemprego, da vulnerabilização das relações de trabalho, contratação do trabalhador em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Como também, flexibilizou a mão-de-obra, a terceirização e o crescimento da economia informal romperam com a relação salário-productividade. Como conseqüência imediata o aumento da pobreza e da desigualdade social tornou-se comum para amplos de segmentos da sociedade brasileira e neste quadro as mulheres se encontram mais dentro deste contexto de pobreza e de desamparo social. E, o que tem acontecido com os direitos cidadãos femininos diante desse quadro de precarização do trabalho? E as recentes conquistas garantidas pela Constituição Federal de 1988?

Neste final de século, mesmo diante de todos os direitos que as mulheres conquistaram em lei, em especial no que se refere ao trabalho, elas se inserem no mercado de trabalho nas piores condições. Pois, são as principais a responder a essa nova demanda de mercado reestruturado e globalizado. As trabalhadoras estão em sua grande maioria inseridas em maior número nos setores informais, precários, estão propícias ao desemprego, recebem salários inferiores aos homens entre outros fatores que estabelecem uma precária inserção no mercado de trabalho.

As conquistas na área trabalhista, garantidos pela Constituição Federal, foram amplas, como: a proibição do trabalho noturno, perigoso e insalubre; licença à gestante, sem prejuízos do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias, a maternidade foi reconhecida como função social e teve o tempo de licença estendido; com a licença paternidade, as mulheres passam a serem contempladas também; assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas; a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil, acerca do trabalho feminino; a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.

Todavia, se a cidadania social é ter um conjunto de direitos que possibilita a igualdade em relação aos homens e a eliminação da discriminação, infelizmente, estes não têm sido efetivados na prática. Ainda são grandes as diferenças e disparidades entre as mulheres e homens no que se refere ao acesso ao trabalho, ao recurso econômico e cultural que poderiam lhes proporcionar oportunidades e trajetórias diversas. E, isto ainda é resultado das

particularidades de sua própria história que determina o favorecimento diferenciado em relação aos homens. Mas, será que se pode afirmar que as mulheres são cidadãs plenas? Quais os dispositivos legais de proteção social que garantem a cidadania feminina? Como garantir cidadania plena para mulheres que se encontram afastadas da riqueza social?

Eis aqui questionamentos que são latentes nos estudos de mulheres e feministas em relação à cidadania feminina. Apesar do Brasil viver um momento de “democracia” política as mulheres ainda não possuem direitos plenos de cidadania garantidos. Apesar da criação de um amplo sistema de proteção social, que apresenta limitações, novos caminhos estão sendo criados pelas mulheres diante da desvalorização do trabalho feminino. Assim, reconhecer as mulheres brasileiras enquanto cidadãs em lei é um grande avanço, mas para que estes se concretizem de fato ainda existe um longo caminho a percorrer.

Desta forma, observa-se que a construção da cidadania feminina brasileira se deu num contexto sócio, político e econômico muito fragilizado. Ainda são precários os sistemas e medidas que acompanhem e proteja os direitos de cidadania feminina. Muitos são os questionamentos e indefinições que existem em relação à esta. Verifica-se que ganhos significativos ocorreram, tanto para homens quanto para as mulheres, mas a construção de uma igualdade de gênero ainda é um processo “árduo e complexo” que se tem de lutar, acompanhar e proteger.

Contudo, como não se pretende esgotar nesse primeiro momento a discussão sobre a cidadania feminina. A seguir será apresentada uma discussão sobre a participação do movimento feminista na luta pela ampliação de direitos cidadãos, bem como acerca da inserção das mulheres da Região Metropolitana do Rio de Janeiro no mercado de trabalho, visando conhecer e analisar aos fatores que foram de suma importância para o aumento da consciência de gênero, reivindicação e luta para conquista dos direitos da cidadania feminina brasileira.

## **CAPÍTULO II**

### **GÊNERO E TRABALHO:**

*Novas possibilidades para a construção da cidadania  
Feminina*

## **GÊNERO E TRABALHO: *novas possibilidades para a construção da cidadania Feminina***

O processo de construção da cidadania feminina não se deu de forma automática. Passos importantes foram dados pelas mulheres, que mostraram saber conquistar direitos e lutar pela igualdade de gênero, através de um árduo e complexo caminho. Verificou-se que dois processos foram fundamentais para a conquista e avanço dos direitos das mulheres: a sua organização através de movimentos e a “saída” de suas casas para ingressarem no mercado de trabalho.

Por isso, o presente capítulo focará esses dois processos, movimento feminista e inserção das mulheres no mercado de trabalho, visando refletir sobre as possibilidades que estes trazem para o processo de construção da cidadania feminina.

### **2.1 MOVIMENTO FEMINISTA: O PODER DE ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA POR CIDADANIA**

“Quanto às suas reivindicações, as mulheres não esperaram o fim do milênio para se manifestarem. Suas lutas estão presentes em todas as etapas da experiência humana, embora assumindo formas diferentes e quase sempre ausentes dos compêndios de história e registro geral. Costumo argumentar que muitas lutas urbanas, antigas e contemporâneas, foram, na realidade, movimentos feministas envolvendo as necessidades e a administração da vida diária” - Manuel Castells

A emergência dos movimentos sociais, ou “novos movimentos sociais”<sup>36</sup> como muitos autores preferem chamar, nos anos de 1960/70, se constituiu em uma forma de resistência e de sobrevivência política por parte da sociedade civil brasileira frente ao regime ditatorial. Esses

---

<sup>36</sup> É importante destacar que nestas décadas foram desencadeados diversos movimentos sociais ao redor do mundo. Acerca da noção de “Novos Movimentos Sociais”, cf. Sader (1988).

movimentos se organizaram, por grupos de interesse, para reivindicarem junto ao poder público – prefeitura, governo do Estado ou ainda governo Federal – seus direitos e mudanças em suas condições de vida. Isto tornou visível a relação entre os movimentos sociais e as esferas institucionalizadas de poder no âmbito público.

Esses movimentos reivindicatórios deram visibilidade à luta de atores que estavam, até então, excluídos dos debates políticos, como membros de associações de moradores, mulheres, negros, índios, etc. A partir do processo de redemocratização, estes atores passaram a ter legitimidade social e a dialogar com o Estado, atuando como sujeitos políticos e consolidando campos de poder. Segundo Barsted, “*foi à visibilidade desses movimentos e o campo de poder que daí se formou que tornaram os movimentos sociais interlocutores das instituições governamentais e da sociedade com potencialidade de mudar práticas e padrões culturais discriminadores*” (1994, p.39).

Assim, a presença das mulheres no cenário político e social brasileiro é um fato inquestionável. Elas surgiram a partir de vários grupos – geralmente, de classe média, com nível de educação superior – inspiradas pelo feminismo europeu e norte-americano dos anos 60, enfrentando a crítica dos setores mais conservadores e progressistas, os quais acreditavam que a questão da mulher parecia irrelevante ou até reacionária. Para Castells, esses feminismos são oriundos “*dos movimentos sociais tanto por seu componente relativo aos direitos humanos como por suas revolucionárias tendências contraculturais*” (1999, p.212).

O movimento feminista rompe com a tradição conservadora do papel que fora designado às mulheres por séculos, chegando a questionar um dos sistemas de discriminação mais antigo, o patriarcalismo. Conforme Soares, “*o movimento de mulheres nos anos 70 trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas na defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia de suas desigualdades*” (1994, p.13).

Mas, o que diferenciou os movimentos feministas do final do século XX da “*primeira onda do feminismo*”<sup>37</sup>? Os movimentos feministas, dos anos 1960 em diante, na Europa e Estados Unidos e dos anos 70 no Brasil, se destacaram por sua forma organizada, sistemática,

---

<sup>37</sup> Para Rodrigues “*a primeira onda feminista compreende os primeiros movimentos – tem início em fins do século XVIII, com a Revolução Francesa, perpassa o século XIX e adentra as primeiras décadas do século XX. Desde aí, foram se conformando feminismos vinculados a diferentes correntes político-ideológicas: liberal, cristão, socialista, anarquista. Nesse processo, destacam-se as lutas e conquistas específicas, pelo acesso à educação de nível médio e superior e ao trabalho remunerado, e pelo direito de votar e ser votada, territórios estes interditados às mulheres. Assim, a condição objetiva de exclusão das mulheres do campo do conhecimento, da formação e atuação profissional e da representação política, orientou a luta em prol da sua inserção na esfera pública e da igualdade de direitos e de oportunidades*” (2002, p.1).

maciça e global na luta contra a opressão das mulheres pela conquista de uma cidadania plena e uma sociedade democrática. De acordo com Rodrigues:

“Nos anos sessenta/setenta tem início uma **nova onda feminista** (um segundo momento do feminismo), com um amplo questionamento da opressão das mulheres na sociedade. O projeto é o de mudança na situação das mulheres (de discriminação e opressão), mudança de valores e mentalidades (rumo à igualdade de direitos, oportunidades e responsabilidades), e mudança nas relações de gênero (pela simetria e diálogo entre o masculino e feminino)” (2001, p.2 – grifos meus).

No caso específico do Brasil, o movimento de mulheres surgiu (e permanece) de modo heterogêneo<sup>38</sup>. Por causa do contexto em que surge – em meio a políticas locais e nacionais repressivas e ditatoriais<sup>39</sup>, o feminismo emerge no seio das militantes dos partidos de esquerda e de mulheres engajadas na luta pela redemocratização do país, gerando assim, um feminismo politizado e com impactos profundos na consciência das mulheres.

Pode-se dizer que as mulheres que aderiram às propostas de trabalho dos movimentos sociais, ao transcenderem seu cotidiano doméstico, fizeram surgir um “novo sujeito social”: as mulheres, atores políticos, que lutam pelo reconhecimento da condição da mulher como uma problemática social. Elas estavam presentes nos movimentos pela anistia política, contra o alto custo de vida, por creches, pela criação de associações e casas de mulheres e entraram nos sindicatos onde reivindicam um espaço próprio. Com isso, temas presentes na esfera privada tornam-se visíveis e entram no cenário político.

Esta inserção no espaço público trouxe a tona à visão de uma “nova” mulher, que rompe com os valores tradicionais e conservadores, defende seus direitos e necessidades, manifesta as desigualdades existentes entre homens e mulheres, cria e se apropria de novos saberes, novas informações que redefinem as relações de poder nas esferas pública e privada.

---

<sup>38</sup> Isto diferencia o movimento de mulheres brasileiro de outros países, pois nestes as mulheres se localizam em movimentos com ideologia e corrente teórica definidas. Pode-se ter como exemplo o movimento das norte-americanas que se dividiu em diversos grupos autônomos, sendo os principais: o feminismo *radical*, que via os homens como agentes de opressão feminina, chegando a criar uma cultura feminina autônoma; o feminismo *liberal*, o qual concentrou seus esforços na obtenção de direitos iguais para as mulheres; no feminismo *socialista*, se associou questões do movimento feminista radical as do movimento anti-capitalista, onde se apropriaram das teorias marxistas e da política de esquerda (cf. Castells, 1999).

<sup>39</sup> Confrontar o capítulo I.

A emergência do feminismo possibilitou a criação das condições necessárias para a legitimação da condição feminina como objeto de estudo. O movimento organizado de mulheres estabeleceu um corte histórico, dentro das Ciências Sociais, sobre a produção científica sobre as mulheres ampliando e tornando-a mais crítica. Para Pinto:

“Os novos saberes referem-se tanto à reivindicação do grupo onde a mulher se insere como ao próprio encontro com outras mulheres. Desta forma, redefine a posição da mulher não somente na relação direta com seu companheiro, pais, familiares, mas lhe dá uma posição diversa entre suas relações de amizade e vizinhança o que, por sua vez, redefine a própria relação ao nível público” (1992, p.132).

Assim, novas formas e significados começam a ser dados aos estudos feministas a partir de inúmeras possibilidades de abordagem para o conhecimento das questões particulares e coletivas das mulheres. Anterior aos anos 60, a identidade feminina e sua condição social estavam embasadas em fatores biológicos – na força muscular, nas dimensões do cérebro, na reprodução da espécie –, o que caracterizava sua inferioridade em relação ao homem.

A partir da segunda onda do feminismo, esta função social das mulheres passa a ser questionada. A frase tão famosa de Simone de Beauvoir “*não se nasce mulher, torna-se mulher*”<sup>40</sup>, foi difundida entre os diversos movimentos ao redor do mundo, propagando a idéia de que a identidade sexual é uma construção social e não um dado natural ou biológico. Com isso, Beauvoir denunciava que a mulher estava sendo subordinada à dominação masculina por causa de sua fisiologia.

Conforme Griffin (1991), a reprodução dessa ideologia baseada no sexo começou a ser grandemente propagada com a implantação da ordem burguesa, justificando a diferença entre os indivíduos por causa de características biológicas superiores. Por isso, se investiu no controle da sexualidade das mulheres, colocando-a na esfera privada, doméstica.

Neste período, cresceu o número de estudos antropológicos sobre a condição feminina a partir da diferença sexual do trabalho entre homens e mulheres. De acordo com Mota:

“Com o desenvolvimento das análises baseadas na ótica da mulher, dois problemas decorrentes foram apontados: a escassez de dados históricos sobre as atividades e o ponto de vista das mulheres; e a caracterização da ciência como atividade ideológica que fortalecia a supremacia social masculina e reforçava a desvalorização da esfera privada, o mundo da mulher. Como

---

<sup>40</sup> Ver GRIFFIN, 1991.

resultado, a esfera privada, de reprodução, ‘invisível’ socialmente, foi relegada pela ciência à ‘ordem natural das coisas’” (apud GRIFFIN, 1991, p.101).

Com a proliferação dos estudos da mulher, paulatinamente, houve a substituição da categoria sexo para a de gênero trazendo a idéia de construção social do papel da mulher e do homem. Os estudos de mulheres, e mais tarde, os de gênero tornaram-se um campo específico de saber sobre a mulher que perpassava as diversas disciplinas das Ciências Sociais, Psicanálise, Lingüística, Literatura, Antropologia, História. Estes estudos estabeleceram diálogos com os movimentos feministas de maior impacto na época, o europeu (particularmente o francês) e o americano, no qual surgiu o uso da categoria analítica de gênero. No Brasil, foi apenas nos anos 90 que o gênero se tornou categoria fundamental de análise. Segundo Costa, “*em diferentes partes do mundo, desde então, os estudos sobre mulheres, além de conhecerem crescimento significativo em relação aos anos anteriores, ganham sucessivos refinamentos*” (2003, p.191).

Desta forma, os estudos de gênero passaram a analisar a questão das mulheres não mais baseadas no determinismo biológico implícito nos termos ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’, que pensava na diferença a partir de sua fisiologia, mas a partir de uma visão relacional entre os indivíduos, mulheres e homens. Para Scott:

“Gênero (surge) como substituto de ‘mulheres’, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que implica no estudo do outro. Este uso insiste na idéia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da idéia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (1990, p.4).

Dessa forma, as teorias de gênero seguem uma perspectiva relacional, como uma construção social, buscando mostrar a necessidade de não se estudar apenas as mulheres, mas

as relações que são estabelecidas entre homens e mulheres. Este conceito situa as transformações historicamente por elas sofridas através dos mais distintos processos sociais. A partir disso, a categoria gênero abarcou também em seu conteúdo a pluralidade das relações humanas, abrindo caminhos para reflexão da relação entre homens-homens e mulheres-mulheres e mulheres-homens<sup>41</sup>.

Segundo Petersen (1999), os estudos baseados nas relações entre homens e mulheres tiveram como foco três teorias fundamentais: 1) as *teorias do patriarcado* – que explicam a subordinação feminina como parte da necessidade masculina em dominar as mulheres; 2) *enfoques oriundos da tradição marxista* – que explicam a subordinação das mulheres a partir da emergência da propriedade privada e da família monogâmica; e, por fim, 3) *as escolas psicanalíticas* (francesa e anglo-saxônica) – ambas são diferentes entre si, mas se preocupavam com o processo de criação da identidade do sujeito, que iria desde o desenvolvimento da criança até sua vida adulta.

Essas teorias impactaram os novos campos de pesquisas e áreas de produção do conhecimento entre os historiadores, antropólogos e etnólogos, especialmente nos anos de 1960 e 1970, os quais passaram a valorizar aos estudos da microanálise. Assim, as macroanálises – interesse pelos relatos históricos de líderes políticos, instituições políticas, do capitalismo, da produção – deixam de ser as únicas observadas para dar espaço ao estudo do que acontecia no cotidiano da vida social de operários, criados, mulheres, grupos étnicos, etc. Conforme Costa:

“os estudos sobre as relações entre homens e mulheres trazem à baila cenas da intimidade, da vida cotidiana, associadas ou não a processos políticos. Convergem, sempre, para a escala microanalítica, orientação metodológica que retirará das áreas de sombra da historiografia fenômenos nunca antes percebidos nas formulações gerais sobre a vida social, daí redefinirem-se clássicos paradigmas sobre os sistemas de poder e subordinação” (2003, p.190).

É neste quadro, que a “cultura feminina” passa a ter um interesse particular pelas diversas disciplinas do saber, que surge o interesse em estudos, linhas de pesquisas, criação de núcleo de estudos sobre as mulheres e relações de gênero. Surgem assim, diversas linhas de pesquisas, bem como pesquisadores interessados pela temática, de várias áreas do

---

<sup>41</sup> Embora, inicialmente, a discussão de gênero debatia mais sobre mulheres, atualmente é que se tem conseguido estabelecer diálogos com a questão da masculinidade e homossexualidade.

conhecimento acerca dos temas<sup>42</sup> que se tornaram fundamentais nos estudos de gênero. De acordo com Alcântara Costa e Sardenberg:

“Desde o início que na luta das mulheres pela erradicação das desigualdades de gênero e conquista de uma cidadania plena, a ‘teoria’ e a ‘práxis’ estão intimamente ligadas, alimentando-se mutuamente. De um lado, a retomada do movimento feminista tem sido uma fonte inspiradora bastante fértil para o desenvolvimento de estudos e pesquisas acerca da condição feminina. De outro, é certo que, num plano mais amplo, esses estudos têm contribuído para o avanço dos movimentos de mulheres” (1994, p.388).

Dentre os muitos temas abordados pelas pesquisas científicas, o “trabalho” foi tema privilegiado, sendo a porta de entrada dos estudos sobre a mulher na academia brasileira. A obra de Helieth Saffioti “*A mulher na sociedade de classes*” (1969) foi pioneira no estudo sobre a mulher no Brasil. No final dos anos 60 e início dos 70, pesquisas que abordam esta questão, como as de Saffioti (1969) e Blay (1978), se tornaram clássicas na literatura sobre a mulher e, com o passar do tempo, leitura obrigatória nas universidades. Isto provavelmente aconteceu porque o trabalho sempre foi temática predominante na teoria sociológica<sup>43</sup>, bem como, foi considerado pelo feminismo como um dos principais responsáveis pelo empoderamento das mulheres. Grande parte desses estudos abordava a diferença sexual no trabalho e a discriminação da mulher no processo produtivo.

O feminismo brasileiro passou a considerar a mulher trabalhadora como agente principal de transformação da condição feminina, contribuindo para que o tema trabalho aparecesse nas pesquisas sobre a mulher. Contudo, no início, esses estudos apresentavam mais análise macro-sociais da participação feminina no mercado de trabalho, vindo mais tarde a incorporar a articulação entre trabalho e família.

Cabe ressaltar, que a ciência historicamente tem reproduzido as assimetrias observadas nos estudos de gênero, demonstrando o viés androcêntrico e a invisibilidade das mulheres no plano teórico-metodológico. Um exemplo disso foi a Sociologia do Trabalho que não registrou o trabalho feminino na Primeira República, já que presença destas era comum nas fábricas. Segundo Lobo, isto aconteceu porque:

---

<sup>42</sup> Dentre esses temas, pode-se destacar: trabalho, família, cotidiano, vida privada, mulher e escravidão, sistemas de poder e subordinação.

<sup>43</sup> Cabe ressaltar que a Sociologia do Trabalho brasileira apenas a partir dos anos de 1970 incorporou a problemática do trabalho feminino em seus estudos (LOBO, 1992).

“Sociólogos e historiadores trabalharam com um conceito de classe construído através de uma representação masculina do operário e, embora tenha sido afirmado incansavelmente que ‘a classe operária tem dois sexos’, na verdade era preciso reconhecer que a classe era masculina, ou seja, que o conceito remetia a uma posição estrutural... o conceito apontava para um paradigma que se pretendia universal, da classe, mas que – os estudos sobre as práticas e a consciência operárias vão tornar evidentes – se fundava numa generalização das práticas masculinas” (1992, p.254/255).

Logo, com o uso do gênero, as mulheres trabalhadoras começaram a serem levadas em consideração no universo da Sociologia do Trabalho. Com o passar do tempo, outros temas de suma importância acabaram por merecer um lugar de destaque entre os estudos da condição feminina, como o condicionamento da conduta feminina baseada na diferenciação sexual e a criação de um sistema de poder pautado na relação dominação/subordinação.

A divisão da ordem social por sexo, baseada na biologia, estabeleceu padrões de dominação e exploração considerados “normais” e “naturais”, entre homens e mulheres. Conforme Bourdieu<sup>44</sup>:

“Cabe aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares... As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, vêm ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos...” (1999, p.41).

Verifica-se que, por muito tempo, a diferença sexual definiu, e ainda define papéis sociais próprios aos homens e às mulheres, mostrando e identificando os espaços que lhes cabem. Este modo de sociabilidade exaltou e beneficiou os homens por causa de suas características como a força, a virilidade e a superioridade. Isto valorizou e legitimou uma relação de poder entre os diferentes sexos baseada na dominação masculina, expressando assim uma desigualdade entre eles. Logo:

“A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os ‘habitus’: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes

---

<sup>44</sup> Bourdieu (1999) mesmo não trabalhando com a categoria de gênero desenvolveu importantes reflexões para se pensar a discussão da dominação masculina.

das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõe-se a cada agente como transcendentais” (Bourdieu, 1999, 45).

Por conseguinte, esta lógica de se pensar a sociedade criou um mecanismo de reprodução desses “habitus”<sup>45</sup>, que não é só específica das sociedades ocidentais. As próprias mulheres partilham do reconhecimento prático dessa forma de pensar e viver essa relação de poder. Mas, para que isso aconteça, existe uma ordem simbólica violenta que é fundante para essa oposição. Para Bourdieu:

“A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto” (1999, p.47).

Assim, os estudos de gênero foram fundamentais para se pensar neste tipo de dominação, existente durante séculos e que variou nas diversas sociedades e épocas, conferindo aos homens soberania sobre as mulheres como se elas fossem seu objeto particular de manipulação e subordinação.

Por isso, o movimento de mulheres foi um canal importante para o questionamento da relação de subordinação/dominação tanto nas estruturas públicas de poder como nas estruturas privadas. Foi partindo do reconhecimento da “casa” como espaço social de resistência, que as mulheres deram visibilidade a novos temas e significados do seu cotidiano, e mostraram que ‘o pessoal é político’<sup>46</sup>.

Neste período, as mulheres militantes tiveram sua identidade ligada à reprodução social, mas também à política. No início, o foco de suas lutas e reivindicações foi a esfera da reprodução familiar, mas especificamente em relação à maternidade, como adiantado no capítulo I. Com o passar do tempo, as mulheres foram além do debate sobre a condição

---

<sup>45</sup> O conceito de ‘Habitus’, segundo Bourdieu, é “um sistema de disposição duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações” (1994, p.47).

feminina seja nos movimentos seja na academia, passando a denunciar as diferentes formas de opressão e discriminação à mulher e a reivindicar por creches, contracepção, igualdade salarial e combate à violência ao poder público. Conforme Dagnino:

“uma outra face da organização das mulheres nos anos 70 se expressa nas várias vertentes do chamado movimento feminista que, de um lado, potencializa a efervescência dos movimentos de contracultura dos anos 60, em que mulheres trazem questões ligadas à sua identidade, sexualidade e liberdade e, de outro, aglutina mulheres empenhadas em participar das lutas democráticas” (2002, p.238).

Mas, mesmo vivendo num contexto de ditadura, no âmbito mundial a atenção voltou-se para as mulheres, especialmente com a criação dos “anos internacionais” promovidos pela ONU– instituição de grande importância internacional, o que marcou a relação do movimento de mulheres na luta pelos direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos dos Homens, de 1948, afirma que *“todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos... sem distinção de raça, cor, sexo, idioma, religião, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento...”*. Assim é baseada no princípio fundamental de que todas as pessoas possuem dignidade, sendo ‘todos’ portadores de direitos humanos inerentes à sua condição humana. Com isso, foram absorvidos interesses dos movimentos feministas, como de outros grupos “minoritários”, na luta pela ampliação da cidadania.

O ano de 1975 ficou conhecido como o ano em que os grupos feministas reapareceram nos principais centros urbanos. Foi um marco na comemoração do Dia Internacional da Mulher, que com as comemorações públicas reforçou a idéia do início da ‘Década da Mulher’ proposta pela ONU.

Em 1975, com a instituição do *Ano Internacional da Mulher*, um verdadeiro processo de ampliação do debate acerca dos direitos humanos femininos se tornou realidade. Com o reconhecimento por parte das Nações Unidas da opressão sofridas pelas mulheres no mundo, o debate sobre a condição feminina no Brasil tomou um novo rumo, crescendo o número de grupos organizados e a realização de diversas conferências e debates. De acordo com Lobo, Humphrey, Gitahy e Moysés: *“o movimento agrupava mulheres organizadas em torno de reivindicações democráticas (anistia), mulheres vinculadas aos grupos de base da Igreja Católica, aos clubes de mães, a grupos contra o aumento dos preços bem como a grupos evoluindo em direção ao feminismo”* (1986, p.135).

---

<sup>46</sup> VARIKAS, 1997.

Nessa mesma década, aconteceram diversas conferências relativas às mulheres, dentre elas: a I Conferência Mundial da Mulher, realizada pelas Nações Unidas na Cidade do México, em 1975, que resultou na *Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres* (CEDCM), em 1979. Esta foi fruto do movimento feminista internacional que buscava comprometer os Estados Membros das Nações Unidas na condenação da discriminação contra a mulher em todas as suas formas e manifestações<sup>47</sup>.

Por este instrumento legal, a Assembléia Geral das Nações Unidas reconheceu que a discriminação contra a mulher viola os princípios de igualdade de direitos e do respeito à dignidade humana, constituindo-se em obstáculo ao aumento do bem-estar da sociedade e da família, além de dificultar o desenvolvimento das potencialidades da mulher. Segundo Jelin, *“as reivindicações do feminismo pelo fim de todas as formas de discriminação da mulher, as reivindicações por cidadania dos grupos étnicos minoritários, são as manifestações visíveis internacionalmente dessas lutas sociais pela inclusão, eliminação de privilégios e igualdade”* (1994, p.121).

A CEDCM foi assinada pelo Brasil, com reservas na parte relativa à família, em 1981, e ratificada pelo Congresso Nacional, com manutenção das reservas, em 1984. Apenas em 1994, com o reconhecimento pela Constituição Federal de 1988 da igualdade entre homens e mulheres na vida pública e privada, em particular na relação conjugal, o governo brasileiro retirou as reservas, ratificando plenamente toda a Convenção<sup>48</sup>.

Com essas ações, as normas surgidas a partir dessas conferências, em nível internacional, passaram a refletir nas legislações internacionais, como também, exerceram uma forte influência sobre o perfil das políticas públicas e dos movimentos sociais em cada país. Para Costa, seria:

“muito difícil imaginar, hoje, como seriam as nossas legislações, o perfil das nossas políticas sociais e as correntes e tendências dos movimentos da sociedade civil nessas áreas, se não tivessem ocorrido os grandes progressos de mobilização ética, social e política em torno desses temas nos respectivos anos internacionais e nas iniciativas que lhes deram seqüência” (2000, p.21).

Em relação ao Brasil, o que se observa, apesar das enormes dificuldades que o país atravessa e da dimensão dos desafios que se tem pela frente, é uma tendência por parte de

---

<sup>47</sup> Resolução 34/180, em 18 de dezembro de 1979.

<sup>48</sup> Esta Convenção tem força de lei interna, conforme o Parágrafo 2º do artigo 5º da Constituição Federal de 1988.

importantes segmentos da sociedade e também do Estado de sintonizar a legislação e as políticas públicas do país com as mais recentes conquistas observadas no plano internacional.

Cabe salientar, que o país caminhava para a redemocratização, assim o tema cidadania era trazido constantemente pelos movimentos para o debate. Conforme Barsted, este tema não estava sendo debatido apenas como um acesso a direitos, *“mas como a capacidade dos indivíduos de participar na organização do Estado e da sociedade, contribuindo na elaboração de políticas públicas capazes de concretizarem os direitos formais”* (1994, p.38).

Foi dentro desta lógica que as feministas começaram a participar nos organismos governamentais em prol das questões relativas à condição da mulher. Isso aconteceu a partir do momento em que o movimento detectou o Estado como lócus de diálogo na busca de políticas públicas que fossem capazes de reverter o quadro de discriminação das mulheres e de conquista da cidadania feminina.

É importante mencionar que, ainda nos anos 80, surgiu em São Paulo o debate sobre a necessidade de uma atuação governamental mais específica, voltada para a problemática da mulher brasileira. Neste sentido, o movimento se organizou, junto a parlamentares do PMDB, para criação do Conselho Estadual sobre a Condição Feminina. O objetivo deste conselho seria o de torná-lo um espaço de *“elaboração e definição de políticas públicas e de medidas que contribuam para transformar as condições de vida das mulheres”* (DAGNINO, 2002, p.243). Foram criados grupos de estudos para realização de debates e seminários.

Para garantir legitimidade de um grupo mais amplo, as feministas se aproximaram das demandas das donas-de-casa. Assim, foi criado o Comitê Feminino Pró-Montoro, visando a criação de propostas que pautassem as questões da pobreza, da violência, da educação e da saúde, temas ligados ao cotidiano das mulheres dos bairros populares.

Entretanto, as diferenças ideológicas entre as feministas interferiram no processo de criação do Conselho Estadual sobre a Condição Feminina e levaram a acirrados debates que politizaram e qualificaram os movimentos na medida em que colocaram em discussão a natureza do Estado, a autonomia dos movimentos, o relacionamento com ideologias partidárias e com a burocracia estatal. Em 1983, foi criado o primeiro Conselho Estadual sobre a Condição Feminina (CECF) em São Paulo, que definiu como prioridade a atuação de políticas nas áreas de Trabalho, Violência, Saúde e Creches.

O CECF conseguiu ampliar a agenda política do governo, tornando os assuntos referentes à desigualdade de gênero de ordem política. Com isso, foi aberto o canal de comunicação e negociação de políticas públicas junto a diversas secretarias do Estado como a de Trabalho, Justiça e Saúde.

No caso das reivindicações referentes ao trabalho denunciava-se, de um lado, o caráter discriminador que existia nas relações produtivas, pois a mulher acabava por exercer uma “dupla jornada” de trabalho; de outro, a omissão do Estado na criação de serviços como creches e escola públicas dificultava a saída destas ao mercado de trabalho. Assim, o movimento de mulheres ao estabelecer diálogo com o poder público buscou o cumprimento dos direitos trabalhistas vigentes com a ampliação de normas protetoras para as gestantes e para as empregadas domésticas e rurais. Neste momento, também houve aproximação do movimento com os sindicatos a fim de sensibilizá-los da importância de inclusão da questão do trabalho feminino nas pautas sindicais e o estímulo da participação feminina neles.

Finalmente, na forma de Projeto de Lei, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 7.353 de 1985, que estabeleceu a criação do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres - CNDM. O CNDM foi criado com autonomia administrativa e financeira vinculado ao Ministério da Justiça, com *status* de “Miniministério”. Promoveu experiências inovadoras e criativas, trazendo ao Estado o debate sobre temáticas consideradas do mundo, do cotidiano e do privado. O Conselho atuou de forma imediata em três linhas de ações: creches, violência e constituinte. Bem como elaborou projetos para interferir nas áreas de saúde, trabalho, educação e cultura.

O Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres passou a ter visibilidade no plano nacional, quando assumiu a coordenação da campanha *Mulher e Constituinte*, lançada em 1985. Segundo Dagnino:

“Ao mesmo tempo em que os movimentos de mulheres e feministas aderem ao chamamento do Conselho para que as proposições das mulheres cheguem à Constituinte, as mulheres, de forma independente, articulam campanhas e estratégias através de manifestações nas praças públicas, passeatas, debates, abaixo-assinados para as emendas populares” (2002, p.247).

Vale salientar que no ano de 1985 houve a III Conferência Mundial da Mulher, onde foi elaborado um documento chamado “Estratégias para o ano 2000”, que comprometia os países signatários da Convenção a implementarem políticas públicas voltadas para as mulheres, visando a eliminação das desigualdades entre os sexos, bem como orientava as ações do movimento de mulheres.

Estas estratégias foram inseridas nas propostas criadas e discutidas pelo Conselho, nas áreas da saúde, educação, trabalho, violência, etc, e levadas aos constituintes no processo de votação da “nova” Constituição Federal de 1988. O Conselho acompanhou toda a votação do

texto constitucional, tendo sido incorporadas muitas das proposições. Na Constituição foram inseridas normas que declaravam a igualdade entre homens e mulheres, tornando-os cidadãos plenos. Isto foi um marco importante na história das mulheres brasileiras. Para Rodrigues, *“No Brasil, a igualdade jurídica entre homens e mulheres é bem recente: apenas com a Constituição Federal de 1988, é conquistada a igualdade de direitos e de deveres entre homens e mulheres na família e na sociedade”* (2002, p.2).

O reconhecimento político da luta feminista culminou na criação de diversos órgãos públicos, programas governamentais e iniciativas para as mulheres, dentre as quais destacamos: o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM; O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM/RJ; a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos; e as Delegacias Especiais de Atendimento as Mulheres – DEAMs.

O PAISM foi adotado em 1985 como a política oficial do governo brasileiro para a atenção à saúde da mulher. O objetivo do PAISM foi dotar os serviços de saúde de meios adequados, articulando-se os esforços do governo federal, dos estados e municípios para prestar atenção de qualidade à saúde da mulher em todas as fases de sua vida. Entretanto, este programa ainda não faz parte da vida da maioria das brasileiras.

O CEDIM é um órgão de assessoramento na implementação de políticas públicas, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão do Rio de Janeiro. Foi criado através do Decreto 9.906 de 6/5/87 e, posteriormente, pela Lei Estadual nº. 2.837 de 19/01/97 com a atribuição de assessorar, formular, monitorar e implementar as políticas de gênero voltadas para a valorização e a promoção da população feminina, nas áreas de saúde, educação, cultura, prevenção e combate à violência, trabalho, esporte e lazer e comunicação.

A Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos foi criada em 1991, com objetivo de desenvolver trabalhos propostos políticas e pesquisas nas áreas da saúde da mulher e direitos sexuais e reprodutivos, através da reunião de grupos de mulheres, organizações não-governamentais, núcleos de pesquisa, organizações sindicais/profissionais e conselhos de direitos da mulher, além de profissionais de saúde e ativistas feministas.

As Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher - DEAMs surgiram em 1985, com objetivo de atender mulheres vítimas de violência doméstica. No mesmo ano, foram criados os abrigos, centros de orientação jurídica à mulher vítima de violência e os cursos sobre direitos da mulher em academias de polícia.

Alguns anos depois, em 1989, a Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher levou à ONU propostas que estimulavam os países membros a adicionarem mecanismos

nacionais e recursos políticos, financeiros e humanos destinados a programas de promoção da mulher, em diversas áreas como saúde, educação, trabalho.

É inegável que esses programas governamentais foram fruto do diálogo que vinha sendo estabelecido entre o movimento de mulheres e o Estado, como também é resultado da própria participação de feministas nos organismos estatais. Várias foram as frentes de lutas e conquistas dos movimentos organizados das mulheres. Lutou-se pela saúde, combate à violência, creches, educação, cultura, trabalho, etc., bem como a criação de instituições representativas e políticas públicas. O feminismo trouxe novos temas para o conjunto do movimento de mulheres, que se fizeram visíveis através de uma multiplicidade de expressões organizativas, reivindicações e formas de luta. Uma luta que não é específica, mas múltipla.

Conhecer essa participação do movimento de mulheres na luta contra a ditadura e do restabelecimento da democracia torna-se fundamental para explicar a participação de feministas nos órgãos do Estado e a abertura de partidos políticos progressistas para as questões relativas à condição da mulher.

Os anos consecutivos apresentaram nos debates desafios e questionamentos acerca dos direitos para as mulheres, tendo em vista a ampliação da cidadania feminina. Nos anos 90, novas conferências promovidas pela ONU aconteceram, como a ECO (Rio de Janeiro, 1992), Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993), a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), a V Conferência Internacional sobre Mulher (Beijing, 1995), a Cúpula sobre Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995), Assentamentos Humanos (Istambul, 1996). Novos conceitos de humanidade foram redimensionados a partir do reconhecimento da diversidade em termos de raça e etnia, sexo, orientação sexual e idade, bem como novas dimensões da vida – como saúde, religiosidade, profissionais, comunitários, ecológicos – foram introduzidas nas pautas de discussão dos direitos humanos. Deve-se destacar que a partir dessas conferências o movimento das mulheres negras<sup>49</sup> ganha visibilidade e passa a se apropriar dessas discussões, ampliando assim seu campo de ação e espaço de reivindicação às suas próprias questões.

Associado a isso, cresceu o número de publicações, estudos elaborados pelos movimentos feministas no país e fora dele; bem como, houve maior financiamento por parte do governo ou agências internacionais para pesquisas, ações e projetos; novas técnicas de comunicação (internet) permitindo que informações produzidas por outros movimentos ao

---

<sup>49</sup> É importante colocar que, apesar do movimento das mulheres negras ganhar visibilidade nos anos 90 a partir dessas conferências no âmbito nacional e internacional, elas já se organizavam desde meados dos anos 80 na

redor do mundo fossem mais partilhadas e apropriadas com maior rapidez; cresceu o número de ONGs trabalhando com a temática trazidas pelos movimentos feministas.

Estes fatores foram fundamentais para ampliação dos debates e questionamentos produzidos pelo movimento de mulheres em nível local, regional e internacional, assim como possibilitou que uma maior troca de conhecimento pudesse ser compartilhada para além das fronteiras, de forma global. Conforme Rodrigues:

“A partir da última década do século XX e da entrada no novo milênio, instaura-se um novo momento, que está em pleno curso e, nessa medida, ainda por afirmar sentidos e significados. Na última década consolidam-se processos contraditórios com o da internacionalização da noção e dos compromissos com os direitos humanos, concomitantemente à vastidão e visibilidade dos fenômenos da exclusão e das desigualdades sociais em todo o mundo” (2002, p.2).

Diante deste quadro, novos elementos foram agregados à pauta feminista e um deles se refere à organização de movimentos em redes, fóruns e articulações, com objetivo de fortalecer a luta e de uma maior troca de experiências. Os desdobramentos das conferências, em especial a de Beijing, foram incorporados cada vez nas reivindicações políticas de muitas ONGs feministas latino-americanas, fato novo na década de 1990.

O Fórum de ONGs da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (QCMM), que aconteceu em 1995 em Hurairou – China – foi um exemplo disso, pois permitiu que as mulheres latino-americanas, ao compartilharem suas necessidades e reivindicações regionais, vissem que as questões e reivindicações que até então pareciam peculiar à cultura de seu país, não eram tão particulares, o que possibilitou a elas vislumbrarem as semelhanças e diferenças em suas reivindicações. Verificou-se que a partir desses encontros e às mulheres aumentaram suas reivindicações por direitos em níveis mais amplos – local, regional e global.

Com isso, segundo Alvarez (2000), fatores importantes foram gerados, como: 1) uma “nova identidade feminina”, pois a fronteira que existia entre feministas e não-feministas passa a ser contestada por novas protagonistas do movimento – movimento feminista negro, lésbico, popular, ecofeminismo, cristão, etc. – que insistiram em dar um novo significado ao feminismo com uma variedade de questões para a arena política; 2) “pluralização do movimento feminista”, a partir da multiplicação de espaços e lugares que redefiniu e expandiu a agenda feminista de transformação social; 3) “rápida absorção dos discursos e agendas

---

luta pelo reconhecimento das questões que lhe eram específicas e que não eram atendidas pelo movimento feminista (formado em sua grande maioria, por mulheres da classe média, intelectuais e brancas).

feministas” pela sociedade civil organizada e Estados, nacionais ou internacionais – “*todos os governos latino-americanos criaram órgãos especializados, ministérios e secretarias encarregados de melhorar a situação das mulheres e ‘incorporá-las’ ao ‘desenvolvimento’*” (p.396); 4) “reconfiguração” do campo de atuação dos movimentos feministas, pois nos anos 90, o Estado e bancos estrangeiros e multilaterais passaram a desempenhar importantes papéis na definição da agenda de desenvolvimento; 5) a organização dos feminismos latino-americanos passou a desempenhar importante papel na sustentação e articulação das reivindicações das feministas, promovendo assim, a “*especificação e profissionalização progressiva de um número de ONGs dedicadas a intervir nos processos das políticas nacionais e internacionais*”(p.401); por fim, 6) cresceu a articulação e transnacionalização de algumas propostas feministas, associadas ao aumento das ONGs, agendas e estratégias feministas nas arenas políticas regionais e nacionais e globais.

O movimento feminista latino-americano caracterizou-se por sua heterogeneidade e diferente vertentes. Assim como novos esforços surgiram no sentido de transformar a consciência das mulheres e inovar as formas de ação e articulação para interferir no debate público e nas agendas políticas. Na busca de novos conceitos, estratégias e metodologias, algumas ONGs feministas viram no ‘*empowerment*’ das mulheres e na noção ‘*advocacy*’ novas possibilidades.

A palavra ‘*empowerment*’ surge, na agenda das feministas brasileira quando a palavra “poder” ocupa um lugar central nos debates das Ciências Sociais. De acordo com León, isto acontece quando,

“se discute sobre la inclusión y la exclusión, sobre la gama heterogénea de sujetos sociales que aspiran a participar y tener una identidad social definida en la compleja arena del poder público y también sobre los desafíos que tienen las mujeres en este final de siglo de invertir los esquemas que las marginan del poder, tanto en el plano formal de lo normativo como en una la cultura” (2000, p.191).

Estes temas cresceram em importância e marcaram uma profunda transformação na realidade social da região. Logo, surgiu a necessidade de definição e apropriação de termos e conceitos que expressassem essa realidade. Houve a busca, por parte de estudiosas da questão feminina, de palavras que fossem equivalentes ao verbo ‘*empower*’ e a palavra

'empowerment' <sup>50</sup> primeiramente em espanhol, surgindo assim 'empoderamiento' e 'empoderar'. O verbo 'empoderarse' significa que 'las personas adquieran el control de sus vidas, logren la habilidad de hacer cosas y definir sus propias agendas' (LEÓN, 2000, p.193).

O uso deste termo se refere aos que são despossuídos de poder, um sentido preciso a este termo se fazia necessidade, mas que não abandonasse as especificidades de seu significado. Assim, o uso de 'empoderamiento' se generalizou nos últimos 20 anos, por causa de sua pertinência para os estudos e experiências práticas das mulheres. No português foi traduzido para empoderamento e empoderar. E a base de análise desse termo foram os trabalhos de Gramsci, Foucault e Paulo Freire.

Empoderamento envolve um conjunto de conceitos como integração, participação, autonomia, identidade, desenvolvimento e planejamento. Diferentes atores sociais se apropriaram deste termo como as organizações internacionais, agentes do Estado, grupos comunitários, ativistas sociais, diversos movimentos sociais, entre eles o movimento de mulheres. Segundo León: "El uso do término empoderamiento por parte del feminismo tiene sus raíces en la importancia adquirida por la idea de poder, tanto para los movimientos sociales como para la teoría de las ciencias sociales en las últimas décadas" (2000, p.194).

Assim, o uso do termo empoderamento surge entre as feministas latino-americanas com a finalidade de transformação das estruturas sociais vigentes, sendo este uma estrutura política importante para mudança das relações sociais.

Dentro deste quadro de (re) significação de conceitos e ações dos movimentos de mulheres, 'advocacy' também entra na pauta da arena política. Porém, seu significado e definição variaram de acordo com a forma que os diversos atores passavam a compreender a política e o poder.

A palavra 'advocacy' originou do latim 'advocare', que significa ajudar alguém que está em necessidade. Em inglês, provém de 'advocate', ou seja advogar. Passando para o português, ficaria 'advocacia' e 'advogar', que são palavras de ordem jurídica, referindo-se a legalidade. Como 'advocacy' tem um significado mais amplo – por incorporar termos como promoção e defesa, *constituency* (grupo de interesses), *accountability* (prestação de contas, reponsabilização – visando transparência) –, traduzir o termo em português perderia seu significado. Por isso, o termo acabou por não ser traduzido. Para Libardoni, *advocacy* é:

---

<sup>50</sup> Neste processo de uma melhor definição da palavra 'empower' e 'empowerment' verificou-se que uso destes termos não é uma criação das últimas décadas, mas que ele já aparecia em textos desde a segunda década do século XVII.

“A capacidade de argumentar e incidir politicamente visando a transformações político-institucionais no público social e no poder político (sociedade civil-Estado), a partir de conteúdos e propostas específicas das agendas feministas... implica (também) envolver capacidades de ampliar a base social do movimento (fortalecendo a massa crítica) e de gerar alianças com outros espaços, movimentos, agendas de transformação” (2000, p.210).

Mas, para que isso aconteça torna-se fundamental que o movimento passe a ter uma visão clara dos objetivos a serem alcançados, bem como capacidade técnica e estratégias específicas em prol da ampliação da cidadania e da democracia das sociedades. Conforme Libardoni, *“a ‘advocacy’ constitui-se numa estratégia chave para aumentar seu poder de influenciar o processo de tomada de decisões, a implementação de políticas públicas e leis igualitárias e o cumprimento dos acordos internacionais”* (2000, p.210).

Nos anos 90, tem-se um movimento feminista que se diferencia do dos anos de 1960/70 e que tem interesse pela (re) significação de suas ações, conceitos e métodos rumo ao fortalecimento de seu poder na sociedade civil organizada e ampliação de seus direitos enquanto cidadãs plenas. Entretanto, cabe ressaltar que o processo de redemocratização do Brasil e de outros países latino-americanos e as mudanças políticas, nas últimas décadas do século XX, contribuíram para a ampliação dos espaços de participação da sociedade no processo de decisão e de implementação de políticas públicas em âmbito nacional. De acordo com Rodrigues:

“Na atualidade, talvez se possa começar a falar em uma nova onda do feminismo, que tem início em fins do século XX, com o aprofundamento do processo de globalização, seus efeitos e questionamento. Nesse processo, os movimentos feministas também se globalizam, estruturando-se em redes e articulações mundiais, assumindo a preocupação com as perspectivas das relações norte-sul e com os fenômenos da pobreza e da exclusão social, crescente na escala mundial. Passam a discutir os efeitos, especialmente sobre a vida das mulheres, do ajuste estrutural, programa determinado pelos organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional – FMI, Organização Mundial do Comércio – OMC e Banco Mundial – BIRD) e imposto às economias periféricas, que abrange medidas como a abertura das economias nacionais, a desregulação dos mercados, a flexibilidade dos direitos trabalhistas, a privatização das empresas públicas e corte nos gastos sociais e o controle do déficit público” (2002, p.2).

Neste início de milênio acredita-se que o trabalho se tornou de suma importância nas discussões e pautas dos movimentos de mulheres. Por isso, a seguir será apresentado o momento em que se proliferam os estudos acerca do trabalho feminino no país, bem como

quando se transforma o processo produtivo e as mulheres se tornam numa mão-de-obra importante, e por fim, as mudanças que vão acontecer na inserção e perfil da mão-de-obra feminina.

## 2.2 GÊNERO NO TRABALHO

### **Três Apitos (Noel Rosa)**

*Quando o apito, da fábrica de tecido  
Vem ferir os meus ouvidos  
Eu me lembro de você  
Mas, você anda, sem dúvida bem zangada  
Pois, esta interessada em fingir que não me vê  
Você que atende ao apito de uma chave pé de barro  
Porque não atende ao grito do aflito da buzina de meu carro*

*Você no inverno sem meias vai pro trabalho  
Não faz fé no agasalho  
Nem no frio você crê  
Mas, você é mesmo um artigo que não se imita  
Quando a fábrica apita  
Faz reclame de você*

*Com os meus você vê como eu sofro cruelmente  
Com ciúmes do gerente impertinente  
Quando da ordem pra você  
Eu sou do sereno, poeta muito noturno  
Vou virar guarda noturno  
E você sabe porque  
Você só não sabe, que enquanto você faz pano  
Faço junto do meu piano esses versos pra você (3 vezes)*

### **2.2.1 O Trabalho Feminino em Estudo**

Na década de 1970, a partir da proliferação dos estudos sobre a mulher no mercado de trabalho, verificou-se que se tinha uma visão homogênea da classe trabalhadora, partindo do homem como modelo. A mulher trabalhadora era um sujeito invisível e não aparecia nos documentos e estudos da Sociologia do Trabalho.

Entretanto, o feminismo teve papel central no questionamento desta invisibilidade feminina no espaço produtivo e de suas especificidades. Por isso, as organizações e jornais feministas da época chamaram “a atenção para a importância da presença da mulher no

*universo do trabalho extra-doméstico, sua discriminação no mercado de trabalho e suas reivindicações específicas*” (ARAÚJO, 2001, p.131).

Várias pesquisas voltadas para este tema foram encontradas. Entre as principais, destacam-se Saffioti (1969), Blay (1978), Hirata (1986), Kergoat (1986), Lobo (1986 e 1991), Sorj (1986), Bruschini (1992), que se tornaram autoras “clássicas” no meio acadêmico. Temas como trabalho feminino, divisão social e sexual do trabalho, esfera da produção e reprodução, classe operária, etc. foram profundamente debatidos<sup>51</sup>. Essas autoras demonstraram que os fatores culturais, econômicos e demográficos têm contribuído para a crescente presença da mulher no mundo do trabalho. Assim, *“a história da classe trabalhadora passou a ser reescrita, tornando visível a presença da mulher em distintos segmentos do mercado de trabalho, inclusive sua presença em determinados ramos do universo fabril, onde constituía mão-de-obra majoritária desde as primeiras décadas do século XX”* (ARAÚJO, 2001, p.132).

Alguns estudos, que analisam dados dos anos 80 e 90, apresentam a inserção das mulheres no mercado de trabalho como um fenômeno novo, recente, de poucas décadas atrás. Contudo, sabe-se que esta inserção é de longa data e que as mulheres sempre trabalharam. Segundo Scott:

“É evidente que ela existia já muito antes do advento do capitalismo industrial, ganhando o seu sustento como fiandeira, costureira, ouvires, cervejeira, polidora de metais, fabricante de botões ou de renda, ama, criada de lavoura ou criada doméstica nas cidades e no campo da Europa ou América” (1994, p.443).

Já na Revolução Industrial – que gerou a divisão social do trabalho produtivo, em atividades especializadas e interligadas – o uso do conhecimento e da instrução foi mais exigido, reduzindo assim a necessidade do uso da força física de trabalho pesado. Para Elias, foi:

“O uso crescente de energias físicas, como o vapor, a eletricidade ou a energia nuclear, produzidas pela cooperação social, que substituiu, de maneira lenta e desigual, o uso social do poder muscular humano e animal. Além disso, essa mudança caminhou de mãos dadas com uma alteração correspondente nas relações sociais entre as pessoas e dentro de cada pessoa” (1994, p.116).

---

<sup>51</sup> Há uma intensa produção acerca deste tema pelas autoras citadas, que são representativas dentro desta temática. Entretanto, não irá ser aprofundado nesta discussão.

Um outro fator importante foi que a industrialização trouxe consigo o ingresso de mercadorias artesanais e fabris nas casas, que eram importadas ou adquiridas em trocas regionais no próprio país. Por conseguinte, o tempo que as mulheres dedicavam a essas atividades artesanais. Não era mais necessário, gerando mudanças importantes para o tempo feminino no lar. Conforme Costa:

“Quando incorporados, bens de consumo corrente inovam as formas relacionadas da vida cotidiana. O material publicitário do leite em pó de Henrique Nestlé, químico em Vevey (Suíça), editado no Rio de Janeiro em 1875, por exemplo, ao condenar o recurso das amas-de-leite, não adverte apenas para o crescente risco de contaminação dessa prática. Desloca a seu favor as vantagens da ‘maternidade transferida’ de mães para as amas-de-leite, presentes na vida social desde os primórdios coloniais. Esse leite altera a fundo as práticas domésticas e as relações entre as mulheres” (2002, p.305).

As mulheres trabalhadoras ganharam visibilidade nas sociedades ocidentais em geral, entretanto, como um “problema” que precisava ser solucionado, pois era preciso conciliar trabalho assalariado com responsabilidades familiares – ambos empreendimentos se tinham tornado ocupações em tempo integral e em espaços diferenciados. Em 1894, A. Heather Bigg escreveu que parecia “*ser voz corrente que as mulheres de hoje participam mais no mercado de trabalho do que antigamente; que isso é uma nova etapa, um produto do maquinismo*” (BIGG apud KARTCHEVSKY-BULPORT, 1986, p.13). Este problema girava em torno da feminilidade e de sua incompatibilidade com o trabalho assalariado. Crescia o descompasso entre a moral e o cotidiano da mulher trabalhadora. A (falsa) moral vigente via no fato da mulher trabalhar uma ameaça à honra feminina.

No Brasil, com o início da industrialização, nas primeiras décadas do século XX, grande parte do proletariado era constituída por mulheres e crianças, chegando a compor mais da metade da força de trabalho. Os empregadores preferiam mulheres e crianças justamente porque essa mão-de-obra custava menos em relação aos homens e era abundante.

Conforme estudo sobre mulheres que trabalhavam no Rio Grande do Sul, nos primeiros anos de 1900, verifica-se que cerca de 42% da população economicamente ativa era feminina. As estatísticas mostram que as mulheres trabalhavam principalmente em ‘serviços domésticos’, mas sua atuação também era importante nas ‘artes e ofícios’ (41,6 %), na indústria manufatureira (46,8%), e no setor agrícola (FONSECA, 1997, p.517).

A rotina de trabalho nas fábricas era muito pesada. A jornada de trabalho variava de 10 a 14 horas diária. Em geral, na divisão do trabalho as mulheres ficavam com as tarefas menos especializadas e menos remuneradas. Os cargos de direção e de concepção, como os de mestre, contramestre e assistente, cabiam aos homens. As mulheres trabalhavam sem uma legislação trabalhista que pudesse proteger seu trabalho, em péssimas condições por causa da falta de higiene nas fábricas, sujeitas a um controle disciplinar rígido e ao constante assédio sexual por parte de seus patrões e contramestres.

Para os industriais era um negócio bastante lucrativo, porque deixavam de pagar determinados impostos e ainda exploravam discretamente uma força de trabalho cuja capacidade de resistência era considerada baixa. As trabalhadoras eram percebidas de vários modos: “frágeis”, “infelizes”, “perigosas”, “indesejáveis”, “passivas”, “inconscientes”, “perdidas”, “degeneradas”, etc. E isto vai aparecer na documentação disponível sobre o universo fabril produzidas por autoridades públicas, como médicos higienistas, advogados, policiais, industriais, militantes anarquistas, etc. (RAGO, 1997).

Isto mostra que a identidade das mulheres trabalhadoras era apresentada a partir de uma concepção masculina. Não é por menos que até recentemente falar das trabalhadoras urbanas no Brasil significava retratar um mundo de opressão e exploração demasiada, em que elas apareciam como figuras vitimizadas e sem nenhuma possibilidade de resistência, o que na realidade não era bem assim.

Mas apesar do elevado número de trabalhadoras presentes nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros, não se deve supor que elas foram progressivamente substituindo os homens e conquistando o mercado de trabalho fabril. Ao contrário, as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas, na medida em que avançavam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina.

Segundo pesquisas sobre o impacto da presença feminina na constituição do parque industrial brasileiro, em 1872, 76% da força de trabalho nas fábricas era constituída por mulheres, que em 1950 passaram a representar apenas 23% (RAGO, 1997). Segundo esta autora:

“As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como ‘naturalmente masculino’. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de

produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família” (1997, p.581/582).

Mas qual era a situação das trabalhadoras pobre e negra nesta época? As mulheres negras, por sua vez, após a Abolição dos escravos, continuaram trabalhando nos setores mais desqualificados recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento. Sua condição social quase não se alterou, mesmo depois da Abolição e da formação do mercado de trabalho livre no Brasil. Os documentos oficiais e as estatísticas fornecidas por médicos e autoridades policiais revelam um grande número de negras e mulatas entre empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas. Muitas dessas mulheres eram as principais mantenedoras de sua casa, sendo responsáveis pela casa, marido e filhos. Conforme Rago, *“normalmente, as mulheres negras são apresentadas, na documentação disponível, como figuras extremamente rudes, bárbaras e promíscuas, destituídas, portanto, de qualquer direito de cidadania”* (1997, p.582).

Entretanto, por que se tinha essa visão estigmatizada da mulher que trabalhava? Porque um dos mais antigos sistemas de opressão social, o patriarcalismo, se transformou em uma das estruturas vigentes na sociedade brasileira. Este sistema foi construído a partir de um discurso baseado na naturalização das diferenças sexuais e pode ser caracterizado pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar e que se concretiza, por sua facilidade de permear toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura (CASTELLS, 1999).

Sob a influência de teóricos e economistas ingleses e franceses, muitos pensavam que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornando os laços familiares mais frouxos e fazendo com que crianças crescessem mais soltas, sem a constante vigilância das mães. *“As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade”* (RAGO, 2001, p.585).

Os trabalhadores do sexo masculino, algumas vezes por intermédio dos sindicatos, recorreram à lei a fim de afastar as mulheres de uma ou outra profissão. E os próprios sindicatos se manifestavam a favor da participação das mulheres no espaço da reprodução. Um exemplo disso foi o panfleto da *Confédération Générale du Travail*, do sindicato francês constituído em Limoges (1895), que em 1920 publicou a seguinte frase:

“Numa sociedade que deveria ser bem organizada, a mulher, companheira de um homem, é concebida inicialmente para fazer filhos; em seguida, para lavá-los; conservar sua casa limpa; educar seus filhos; instruir-se ao educá-los e tornar o mais feliz possível à existência de seu companheiro, e assim fazer com que ele esqueça a exploração monstruosa de que é vítima. A nosso juízo, este é o seu papel social” (KARTCHEVSKY-BULPORT, 1986, p.14).

Para Lobo (1992), este discurso contribuiu para a criação da *divisão sexual do trabalho*. Ou seja, as relações entre homens e mulheres passaram a ser vividas e pensadas enquanto relações entre o que é definido como masculino e feminino. A economia política foi um dos campos que produziu o discurso da divisão sexual do trabalho. “*Os economistas políticos do século XIX desenvolveram e popularizaram as teorias dos seus predecessores setecentistas*” (SCOTT, 1994, p.455). Alguns princípios básicos tornaram campo comum entre esses estudiosos, dentre eles a noção de salário.

Pensava-se que o salário do homem deveria ser suficiente para sua própria subsistência e de sua família, enquanto o da esposa era para o seu próprio sustento. Assim, o salário dos homens era visto como essencial, enquanto o da mulher seria apenas “complementar”. Para calcular o salário das mulheres, os economistas tinham como pressuposto o salário da mulher casada e o estenderam a todas as mulheres, independente de seu estado civil, ou classe social. Conforme Scott:

“A assimetria do cálculo dos salários era chocante: os salários dos homens incluíam custos de subsistência e de reprodução, enquanto os salários das mulheres necessitavam de suplementos familiares, mesmo para a sua subsistência individual. Além do mais, os salários dos homens deveriam proporcionar o suporte econômico que mantinha uma família e que possibilitava que os filhos fossem alimentados e se tornassem adultos trabalhadores. Os homens eram, por outras palavras, responsáveis pela reprodução” (1994, p.456).

Na época, esta ideologia também trouxe a idéia de que os baixos salários femininos demonstravam que as mulheres eram menos produtivas que os homens, ou seja, não trabalhavam tão arduamente como um homem. A mulher seria um trabalhador “imperfeito”. Contudo, mudanças importantes vão acontecer nas sociedades ocidentais a partir dos anos 40. E a inserção do trabalho feminino se faz necessário.

A partir de 1945, com o fim da Segunda-Guerra Mundial, grandes transformações aconteceram no Brasil e no mundo. Fatores importantes causaram uma verdadeira Revolução

Social, Cultural e Econômica, que marcaram por sua extraordinária rapidez, universalidade e penetrabilidade em diversas esferas das atividades humanas<sup>52</sup>.

Esta revolução contribuiu para que impactos importantes acontecessem, especialmente, no que se refere à inserção das mulheres no mercado de trabalho e com isso o aumento de sua cidadania. Dentre eles temos: o fenômeno de êxodo rural em diversas regiões, provocado pelo processo de industrialização; o crescimento de ocupações que exigiam educação secundária e superior; o declínio da influência do movimento dos trabalhadores; inovações tecnológicas, como os contraceptivos, industrialização de produtos alimentícios e de eletrodomésticos e o aumento da participação do estado na criação de bem-estar social; incorporação maciça das mulheres no mercado de trabalho.

Para Hobsbawn, o processo que teve maior destaque e grande repercussão, de longo alcance da segunda metade do século XX, foi a “*a morte do campesinato*”<sup>53</sup>. Por séculos a maioria dos seres humanos vivia da terra, do gado ou da pesca. O êxodo rural provocou uma saída do campo para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades de vidas. Nas regiões pobres do mundo, a revolução agrícola não esteve ausente, embora fosse mais irregular. Enquanto o campo se esvaziava, as cidades se enchiam. O mundo da segunda metade do século se tornou urbanizado como nunca fora antes.

No Brasil, o crescente e acelerado processo de industrialização gerou inúmeras possibilidades educacionais, profissional, bem como de consumo, informação e lazer. Grande número de pessoas foi atraído pelas oportunidades de empregos que eram geradas pelos centros urbanos, deixou o campo para ir aos centros grandes urbanos, ocasionando um grande êxodo rural. Isto impulsionou o processo de urbanização no país. Segundo Bassanezi:

“A urbanização, sem dúvida, modificou alguns padrões culturais. Distâncias maiores entre os locais de moradia, trabalho, estudo e lazer; os trajetos percorridos nos ônibus; a população do automóvel; as possibilidades de diversão diurnas e noturnas, como freqüentar piscinas ou praias, excursionar proporcionaram a rapazes e moças, a homens e mulheres, uma convivência mais próxima” (2001, p.621).

O país viveu num contexto de crescimento populacional e migratório, contínuo e crescente processo de urbanização, que geraram a necessidade de manter elevada a taxa de acumulação na economia. O crescimento populacional, a urbanização e a divisão social do

---

<sup>52</sup> Confrontar Hobsbawn (1995) e Castells (1999).

<sup>53</sup> Ver Hobsbawn, 1995.

trabalho se tornaram fatores determinantes das decisões políticas do governo, especialmente para a social.

Outro fator importante foi o *crescimento de ocupações que exigiam educação secundária e superior*. A explosão em números foi impressionante. “Era óbvio para planejadores e governos que a economia moderna exigia muito mais administradores, professores e especialistas técnicos que no passado, e que eles tinham de ser formados em alguma parte” (HOBSBAWN, 1995, p.291).

As famílias tentavam inserir seus filhos nas escolas de ensino superior sempre que tinham oportunidade e opção, porque essa parecia a chance de se conquistar uma melhor renda e um status social. As mulheres também entraram no ensino superior (que era considerado a porta de acesso ao mercado de trabalho), em número impressionantemente crescente. O estudo superior passou a ser possível para homens e mulheres.

Em contraste com os dois processos citados anteriormente, houve o declínio das classes operárias industriais. A partir da década de 1950 em diante, se falava muito numa “sociedade pós-industrial”, que revolucionou as transformações técnicas da produção, reduziu e eliminou parcela significativa da mão-de-obra humana, tornou crítica a existência dos partidos e movimentos baseado na classe operária nos anos 70, dando a impressão de que a “velha” classe operária industrial estava “morrendo”. O que era estatisticamente errado em uma escala global<sup>54</sup>. Para Hobsbawn:

“A ilusão de uma classe operária em colapso se deveu mais a mudanças dentro dela, e dentro do processo de produção, do que a uma hemorragia demográfica. As velhas indústrias do século XIX e início do XX declinaram, e sua própria visibilidade no passado, quanto muitas vezes simbolizavam a ‘indústria’, tornou mais impressionante o seu declínio” (1995, p.297).

As *inovações tecnológicas* mudaram os padrões e técnicas domésticas até então existentes nas casas. “Os árduos afazeres domésticos artesanais”<sup>55</sup> que aprisionavam as mulheres transformaram-se rapidamente. Alguns processos tiveram singulares importâncias para a vida das mulheres com o surgimento da pílula contraceptiva, bem como a industrialização de alimentos e a criação de eletrodomésticos.

Como parte dessas evoluções, a fecundidade se apresentou como um dos primeiros indicadores que colocou os países do Ocidente em alerta. A partir dos anos 60, o declínio do

---

<sup>54</sup> HOBSBAWN, 1995.

<sup>55</sup> COSTA, 2002.

período conhecido como *baby-boom*<sup>56</sup> começou a acontecer em vários países. A isto temos que sinalizar que o surgimento da pílula contraceptiva, no final dos anos 50, foi fundamental neste processo.

Nos anos 60, em países de primeiro mundo como Estados Unidos, Austrália e Canadá a taxa de fecundidade que variava entre 3,7 (EUA), 3,9 (na Austrália e Canadá), chegou a 1,7 (EUA), 1,9 (Austrália) e 1,7 (Canadá)<sup>57</sup>, nos anos 80. Mas, isso não foi específico desses países, no Brasil, a fecundidade também estava em franco processo de redução. Em 1960, a taxa de fecundidade era de 6,3 chegando a 4,4 nos anos 80. E que continuou a reduzir nas décadas seguintes, chegando a 2,3 em 2000<sup>58</sup>.

O planejamento da natalidade se tornou fenômeno comum entre as mulheres ao redor do mundo, permitindo que elas realizassem um maior controle do número de filhos e de seu próprio corpo, podendo planejar a hora e o momento mais adequados para o nascimento de seu primeiro filho. Isto fez com que as mulheres começassem a engravidar mais tarde e que se ampliasse seu ciclo produtivo, não sendo mais interrompido por uma gestação indesejada.

Outro ponto muito importante foi a redução da mortalidade infantil, graças às novas tecnologias de alimentação do bebê, largamente comercializadas no período pós-Segunda Guerra. Agora acontecia a dissociação entre gestação e nutrição, a redução da duração média da amamentação e o crescimento do número de pessoas que poderiam substituir as mães na alimentação das crianças, ainda que fossem pequenas. A presença contínua da mãe junto ao seu filho, já não era tão proeminente<sup>59</sup>.

A revolução contraceptiva e a redução da mortalidade infantil diminuíram nitidamente a gestação na vida das ocidentais. Segundo Lefaucher:

“Sob o antigo regime demográfico (no qual vivem ainda muitos países do terceiro mundo), a gravidez ocupava pelo menos quatro anos e meio da vida de uma mulher; esta, quando nascia o seu último filho, tinha cerca de quarenta anos e tinha uma esperança de vida média de vinte e três anos. Sob o novo regime, a gravidez representa dezoito meses da sua vida, tem apenas trinta anos quando nasce o seu último filho e pode esperar viver ainda cerca de meio século” (1994, p.490).

---

<sup>56</sup> Segundo Lefaucher (1994), o *Baby-boom* foi período, que vai do final do século XIX e foi até a Segunda Guerra Mundial, em que as autoridades públicas incentivou o aumento da taxa de fecundidade da população, tendo em vista recuperação do índice de natalidade, visto que muitos estavam morrendo em momentos de guerra, e que era necessário a substituição da população e que as mulheres voltassem para casa, fruto da ideologia de uma nova direita.

<sup>57</sup> Dados retirados do texto de Lefaucher (1994).

<sup>58</sup> Fonte IBGE, Censo Demográfico 1940-2000.

<sup>59</sup> LEFAUCHER, 1994.

Cabe ressaltar que nos países centrais o *Welfare State*<sup>60</sup> trouxe contribuições importantes para as mulheres. E isso aconteceu porque o Estado-providência proporcionou um conjunto de medidas inovadoras, tanto para homens quanto para mulheres, que revolucionou o trabalho de manutenção e de arranjo da casa, trabalhos por muito tempo efetuados apenas pelas mulheres.

Entretanto, este Estado se desenvolveu de forma desigual nos diferentes países. Houve um forte crescimento econômico nos países capitalistas centrais, e um precário crescimento nos países periféricos. Produção e consumo em massa formaram a base desse Estado. Segundo Lefaucher, “em trinta anos, as famílias ocidentais viram o seu universo doméstico e as condições de execução do trabalho doméstico mudar consideravelmente” (1995, p.491).

O trabalho doméstico passou a não necessitar de uma presença permanente no lar, permitindo às mulheres uma produção extra-doméstica de bens e serviços, como a sua disposição ao trabalho produtivo. Nesses anos gloriosos, houve o aumento da produtividade e a consecutiva intensificação da mão-de-obra feminina. Parecia que o *Welfare* nos países centrais entrava no lar e empurrava as mulheres para fora dele (BOCK, 1994).

Outras atividades promovidas pelo Estado foram ações com as instituições escolares, as quais alargaram o desenvolvimento dos sistemas de proteção social. O investimento na escolarização em tempo integral, para crianças desde os 3 anos de idade, e a criação de creches foi uma realidade. Quanto aos idosos, com a redução da cobrança de encargos para os idosos, passando a investir em políticas e serviços de apoio domiciliar Estas ações visavam na liberação das mães para o trabalho. Para Lefaucher:

“Esse aligeiramento e esta coletivização parcial do trabalho de sociabilização, de guarda e de cuidados às gerações dependentes, que incubia às mulheres no âmbito da atividade doméstica e limitava fortemente, em certos períodos do ciclo de vida familiar, a sua disponibilidade para o mercado de trabalho, permitiram-lhes assim manter-se neste mercado de um modo mais contínuo e abriram-lhes igualmente empregos e carreiras” (1995, p.496).

---

<sup>60</sup> Segundo Brandão, “no período pós-Segunda Guerra Mundial, a teoria econômica keynesiana constituiu o suporte político-ideológico para a expansão do Estado de bem-estar (neste sentido Offe, 1984, refere-se ao ‘Welfare State’). Este novo formato da política estatal sustentava-se em dois princípios, o ‘pleno emprego’ e a ‘igualdade’ (ou seja, os ‘direitos sociais de cidadania’). A intervenção do Estado, assim, se fazia em duas frentes: 1) na política fiscal e financeira e, 2) na política social, ou seja, na expansão do emprego público e na criação de vários ‘aparelhos de consumo coletivo’, educação, habitação, saúde etc. – que se incorporavam à cultura política na forma de ‘direitos de cidadania’...” (1991, p.90).

Os *Welfare States* ocidentais ampliaram a autonomia das mulheres de modo geral, levando-as a tornarem seus direitos conhecidos. Muitos pensadores dizem que as mulheres dos diversos Estados-providência foram mulheres de uma cidadania plena. Fato este que questionamos em países como o Brasil, em que a formação da cidadania feminina se estabeleceu tardiamente<sup>61</sup>, obedecendo a rígidos modelos culturais, sociais, econômico e políticos.

Esses fatores provocaram mudanças sociais e culturais importantíssimas nas sociedades ocidentais, de economias centrais ou periféricas, impactando a estrutura que durante séculos se manteve inalterada, a “família” e a “casa”. Esses arranjos básicos que por muito tempo duraram começaram a mudar com grande rapidez. Segundo Hobsbawn, “*na maioria das sociedades, essas relações resistiram de maneira impressionante à mudança súbita, embora isso não queira dizer que fossem estáticas*” (1995, p.314).

Com isso, o lugar das mulheres foi expandido para além de sua casa, promovendo sua *inserção no mercado de trabalho*. Foram significativos o número e a proporção de mulheres casadas neste inseridas, bem como, a participação de mulheres com filhos. As mulheres passaram a trabalhar independentemente do número de filhos. Segundo Bassanezi:

“Surgiram então mais oportunidades de emprego em profissões como as de enfermeira, professora, funcionária burocrática, médica, assistente social, vendedora etc. que exigiam das mulheres uma certa qualificação e, em contrapartida, tornavam-nas profissionais remuneradas. Essa tendência demandou uma maior escolaridade feminina e provocou, sem dúvida, mudanças no ‘status’ social das mulheres” (2001, p.624).

Entretanto, ainda eram muitos os preconceitos que a moral social da época trazia para o trabalho feminino. As mulheres ainda eram vistas como reprodutora da família, seu trabalho deveria ser limitado ao lar. A vida profissional seria incompatível com o casamento e o cuidado dos filhos. Conforme Bassanezi:

“Um dos principais argumentos dos que viam com ressalvas o trabalho feminino era o de que, trabalhando, a mulher deixaria de lado ‘seus afazeres domésticos’ suas atenções e cuidados para com o marido: ameaças não só à organização doméstica como também à estabilidade do matrimônio” (2001, p.624).

---

<sup>61</sup> Vale destacar que mesmo para os homens ainda não se pode considerá-los cidadãos plenos.

Nas sociedades ocidentais, existia o compartilhamento de um modelo de família e da casa baseado no patriarcalismo, que tinha seu fundamento fundado nas bases materiais da sociedade. A família patriarcal, constituída pelo casamento formal com direito a relações sexuais privilegiadas aos cônjuges e na qual os maridos eram superiores às esposas e aos filhos (residiam na casa um grande número de pessoas) passou a ser fortemente questionada no final do século XX.

Depois dos anos 60, a instituição social “família” passou por grandes transformações, não sendo mais possível falar em um único modelo de família. E isto se deu entre outros fatores por causa da crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho e também por causa de sua inserção nos movimentos organizados de mulheres, o que ocasionou um aumento de sua consciência de gênero. Para Fougeyrollas-Schwebel:

“as transformações das práticas familiares são o mais das vezes traduzidas como conseqüências do aumento da atividade feminina e manifestam novos comportamentos de autonomização por parte das mulheres. Particularmente, as oposições entre diversos modelos familiares mostram ou pressupõem os vínculos entre as formas familiares e a autonomia das mulheres.” (1994, p.337)

A partir desses processos, houve a *feminização* do mercado de trabalho, onde a presença das mulheres torna-se cada vez mais marcante, crescente e constante na população economicamente ativa, bem como o aumento da *consciência da mulher* que seu deu com a participação das mulheres no movimento feminista.

As mulheres ao tomarem consciência de sua importância social no processo produtivo, passaram a lutar pelo fim de sua imagem estereotipada, domesticada, tanto em nível profissional quanto em nível do seu cotidiano, transformando essa imagem em instrumento de luta política. De acordo com Bulport:

“O fenômeno importante e relativamente novo é o que caracteriza, sem dúvida, uma relação diferente das mulheres com o trabalho em geral e com o ‘seu’ trabalho: o trabalho passa a ser um lugar de tomada de consciência mais ampla de uma opressão que não depende apenas de sua ‘vida privada’. O debate subjacente às lutas e reivindicações coloca em pauta não somente o problema da ‘articulação’ entre vida familiar e vida profissional (questionando, de algum modo, a divisão tradicional do trabalho), mas discute também mais globalmente a organização da vida cotidiana (instalações para uso coletivo, como creches, por exemplo) e descompartmenta os problemas de ordem privada para transformá-los em questões públicas, coletivas, a serem tratadas enquanto tais, na arena política e sindical (contracepção, aborto, creches)” (1986, p.15).

Com a inserção na literatura sobre a condição de discriminação da mulher no mercado de trabalho, a execução do trabalho doméstico ficou em evidência. O problema da “dupla jornada” denunciou o caráter discriminador do mercado de trabalho, como a omissão do Estado em atuar como instância fiscalizadora e provedora de serviços como creches e escolas.

Como se observa através dos movimentos feministas, as mulheres passaram a reivindicar por políticas públicas que garantissem mínimas condições de trabalho, lutar para que o Estado cumprisse os direitos trabalhistas para as mulheres trabalhadoras e ampliasse as normas protetoras para a trabalhadora gestante, direitos trabalhistas e previdenciários para os setores ainda marginalizados, como o das empregadas domésticas e trabalhadoras rurais. E buscaram sensibilizar os sindicatos sobre a inclusão das reivindicatórias femininas em suas pautas; e ainda, dar visibilidade ao papel que a mulher passava a ter dentro do sistema de proteção social.

### **2.2.2 O Mercado de Trabalho Brasileiro: oportunidades de trabalho para as mulheres**

Em concomitância à efervescência dos movimentos feministas e aos estudos das mulheres trabalhadoras na década de 70, o Brasil viveu um grande surto de crescimento econômico, período caracterizado de “*milagre econômico*”, que marcou a expansão do processo de industrialização<sup>62</sup>, gerando a entrada de indústrias multinacionais no país e o crescimento do parque industrial. Neste período de industrialização, os setores têxteis, metal-mecânico e eletrônico precisavam da mão-de-obra feminina, por isso a contratação desta entrou em fase de expansão. Segundo Nader, “*O chamado ‘milagre econômico brasileiro’ possibilitou a expansão de empregos, incorporando no mercado de trabalho urbano secundário e terciário milhares de pessoas vindas do campo atraídas pelo crescimento das cidades, esperançosas de uma vida melhor*” (2002, p.5).

Como consequência da industrialização, o processo de urbanização se intensificou e levou as pessoas a buscarem nos centros urbanos trabalho e melhor qualidade de vida. Com o êxodo rural, o crescimento populacional de alguns centros urbanos se tornou fato. Segundo dados do IBGE, em 1950 existiam 33.161.506 pessoas morando nas zonas rurais, e 18.782.891 morando nos centros urbanos. Em percentual, cerca de 64% moravam no campo.

---

<sup>62</sup> Isto fez parte de grande parte dos países industrializados e em desenvolvimento (o Brasil não foi exceção), e que causou um amplo processo de transformações demográficas, sociais, culturais, políticas e econômico.

Já nos anos 70, essa realidade vai invertendo gradativamente, pois quase 56% da população viviam nos centros urbanos<sup>63</sup>. E esse diferencial se tornou cada vez maior à medida que os anos foram passando (ver tabela abaixo).

População do Brasil							
Total	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Urbana	18.782.891	32.004.817	52.097.260	80.437.327	110.990.990	123.076.831	137.953.959
Rural	33.161.506	38.987.526	41.037.586	38.573.725	35.834.485	33.993.332	31.845.211
<b>Percentual</b>							
Urbana	36,16	45,08	55,94	67,59	75,59	78,36	81,25
Rural	63,84	54,92	44,06	32,41	24,41	21,64	18,75

Fonte: Censo Demográfico/IBGE (Notas: 1 - Para 1950: População presente; 2 - Para 1960 até 1980: População recenseada; 3 - Para 1991 até 2000: População residente; 4 - Para 1950 até 1960: Os dados referentes ao nível Brasil incluem a população da região da Serra dos Aimorés, área de litígio entre Minas Gerais e Espírito Santo)

Além do crescimento da população nos centros urbanos, chama a atenção o processo de ‘feminização’ da população brasileira. Em 1970, as mulheres representavam 50,3% da população residente no Brasil e este valor permaneceu crescente até o final do século.

População residente no Brasil					
Total	1970	1980	1991	1996	2000
Urbana	52.097.260	80.437.327	110.990.990	123.076.831	137.953.959
Rural	41.037.586	38.573.725	35.834.485	33.993.332	31.845.211
<b>Sexo</b>					
Homens	46.327.250	59.142.833	72.485.122	77.442.865	83.576.015
Mulheres	46.807.596	59.868.219	74.340.353	79.627.298	86.223.155

Fonte: 1996 - Contagem da População/1970 a 1991 e 2000 - Censo Demográfico/IBGE.

A tabela acima evidencia bem o crescimento do contingente feminino nos últimos quarenta anos. Esse diferencial se iniciou com 408.346 mil mulheres, alcançando 2.647.100 em 2000. Com isto, observa-se que a sociedade brasileira vem experimentando uma acelerada transição demográfica, que aponta a necessidade de atenção especial no processo de formulação, execução e avaliação das políticas públicas criadas e direcionadas para elas, já que se trata de uma população marcada por várias formas de desigualdades e que mantém um crescimento constante.

Ainda em meados dos anos 70 e início dos anos 80, começou a se delinear no país dois processos que se tornaram fundamentais para a construção de um novo modelo de produção e uso da força de trabalho: a globalização e reestruturação produtiva. A globalização da

<sup>63</sup> No início era muito comum apenas que os homens deixassem os campos em busca de melhores condições de vida nos centros urbanos, ficando suas mulheres e filhos no campo. Mas, com o passar do tempo às famílias começaram a se deslocar dos campos para os centros urbanos. Neste caso, cabiam as mulheres o ter que garantir uma proteção mínima na família.

economia, que se dá a partir da implementação de políticas financeiras e neoliberais que visam à desregulamentação e abertura dos mercados, privatizações e liberalização do comércio internacional. Assim, a comercialização da produção e serviços expandiu para uma escala em nível mundial, atingindo os mercados assalariados protegidos pelos mercados urbanos.

A mudança do modelo de produção baseada no padrão taylorista/fordista, a partir do longo processo de inovações tecnológicas – a automação, a robótica, a microeletrônica -, gerou a necessidade de reestruturar a produção e a economia locais, para que fosse possível que o país se adaptasse ao novo modelo de produção do capital. As concepções e práticas da reestruturação entraram em prática: flexibilização da produção; desregulamentação do trabalho; a terceirização da mão-de-obra; rompimento da relação salário-productividade; jornadas de trabalho mais flexíveis; crescimento da economia informal, etc. Assim, durante os anos de 1970 a 1990, o país passou por um processo de transformações na economia, no qual segundo Bruschini:

“A atividade econômica oscilou entre períodos de aquecimento e recessão, embora a tônica, principalmente nos anos 80, tenha sido a de uma permanente e prolongada crise econômica, com o aumento do desemprego e alteração na distribuição da população economicamente ativa, deslocando-a do setor industrial para o setor informal. Na primeira metade desta década, o setor terciário teve papel fundamental no sentido de evitar maiores quedas no nível do emprego. Desde então, os ramos que mais se destacaram na geração de empregos foram a prestação de serviços, o comércio, as atividades sociais, a administração pública e alguns outros, como, como as instituições financeiras” (2000, p.23).

Com esses processos, mudanças estruturais no mercado de trabalho aconteceram, como: a precarização do emprego, queda dos salários, aumento dos empregos informais, elevação da taxa de desemprego, aumentando assim, os índices de pobreza e de vulnerabilidade, que se agravaram nos anos 90. E será nesse quadro de extrema precarização do mercado de trabalho que as mulheres vão se inserir, todavia, de forma desigual em relação aos homens e mulheres. Segundo Melo:

“Houve uma crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho que, entretanto, vem se tornando mais diferenciada. O mercado de trabalho mostra-se cada vez mais competitivo entre homens e mulheres, embora diferenciais salariais importantes permaneçam entre os dois sexos. Mantém-

---

se um certo padrão de divisão sexual e social do trabalho, que segmenta atividades produtivas e reprodutivas na base do sexo” (1999, p.25).

### **2.2.3 Mulheres no Mercado de Trabalho**

O aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro tem se dado por causa de diversos fatores: por um lado, a reestruturação produtiva intensificou o desemprego, precarizou as relações de trabalho, redução da renda familiar, levando a necessidade de outros membros da família ingressarem no processo produtivo. Por outro lado, nos anos 80/90, o consumo em massa entra nos lares, surgindo novas necessidades e possibilidades para a população. Com a redução da renda familiar, a classe média empobreceu; a precarização dos sistemas públicos de saúde levou a família a assumir novos gastos, com saúde e educação<sup>64</sup>.

Além disso, a grandes transformações demográficas, sociais, culturais, políticas e econômicas no Brasil desde os anos 70 geraram modificações e novos valores relativos ao papel da mulher na família e sociedade. Para Bruschini:

“Transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas desde os anos 70 e pela presença cada vez mais atuante das mulheres nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina<sup>65</sup>, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo.” (2000, p.16).

Sendo assim, nesta conjuntura de grandes transformações, é necessário conhecer os fatores que estariam levando as mulheres a aumentarem no mercado de trabalho. Por isso, a seguir serão apresentados alguns indicadores dessa transformação, como: o crescimento da população feminina, a redução da taxa de fecundidade, aumento da escolaridade feminina, redução do número de casamentos, aumento do número de dissoluções do lar através de separações/divórcio, aumento das famílias chefiadas por mulheres.

#### ***2.2.3.1 Feminização da População Brasileira***

---

<sup>64</sup> Cf. Bruschini, 2000 e Montali 2000.

<sup>65</sup> Aqui não se refere a identidade como categoria fixa, mas a que se constrói no movimento feminista ou de mulheres.

Segundo dados do IBGE, dos anos de 1980 aos 2000, houve um aumento crescente das mulheres no país. Em 1980, existiam pouco mais 725 mil mulheres que homens, diferença esta que chegou a 4.250 milhões de mulheres a mais do que homens em 2003, nota-se que 51,2% da população é composta por mulheres. Isto comprova que esta acontecendo uma tendência de “feminização” da população brasileira nessas últimas décadas.

População residente por sexo (Brasil, Região Geográfica, Unidade da Federação)								
População Residente (Habitantes)								
Regiões Descritas	1980		1991		2000		2003	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	59.142.833	59.868.219	72.485.122	74.340.353	83.576.015	86.223.155	84.857.809	89.108.243
<b>Sudeste</b>	25.735.943	26.001.205	30.892.531	31.847.870	35.426.091	36.986.320	36.609.067	39.007.514
<b>Minas Gerais</b>	6.669.318	6.710.787	7.803.384	7.939.768	8.851.587	9.039.907	9.190.462	9.412.736
<b>Esp. Santo</b>	1.019.583	1.003.755	1.297.557	1.303.061	1.534.806	1.562.426	1.636.029	1.625.725
<b>Rio de Janeiro</b>	5.524.041	5.767.590	6.177.601	6.630.105	6.900.335	7.490.947	7.008.257	7.907.642
<b>RMRJ</b>	----	----	4.978.391	5.411.050	5.500.958	6.045.065	5.218.894	6.032.917
<b>São Paulo</b>	12.523.001	12.519.073	15.613.989	15.974.936	18.139.363	18.893.040	18.774.319	20.061.411
<b>RMSP</b>	----	----	8.083.925	8.483.392	9.265.540	9.931.439	8.928.375	9.756.579

Fonte: IBGE 1980, 2000 e 2003.

De acordo com esta tabela, observa-se que a região Sudeste tem contribuído para esse crescimento, com quase 56% desse excedente, sendo os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo responsáveis por parcela significativa deste excedente (perto de 1.287.092 e 899.385 mulheres residentes, respectivamente). Todavia, o estado do Rio de Janeiro apresenta a maior taxa da região, possuindo 53% da população feminina contra 51,66% de São Paulo. Assim, o Rio de Janeiro torna-se um caso muito interessante para estudo, por possibilitar um conjunto de hipóteses para quem estuda a região.

População residente por sexo (Brasil, Região Geográfica, Unidade da Federação)								
População Residente (Percentual)								
Regiões Descritas	1980		1991		2000		2003	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	49,70	50,30	49,37	50,63	49,22	50,78	48,8	51,2
<b>Sudeste</b>	49,74	50,26	49,24	50,76	48,92	51,08	56,2	43,8
<b>Minas Gerais</b>	49,85	50,15	49,57	50,43	49,47	50,53	49,4	50,6
<b>Esp. Santo</b>	50,39	49,61	49,89	50,11	49,55	50,45	51,2	49,8
<b>Rio de Janeiro</b>	48,92	51,08	48,23	51,77	47,95	52,05	46,99	53,01
<b>RMRJ</b>	----	----	47,92	52,08	47,64	52,36	46,4	53,6
<b>São Paulo</b>	50,01	49,99	49,43	50,57	48,98	51,02	48,34	51,66
<b>RMSP</b>	----	----	48,79	51,21	48,27	51,73	47,7	52,2

Fonte: Contagem da População/1980 a 1991 e 2000 - Censo Demográfico

No entanto, este crescimento na demografia brasileira tem sido acompanhado de alguns indicadores como a queda da taxa de fecundidade, aumento do número de

separações/divórcio, redução da taxa de casamentos e transformações das famílias, o que gerou mudanças no comportamento feminino e possibilitou sua participação na População Economicamente Ativa brasileira. Por isso, serão analisados os indicadores a seguir.

### **2.2.3.2 Redução da Taxa de Fecundidade**

Um indicador importante para analisar a inserção das mulheres no mercado de trabalho tem sido a redução da taxa de fecundidade, que se tornou possível a partir do advento da pílula contraceptiva. Esta se tornou mais acessível e diversificada a partir dos anos de 1960, quando grande número de mulheres passou a usar esses métodos e, com isso, a controlar o número de nascimento de filhos e o tamanho da família, bem como a planejar o momento para tê-los. Isto foi um fenômeno que aconteceu em grande parte dos países ocidentais.

No Brasil, a taxa de fecundidade total, nos anos 60 era de 6,3%, sendo mais expressivas nas regiões do Norte e Nordeste do país. Depois dos anos 60, com o uso da pílula contraceptiva, esta taxa passou por um processo de declínio, chegando a 4,4% nos anos 80 e 2,9% nos anos 90. A média nacional chegou a 2,3% nos anos 2000 e tem se mantido assim. A região Sudeste manteve uma taxa inferior da média do país, perto de 2,1 em 2000.

<b>Taxa de Fecundidade total – segundo as Grandes Regiões – 1960/2003</b>						
<b>Grandes Regiões</b>	<b>Taxas de Fecundidade Total</b>					
	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2003</b>
<b>Brasil</b>	6,3	5,8	4,4	2,9	2,3	2,3
<b>Norte</b>	8,6	8,2	6,4	4,2	3,2	2,9
<b>Nordeste</b>	7,4	7,5	6,2	3,7	2,6	2,4
<b>Sudeste</b>	6,3	4,6	3,5	2,4	2,1	2,1
<b>Sul</b>	5,9	5,4	3,6	2,5	2,2	2,1
<b>Centro-Oeste</b>	6,7	6,4	4,5	2,7	2,2	2,1

Fonte: Censo Demográfico 2000 e Síntese de Indicadores 2003.

Uma outra hipótese que se apresenta em relação à queda da taxa de fecundidade é o aumento da escolaridade das mulheres. Estudos afirmam que quanto maior for o nível de escolaridade das mulheres, menor é o número de filhos que elas passam a ter. Com isso, elas se tornam mais disponíveis para o mercado de trabalho. Cabe ressaltar, que este processo se dará de forma diferenciada nas camadas populares, nas quais o grau de escolaridade é reduzido e o número de filhos alto. Segundo o IBGE 2004:

“A educação afeta as condições de vida da população de várias maneiras. Sob a perspectiva demográfica, níveis educacionais mais elevados estão

intimamente relacionados com menores níveis de fecundidade e de mortalidade, em função, por exemplo, do maior acesso e entendimento das pessoas sobre as práticas de planejamento familiar e saúde preventiva” (SÍNTESE DE INDICADORES, 2004, p.53).

### 2.2.3.3 Aumento da Escolaridade Feminina

Outro dado fundamental é que a população brasileira encontra-se mais escolarizada. Em 1989, a média nacional estava em torno de 4,7 anos, aumentando progressivamente para 5,8 em 1990 e 6,4 em 2000. A região Sudeste e Sul são as principais responsáveis por esse alto índice de anos de estudo, pois apresentam uma média perto de 7,1 e 6,9 anos de estudos, respectivamente.

Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e por sexo, Segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação – 1989/1999/2003									
	1989			1999			2003		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	4,7	-	-	5,8	5,6	5,9	6,4	6,3	6,6
<b>Norte</b>	5,2	-	-	5,8	5,6	5,9	6,3	6,1	6,5
<b>Nordeste</b>	3,3	-	-	4,3	4,0	4,7	5,0	4,7	5,4
<b>Sudeste</b>	5,4	-	-	6,5	6,4	6,5	7,1	7,1	7,1
<b>Sul</b>	6,1	-	-	6,2	6,2	6,3	6,9	6,8	6,9
<b>Centro-Oeste</b>	4,9	-	-	5,9	5,7	6,2	6,6	6,4	6,9

Fonte: Síntese de Indicadores 2000, 2004.

Atenta-se para o fato de que as mulheres estão mais escolarizadas que os homens, sendo as principais responsáveis pelo aumento da média nacional e das grandes regiões. Em 2003, as mulheres apresentavam 6,6 anos de estudos contra 6,3 anos de estudos dos homens. Isto é um dos fatores que as torna em potencial mão-de-obra aptas para o mercado de trabalho. Segundo a OIT, as “mulheres estão hoje melhor instruídas e mundialmente detêm mais trabalhos que antes”<sup>66</sup>.

Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e ocupada, por sexo, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação – 2003						
Grandes Regiões Unidades da Federação	Total			Ocupada		
	2003			2003		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	6,4	6,3	6,6	7,1	6,7	7,7
<b>Norte</b>	6,3	6,1	6,5	7,1	6,6	7,8
<b>Nordeste</b>	5,0	4,7	5,4	5,4	4,8	6,2
<b>Sudeste</b>	7,1	7,1	7,1	8,0	7,7	8,5
<b>Sul</b>	6,9	6,8	6,9	7,5	7,2	7,8
<b>Centro-Oeste</b>	6,6	6,4	6,9	7,4	6,9	8,2

Fonte: Síntese de Indicadores 2000, 2004.

<sup>66</sup> Ver Carisio (1999).

Porém, ao examinar os anos de estudos da população ocupada, percebe-se que esta diferença se acentua. Segundo o quadro acima, observa-se que as mulheres ocupadas, de acordo com a média nacional, apresentam 7,7 anos de estudos contra 6,7 anos de estudos dos homens, diferença de 1 ano de estudos entre os sexos. Em relação a ocupação, a região Sudeste fica em primeiro lugar em anos de estudo, chegando as mulheres ocupadas a terem próximo de 8,5 anos de estudo, o que possibilita um acesso dessas mulheres a oportunidades diferenciadas no mercado de trabalho. Para Castells, “*com a expansão universal do nível de instrução, inclusive superior, as mulheres passaram a constituir uma fonte de habilidades imediatamente exploráveis pelos empregadores*” (1999, p.204). Nos dias atuais, o mercado de trabalho prioriza as mulheres que tem mais estudos, mas deve-se lembrar que as mulheres pobres estão fora desse contexto.

#### **2.2.3.4 Divórcio/Separação/Casamento**

Associado a esses dois fatores a queda da taxa de fecundidade e o aumento da taxa de escolaridade feminina, há o enfraquecimento da família baseado no modelo patriarcal, onde o homem era considerado o provedor da família. Também, tais fatos são de suma importância para as mulheres ingressarem no processo produtivo. E indicadores como a taxa de divórcio e separação e de redução do número de casamentos serão de grande importância para entender o surgimento dos novos modelos de famílias.

O crescimento do número de dissoluções de lares se dará por causa do crescimento do índice de divórcio e também de separações. Em relação ao divórcio, seu aumento aconteceu a partir da legalização do divórcio no Brasil, em 1977 (Lei 6.515/77), quando muitas uniões passaram a serem oficialmente desfeitas.

<b>Número de divórcios concedidos em primeira instância a casais com filhos menores de idade por responsável pela guarda</b>					
<b>Brasil e Grandes Regiões</b>	<b>1984</b>	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>2000</b>	<b>2003</b>
<b>Brasil</b>	16.348	48.013	61.569	73.755	73.525
<b>Norte</b>	254	1.225	1.707	2.832	3.642
<b>Nordeste</b>	2.260	8.365	10.136	13.861	14.609
<b>Sudeste</b>	9.603	25.745	33.437	38.466	36.750
<b>Sul</b>	3.032	8.362	10.692	10.750	11.163
<b>Centro-Oeste</b>	1.199	4.316	5.597	7.846	7.361

Fonte: IBGE - Estatísticas do Registro Civil

Segundo a tabela acima, em 1984 foram registrados 16.348 números de divórcios chegando a 61.569 em 1994, quase quatro vezes maior. Já em 2003 este valor passa para 73.525. Sendo assim, o número de pessoas que tem se divorciado tem sido crescido com o passar dos anos. Apenas em 2003 que será apresentado uma pequena em relação a 2000.

<b>Número de processos de separação judicial encerrados em primeira instância por natureza da ação</b>					
<b>Brasil e Grandes Regiões</b>	<b>1984</b>	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>2000</b>	<b>2002</b>
<b>Brasil</b>	63.698	70.406	86.002	98.928	99.693
<b>Norte</b>	968	1.459	1.463	1.702	2.028
<b>Nordeste</b>	6.243	7.689	7.465	9.215	8.964
<b>Sudeste</b>	38.966	40.655	52.789	59.367	61.579
<b>Sul</b>	12.915	14.824	18.018	19.498	19.252
<b>Centro-Oeste</b>	4.606	5.779	6.267	9.125	7.870

Fonte: IBGE - Estatísticas do Registro Civil

Em relação à separação, o número de pessoas que estão se separando judicialmente é muito maior do que os que estão se divorciando. Em 1984, existiam 63.698 números de processos de separação encerrados contra 16.384 números de divórcio. Isto significa que as pessoas estão se separando mais do que se divorciando. Assim como no caso do número de divórcios, o número de separações também aumentou progressivamente chegando perto 99.693 em 2002. Para Castells:

“A dissolução dos lares, por meio de divórcio ou separação dos casais, constitui o primeiro indicador de insatisfação com um modelo familiar baseado no comprometimento duradouro de seus membros. É certo que pode haver (e, na verdade, é essa a regra) um patriarcalismo sucessivo: a reprodução do mesmo com diferentes parceiros. No entanto, as estruturas da dominação (e mecanismos da confiança) se enfraquecem com essa experiência, tanto em relação às mulheres como aos filhos, frequentemente apanhados por lealdades conflitantes” (1999, p.173).

Outro indicador importante é que esta havendo uma redução no número de casamentos. Em 1994 houve 935.465 casamentos chegando a 762.889 em 1994. Um dos índices mais baixos se teve em 2000, quando houve 694.872 casamentos, tendo um significativo aumento em 2003, quando aconteceram 748.032 casamentos. Uma das hipóteses levantadas por Castells é que “a crescente frequência com que as crises matrimoniais se sucedem, assim como a dificuldade em compatibilizar casamento, trabalho e vida, associa-se

a outras tendências importantes: o adiamento da formação de casais e a formação de relacionamentos sem casamentos” (1999, p.173/174).

<b>Número de casamentos por nacionalidade da mulher e do homem</b>					
<b>Brasil e Grandes Regiões</b>	<b>1984</b>	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>2000</b>	<b>2003</b>
<b>Brasil</b>	935.465	774.876	762.889	694.872	748.032
<b>Norte</b>	35.417	31.532	29.651	39.747	45.556
<b>Nordeste</b>	234.704	183.596	175.399	168.309	169.807
<b>Sudeste</b>	427.685	378.559	379.447	322.332	369.632
<b>Sul</b>	177.254	130.556	126.228	105.748	105.680
<b>Centro-Oeste</b>	60.939	50.843	52.204	58.736	57.357

Fonte: IBGE - Estatísticas do Registro Civil

### 2.2.3.5 Tipos de Composição Familiar

Essas possibilidades legais de dissolução dos lares e redução do número de casamentos têm modificado o padrão de organização das famílias baseado no modelo patriarcal, fazendo surgir novos arranjos. Não há dúvidas de que a família baseada neste modelo esta mudando. Segundo a tabela abaixo, percebe-se a formação de novos arranjos familiares, como: aumento do número de pessoas que vivem sozinhas, casal com filhos ou sem filhos, famílias em que as mulheres são responsáveis pelo domicílio com ou sem cônjuge, homens responsáveis pelo domicílio com ou sem cônjuge também. E isto tem feito surgir um novo padrão de família, bem como novos papéis que seus membros passam a ter.

<b>Famílias residentes em domicílios particulares por classes de rendimento nominal mensal familiar per capita e tipo de composição familiar - 1991</b>						
<b>Brasil e Região Geográfica</b>	<b>Tipo de composição familiar</b>					
	<b>Brasil</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Centro Oeste</b>
<b>Total</b>	37.502.539	2.205.721	9.816.844	16.948.620	6.102.649	2.428.705
<b>Pessoa sozinha</b>	2.335.843	105.723	564.404	1.143.578	370.298	151.840
<b>Duas ou mais pessoas sem parentesco</b>	272.166	21.750	56.586	128.765	44.404	20.661
<b>Casal sem filhos</b>	4.086.788	177.030	868.158	1.988.412	807.166	246.022
<b>Casal sem filhos e com parentes</b>	582.745	38.749	183.711	234.405	90.006	35.874
<b>Casal com filhos</b>	19.619.291	1.156.781	4.964.531	8.844.616	3.384.484	1.268.879
<b>Casal com filhos e com parentes</b>	2.420.625	189.862	730.326	1.002.302	334.240	163.895
<b>Mulher responsável pela família sem cônjuge com filhos</b>	4.118.381	234.103	1.167.140	1.871.634	577.253	268.251
<b>Mulher responsável pela família sem cônjuge com filhos e com parentes</b>	893.703	56.089	293.814	383.646	106.061	54.093
<b>Homem responsável pela família sem cônjuge com filhos</b>	486.371	34.438	133.362	221.249	64.964	32.358
<b>Homem responsável pela família sem cônjuge com filhos e com parentes</b>	126.768	9.649	37.882	56.486	15.955	6.796
<b>Outro</b>	2.559.858	181.547	816.930	1.073.527	307.818	180.036

Fonte: IBGE 1991.

Segundo a tabela acima, observa-se que em 1991 já é bem diverso o tipo de composição familiar, chamando a atenção o número de domicílios em que as mulheres são responsáveis<sup>67</sup> pela família, com ou sem cônjuge. Na média nacional, as mulheres responsáveis pela família, com ou sem cônjuge, aproxima-se de 13,4%, vivendo a maior parte das famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge, que é de quase 11% contra 1,2% das famílias chefiadas por homens sem cônjuge.

<b>Famílias residentes em domicílios particulares por classes de rendimento nominal mensal familiar per capita e tipo de composição familiar – 2000</b>						
<b>Brasil e Região Geográfica</b>	<b>Tipo de composição familiar</b>					
	<b>Brasil</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Centro Oeste</b>
<b>Total</b>	48.262.786	3.194.290	12.563.463	21.486.555	7.638.829	3.379.649
<b>Pessoa sozinha</b>	4.126.487	189.617	906.148	2.012.727	704.774	313.221
<b>Duas ou mais pessoas sem parentesco</b>	142.627	12.901	35.279	65.955	17.185	11.308
<b>Casal sem filhos</b>	5.783.249	295.583	1.261.067	2.708.580	1.122.352	395.667
<b>Casal sem filhos e com parentes</b>	881.206	69.806	268.602	343.881	132.301	66.616
<b>Casal com filhos</b>	23.915.114	1.638.657	6.176.488	10.517.182	3.920.282	1.662.506
<b>Casal com filhos e com parentes</b>	2.971.770	281.550	906.791	1.182.741	385.320	215.369
<b>Mulher responsável pela família sem cônjuge com filhos</b>	6.047.642	398.222	1.723.717	2.698.571	811.812	415.320
<b>Mulher responsável pela família sem cônjuge com filhos e com parentes</b>	1.542.016	112.634	489.415	658.888	178.481	102.598
<b>Homem responsável pela família sem cônjuge com filhos</b>	762.871	65.194	214.082	331.573	99.761	52.262
<b>Homem responsável pela família sem cônjuge com filhos e com parentes</b>	187.324	15.436	52.595	84.070	23.297	11.927
<b>Outro</b>	1.902.478	114.690	529.280	882.389	243.264	132.855

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 e 2000

Conforme mostra a tabela de 2000, esta realidade se agrava, pois o número de domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge e com filhos chega a quase 16% contra 1,9% deste tipo de famílias chefiadas por homens. Revela-se assim, que está aumentando o número de mulheres responsáveis pelo domicílio e que moram sozinhas, ou seja, que vivem em situação de monoparentalidade. Este tipo de família não pode ser negligenciado pelo poder público, pois as chefias monoparentais femininas são mais vulneráveis do que as masculinas, por que estas normalmente apresentam uma baixa escolaridade, estão inseridas nos setores mais desqualificados do trabalho, possuindo assim rendimentos mais baixos.

<sup>67</sup> Segundo o IBGE (2002), o conceito de responsável pelo domicílio esta baseado na definição da pessoa considerada como referência do domicílio, que sustenta a família. A palavra ‘chefe’ do domicílio caiu em desuso a partir da Constituição Federal de 1988.

Domicílios, em números absolutos e relativos, por sexo do responsável, segundo os municípios das capitais – 1991/2000							
Domicílios por sexo do responsável 1991							
Federação	Absoluto				Relativo (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Outros	Homens	Mulheres	Outros
Brasil	37.502.539	27.322.588	5.012.084	5.167.867	72,8	13,4	13,8

Domicílios por sexo do responsável 1991							
Federação	Absoluto				Relativo (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Outros	Homens	Mulheres	Outros
Brasil	48.262.786	34.501.534	7.589.658	6.171.592	71,5	15,7	12,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

A formação desses novos modelos familiares é de suma importância para conhecer a forma pela qual está se dando a participação das mulheres na população economicamente ativa, pois a responsabilidade doméstica ainda é, em grande parte, da mulher. E isto, condiciona a participação das mulheres no mercado de trabalho, conforme Bruschini, elas passam a ter,

“A constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limitando a disponibilidade das mulheres para o trabalho, que depende de um complexa combinação de características pessoais e familiares, como o estado conjugal e a presença de filhos, associado à idade e à escolaridade da trabalhadora, assim como a características do grupo familiar, como o ciclo de vida e estrutura familiar. Fatores como esses afetam a participação feminina, mas não a masculina, no mercado de trabalho” (2000, p.16/17)

### **2.2.3.6 Participação Feminina na PEA**

Segundo o IBGE, em 2003 existiam 50.326.732 homens na PEA contra 37.460.928 mulheres. Em termos percentuais, as mulheres correspondem a quase 43% da PEA brasileira, o que em 1970 representavam apenas 21% desta população. E isto se deu em todas as Unidades da Federação, onde as mulheres desempenharam um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da PEA, uma vez que as taxas de participação masculina crescem gradativamente no período que vai de 1970 a 1990 e se manter praticamente as mesmas dos anos 90 em diante, ou seja, ela pouco se altera.

Nota-se que o *boom* deste crescimento aconteceu mesmo na década de 1990, quando os processos de globalização e reestruturação da produção abriram novas oportunidades de emprego, em especial para as mulheres e os fatores demográficos e sociais, citados anteriormente - de crescimento da população feminina, queda da taxa de fecundidade,

aumento da escolaridade das mulheres, aumento das dissoluções dos lares por causa de separação e divórcio, diversificação do modelo familiar - proporcionaram novos papéis para as mulheres brasileiras e seu aumento no processo produtivo.

<b>População Economicamente Ativa, por sexo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação 1970-2003</b>										
Unidades Federação	1970		1980		1992		1999		2003	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Brasil	23.391.800	6.165.500	31.393.000	11.842.700	42.224.742	27.485.047	46.480.921	32.834.366	50.326.732	37.460.928
Norte	859.300	169.300	1.431.400	381.000	1.621.387	1.045.441	2.073.622	1.459.910	2.714.334	1.958.757
Nordeste	6.742.200	1.611.600	8.295.900	2.862.600	11.868.417	7.808.286	13.133.441	9.211.091	13.952.877	9.777.215
Sudeste	10.166.900	3.040.400	14.266.400	5.909.300	18.573.743	11.754.507	20.189.762	14.232.953	21.759.944	16.713.952
Sul	4.310.000	1.118.000	5.362.400	2.060.800	7.044.472	4.947.904	7.590.789	5.560.105	8.108.887	6.384.825
Centro-Oeste	1.313.400	226.200	2.036.900	629.000	2.998.522	1.872.571	3.413.524	2.336.151	3.684.160	2.580.486

Fonte: IBGE 1990, 2000 e 2004.

A partir destes dados, atenta-se para o seguinte fato: 45% da População Economicamente Ativa está localizada na região Sudeste, isto a transforma em uma das mais importantes regiões econômicas do país. A região Sudeste contém cerca de 45% da população economicamente ativa brasileira, os outros por centos estão divididos nas demais mesoregiões – 5% no Norte, 26% no Nordeste, 17% no Sul e 7% na região Centro-Oeste.

Entretanto, grande parte das trabalhadoras está inserida nos setores de serviço e comércio, onde as condições de trabalho são marcadas pelos baixos salários, jornada de trabalho extensa, péssimas condições laboriais, perda dos direitos legais, etc. Setores estes em que insegurança e precariedade estão presentes e os direitos de proteção social são inexistentes.

Um outro fato importante é que a inserção das mulheres no mercado de trabalho tem gerado mudanças mais amplas no contexto social, econômico e cultural e têm atingido o comportamento feminino no âmbito familiar, na realização pessoal e adesão a novas responsabilidades, bem como modificado o perfil do trabalhador desses últimos anos. Pensar em políticas públicas para esse público-alvo, que se encontra à margem de direitos que lhes garantam medidas protecionistas é fundamental. Assim, investigar sobre este fenômeno tem sido de suma importância no processo de formulação de políticas públicas voltadas para as mulheres.

<b>População Economicamente Ativa, por sexo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação 1970-2003</b>										
Unidades Federação	1970		1980		1992		1999		2003	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Brasil	23.391.800	6.165.500	31.393,0	11.842,7	42.224.742	27.485.047	46.480.921	32.834.366	50.326.732	37.460.928
Sudeste	10.166.900	3.040.400	14.266,4	5.909,3	18.573.743	11.754.507	20.189.762	14.232.953	21.759.944	16.713.952
Minas Gerais	2.808.900	651.700	3.541.700	1.194.400	4.740.108	3.140.017	5.257.946	3.636.849	5.501.161	4.210.606
RMBH	----	----	----	----	965.188	688.472	1.159.085	920.446	1.303.299	1.098.405
Espírito Santo	382.900	74.900	539.500	171.100	816.182	555.429	910.627	621.933	986.700	755.381
Rio de Janeiro	2.152.500	763.600	2.939.900	1.377.400	3.555.413	2.251.3923	3.707.315	2.645.893	4.053.944	3.151.475
RMRJ	----	----	----	----	2.678.461	1.742.633	2.803.698	2.015.060	3.004.999	2.389.370
São Paulo	4.822.600	1.550.200	7.245.400	3.166.400	9.462.040	5.807.138	10.313.874	7.328.278	11.218.139	8.596.490
RMSP	----	----	----	----	4.475.631	2.937.312	4.905.720	3.650.684	5.259.210	4.318.807

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil 1990, Síntese de Indicadores 2000 e 2004.

Diante deste quadro, observa-se que o crescimento da PEA na região Sudeste é maior nas regiões metropolitanas. E, como neste trabalho se tem um interesse particular pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro, pois o objetivo é avaliar programa “Com Licença, eu vou a Luta!”, de geração de emprego e renda para mulheres pobres e de baixa escolaridade do Município do Rio de Janeiro, será apresentada uma análise mais detalhada desta região, mas sempre a comparando com as demais regiões metropolitanas de Belo Horizonte e São Paulo, buscando apresentar a especificidade do perfil das trabalhadoras cariocas.

#### **2.2.4 O perfil das trabalhadoras na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: século XXI - avanços para as mulheres ou persistência das desigualdades?**

A partir deste momento, se pretende realizar uma análise do perfil da mulher trabalhadora na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) visto que esta região apresenta algumas especificidades em relação tanto a inserção da mulher no mercado de trabalho, quanto ao seu comportamento na População Economicamente Ativa.

Por isso, será apresentado uma análise da participação das mulheres da RMRJ na População Economicamente Ativa (PEA), a taxa de atividade feminina, bem como de desocupação, sua posição na ocupação, condições em que elas se encontram, a média salarial que as trabalhadoras recebem e ainda, sua posição na chefia dos lares.

### 2.2.4.1 Participação Feminina na PEA<sup>68</sup>

A região Sudeste contém cerca de 45% da População Economicamente Ativa do país. Nesta região, a RMRJ apresentou perto de 44% do total de mulheres, ficando em terceiro lugar na região, depois da Região Metropolitana de Belo Horizonte (46,9%) e da Região Metropolitana São Paulo (44,3%). Porém, em 2003 um fato importante acontece na RMRJ: o percentual de mulheres na PEA se reduziu para 42,3%, ou seja em 1,7%, diferentemente do que acontece na RMSP, onde as mulheres continuam crescendo na PEA.

População Economicamente Ativa, por sexo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2002/2003								
Grandes Regiões, Unidades Federação	Valores Absolutos		Valores Relativos (%)		Valores Absolutos		Valores Relativos (%)	
	2002		2002		2003		2003	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Brasil	49.524.477	36.531.168	57,5	42,5	50.326.732	37.460.928	57,3	42,7
Sudeste	21.492.853	16.333.652	56,9	43,1	21.759.944	16.713.952	56,6	43,4
RMBH	1.315.865	1.070.527	55,1	46,9	1.303.299	1.098.405	54,3	45,7
RMRJ	2.965.792	2.335.196	56	44	3.004.999	2.389.370	57,7	42,3
RMSP	5.338.370	4.240.838	55,7	44,3	5.259.210	4.318.807	55	45

Fonte: Síntese de Indicadores 2003 e 2004.

### 2.2.4.2 Taxa de atividade<sup>69</sup> feminina

Em relação à taxa de atividade de homens e mulheres, um fato interessante acontece. Enquanto na RMRJ a taxa de atividade tanto homens quanto mulheres a taxa de atividade cresce, nas RMBH e RMSP elas diminuem. Verifica-se esta afirmação ao observar que o indicador que apresenta a taxa de participação feminina era de 45,1% em 2002 passando para 45,6% em 2003, enquanto a taxa de atividade das mulheres na RMBH era de 54,1% em 2002 reduzindo-se para 53,8% em 2003, e na RMSP era de 52,7% em 2002 caindo para 52,1% em 2003. Assim, atenta-se para o fato de que a taxa de atividade feminina na RMRJ apresentou aumento significativo, todavia nas RMBH e RMSP esta taxa apresentou uma queda.

Quanto à taxa de atividade dos homens nessas regiões, acontece o mesmo que a feminina, onde na RMRJ essa aumenta de 67,8% em 2002, para 68,0% em 2003. Já na RMBH a taxa de atividade masculina reduz de 73% em 2002 para 71,2% em 2003, e na

<sup>68</sup> Segundo o IBGE 2004, População Economicamente Ativa se refere às pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência.

<sup>69</sup> Segundo o IBGE 2004, taxa de atividade: porcentagem de pessoas economicamente ativa em relação ao total de pessoas em idade ativa.

RMSP também diminui de 73,2% em 2002 para 71,3% em 2003. Logo, a taxa de atividade masculina cresce, sendo esta um diferencial em relação às outras regiões metropolitanas do Sudeste.

<b>Taxa de atividade, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2002/2003</b>						
<b>Grandes Regiões, Federação</b>	<b>2002</b>			<b>2003</b>		
	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
<b>Brasil</b>	61,3	73,2	50,3	61,4	72,9	50,7
<b>Sudeste</b>	60,6	72,1	50,2	60,6	71,5	50,5
<b>RMBH</b>	63,1	73,0	54,1	62,0	71,2	53,8
<b>RMRJ</b>	55,5	67,8	45,1	55,9	68,0	45,6
<b>RMSP</b>	62,5	73,2	52,7	61,2	71,3	52,1

Fonte: Síntese de Indicadores 2003 e 2004.

#### **2.2.4.3 Taxa de Desocupação<sup>70</sup> Feminina**

Outro dado importante, a taxa de desocupação feminina é maior que a dos homens. Mesmo as mulheres apresentando crescimento na PEA e na taxa de atividade, estas continuam mais fora do mercado de trabalho do que os homens. A taxa de desocupação feminina da RMRJ mostra isso, pois em 2002 a taxa de desocupação feminina era 15,6% aumentando para 17,4% em 2003, variando em 1,8%. Assim, a taxa de desocupação feminina na RMRJ é a maior da região, pois nas regiões metropolitanas de BH esta é de 13,3% em 2003 e em São Paulo 17,1 neste mesmo ano.

<b>Taxa de desocupação da população de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2002/2003</b>						
<b>Grandes Regiões, Federação</b>	<b>2002</b>			<b>2003</b>		
	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
<b>Brasil</b>	9,2	7,4	11,6	9,7	7,8	12,3
<b>Sudeste</b>	10,8	8,8	13,5	11,5	9,4	14,2
<b>RMBH</b>	12,2	10,8	13,8	11,7	10,3	13,3
<b>RMRJ</b>	12,2	9,5	15,6	13,6	10,6	17,4
<b>RMSP</b>	13,5	11,2	16,3	14,6	12,6	17,1

Fonte: Síntese de Indicadores 2003 e 2004.

<sup>70</sup> Segundo o IBGE 2004, taxa de desocupação: porcentagem de pessoas desocupadas em relação ao total das pessoas economicamente ativas. O critério de seleção da PEA é a população que tem de 10 anos ou mais de idade.

Para o contingente masculino a taxa de desocupação na região também aumentou na RMRJ, passando de 9,5 em 2002 para 10,6 em 2003. Pode se deduzir que o aumento da desocupação, tanto para os homens quanto para as mulheres, na região deve-se ao fato da redução das ocupações, principalmente, nos setores de construção (8,9%) e serviços domésticos (6,8%), sendo neste a presença das mulheres marcante. Verifica-se que mesmo que o efeito de desocupação atinja tanto aos homens quanto às mulheres, os efeitos são mais perversos no caso das mulheres.

<b>Taxa de desocupação média, das pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupamento de atividade no trabalho principal – 2003</b>	
<b>Região Metropolitana do Rio de Janeiro</b>	
<b>Grupamento de atividade do trabalho principal</b>	<b>2003</b>
Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água	5,0
Construção	8,9
Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos	5,8
Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira	5,4
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais	2,5
Serviços Domésticos	6,8
Outros Serviços	5,5

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego 2003

Outro dado interessante é a idade das pessoas que se encontram desocupadas. De acordo com a tabela abaixo, em 2002, cerca de 61,7% da população desocupada possuía de 10 a 24 anos, estando a grande maioria (37,2%) entre 10 e 17 anos. Já em 2003, aumenta significativamente para 73,5% a taxa de desocupação entre jovens de 10 a 24 anos de idade. Atenta-se para o fato de que a população mais jovem se encontra mais fora do mercado de trabalho, e isto é uma realidade observada nos demais estados e regiões metropolitanas do Sudeste. Verifica-se assim, que as mulheres mais jovens da RMRJ encontram-se mais fora do mercado de trabalho<sup>71</sup> do que as mais velhas.

<sup>71</sup> Confrontar essa questão com o público-alvo do projeto “Com Licença, eu vou a luta!”.

Taxa de desocupação da população de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2002/2003										
Grandes Regiões Federações	2002					2003				
	Total	De 10 a 17 anos	De 18 a 24 anos	De 25 a 49 anos	De 50 ou mais	Total	De 10 a 17 anos	De 18 a 24 anos	De 25 a 49 anos	De 50 ou mais
Brasil	9,2	18,5	17,0	6,9	3,6	9,7	19,0	18,0	7,5	3,9
Sudeste	10,8	28,8	19,3	7,9	5,0	11,5	28,9	20,5	8,6	5,5
RMBH	12,2	37,6	21,4	8,4	5,6	11,7	35,9	21,1	8,0	5,5
RMRJ	12,2	37,2	24,5	9,6	5,8	13,6	47,0	26,5	10,6	7,6
RMSP	13,5	37,9	22,6	9,9	6,7	14,6	40,9	24,0	10,9	7,8

Fonte: Síntese de Indicadores 2003 e 2004.

Em relação aos anos de estudo dos desocupados, na RMRJ a maior taxa está entre os que apresentam de 4 a 7 anos de estudo, tanto para homens quanto mulheres. Em 2002 a taxa de desocupação era de 13,5% para os que tinham entre 4 a 7 anos de estudo, aumentando para 15,4% em 2003. Isto demonstra que as condições de desocupação são mais desfavoráveis para os indivíduos que possuem apenas ensino fundamental ou médio, completos ou não. Mas, nota-se que os homens apresentam uma variação da taxa de desocupação nos diversos anos de estudo, enquanto as mulheres mantêm quase a mesma variação.

Taxa de desocupação da população de 10 anos ou mais de idade, por grupos de estudo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2002/2003								
Grandes Regiões Federações	2002				2003			
	Total	Sem instrução ou até 3 anos de estudo	De 4 a 7 anos de estudo	8 anos ou mais de estudo em	Total	Sem instrução ou até 3 anos de estudo	De 4 a 7 anos de estudo	8 anos ou mais de estudo em
Brasil	9,2	5,6	9,6	10,6	9,7	6,0	9,7	11,3
Sudeste	10,8	7,9	11,3	11,4	11,5	8,9	11,3	12,2
RMBH	12,2	12,0	12,9	11,7	11,7	9,5	12,9	11,4
RMRJ	12,2	9,6	13,5	12,1	13,6	13,2	15,4	13,0
RMSP	13,5	11,7	14,7	13,3	14,6	15,0	15,0	14,4

Fonte: Síntese de Indicadores 2003 e 2004.

#### 2.2.4.4 População Ocupada<sup>72</sup>

Cresce a ocupação feminina e diminui a masculina na RMRJ. Em 2002, existiam 1.970.760 mulheres ocupadas na RMRJ elevando-se para 1.972.664 em 2003. Em contrapartida, houve redução da população masculina ocupada de 2.683.466 em 2002, 2.676.335 em 2003. O processo de ocupação diferenciada entre homens e mulheres resultou no aumento da participação feminina no total dos ocupados e da redução da masculina.

<sup>72</sup> População ocupada refere-se as pessoas com trabalho durante toda ou parte da semana de referência, ainda que afastada por motivo de férias, licença, falta, greve, etc.

<b>População ocupada, total e por sexo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2002/2003</b>						
<b>Grandes Regiões, Federação</b>	<b>2002</b>			<b>2003</b>		
	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
<b>Brasil</b>	78.168.174	45.869.765	30.038.153	79.233.543	46.390.790	32.842.753
<b>Sudeste</b>	33.725.191	19.590.801	13.540.145	34.043.375	19.712.849	14.330.526
<b>RMBH</b>	2.095.919	1.173.541	922.378	2.120.909	1.168.631	952.278
<b>RMRJ</b>	4.654.232	2.683.466	1.970.766	4.648.999	2.676.335	1.972.664
<b>RMSP</b>	8.283.697	4.737.179	3.546.518	8.179.238	4.597.668	3.581.570

Fonte: Síntese de Indicadores 2003 e 2004.

Um fato que tem favorecido a contratação da mão-de-obra feminina na RMRJ é que esta possui mais escolaridade que os homens. Segundo a tabela abaixo, em 2003 as mulheres ocupadas apresentavam 9,2 anos de estudo, enquanto os homens 8,7 anos de estudo. Este percentual alterou muito pouco de 2002 para 2003 na RMRJ. Esta ampliação nos anos de estudo será de suma importância na era da globalização, onde o elevado grau de competitividade amplia a demanda por conhecimentos e informação, ou seja, profissionais mais qualificados. E como isto se dá para as camadas mais pobres?

<b>Média de anos de estudo da população ocupada de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003</b>						
<b>Grandes Regiões, Federação</b>	<b>2002</b>			<b>2003</b>		
	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
<b>Brasil</b>	6,9	6,5	7,5	7,1	6,7	7,7
<b>Sudeste</b>	7,8	7,5	8,3	8,0	7,7	8,5
<b>RMBH</b>	8,2	8,0	8,5	8,3	8,0	8,7
<b>RMRJ</b>	8,7	8,4	9,1	8,9	8,7	9,2
<b>RMSP</b>	8,7	8,4	9,1	9,0	8,7	9,3

Fonte: Síntese de Indicadores 2003 e 2004.

Se for feita uma relação entre anos de estudos e ocupação, comprova-se que grande parte das mulheres ocupadas apresenta cerca de 11 anos ou mais de estudos (ver quadro abaixo). Em 2003, cerca de 50,4% das mulheres ocupadas possuíam 11 anos ou mais de estudo contra 43,2% dos homens. Percebe-se que a escolaridade é fundamental para o emprego da mão-de-obra feminina, mas isso também apresenta algumas implicações em relação ao gênero, pois mesmo tendo maior escolaridade, as mulheres possuem menor rendimento e estão em ocupações inferiores à dos homens, ou seja, trabalham em condições de subcontratação. Isso será apresentado mais adiante.

População ocupada, por sexo e sua respectiva distribuição percentual aos grupos de anos de estudo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003										
Grandes Regiões Federações	2003					2003				
	Grupos de Anos de estudo (%)					Grupos de Anos de estudo (%)				
	Homens					Mulheres				
	Total Absoluto	Até 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 anos ou mais	Total Absoluto	Até 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 anos ou mais
<b>Brasil</b>	46.390.790	25,0	30,0	16,7	28,3	32.842.753	19,5	25,9	15,6	39,1
<b>Sudeste</b>	19.712.849	15,6	29,8	19,0	35,6	14.330.526	13,4	24,5	16,3	45,7
<b>RMBH</b>	1.168.631	11,5	32,3	19,0	37,2	952.278	11,2	24,4	16,1	48,3
<b>RMRJ</b>	2.676.335	10,1	24,7	22,0	43,2	1.972.664	10,3	21,2	18,1	50,4
<b>RMSP</b>	4.597.668	11,3	22,9	19,8	46,0	3.581.570	9,2	19,7	17,0	54,1

Fonte: Síntese de Indicadores 2003 e 2004.

Conforme a tabela abaixo, em relação à faixa etária em que homens e mulheres estão ocupados, 15,1% dos homens de 10 a 19 anos de idade já estão inseridos no mercado de trabalho, enquanto 8,1% das mulheres estão inseridas. O percentual de participação feminina da RMRJ é quase a metade das RMBH (20,6%) e RMSP (13,7%). Isto comprova que as mulheres nesta faixa etária na RMRJ são as que estão mais fora do mercado de trabalho<sup>73</sup>.

Entre 20 a 29 anos, na RMRJ as mulheres são apenas 47,7% contra 75,6% dos homens. Em relação às RMBH e RMSP esta diferença se agrava, pois em RMBH as mulheres nesta faixa de idade são cerca de 60,6% e na RMSP 59,3%. Nota-se que as mulheres da RMRJ entre 20 e 29 anos estão também mais fora do mercado de trabalho.

Para as mulheres entre 30 a 49 anos, a diferença começa a reduzir entre as mulheres da RMRJ das demais regiões. Na RMRJ, as mulheres nesta faixa etária apresentam a maior taxa de atividade, sendo de 59,4% para as que têm entre 30 a 39 anos de idade e de 57,6% para as que tem entre 40 a 49 anos. Neste ciclo etário, a participação nas RMBH e RMSP aumenta ainda mais. Para Bruschini isso demonstra que estão acontecendo alterações no perfil da mão-de-obra feminina, pois “as trabalhadoras que, até o final dos anos 70, em sua maioria, eram jovens, solteira e sem filhos passaram a ser mais velhas, casadas e mães” (2000, p.17). Atualmente, as mulheres entre 30 a 49 anos estão mais ocupadas.

<sup>73</sup> Como se trata de dados absolutos e o IBGE separa a população ocupada de 10 em 10 anos, não se tem condições de saber se na faixa de 10 a 19 anos o trabalho infantil é uma realidade.

<b>Proporção de ocupados, por sexo e grupo de idade, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003</b>						
<b>Posição na Ocupação (%)</b>						
<b>Homens</b>						
<b>Grandes Regiões Federações</b>	<b>Total Absoluto</b>	<b>10 a 19 anos</b>	<b>20 a 29 anos</b>	<b>30 a 39 anos</b>	<b>40 a 49 anos</b>	<b>50 anos ou mais</b>
<b>Brasil</b>	67,2	31,0	81,0	90,0	87,6	60,8
<b>Sudeste</b>	64,8	25,0	80,8	89,4	85,2	54,8
<b>RMBH</b>	63,8	22,8	78,1	88,7	86,1	53,9
<b>RMRJ</b>	60,8	14,1	75,6	88,6	86,3	49,9
<b>RMSP</b>	62,3	20,1	79,0	87,6	81,9	51,9

<b>Proporção de ocupados, por sexo e grupo de idade, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003</b>						
<b>Posição na Ocupação (%)</b>						
<b>Mulheres</b>						
<b>Grandes Regiões Federações</b>	<b>Total Absoluto</b>	<b>10 a 19 anos</b>	<b>20 a 29 anos</b>	<b>30 a 39 anos</b>	<b>40 a 49 anos</b>	<b>50 anos ou mais</b>
<b>Brasil</b>	44,5	17,7	55,3	63,9	63,1	32,7
<b>Sudeste</b>	43,3	15,5	57,2	63,0	60,5	28,4
<b>RMBH</b>	49,0	21,6	60,6	67,1	68,1	36,6
<b>RMRJ</b>	37,7	8,1	47,7	59,4	57,6	24,2
<b>RMSP</b>	43,2	13,7	59,3	62,0	58,9	27,3

Fonte: Síntese de Indicadores 2004.

Atesta-se que as mulheres da RMRJ apresentam em todas as faixas etárias um diferencial significativo, enquanto a participação dos homens se mantêm praticamente numa mesma proporção durante todo o período de sua vida produtiva, dos 20 aos 49 anos. As mulheres ocupadas mantêm uma certa constância a partir dos 30 aos 49 anos. Conforme Bruschini:

“A mudança no perfil etário da População Economicamente Ativa (PEA), que é acompanhada por um expressivo aumento do trabalho das esposas (...), sugere que as responsabilidades familiares não estariam mais constituindo um fator impeditivo ao trabalho feminino no mercado de trabalho, como ocorria até os anos 70. Movidas pela necessidade de complementar a renda familiar ou impulsionadas pela escolaridade elevada, menor número de filhos, mudanças na identidade feminina e nas relações familiares, as mulheres casadas procuram cada vez mais o mercado de trabalho” (2000, p. 17).

Associada à questão do aumento da escolaridade das mulheres, o grau de empregabilidade feminina crescente evidencia que as mulheres apresentam uma característica social mais adequada aos novos postos de trabalho do que os homens. Com as mudanças dos postos de trabalho, com a criação de novas funções, em razão da terceirização e informalização das atividades econômica, os atributos da força de trabalho feminina passam a

ser mais valorizados e são potencializados no exercício dessas novas funções. Todavia, que “características sociais” femininas são essas que as tornam mais aptas para o trabalho?

As mulheres possuem habilidades específicas, que foram construídas socialmente, como dedicação, responsabilidade na execução de tarefas, capacidade de comunicação e facilidade para atuar coletivamente, em redes e grupos, que as tornam uma oferta de trabalho que, construída e cristalizada com base na divisão social e sexual do trabalho, detêm características que não são encontradas ainda hoje na mão-de-obra masculina. Por outro lado, as trabalhadoras se submetem com mais facilidades aos empregos de tempo indeterminado, jornada parcial, precários e, muitas vezes, exercem suas atividades em seu próprio domicílio, são mais “flexíveis”, ou seja, se tornaram em potencial mão-de-obra no mercado informal.

Analisando a população ocupada em 2002, atenta-se para o fato de que as mulheres ocupadas da RMRJ estão majoritariamente agrupadas nos setores de serviços – alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e comunicação, administração pública, educação, saúde e serviços sociais, serviços domésticos e em outros serviços coletivos, sociais e pessoais –, estando 63% das mulheres alocadas nos setores de serviço contra 36,6% dos homens. Este percentual se eleva se comparado com as regiões metropolitanas de BH e SP, que chegam a 57,5% e 52,6%, respectivamente. Assim a RMRJ apresenta um diferencial de 5,5% em relação a este setor na RMBH e de quase 10,4% na RMSP.

Os homens ocupados também estão na grande maioria no setor de serviços, sendo 36,6%. Mas também, estão presentes na indústria (13,0%), construção (14,4%) e comércio e reparação (20,9). Já a presença das mulheres nestes grupamentos de atividade é muito tímida.

#### População Ocupada em 2002

População ocupada de 10 anos ou mais de idade, por sexo e sua respectiva distribuição percentual, em relação ao grupamento de atividades, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2002							
Grupamentos de Atividades							
Homens							
Grandes Regiões Federações	Total Absoluto	Agrícola	Indústria	Construção	Comércio e Reparação	Serviços	Outros
Brasil	45.869.765	23,5	15,7	11,8	18,4	23,0	7,2
Sudeste	19.590.801	12,3	10,3	13,1	19,4	25,7	9,7
RMBH	1.173.541	3,2	19,9	15,0	20,0	29,0	12,6
RMRJ	2.683.466	1,0	13,0	14,3	20,9	36,6	12,7
RMSP	4.737.179	1,3	22,7	12,3	22,0	26,6	15,1

<b>População ocupada de 10 anos ou mais de idade, por sexo e sua respectiva distribuição percentual, em relação ao grupamento de atividades, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2002</b>							
<b>Grupamentos de Atividades</b>							
<b>Mulheres</b>							
<b>Grandes Regiões Federações</b>	<b>Total Absoluto</b>	<b>Agrícola</b>	<b>Indústria</b>	<b>Construção</b>	<b>Comércio e Reparação</b>	<b>Serviços</b>	<b>Outros</b>
<b>Brasil</b>	32.298.409	16,6	12,2	0,5	15,4	49,5	8,6
<b>Sudeste</b>	14.134.390	8,1	14,0	0,5	15,6	53,7	8,0
<b>RMBH</b>	922.378	4,8	12,6	0,8	14,5	57,5	9,5
<b>RMRJ</b>	1.970.766	0,3	9,7	0,4	16,9	63,0	9,4
<b>RMSP</b>	3.546.518	0,7	16,2	0,8	17,6	52,6	12,1

Fonte: Síntese de Indicadores 2003.

Em 2003, o crescimento ocupacional das mulheres se deu nos seguintes setores: comércio e reparação (1,3%), outros (1,1%). Houve uma queda no setor de serviços, onde deixou de se ter 63,0% de mulheres no setor de serviço em 2002 para 60,9% em 2003. Entre os homens, houve redução em quase todos os setores: 0,8% na indústria, 1,2% na construção, 0,6% nos serviços, enquanto em outros teve um crescimento de 3,0%.

#### **População Ocupada em 2003**

<b>População ocupada de 10 anos ou mais de idade, por sexo e sua respectiva distribuição percentual, em relação ao grupamento de atividades, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003</b>							
<b>Grupamentos de Atividades</b>							
<b>Homens</b>							
<b>Grandes Regiões Federações</b>	<b>Total Absoluto</b>	<b>Agrícola</b>	<b>Indústria</b>	<b>Construção</b>	<b>Comércio e Reparação</b>	<b>Serviços</b>	<b>Outros</b>
<b>Brasil</b>	46.390.790	24,0	15,8	10,9	19,0	22,5	7,9
<b>Sudeste</b>	19.712.849	12,6	19,5	12,1	20,1	25,3	10,4
<b>RMBH</b>	1.168.631	4,0	17,5	15,2	21,9	27,8	13,6
<b>RMRJ</b>	2.676.335	1,1	12,2	13,1	21,9	36,0	15,7
<b>RMSP</b>	4.597.668	1,0	23,1	10,4	22,3	27,3	15,8

<b>População ocupada de 10 anos ou mais de idade, por sexo e sua respectiva distribuição percentual, em relação ao grupamento de atividades, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003</b>							
<b>Grupamentos de Atividades</b>							
<b>Mulheres</b>							
<b>Grandes Regiões Federações</b>	<b>Total Absoluto</b>	<b>Agrícola</b>	<b>Indústria</b>	<b>Construção</b>	<b>Comércio e Reparação</b>	<b>Serviços</b>	<b>Outros</b>
<b>Brasil</b>	32.842.753	16,1	12,4	0,4	15,9	49,1	6,1
<b>Sudeste</b>	14.330.526	7,4	13,8	0,4	16,3	53,8	8,4
<b>RMBH</b>	952.278	4,4	12,8	0,7	14,2	57,1	10,8
<b>RMRJ</b>	1.972.664	0,1	9,8	0,4	18,2	60,9	10,5
<b>RMSP</b>	3.581.570	0,7	15,8	0,4	17,7	52,3	13,0

Fonte: Síntese de Indicadores 2004.

Assim, as mulheres estão majoritariamente inseridas no setor de serviços, demonstrando que as trabalhadoras continuam sendo alvo de “segregação ocupacional” nas atividades produtivas, que raramente conseguem romper com esse ciclo, que as impedem de exercer melhores posições e cargos.

Fato este que se deve à dificuldade encontrada pelas mulheres em conciliar vida economicamente ativa com a reprodutiva, ou seja, sua vida profissional com a familiar. A necessidade constante de articular esses papéis limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, que depende de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, como o estado conjugal e a presença de filhos. Segundo Bruschini:

“A manutenção de um modelo de família patriarcal, segundo cabem às mulheres as responsabilidades domésticas e socializadoras, bem como a persistência de uma identidade construída em torno do mundo doméstico condicionam a participação feminina no mercado de trabalho a outros fatores além daqueles que se referem à sua qualificação e à oferta de emprego, como no caso dos homens” (2000, p.16/17).

Mesmo quando as mulheres conseguem exercer algum cargo de chefia ou trabalhar em bons empregos, ainda representam uma participação muito pequena, chegando a ser insignificante em relação aos homens. Em caso da concorrência a uma vaga, e um homem e uma mulher que possuem as mesmas qualificações, elas sempre tem que apresentar uma qualificação a mais que os homens. Segundo Yannoulas, diversas pesquisas mostram que, *“as mulheres devem sempre apresentar um requisito a mais que seus colegas homens, para ocupar o mesmo posto de trabalho. Quer dizer, quando um candidato e uma candidata a ingressar ou ascender numa empresa têm igualdade de condições, a preferência é para o homem”* (2002, p.16).

Outro indicador importante é a posição das mulheres na ocupação. Em 2003, na posição de empregados, as mulheres são 47,0% contra 59,8% dos homens, estes representam mais da metade da população ocupada. Em relação ao trabalho doméstico, as mulheres são a grande maioria, estando 20,4% nesta posição, enquanto os homens é apenas 1,2%. Este diferencial é agravante, porque normalmente estão em condições de subcontratação.

População ocupada, total e sua respectiva distribuição percentual, por posição na ocupação, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003							
Posição dos homens na Ocupação (%)							
Grandes Regiões Federações	Total Absoluto	Empregados	Militares ou Estatutários	Trabalhadores Domésticos	Conta própria	Empregadores	Não remunerado
Brasil	45.261.311	55,6	5,1	0,9	27,3	5,5	5,6
Sudeste	19.427.822	62,8	5,1	1,0	22,7	6,2	2,2
RMBH	1.146.886	64,7	4,6	1,8	22,3	5,4	1,2
RMRJ	2.674.992	59,8	9,5	1,2	24,3	4,7	0,5
RMSP	4.574.710	67,0	4,0	0,8	21,5	5,6	1,2

Posição das mulheres na Ocupação (%)							
Grandes Regiões Federações	Total Absoluto	Empregados	Militares ou Estatutários	Trabalhadores Domésticos	Conta própria	Empregadores	Não remunerado
Brasil	30.534.295	41,6	9,5	18,6	17,5	2,7	10,1
Sudeste	13.753.067	47,5	8,8	20,4	15,7	3,0	4,6
RMBH	912.978	47,6	8,4	21,6	17,1	3,0	2,3
RMRJ	1.971.992	47,0	10,3	20,4	18,7	2,4	1,2
RMSP	3.568.815	55,1	7,6	17,0	14,9	3,0	2,4

Fonte: Síntese de Indicadores 2004.

Esta subcontratação das mulheres pode ser observada quando verificamos o número de trabalhadoras domésticas que possuem carteira de trabalho assinada, apenas: 32,7% trabalham com carteira assinada. O número de homens que têm a carteira de trabalho assinada ainda é superior ao das mulheres, chegando a 39,1%. Por incrível que pareça, até em setores que são tipificados como femininos os homens apresentam as melhores condições de garantia trabalhista.

Proporção de empregados e trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada e proporção de conta-própria e empregadores que contribuem para a previdência social, por sexo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003						
Grandes Regiões, Federação	Empregado com carteira de trabalho assinada (%)			Trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	62,6	60,8	66,3	27,1	40,2	26,1
Sudeste	69,3	68,4	71,0	33,6	47,9	32,5
RMBH	73,4	73,9	72,5	40,3	49,1	39,5
RMRJ	73,5	72,2	75,8	33,1	39,1	32,7
RMSP	71,2	71,9	69,9	36,7	54,8	35,7

Proporção de empregados e trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada e proporção de conta-própria e empregadores que contribuem para a previdência social, por sexo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003						
Grandes Regiões, Federação	Conta-própria (%)			Empregadores (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	14,8	15,7	12,9	58,9	57,6	62,8
Sudeste	23,6	25,9	18,9	65,9	64,8	69,2
RMBH	19,7	21,2	17,4	63,4	61,7	67,1
RMRJ	24,9	27,6	20,0	61,5	62,6	58,6
RMSP	25,5	28,0	20,9	70,3	72,1	66,1

Fonte: Síntese de Indicadores 2003 e 2004.

Associado à questão da subcontratação, atesta-se que 38,7% das mulheres da RMRJ não contribuem para previdência social. Isto significa que elas se encontram desprotegidas de benefícios sociais durante o ciclo de trabalho e muito mais quando se aposentarem. Um percentual significativo encontra-se sem garantias e direitos trabalhistas.

Proporção da população ocupada que contribui e não contribui para a previdência social, por sexo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003						
Grandes Regiões, Federação	Contribui (%)			Não contribui (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	46,2	46,7	45,6	63,5	53,0	54,2
Sudeste	57,2	58,8	55,0	42,7	41,1	44,9
RMBH	60,2	62,3	57,7	39,7	37,6	42,2
RMRJ	61,8	62,1	61,3	38,2	37,9	38,7
RMSP	62,5	64,3	60,2	37,5	35,7	39,8

Fonte: Síntese de Indicadores 2003 e 2004.

Com isto, observa-se que apesar do aumento da taxa de atividade feminina, fato que se tornou irreversível, sua participação se dará em setores bem delimitados, que são projeção do trabalho doméstico tradicionalmente reservado às mulheres, nos quais não é necessário uma qualificação e que, geralmente, são executados em condições discriminatórias. Segundo Bulport, *“na verdade, não é pelo fato de a mão-de-obra feminina ingressar de forma expressiva num determinado setor que este desvaloriza, mas é justamente porque tal setor já está desvalorizado que elas o adentram”* (1986, p.19).

#### 2.2.4.5 Rendimento

Um indicador muito importante para a análise da discriminação de gênero no mercado de trabalho é o rendimento médio entre homens e mulheres. A RMRJ apresenta o segundo maior rendimento médio da região Sudeste ficando atrás da RMSP. Em 2003, na RMRJ o rendimento médio total era de R\$ 903,50 contra R\$ 1.041,70 da RMSP. As mulheres na RMRJ recebem em média R\$ 725,00, enquanto na RMSP estas recebem R\$ 809,60, sendo nesta o rendimento das mulheres maior.

<b>Rendimento total e seus respectivos valores relativos e rendimento médio da população ocupada, por sexo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003</b>					
Grandes Regiões, Federação	Rendimento Total		Rendimento médio mensal da população ocupada, por sexo (R\$)		
	Valores Absolutos (R\$)	Valores Relativos (%)	Total	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	47.793.344	100,0	692,10	785,80	547,00
<b>Sudeste</b>	25.829.772	54,0	822,30	953,40	633,40
<b>RMBH</b>	1.481.275	3,1	743,60	865,70	588,90
<b>RMRJ</b>	3.972.132	8,3	903,50	1.036,70	725,00
<b>RMSP</b>	8.039.054	16,8	1.041,70	1.221,70	809,60

Fonte: Síntese de Indicadores 2003 e 2004

Este diferencial aumenta quando comparado por sexo. As mulheres da RMRJ recebem cerca de R\$ 725,00 contra R\$ 1.036,70 dos homens. Ou seja, estas recebem 30,1% a menos que os homens. Este fato se agrava quando feito uma relação com a cor<sup>74</sup>: as mulheres brancas da região Sudeste recebem em média R\$ 747,00, enquanto as pretas ou pardas recebem R\$ 407,60, recebendo estas 45,5% a menos que as brancas.

<b>Rendimento médio mensal de todos os trabalhos da população ocupada, em reais, por cor e sexo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003</b>			
Grandes Regiões, Federação	Rendimento médio mensal da população ocupada, por cor e sexo (R\$)		
	População Branca		
	Total	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	891,70	1.037,20	681,60
<b>Sudeste</b>	988,50	1.161,60	747,00

<b>Rendimento total e seus respectivos valores relativos e rendimento médio da população ocupada, por sexo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003</b>			
Grandes Regiões, Federação	Rendimento médio mensal da população ocupada, por cor e sexo (R\$)		
	População Preta e Parda		
	Total	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	442,90	491,00	361,50
<b>Sudeste</b>	511,30	579,00	407,60

Fonte: Síntese de Indicadores 2004

Desta forma, comprova-se que média salarial dos homens é superior a das mulheres. O tipo de trabalho em que as mulheres estão inseridas, secundário e terceirizado, é o principal responsável por uma média salarial inferior a dos homens. Com isso, podemos dizer que as

mulheres ocupadas mesmo apresentando uma escolaridade maior que a dos homens, continuam recebendo salários inferiores. Esta diferença se agrava quando se leva em consideração a cor das mulheres, as pretas ou pardas recebem significativamente menos que as brancas.

Comparando rendimento médio mensal com anos de estudo, a contradição entre os salários dos homens e mulheres se intensifica. Na RMRJ o rendimento médio mensal para as mulheres que possuíam até 3 anos de estudo era de R\$ 318,90 contra R\$ 470,00 dos homens com esta mesma média de anos, uma diferença de R\$ 151,10. No caso de pessoas entre 4 a 7 anos as mulheres recebem R\$ 332,60, enquanto os homens R\$ 555,50, uma diferença de R\$ 222,90 entre os sexos.

Este dado se eleva em relação ao aumento dos anos de estudo. Entre os trabalhadores de 8 a 10 anos de estudo, as mulheres ganham R\$ 383,70 e os homens R\$ 661,40, estes ganham R\$ 277,70 a mais que as mulheres. E para os ocupados com 11 anos ou mais de estudo, o salário médio mensal das mulheres apresenta um aumento representativo, pois passam a receber R\$ 1.112,10. No entanto, este permanece inferior se comparado com o dos homens, que é de R\$ 1.661,40, diferença que aumenta para R\$ 549,30.

<b>Rendimento médio mensal de todos os trabalhos da população ocupada, em reais, por grupos de anos de estudo e sexo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003</b>						
Grandes Regiões, Federação	Até 3 anos			De 4 a 7 anos		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	305,90	343,30	211,00	437,70	518,80	284,80
<b>Sudeste</b>	380,70	443,90	258,60	484,90	576,60	320,50
<b>RMBH</b>	314,20	368,30	236,50	433,40	518,80	287,40
<b>RMRJ</b>	404,80	470,00	318,90	469,00	555,50	332,60
<b>RMSP</b>	463,00	547,50	326,70	567,80	690,10	384,20

<b>Rendimento médio mensal de todos os trabalhos da população ocupada, em reais, por grupos de anos de estudo e sexo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003</b>						
Grandes Regiões, Federação	8 a 10 anos			11 anos ou mais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Brasil</b>	523,40	631,70	350,60	1.189,10	1.492,70	874,40
<b>Sudeste</b>	574,10	658,10	390,60	1.306,70	1.623,90	963,50
<b>RMBH</b>	459,00	557,40	312,70	1.173,20	1.469,30	891,30
<b>RMRJ</b>	556,50	661,40	383,70	1.406,30	1.661,40	1.112,10
<b>RMSP</b>	681,60	815,80	480,70	1.503,10	1.828,00	1.147,90

Fonte: Síntese de Indicadores 2004.

<sup>74</sup> Como na Síntese de Indicadores do IBGE 2004, não é apresentado o rendimento médio, por cor e sexo, das regiões metropolitanas da região Sudeste, apresentaremos uma média da região para não deixar de mostrar que quando relacionamos rendimento-sexo-cor, o diferencial de salário é um fato.

Nota-se que existe uma diferença de fato entre os salários reais dos homens e das mulheres. Os homens, independente dos anos de estudo, recebem significativamente a mais que as mulheres e isto se agrava mais quando os anos de estudo aumentam entre ambos. A média salarial entre as mulheres que apresentam até 3 anos de estudo, de 4 a 7 anos ou de 8 a 10 anos de estudo permanece praticamente a mesma, não passa dos R\$ 390,00. Apenas quando elas apresentam 11 anos ou mais de estudo é que seu salário aumenta significativamente.

O valor do rendimento-hora das mulheres é inferior ao dos homens, tendo como base as mulheres que tem de 12 anos ou mais de estudo, o rendimento por hora é de R\$ 11,60 contra 19,50 dos homens. Se comparados com a cor, a população preta ou parda com 12 anos ou mais de estudo recebem em média R\$ 8,6 por hora trabalhada contra R\$ 16,80 da população branca. De onde se pode deduzir que as mulheres negras ou pardas recebem muito menos que as brancas.

<b>Rendimento-hora da população ocupada, em reais, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003</b>										
Grandes Regiões Federações	Grupos de Anos de estudo (%)					Grupos de Anos de estudo (%)				
	Homens					Mulheres				
	Total Absoluto	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais	Total Absoluto	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
Brasil	4,80	2,4	3,4	5,0	16,20	4,00	1,90	2,40	3,40	9,80
Sudeste	5,80	3,00	3,80	5,40	17,30	4,70	2,30	2,80	3,80	10,80
RMBH	5,20	2,60	3,10	4,90	16,60	4,30	2,10	2,10	3,20	11,50
RMRJ	6,90	3,00	3,60	5,90	19,50	5,20	2,70	2,70	4,20	11,60
RMSP	7,30	3,70	4,40	5,70	18,10	6,10	2,90	3,20	4,00	14,00

<b>Rendimento-hora da população ocupada, em reais, por sexo e grupos de anos de estudo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003</b>										
Grandes Regiões Federações	Grupos de Anos de estudo (%)					Grupos de Anos de estudo (%)				
	Branca					Preta e Parda				
	Total Absoluto	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais	Total Absoluto	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
Brasil	5,80	2,80	3,50	4,90	13,80	2,90	1,90	2,50	3,50	8,80
Sudeste	6,50	3,10	3,80	5,10	14,70	3,30	2,40	2,90	3,70	8,80
RMBH	6,60	2,60	3,10	4,70	15,30	3,20	2,30	2,50	3,40	9,50
RMRJ	7,90	3,10	3,50	5,60	16,80	3,70	2,70	3,00	4,40	8,60
RMSP	8,00	3,60	4,10	5,40	17,00	4,00	3,00	3,70	3,80	9,20

Fonte: Síntese de Indicadores 2004.

Com a precarização das relações de trabalho, aumento do desemprego e redução dos salários reais, a inserção de diferentes componentes da família no mercado de trabalho foi fundamental. Segundo Montali, isto se deu por que haverá alterações “na relação família-trabalho relacionada às transformações das atividades econômicas e a possível influência

destas mudanças das relações hierárquicas na família” (2000, p.55). E é neste quadro que a participação das mulheres cônjuges será significativa.

#### 2.2.4.6 Famílias chefiadas por mulheres

Associado a todas esses indicadores que mostram o perfil e comportamento das mulheres no mercado de trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, um outro dado se torna importante nesta análise. É o número de famílias que são chefiadas por mulheres. Segundo a Síntese de Indicadores de 2004, havia na RMRJ um contingente de 6.032.917 mulheres no total, das quais 1.276.348 eram responsáveis pelos domicílios, correspondendo a 21%. Em relação aos homens responsáveis pelos domicílios, essas representam a quase 33%.

<b>Famílias residentes com pessoas de referência por sexo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003</b>		
<b>Grandes Regiões, Federação</b>	<b>Pessoa de referência por sexo</b>	
	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
<b>Brasil</b>	37.789.203	15.284.355
<b>Sudeste</b>	16.959.488	7.013.332
<b>RMBH</b>	948.493	492.183
<b>RMRJ</b>	2.603.072	1.276.348
<b>RMSP</b>	3.944.635	1.873.286

Fonte: Síntese de Indicadores 2004

Com os diversos fatores sinalizados anteriormente – redução da taxa de fecundidade, aumento do número de dissolução do lar por causa de divórcio e separação, aumento da escolaridade das mulheres –, a família passou a ser tipificada de outras formas, além da baseada no modelo patriarcal. E na RMRJ isto não será diferente, como mostra a tabela abaixo.

<b>Famílias, total e sua respectiva distribuição percentual, por tipo, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitana – 2003</b>						
<b>Famílias</b>						
<b>Unidade da Federação</b>	<b>Tipo (%)</b>					
	<b>Total</b>	<b>Unipessoal</b>	<b>Casal sem filhos</b>	<b>Casal com filhos</b>	<b>Mulheres sem cônjuge</b>	<b>Outros tipo (1)</b>
<b>Rio de Janeiro</b>						
<b>Brasil</b>	53.082.558	9,9	14,4	51,5	18,1	5,8
<b>Sudeste</b>	23.972.820	10,7	14,6	50,4	18,2	5,9
<b>RMBH</b>	1.440.676	10,9	10,8	49,1	21,9	7,1
<b>RMRJ</b>	3.879.420	14,1	15,9	43,5	19,3	6,8
<b>RMSP</b>	5.879.420	14,1	15,9	43,5	19,3	6,8

Fonte: IBGE 200.

De acordo com a tabela acima, o percentual de famílias chefiadas por mulheres na RMRJ é de 32,9%, percentual este superior a média nacional, 28,8%. Nesta direção, nota-se que 96,8% dessas chefes de famílias vivem em situação de monoparentalidade. Neste mesmo caso, a monoparentalidade masculina é de apenas 3,2%. Com isso, observa-se que a situação de monoparentalidade tem se dado de forma diferente entre os gêneros e que um número significativo de mulheres são as únicas responsáveis pelo sustento da família. Segundo o IBGE:

“A presença de cônjuge é uma aspecto importante para a discussão dos papéis sociais masculinos e femininos na família. Nestes últimos dez anos, o padrão dominante foi o de responsáveis homens com cônjuges... Estes resultados podem estar associados ao entendimento do que seja pessoa de referência ou mesmo a uma situação conjuntural causada por desemprego ou baixos rendimentos do cônjuge homem” (SÍNTESE DE INDICADORES, 2004, p.152).

<b>Distribuição percentual das famílias residentes em domicílios particulares, por sexo da pessoa de referência e presença do cônjuge em reais, por grupos de anos de estudo e sexo, segundo as Grande Regiões e Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2003</b>						
Grandes Regiões, Federação	Homens			Mulheres		
	Total	Com cônjuge	Sem cônjuge	Total	Com cônjuge	Sem cônjuge
<b>Brasil</b>	71,2	95,2	4,8	28,8	4,8	95,2
<b>Sudeste</b>	70,7	95,8	4,2	29,3	4,2	95,8
<b>RMBH</b>	65,8	93,9	6,1	34,2	6,1	93,9
<b>RMRJ</b>	67,1	96,8	3,2	32,9	3,2	96,8
<b>RMSP</b>	67,8	92,9	7,1	32,2	7,1	92,9

Fonte: Síntese de Indicadores 2004.

Dentro deste universo, a maioria das mulheres responsáveis pelo domicílio está em situação monoparental<sup>75</sup>. Há por certo um contingente de filhos, enteados, netos e bisnetos, agregados que vivem sob os cuidados e responsabilidade dessas mulheres. As famílias monoparentais masculinas são significativamente menores que as femininas. A noção de monoparentalidade está associado não só ao sexo, mas também à pobreza, visto que as mulheres estão inseridas em profissões mais desqualificadas que os homens, bem como recebem salários inferiores a estes, o que com certeza tem diversas implicações nesta mulher enquanto sustentadora, exclusiva, de sua prole.

<sup>75</sup> Vitale define lares monoparentais como “aqueles em que vivem um único progenitor com os filhos que não são ainda adultos” (2002, p.46).

<b>Mulheres sem cônjuge, com filhos residentes em domicílios particulares, total e sua respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar per capita em salário mínimo, segundo a Unidade da Federação e Rio de Janeiro - 2003</b>							
<b>Unidades da Federação e RJ</b>	<b>Total</b>	<b>Até 1/2</b>	<b>Mais de ½ a 1</b>	<b>Mais de 1 a 2</b>	<b>Mais de 2 a 3</b>	<b>Mais de 3 a 5</b>	<b>Mais de 5</b>
<b>Brasil</b>	9.430.770	31,2	24,2	19,2	6,8	4,8	3,6
<b>Sudeste</b>	4.253.958	22,7	24,7	24,0	8,7	6,1	5,0
<b>RMBH</b>	306.762	24,6	25,6	22,0	8,3	5,4	5,7
<b>RMRJ</b>	715.811	17,8	25,8	24,7	8,3	7,3	8,4
<b>RMSP</b>	1.075.683	18,4	21,7	25,3	9,9	7,7	6,0

Fonte: Síntese de Indicadores 2004.

A tabela acima confirma que a maior parte das mulheres, 68,3%, que vivem em situação de monoparentalidade recebem em média de ½ a 2 salários mínimos, sendo que 17,8% recebem até ½ salário, 25,8% de ½ a 1 salário e 24,7% de 1 a 2 salários mínimos.

<b>Número médio de pessoas, na família, residentes em domicílios particulares, por classe de rendimento mensal familiar per capita em salário mínimo, segundo a Unidade da Federação e Rio de Janeiro – 2003</b>								
<b>Unidades da Federação e RJ</b>	<b>Total</b>	<b>Até 1/4</b>	<b>Mais de ¼ a ½</b>	<b>Mais de ½ a 1</b>	<b>Mais de 1 a 2</b>	<b>Mais de 2 a 3</b>	<b>Mais de 3 a 5</b>	<b>Mais de 5</b>
<b>Brasil</b>	3,3	4,6	3,9	3,3	3,0	2,8	2,8	2,5
<b>Sudeste</b>	3,1	4,5	3,8	3,3	3,0	2,8	2,7	2,5
<b>RMBH</b>	3,2	4,2	3,9	3,4	3,1	2,7	2,7	2,5
<b>RMRJ</b>	2,9	4,4	3,7	3,1	2,9	2,7	2,5	2,2
<b>RMSP</b>	3,2	4,8	4,0	3,5	3,2	2,9	2,8	2,6

Fonte: Síntese de Indicadores 2004.

Fazendo relação entre salário mínimo e número de pessoas, verifica-se que quanto menor é a per capita familiar maior o número de filhos. Na RMRJ foi verificado, a tabela anterior, que o maior percentual da monoparentalidade feminina (25,8%) recebe de ½ a 1 salário, sendo nesta faixa etária a média de 3,1 filhos. Verifica-se que a relação entre mulheres chefes de famílias e pobreza constitui a raiz de efeitos perversos sobre a vida familiar. A dimensão da pobreza se aprofunda ainda mais quando vinculamos monoparentalidade, sexo e etnia. Segundo Vitale:

“as famílias monoparentais feminina e pobreza acabam, de um lado, por construir outro estigma, o de que as mulheres são menos ‘capazes’ para cuidar de suas família ou para administrá-las sem um homem. De outro, é apontado que as mulheres, hoje, ganharam maior independência e, portanto, podem assumir suas famílias. No entanto, enquanto houver a associação maciça entre monoparentalidade e pobreza (...) acaba por fortalecer-se muito mais a adjetivação dessas famílias como vulneráveis ou de risco do que como potencialmente autônomas” (2002, p.51).

Com a “saída” das mulheres para o mercado de trabalho, modificações importante aconteceram na família. Nas últimas décadas do século XX, a participação da mulher no mercado de trabalho afetou sensivelmente as relações no interior das famílias, provocando mudanças radicais em suas estruturas.

Se antes a casa, espaço doméstico, era considerado naturalmente feminino e o sustento provinha apenas do homem, as mulheres passaram a contribuir financeiramente com o orçamento doméstico, desempenhando um papel fundamental na vida econômica da família. Houve também, o aumento do poder de barganha da mulher no ambiente doméstico, que significou questionar sobre o modelo de família baseado no modelo patriarcal. O trabalho fora de casa passou a ser o sinal concreto da emancipação feminina. Conforme Nader:

“A mulher passou a colaborar no sustento da família, mesmo ganhando menos do que o marido, eliminou de sua vida o processo e aceitação e conformismo diante das diferenças sexuais. O poder, a resistência ou mesmo a indiferença masculina diante de novas solicitações femininas, tenderam a levar a uma situação de conflito dentro do lar. As relações de poder que existiam entre marido e esposa passaram a ser questionadas no interior das unidades domésticas. Muitas mulheres passaram a repensar suas vidas e isso contribuiu para que maior número de mulheres casadas há pouco tempo, apelassem para o fim do consórcio conjugal” (2002, p.6)

Diante desse quadro, percebe-se que a inserção das mulheres no mercado de trabalho tem representado um avanço para as trabalhadoras cariocas. Contudo, sua inserção tem acontecido num contexto muito diferenciado dos homens, o que significa que as desigualdades de gênero ainda persistem. Pois as trabalhadoras apresentam taxa de atividade inferior que os homens; estão mais desempregadas; sua principal ocupação se dá nos setores de serviço; um número significativo não contribui para a previdência social; mesmo tendo maior escolaridade que os homens, recebem rendimentos inferiores; grande número das chefes de famílias vive em situação de monoparentalidade, onde os salários para estas ainda são inferiores. Associado às questões de cor, se agrava ainda mais este quadro, pois as mulheres negras estão em situação desigual das brancas.

Assim, verifica-se que conciliar geração de renda com as responsabilidades domésticas têm sido um grande desafio para as mulheres da RMRJ. O aumento do número de mulheres no mercado assalariado, não tem sido acompanhado dos grandes avanços no que diz respeito à igualdade de condições em relação aos homens.

No mercado formal de trabalho, as mulheres continuam sujeitas a uma série de condições desfavoráveis a sua permanência e discriminatórias quanto a seu desempenho e remuneração. E ainda, por ser um mercado ocupado por uma maioria masculina, caracteriza-se tradicionalmente por regras difíceis de serem cumpridas pelas mulheres, que tradicionalmente são responsabilizadas pelo cuidado com a casa, crianças, idosos e doentes.

As atividades que são preenchidas pelas mulheres são caracterizadas como um prolongamento das atividades domésticas, não contribuindo para o fortalecimento da cidadania das mulheres, que continuam submetidas à autoridade de pais, irmãos ou maridos. Ainda hoje, encontramos mulheres que exercem atividades remuneradas apenas nos casos de necessidades econômicas, para suprir a baixa renda familiar, mas não enquanto opção pessoal por conquista de autonomia e participação no processo produtivo.

Com isso, pode-se afirmar que o trabalho feminino remunerado ainda está fortemente integrado à divisão baseada no sexo, ou como se costuma conceituar na divisão sexual<sup>76</sup>, onde as mulheres se concentram em um determinado setor de atividade (em função das características atribuídas culturalmente a elas). Suas ocupações têm em comum o fato de serem derivadas das funções de reprodução social e cultural<sup>77</sup>, tradicionalmente por elas desempenhadas. O trabalho feminino remunerado está em desvantagem em relação aos homens, em termos salariais, ascensão funcional (cargos) e condições de trabalho (em função de ser o homem, o responsável pelo sustento familiar), setor de atividade.

Nota-se que é de suma importância que o governo do Município do Rio de Janeiro tenha em pauta políticas de proteção ao trabalho e aos direitos garantidos em lei às trabalhadoras cariocas. E diante deste contexto, qual tem sido a participação do Município no que se refere às políticas de inserção das mulheres no mercado de trabalho? Quais são os instrumentos usados para garantir a igualdade de gênero no mercado de trabalho? As trabalhadoras cariocas estão em pauta na agenda governamental?

Ao ser a esfera governamental principal locus de construção de políticas públicas, enquanto formulador e executor de políticas em âmbito econômico e social, tem-se como hipótese que as políticas públicas voltadas para as mulheres, elaboradas pelo Município, não estão sendo suficientes para garantir igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, bem como o empoderamento das mesmas.

---

<sup>76</sup> Divisão Sexual do Trabalho é uma categoria utilizada pelas Ciências Sociais para indicar que, em todas as sociedades homens e mulheres realizam tarefas distintas. Entretanto, as tarefas atribuídas a cada sexo variam de cultura para cultura, ou ainda dentro da mesma cultura, de uma época para outra.

<sup>77</sup> Reprodução Social e Cultural refere-se às atividades domésticas não remuneradas, realizadas geralmente pelas mulheres, relacionadas à reprodução, material ou simbólica, das pessoas.

Por isso, o capítulo que segue buscará fazer uma análise do projeto de geração de emprego e renda da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, o “Com Licença eu Vou a Luta”, para mulheres acima de 40 anos que apresentam baixa escolaridade e renda, para conhecer o impacto que esta iniciativa teve na vida das mulheres que estão fora do mercado de trabalho carioca.

## **CAPÍTULO III**

***“COM LICENÇA, EU VOU A LUTA!”:***  
**Avaliação do programa de geração de emprego e  
renda para as mulheres cariocas**

**“COM LICENÇA, EU VOU A LUTA!”:**  
**Avaliação do programa de geração de emprego e renda para as mulheres**  
**cariocas**

**Quem paga a casa pra homem é mulher**  
**(Canção de João Baiana, 1915)**

*Se é de mim, podem falar  
Se é de mim, podem falar  
Meu amor não tem dinheiro  
Não vai roubar pra me dar*

*Quando a polícia vier, e souber (bis)  
Quem paga a casa pra homem é mulher*

*No tempo que ele podia,  
Me tratava muito bem.  
Hoje está desempregado  
Não me dá porque não tem.*

*Quando a polícia vier, e souber (bis)  
Quem paga a casa pra homem é mulher*

*Quando eu estava mal de vida  
Ele foi meu camarada  
Hoje dou casa, comida,  
Dinheiro e roupa lavada.*

*Quando a polícia vier, e souber (bis)  
Quem paga a casa pra homem é mulher*

De acordo com o que foi apresentado no capítulo anterior, verificou-se que os processos de reestruturação produtiva e globalização da economia levaram a uma profunda desestruturação do mercado de trabalho, a partir da precarização do trabalho e das relações

trabalhistas, com elevadas taxas de desemprego. Com isso, tem existido a intensificação da pobreza seguida do aumento das desigualdades sociais no país, que tem atingido a homens e mulheres de forma diferenciada. Desta forma, verifica-se que homens e mulheres não têm oportunidades iguais de trabalho, e que elas se encontram mais alijadas do processo econômico.

Este fato pôde ser observado quando foram analisados dados do IBGE sobre a inserção e o perfil das trabalhadoras na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde as mulheres estão mais desempregadas que os homens (são 17,4% de mulheres desocupadas contra 10,6% dos homens), estão majoritariamente ocupadas no setor de serviços (63%), estão menos empregadas nos setores regulamentados e recebem salários inferiores aos dos homens. Quando analisado em relação à questão racial, esta diferença se agrava ainda mais.

Acredita-se que a inserção da mulher no setor produtivo é uma das condições para sua emancipação. Esta forma diferenciada de atingir as mulheres trabalhadoras tem sido continuamente debatida pelo movimento feminista e de mulheres, que têm reivindicado do poder público políticas públicas em nível local de geração de emprego e renda, formação profissional, adoção de medidas que diminuam o desemprego feminino entre outras coisas.

Dados estatísticos e estudos têm comprovado a necessidade e urgência de políticas de gênero que afirmem ações específicas de igualdade de acesso e oportunidade para as mulheres. Historicamente as mulheres são responsabilizadas pelo cuidado, proteção, educação do grupo familiar na ausência de um poder público que promova o bem-estar social. Muitas vezes esta mulher, que se torna a única responsável pelo lar e cuidado da prole, vive em condições de monoparentalidade.

É neste contexto que políticas sociais para as mulheres pobres são requeridas como forma de responder às demandas das trabalhadoras cariocas. Nestas políticas, os programas e projetos sociais são considerados como possibilidades para a garantia da justiça e da equidade social entre os homens e mulheres. Desta forma, os municípios – esfera de primeiro nível do governo – são responsáveis por dar uma resposta a esta situação através da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas que contribuam para garantia e ampliação dos direitos das trabalhadoras.

Assim, em resposta ao impacto provocado pela crise socioeconômica nas mulheres dos setores populares da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, foi que a prefeitura municipal implementou o projeto de geração de emprego e renda “Com Licença, eu vou à luta!”, voltado para mulheres acima de 40 anos e que vivem em região de baixo IDH. Por isso, se pretende a seguir analisar este projeto, com o objetivo de avaliar se esta experiência tem servido para a

promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e a garantia da equidade de gênero na área do trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

### 3.1 A IMPORTÂNCIA DE AVALIAR

No final dos anos 80 e início dos 90, com a intensificação do desemprego, precarização dos vínculos formais de trabalho, empobrecimento de segmentos da população, exclusão social e principalmente o aumento da demanda por justiça social e políticas distributivas, a política pública de proteção social assumiu um papel fundamental na ampliação do compromisso público com o bem estar da população.

Entretanto, o projeto neoliberal ganhou forças e passou a ser difundido pelos organismos internacionais e multilaterais como medida de ajuste das economias periféricas, que foram preconizadas pelo Consenso de Washington<sup>78</sup>. A estabilização (medidas para baixar a inflação, reduzir o déficit público), o ajuste estrutural (medidas voltadas para aumentar a competitividade da economia mediante a abertura comercial, desregulamentação de preços e reforma tributária) e a privatização (reforma do Estado e transferência de empresas e serviços públicos para grupos privados) passaram a constar na pauta do cenário político.

Com isso, houve a universalização dos direitos sociais no campo dos serviços essenciais, a garantia de pisos mínimos de renda convivendo com fortes questionamentos quanto à natureza e os limites da intervenção estatal, processos de privatização que transcendem o campo do setor produtivo que alcançaram a própria área de proteção social. Estes questionamentos trouxeram à tona a exigência de maior efetividade da ação pública e a necessidade de avaliação mais rigorosa das atividades das políticas e programas sociais.

Conseqüentemente, nos anos 80 e 90, a ineficiência e ineficácia das políticas sociais geraram pouca *“externalidade (bens públicos); foram desfocados (mistargeting) e não sofreram avaliações sistemáticas para avaliar implementação e impactos sobre os beneficiários”* (Projeto BRA/97/039, p.40). Isto fez com que se diversificassem as

---

<sup>78</sup> O Consenso de Washington é a denominação dada a um plano único de medidas de ajustamento das economias periféricas, chancelado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial (BIRD), pelo Banco interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo governo norte-americano em reunião ocorrida em Washington em 1989, quando se inaugura a introdução do projeto neoliberal em mais de 60 países em todo o mundo (FIORI, 1995 apud RAICHELIS, 2000, 73).

características do financiamento e a provisão de políticas sociais, tornando mais complexas as dimensões de financiamento, organização e gestão.

Para Brant de Carvalho, dentro deste contexto vão existir premissas e estratégias fundamentais que irão embasar o novo desenho das políticas sociais, que são: “*o direito social como fundamento da política social*”, “*um novo equilíbrio entre políticas universalistas e focalistas*”, “*transparência nas decisões, na ação pública, na negociação, na participação*”, e “*avaliação de políticas e programas sociais*” (1999, p.15).

Assim, a avaliação de políticas e programas sociais torna-se central no processo de aperfeiçoamento do *modus operandi* das políticas, visando torná-las mais eficientes, menos burocráticas, voltados para medir a eficiência<sup>79</sup> no gasto, eficácia<sup>80</sup> e efetividade<sup>81</sup> nos resultados.

Por outro lado, avaliar é um dos maiores desafios do governo (Estadual ou Federal) no campo das políticas sociais, por causa da crescente exigência dos amplos setores da sociedade civil, nacional e internacional, bem como dos usuários dos serviços por uma maior transparência, eficiência, efetividade e eficácia das políticas sociais. Segundo Brant de Carvalho:

“Sociedade e cidadãos, de modo geral, estão reivindicando uma relação de transparência e de participação nas decisões referentes a alternativas políticas e programáticas. Reivindicam conhecer e acompanhar a insuprimível equação entre gastos públicos e custo-efetividade de políticas e programas destinados a produzir maior equidade social” (1999, p.58).

Entretanto, a avaliação não é um instrumento científico novo. Ao contrário, existem inúmeros conceitos e métodos que surgiram em países desenvolvidos, especialmente nas zonas urbanas. Cerca de cem anos atrás era necessário prestar contas dos programas de auxílio aos pobres e justificar para as entidades financiadoras como o dinheiro estava sendo usado. Essas primeiras “avaliações” geralmente consistiam de uma descrição e informação sobre os serviços prestados. Apenas mais adiante, esses relatórios começaram a ser analisados. Foram

---

<sup>79</sup> Eficiência se refere às “*quantidades mínimas de recursos requeridos para gerar uma certa quantidade de produto, assumindo uma tecnologia constante. Quando é introduzido o custo dos insumos, se homogeneiza esta dimensão e se passa à consideração da eficiência*” (COHEN e FRANCO, 1993, p.104).

<sup>80</sup> Eficácia “*é o grau em que se alcançam os objetivos e metas do projeto na população beneficiária, em um determinado período de tempo, independente dos cuidados implicados*” (COHEN e FRANCO, 1993, p.102).

<sup>81</sup> Efetividade “*é um termo que se usa freqüentemente para expressar o resultado concreto – ou as ações condizentes a esse resultado concreto – dos fins, objetivos e metas desejadas*” (COHEN e FRANCO, 1993, p.107).

também elaborados questionários para se obterem mais informações a fim de orientar o planejamento e aprimorar a administração.

A partir da Segunda Guerra Mundial, teve-se a necessidade de avaliar o treinamento de soldados. Começou-se, então, a se observar e avaliar o comportamento e as atitudes humanas. Depois, foram introduzidos aparelhos para compilar o grande (muitas vezes colossal) volume de informações referentes ao andamento dos programas. Entre estes, foi comum o uso de computadores, gravadores, máquinas fotográficas e até câmaras de cinema e televisão.

Atualmente, existem diversas organizações dedicadas à avaliação, imensa quantidade de livros e publicações sobre a temática. Muitos conceitos e métodos de avaliação foram adaptados para os países subdesenvolvidos e outros foram criados especificamente para estes.

De modo geral, o planejamento sempre teve destaque pelas instituições, ficando a avaliação em segundo plano. Entretanto, isto acontecia porque a avaliação era percebida como um procedimento burocrático de prestação de contas, confundindo-se com fiscalização/auditoria externa ou com pesquisa acadêmica (BRANT DE CARVALHO, 1999).

Segundo Mokate, por muitos anos a avaliação *“ha sido percebida em los sectores sociales como impuesto a gestores y ejecutores sin que ellos sientan ningún amor por el proceso ni perciban que tenga ninguna utilidad directa a sus procesos gerenciales o decisorios”* (2000, p.1). Entretanto, essa visão negativa da avaliação tem sido questionada e diminuída, a partir do momento em que novos modos de gestão da política e programas sociais são postos em pauta. Nos Estados Unidos de fins dos anos 70,

“se plantea que en la medida que los llamados por eficiencia aumenten, hay presión por incrementar el ‘accountability’ de los gerentes. Esto permite que periódicamente sean utilizados los procedimientos evaluativos para medir el cumplimiento de metas explícitas y específicas” (MOKATE; 2000, p.1).

Na América Latina, a avaliação passou a ter visibilidade nos anos 90 quando houve um profundo questionamento sobre o papel e a eficiência do setor público. Este questionamento abriu caminhos para novas iniciativas de desenho, colocando em pauta processos eficazes de avaliação. Segundo Duran, *“la evaluación el ‘proxy’ del mercado en la administración pública y considera que la evaluación se puede convertir en uno de los instrumentos más poderosos en el promoción de la modernización de la gestión pública”* (1994 apud MOKATE, 2000, p.2).

Assim, nos últimos anos, tem existido uma maior reivindicação por uma relação de transparência e participação da sociedade civil nas decisões referentes a alternativas políticas e programáticas, da mesma forma tem crescido a demanda de pesquisadores que inovem os conceitos e metodologias avaliativas, que rompam com os modelos tradicionais de avaliação, tornando-a uma estratégia sistemática e contínua, na oferta de informações importantes que possibilitem o controle social e o aprendizado intencional das políticas e projetos sociais.

### **3.1.1 Tipos de Avaliação**

Existem diferentes modelos de avaliação, que são diferenciados pelos critérios usados, o tempo de sua realização, os objetivos procurados e quem as realiza. Dentre os diversos tipos, destacam-se: a avaliação *ex-ante*, o monitoramento ou avaliação de processos e a avaliação *post-fact*.

A avaliação *ex-ante* é uma nova concepção de avaliação que se antecipa ao próprio projeto e tem como objetivo conhecer melhor o momento inicial, ou o contexto anterior à intervenção. Segundo Cohen e Franco, esta avaliação “*tem por finalidade proporcionar critérios racionais para uma decisão qualitativa crucial: se o projeto deve ou não ser implementado. Também permite ordenar os projetos segundo sua eficácia para alcançar os objetivos perseguidos*” (1993, p.108). Normalmente, se avalia neste caso o diagnóstico e a proposta de intervenção.

O monitoramento ou avaliação de processos é realizado durante a fase de implementação do projeto, buscando apreender seus processos de implementação e execução. Para Cohen e Franco, a avaliação de processos “*determina a medida em que os componentes de um projeto contribuem ou são incompatíveis com os fins perseguidos... Procura detectar as dificuldades que ocorrem na programação, administração, controle, etc. para serem corrigidas oportunamente, diminuindo os custos derivados da ineficiência*” (1993, p. 109). Desta forma, o monitoramento gera um processo de investigação periódica que fornece informações dos problemas ou desvios de um projeto, permitindo assim que medidas corretivas sejam tomadas ainda durante a execução do mesmo. Isso já não é possível na avaliação *post-fact*, pois as correções não podem trazer ações corretivas durante o processo de execução do projeto.

Por fim, a avaliação também pode ser *post-facto* ou avaliação de impactos, que avalia sobre os resultados e impactos do projeto/programa. Nesta se “*procura determinar em que*

*medida o projeto alcança seus objetivos e quais são seus efeitos secundários (previstos ou não)”* (COHEN e FRANCO, 1993, p.109). Os resultados das ações de um projeto são múltiplas e deriva de diversos fatores e causas, que são percebidos ao seu término ou depois de um tempo. Numa avaliação inicial (*ex-ante*) podem-se apenas levantar hipóteses acerca dos possíveis resultados finais, mas conhecê-lo de fato só no final da execução de uma proposta (*post-fact*). Cabe ressaltar que os impactos de um projeto nem sempre são percebidos assim que ele termina sendo necessário meses, ou até anos, para verificar seus impactos.

Tradicionalmente, quando se fala em impactos ou resultados se pensa nos seguintes modelos de avaliação:

- ✓ O Modelo Experimental Clássico implica na *“conformação de duas populações: o grupo com projeto (grupo experimental), que recebe o estímulo (neste caso, as ações do projeto em questão), enquanto que a outra que não é submetida a esse tratamento é denominada grupo sem projeto (atuando como grupo de controle ou grupo testemunha)”* (COHEN e FRANCO, 1993, p.124/125). A análise será realizada a partir de um processo de comparação do “antes” e do “depois”, a partir de dois grupos, com e sem o projeto, que tenham sido selecionados aleatoriamente. Esta forma de escolher o grupo se torna fundamento para revisar a lógica e as dificuldades que existiram na aplicação do projeto;
- ✓ No Modelo Quase-Experimental acontece um processo parecido com o modelo supra citado, entretanto, a diferença está na escolha dos grupos, pois ela não se dá de forma aleatória. Segundo Cohen e Franco, *“a diferença é que se substituem os grupos sem projeto (selecionados aleatoriamente) por grupos de comparação (nos quais a seleção de seus membros não é realizada totalmente ao acaso). Isto não implica em não se tomarem amostras de probabilidades para obter os grupos de comparação”* (1993, p.131/132);
- ✓ E, o Modelo Não-Experimental é caracterizado *“por trabalhar “com um único grupo, a população-objetivo do projeto. Não existe, então, possibilidade de comparação com aqueles que não estão expostos a ele”*(1993, p.132). Desta forma, só poderão ser medidos o que se tinha “antes” do projeto e o que se obteve “depois” das etapas processuais ou finalizadas após sua execução.

Este estudo se aproxima deste tipo de avaliação e terá como sujeitos da pesquisa as mulheres que fizeram parte da primeira turma deste projeto que aconteceu na Comunidade de

Acari. Por isso, se optou por uma avaliação *post-fact*, que difere dos modelos tradicionais. Esta avaliação não se baseia apenas na análise dos impactos e resultados dos objetivos dos projetos; mas se preocupa com as falas e as impressões das beneficiárias.

### 3.1.2 Mas afinal, o que significa avaliação?

Dentre as diversas literaturas encontradas sobre avaliação, muitas enfocam o sentido que a palavra avaliar evoca, pois esta vem do latim e significa valor. Para Franco (1971) avaliar é “*fixar valor de uma coisa; para ser feita se requer um procedimento mediante o qual se compara aquilo a ser avaliado com um critério ou padrão determinado*” (apud COHEN e FRANCO, 1993, p. 73).

A ONU definiu avaliação como:

“Processo orientado a determinar sistematicamente e objetivamente a pertinência, eficiência, eficácia e impacto de todas as atividades à luz de seus objetivos. Trata-se de um processo organizativo para melhorar as atividades ainda em marcha e ajudar a administração no planejamento, programação e futuras tomadas de decisões” (ONU, 1984 apud COHEN e FRANCO, 1993, p.76).

Para Scriven, avaliação “*se refiere al proceso de determinar el mérito o valor de algo y, por tanto, constituye un proceso que involucra alguna indentificación de estándares relevantes..., alguna investigación del desempeño de lo que evalúa com base en estos estándares...*” (1991 apud MOKATE, 2000, p. 3).

Para Brant de Carvalho, “*avaliação é a atribuição de valor que mede o grau de eficiência, eficácia e efetividade de políticas, programas e projetos sociais. Assim compreendida, identifica processos e resultados, compara dados de desempenho, julga, informa e propõe*” (1999, p.62).

Cabe salientar que a avaliação de projetos e programas sociais é um processo novo no Brasil (com presença marcante a partir dos anos 90) e que tem sido mais apropriada pelos campos da saúde e educação. Na área do serviço social ainda é um instrumento pouco utilizado e descontínuo, tornando-se assim um desafio.

Associado a este fato, na literatura ainda é bastante acentuado o uso das concepções tradicionais, que foram fortemente influenciadas pela economia, matemática, biologia, trazendo a idéia de mensuração, numa abordagem mais quantitativa. Conforme Brant de

Carvalho, “a avaliação, na concepção tradicional, buscou ancoragem nos métodos econométricos para mensurar o social, o que fez com que a mensuração se tornasse praticamente sinônimo de avaliação” (1999, p.63).

Apenas mais adiante, houve aproximação da avaliação com as ciências experimentais, pois se pretendiam avaliar as transformações do grupo como se estivessem em um laboratório. Neste tipo de abordagem, a avaliação qualitativa se tornou muito comum. Mas, com o passar do tempo, outros modelos avaliativos começaram a surgir para dar conta dos impactos gerados na realidade social, visto que se tratava de uma dinâmica muito diferente.

### **3.1.3 O projeto “Com Licença, eu vou à luta!”**

Iniciado em março de 2003, o “*Com licença, eu vou a luta!*” é um projeto de geração de emprego e renda, formulado e implementado pela Secretaria Municipal de Trabalho e Renda (SMTB) e Secretaria Municipal de Educação (SME), sob a coordenação da SMTB. A execução foi realizada numa gestão bi-partite, através da parceria entre a Secretaria, como coordenadora, e a entidade contratada<sup>82</sup> (que é selecionada através de uma licitação), como executora.

O objetivo geral do projeto<sup>83</sup> é o de “*desenvolver um programa de resgate e inclusão de mulheres através da capacitação para o trabalho, possibilitando, deste modo, o aumento da renda familiar e valorização do papel da mulher na sociedade e na família*”. Tal objetivo é perseguido através da promoção de condições de inserção no mercado de trabalho para mulheres, a partir de 40 anos de idade, vulnerabilizadas pela extrema pobreza, e sem experiência dentro do mercado formal de trabalho, moradoras de comunidades com baixo IDH.

Os objetivos específicos são:

- ✓ *Estimular a inclusão das participantes em programa de alfabetização e aumento da escolaridade;*
- ✓ *Possibilitar a criação de hábitos do mundo do trabalho;*
- ✓ *Promover a mudança da imagem socio-familiar da mulher;*
- ✓ *Articular co-responsabilidades de empresas públicas e/ou privadas com Poder Público Municipal, com vistas à garantia da empregabilidade das mulheres;*

---

<sup>82</sup> No caso em análise, a entidade inicialmente contratada pela execução do projeto “Com Licença, eu vou a luta!” foi a Rio Voluntários. Com o surgimento de novas turmas em outras comunidades houve a contratação de outras entidades executoras.

<sup>83</sup> Ver projeto em anexo.

- ✓ *Estimular o desenvolvimento da melhoria da qualidade de vida;*
- ✓ *Estimular o incremento da empregabilidade na cidade do Rio de Janeiro.*

O projeto iniciou tendo como público-alvo mulheres a partir de 40 anos de idade que não tivessem experiência no mercado de trabalho formal, ou que chegaram a trabalhar por um período inferior a um ano, com escolaridade de ensino fundamental concluída ou que pertencessem a famílias que tivessem uma renda per capita de até meio salário mínimo. Uma das comunidades escolhidas para a implementação inicial foi Acari.

A metodologia do projeto visava: montar um programa de qualificação durante quatro meses e com 360 horas de duração; cadastrar as empresas públicas e/ou privadas que quisessem se inserir no programa; disponibilizar cursos profissionalizantes às beneficiárias; proporcionar a prática do estágio laborativo com duração de 20 horas semanais. As mulheres beneficiadas recebiam uma bolsa auxílio no valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais).

O programa de qualificação era dividido em três módulos: 1) módulo básico no qual seriam ministradas palestras de conhecimentos gerais sobre cidadania<sup>84</sup> e trabalho<sup>85</sup>, tendo início logo no primeiro mês; 2) módulo de qualificação profissional, em que as beneficiárias fariam opção de participar no máximo de dois cursos profissionalizantes, que estariam acontecendo a partir do segundo mês do projeto; e, por fim, 3) o módulo de estágio laborativo, momento em que as beneficiárias estariam estagiando em empresas públicas ou privadas – última etapa – e que aconteceria no último mês do projeto.

As atribuições da SMTB seriam: exercer a supervisão para garantir a adequação das diretrizes, normas e princípios de forma a garantir a qualidade, eficiência e eficácia desejadas; notificar a instituição executora caso cometesse alguma irregularidade; repassar o recurso estabelecido para a instituição executora; exercer fiscalização e acompanhamento da execução do projeto. Já a entidade executora teria como principais atribuições: manter permanente avaliação dos profissionais envolvidos no projeto; estabelecer cronograma de reuniões de avaliação com a equipe técnica do projeto; manter todas as condições de Habilitação e Qualificação exigíveis para o resultado e desempenho efetivos do projeto.

O projeto foi financiado pelo Tesouro Municipal do Rio de Janeiro e com previsão de duração de 4 meses das turmas. A turma escolhida para avaliação foi a de Acari, por ter sido a primeira experiência e já ter um período de quase dois anos desde o seu término, o que

---

<sup>84</sup> Com conhecimentos dos Direitos Humanos junto ao Programa Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, direitos da mulher, desenvolvimento da auto-estima, saúde da mulher, informações sobre alimentação alternativa e voluntariado como forma de trabalho.

<sup>85</sup> Visava conhecer o mundo do trabalho, seus tipos, oportunidades, ética profissional, documentação necessária, leis trabalhistas, relações humanas do trabalho, política pública e social.

permitiu voltar o olhar sobre essa realidade e avaliar o impacto gerado pelo programa, a partir da fala das mulheres que foram o alvo principal do projeto.

### **3.1.4 Por que Acari?**

Acari é um dos bairros do subúrbio da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que é marcado pela defasagem sócio-econômica e pela grande quantidade de favelas. Acari não se trata, na verdade de um território homogêneo. Ele é composto por três favelas e um conjunto habitacional, *“quatro localidades cada qual com história própria, refletida numa lógica identitária específica, expressa em inúmeras fronteiras simbólicas”* (ALVITO, 2001, p.03). Segundo Velho e Alvito:

“a Favela de Acari é uma ‘localidade’, isto é, um agregado de casas e pessoas que mantém entre si uma rede complexa de relações e vínculos de caráter pessoal, face-a-face, como laços de parentesco, amizade, ‘parentela ritual’ (‘compadrio’, por exemplo), vizinhança, grupos informais e pequenas organizações. Esta imensa rede de relações de ‘reciprocidade’ é facilitada pela concentração populacional (quase duas vezes maior do que a verticalizada Copacabana)” (1996, p.147).

Um dos dados que levou à escolha de Acari para execução do projeto foi o fato desta comunidade apresentar o menor IDH da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo ele de 0,57 (PNUD, IPEA – Relatório de Desenvolvimento Humano do Rio de Janeiro, 2001). Alguns fatores contribuem para isso como a baixa renda da população, reduzido nível escolaridade, condições precárias de esgotamento sanitário, violência na comunidade.

Segundo dados do IBGE (2000), a renda mensal das pessoas responsáveis pelo domicílio é muito baixa, cerca de 50% dos responsáveis recebem até dois salários mínimos. Destes, quase 20% recebem até um salário mínimo. Associando este fato aos anos de estudos, verifica-se que grande parte de homens e mulheres responsáveis pelos domicílios apresentam baixa escolaridade. Do total dos responsáveis pelos domicílios pesquisados, 68,75% eram homens e 31,25% mulheres. Dos 68,75% dos homens, 25% tinham entre 1 a 4 anos de estudo e 23% entre 5 a 8 anos de estudo, uma média alta se comparada com as mulheres. Das 31,25% mulheres, 14% tinham de 1 a 4 anos de estudos e 9% entre 5 a 8 anos. Nota-se a partir destes dados que a maior parte das mulheres escolarizadas apresentam entre 1 a 4 anos de estudos, proporção inferior à média do município do Rio de Janeiro.

Dessas mulheres pesquisadas pelo IBGE, cerca de 33% apresentam uma renda de até 1 salário mínimo contra quase 40% dos homens que recebem de 1 ½ a 5 salários mínimos. Ou seja, a média de rendimento dos homens é maior do que o das mulheres. E isto se agrava ao se levar em consideração que Acari, assim como o todo Município do Rio de Janeiro, é um bairro tipicamente feminino, onde 51,52% são mulheres e 48,48% homens. Desta forma, nota-se que as mulheres possuem escolaridade inferior aos homens e recebem baixos salários – grande parte das responsáveis pelo domicílio recebe até 1 salário mínimo.

Junte-se a isso, a existência de um sistema de esgotamento sanitário precário nas diversas comunidades. Cabe questionar os seguintes dados: segundo o IBGE, contraditoriamente, 97,95% dos domicílios têm o lixo coletado, 99,01% têm rede geral de abastecimento de água (98% com água canalizada) e ainda 92,71% têm rede de esgoto ou fossa séptica. Deve-se levar em consideração que o IBGE realiza a pesquisa dos domicílios que se encontram em áreas geograficamente reconhecidas pela Prefeitura. Como existe um grande número de casas e barracos que foram construídos em regiões invadidas, estas não constam nos dados.

Por isso, pode-se ter como hipótese que existe um número significativo de moradores que vivem em condições precárias: sem esgotamento sanitário adequado, sem acesso à água de qualidade ou tratada, e ainda sem ter o seu lixo coletado. Ficando assim, submetidos sob focos de contaminação e doenças. Outro fato importante a ser destacado é a questão da violência que acontece na região. Nesta, o tráfico de drogas tem presença marcante e tem sido responsável por grande parte da violência local e geração de renda para muitos jovens, que passam a viver em constante risco de vida.

Diante deste quadro, realizar políticas públicas para a comunidade de Acari se faz de suma importância, ainda mais se estas forem para a geração de emprego e renda de mulheres moradoras da região. No contexto de crise econômica e de redução de investimentos públicos, acredita-se que a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas voltadas para as mulheres, levando em consideração à perspectiva de gênero, são caminhos possíveis da promoção da igualdade de oportunidades, garantia da equidade entre homens e mulheres e promoção da cidadania feminina. Por isso, é que se considera de grande relevância avaliar o projeto de geração de emprego e renda formulado e implementado pela SMTB.

## 3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 3.2.1 Primeiros Contatos<sup>86</sup>

Para conhecer melhor o projeto “Com Licença, eu vou à luta!” (CLEVL) foram realizadas visitas à Secretaria Municipal de Trabalho, que era responsável pela formulação e implantação do mesmo. Em contato com a coordenadora do CLEVL, esta falou sobre o projeto, as comunidades em que o trabalho estava sendo desenvolvido e as ações que estavam acontecendo na época (abril de 2003). Esta incentivou uma visita para uma das comunidades em que o projeto estava acontecendo, em Acari, para que se pudesse conhecer melhor o trabalho e as beneficiárias do projeto.

Com esta visita à comunidade de Acari, participou-se de uma das palestras do primeiro módulo, mundo do trabalho<sup>87</sup>, que foi dividida em dois momentos: em um primeiro, houve uma exposição de conteúdos sobre formas de se comportar, documentação necessária e, depois, uma atividade prática, na qual foi encenada esquete que apresentava uma pessoa procurando emprego e outra atuando como empregador. No momento da fala expositiva as beneficiárias foram prioritariamente expectadoras, com reduzida participação. Contudo, já na atividade em grupo, a participação ativa das mesmas foi mais efetiva.

Todavia, como já se afirmou, como a proposta de avaliação deste projeto ainda estava em formação, passaram-se alguns meses para que o contato com a coordenação acontecesse novamente. Aproximadamente oito meses depois, o contato com a coordenadora do projeto foi retomado. Neste momento, as atividades do grupo de Acari já haviam terminado.

Com o objetivo de conhecer melhor o projeto, foram realizadas novas visitas para se obter da Secretaria do Trabalho informações sobre este. Então, se verificaram duas questões: com a mudança do secretário da Secretaria Municipal de Trabalho para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social o projeto havia sido igualmente transferido; e a existência de uma sistematizada e reduzida documentação sobre o projeto, por causa do pouco, ou quase nenhum, registro.

Por isso, a coordenação continha apenas o projeto do CLEVL e lista de presença das participantes em Acari, da qual constava o nome das beneficiárias, telefone de contato, grau

---

<sup>86</sup> Este item está baseado nas duas entrevistas que foram realizadas com a coordenadora do projeto.

<sup>87</sup> Segundo a coordenação, “mundo do trabalho” se refere ao conhecimento que as beneficiárias passam a ter sobre o trabalho – ambiente do trabalho, regras de comportamento, conhecer sobre direitos trabalhistas, benefícios, etc.

de escolaridade e o curso profissionalizante por elas escolhido. Diante desta dificuldade, e com o intuito de conhecer melhor a história do programa, foi realizada uma entrevista inicial com a coordenadora do projeto. Ressalta-se que como a entrevistada preferiu não ser identificada, sua presença será sempre registrada como “coordenação”.

Na entrevista, confirmou-se que não existe um relatório final ou registro sistemático do projeto com a primeira turma, entretanto as turmas posteriores apresentam relatório, cadastro, perfil das beneficiárias, ou seja, uma maior documentação e controle do processo. A pesquisa inicial para conhecimento do perfil das mulheres que participaram do projeto na comunidade de Acari continuou na Secretaria Municipal de Trabalho: segundo a coordenação, seria difícil o acesso a esta documentação. Desta forma, houve o convite para conhecer experiências do projeto em outras comunidades e, assim, se realizar a avaliação em outras turmas. Mas, como se tem como objetivo efetuar uma avaliação *post-fact*, conhecer uma turma em processo não iria contribuir para a realização deste trabalho. Por isso, persistiu-se nessa turma.

Segundo a coordenação do Projeto CLEVL, a idéia de sua elaboração partiu do Secretário de Trabalho Marcelo Garcia, atual Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, e isto teria se dado da seguinte forma:

“O Secretario ao andar pela cidade do Rio de Janeiro verificou uma grande quantidade de mulheres que viviam na rua, estavam ociosas, e que tinham mais de 40 anos de idade. Pensou no que poderia ser feito pelas mulheres acima de 40 anos, moradora de comunidades, com baixa renda, com baixo IDH, que não tiveram a chance/oportunidade na vida de trabalhar” (COORDENAÇÃO).

Assim a partir da percepção do secretário que “andava pelas ruas”, surgiu um projeto voltado para mulheres moradoras de comunidades carentes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Segundo a coordenação, o secretário começou a pensar em como deveriam se sentir estas mulheres, acima de 40 anos, mães, avós, chefes-de-família. Sendo assim, ele intuiu que seria necessário que esta mulher pedisse *“licença e fosse à luta, mas uma luta pensando nela, na valorização de seu papel como mulher, não só lutar por lutar porque isso ela já fazia o tempo todo. Mas, licença para ir a luta e pensar nela como mulher. Tornar seus sonhos realidade, viver seu papel de mulher na sociedade em que vive”*. Foi aí que surgiu o "Com Licença Eu Vou à Luta", um projeto que visava à valorização dessas mulheres, mas, principalmente, sua inclusão social no mercado de trabalho.

A escolha de mulheres acima de 40 anos não foi baseada em estudos estatísticos que comprovassem a necessidade de uma proposta de geração de emprego e renda para essas mulheres. Segundo a coordenação, esta proposta foi construída pela “sensibilidade”, pois

“O país caminha para uma possibilidade de vida maior, as pessoas irão viver mais. E os nossos velhos de hoje, a gente vê, apresentam uma vida produtiva muito grande. Há algum tempo atrás qual era o plano dos aposentados? Mas, hoje vemos que a capacidade produtiva é muito grande, mas as oportunidades também diminuiram. As novas mulheres, acima de 40 anos, das comunidades mais pobres, que oportunidade elas têm?”.

Quando se chamou a atenção para o fato de que as mulheres mais jovens é que estão mais fora do mercado de trabalho, especialmente entre 20 e 30 anos, a coordenação disse que existem projetos para elas também, mas para a terceira idade não. Cabe lembrar, no entanto, que as mulheres que participaram do projeto tinham entre 40 a 60 anos, logo não estavam na terceira idade e sim na faixa etária considerada economicamente ativa.

O objetivo do projeto é a capacitação profissional destas mulheres no mercado de trabalho formal, embora se saiba que com o público que se trabalha é muito difícil isso acontecer. Como foi dito, o projeto foi pensado em três momentos: o primeiro de *formação dessas mulheres*, onde receberiam informações sobre direitos humanos, relações interpessoais, saúde da mulher, mundo do trabalho. Neste, ela aprenderia sobre pontualidade, assiduidade, comportamento, postura, capacidade e receberia orientações diversas relacionadas ao mundo do trabalho; em um segundo momento, de *qualificação profissional*, em que participariam de cursos profissionalizantes, teriam acesso a uma qualificação que lhes permitisse também gerar renda. E, no terceiro, de *estágio laborativo*, de 48 horas, para que fossem inseridas mais efetivamente no mundo do trabalho.

Durante os momentos de palestras, diversos programas da Prefeitura – Programa de Aumento de Escolaridade - PAE, Fundo Carioca - FC, Núcleo de Oportunidade Solidária - NOS, setor de Orientação Econômica – OIE – foram convidados para falar da proposta de trabalho que estes programas têm e colocá-los à disposição das beneficiárias. Depois dos 4 meses de projeto, era passada uma relação dessas beneficiárias (com nome, endereço, etc.) para o setor de Orientação Econômica – OIE, para que eles pudessem continuar acompanhando essas mulheres.

Depois dessa experiência, na visão dos formuladores do projeto, esta mulher teria duas opções: o mercado de trabalho informal ou formal. Sua inserção seria consequência do que

aprendesse a fazer a partir dos cursos em que se havia profissionalizado: “Doces e Salgados”, “Cuidador de Idosos”, “Agente de Saúde” e “Corte e Costura”. É possível perceber que o “tipo” de trabalho previsto são os conhecidos como “tipicamente femininos” e que preserva o papel tradicional das mulheres e as mantém, prioritariamente, no mercado informal. Não foram previstos cursos a partir da demanda delas ou do mercado de trabalho. Para a coordenação, estes cursos seriam

“Tudo que uma pessoa que não tem escolaridade pode fazer para se inserir no mercado de trabalho”. Mas segundo ela, existem também cursos que uma pessoa que tem o primeiro grau pode fazer, como de informática, agentes comunitários de saúde, cuidador de idosos, auxiliar de creche. Isto daria a essas mulheres uma inserção diferenciada no mercado de trabalho. Ao terminar o projeto, essas mulheres podem ser encaminhadas para receber, se elas ‘quiserem’, linhas de créditos do Fundo Carioca.

A perspectiva de manutenção no mercado informal é ratificada pela fala da coordenadora. Segundo esta, se tem a visão (ou ilusão) de que as mulheres acima de 40 anos, com baixa escolaridade sejam empregadas com vínculos de trabalho. Porém, com *“o público que trabalhamos (é) muito difícil alcançar isso... E essas mulheres acima de 40 anos, baixa escolaridade não têm como objetivo principal esse tipo de emprego, emprego formal com carteira assinada. Nosso olhar é que ela trabalhe, gere renda, que é nesse emprego informal. E que estimulamos.”* Desta forma, se procura conhecer as “aptidões” destas mulheres e estimular sua melhora. A idéia de se investir em cursos que levem a inserção no mercado de trabalho informal

“É para elas terem uma fonte de renda sem sair de casa, porque elas têm que observar seus filhos e vigiar o que é delas, elas acabam inserindo a família nesse trabalho. O neto que ajuda a fazer a entrega. É uma oportunidade que ela tem de não precisar sair de casa e deixar a vigilância dos filhos com outra pessoa. Isso nessa parte, esse projeto tem dado muito certo” (COORDENAÇÃO).

Aqui se tem uma idéia da ambigüidade que marcava o projeto. Estas mulheres foram capacitadas, mas contraditoriamente enfatizam-se trabalhos informais, em que elas permaneçam em casa e continuem sendo responsabilizadas pelo cuidado de seus filhos. E este foi um dos problemas enfrentado pelas mulheres-alvo deste estudo ainda durante a execução do projeto, pois participavam do mesmo sem que uma rede de proteção às crianças fosse

criada. Perguntada sobre isto, o que era feito com os filhos pequenos das beneficiárias, a coordenação respondeu que *“os filhos estavam na escola”*. Refeita a pergunta, a coordenação colocou que isto era uma questão que foi trabalhada logo no início do projeto: a necessidade dessas mulheres em criar estratégias (individuais) de cuidados para esses filhos, porque levá-los ao local das capacitações atrapalharia a participação delas e o desenvolvimento dos encontros.

Ainda conforme a coordenação, um dos grandes impactos do projeto – e que também foi percebido na fala das beneficiárias – foi a elevação da auto-estima dessas mulheres, pois *“é interessante ver como essa mulher fala do seu crescimento. Como ela começou a pensar, a ver a vida, a decidir, a se tornar dona do seu não, do seu sim. Não adianta oferecer emprego se a pessoa não tem sua auto-estima desenvolvida, se não o seu valoriza trabalho”*. Ela também colocou que além de se perceber essa melhora na fala, a formatura também é um momento de destaque para essas mulheres, pois é como se elas *“descobrissem”* que são *“capazes”*. De acordo com a coordenação,

*“Quando vamos a uma formatura é uma emoção muito grande. Por que elas quando vão receber o certificado dizem que já estão ganhando dinheiro. A duração disso a gente não sabe. A gente mede na formatura pelo testemunho delas... É impressionante nas formaturas, como elas se revelam nesse momento. Algumas mulheres não esperam terminar o curso para começar a trabalhar, pedem benefício do Fundo Carioca e se viram com o que tem”*.

A coordenação ressaltou ainda que a intenção do projeto não é apenas trabalhar com a auto-estima da mulher, mas principalmente, despertar nelas a perspectiva de mudança de vida, que se vejam enquanto cidadãs e possuidoras de direitos. Gerar renda seria fundamental para seu auto-sustento e de seus filhos, para que não precisem viver de bolsa, de esmolas ou até favores.

Em relação ao monitoramento e avaliação final, não existe, como já se ressaltou, documento formal desta primeira turma. Normalmente, era feito um encontro quinzenal (não registrado), entre as instituições parceiras, para avaliar o processo das ações que estavam sendo implementadas. Deste modo, não foi realizado um controle sistemático do projeto para que se pudesse medir o impacto dos resultados alcançados. Segundo a coordenação, não se sabia ao certo quantas estavam empregadas no momento da entrevista – que aconteceu quase dois anos depois do término da turma – e sim quantas foram encaminhadas.

Sobre as mulheres que concluíram o projeto em Acari, a coordenação passou a seguinte informação: das 40 mulheres, uma foi desligada porque foi empregada ainda durante a execução do projeto; quinze foram encaminhadas pela prefeitura (pelo Núcleo de Oportunidade Solidária - NOS) para serem empregadas, mas não foi repassado o número de mulheres que de fato o foram; dessas quinze mulheres encaminhadas para o emprego, uma passou no concurso de agente comunitário de saúde (foi a mesma que havia participado do curso de agente comunitário); das quarenta, mais quinze foram encaminhadas para ter acesso ao Fundo Carioca, destas, treze foram atendidas; quatro foram encaminhadas para completar o segundo grau e uma, para a alfabetização.

A partir da experiência da turma de Acari, que durou de março a junho de 2003, novas turmas surgiram pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Estima-se, segundo a coordenação, que até o final de 2004 estariam sendo formadas mais 1700 mulheres de diversas comunidades, dentre elas: Acari, Cidade de Deus, 76 Comunidades do Favela-Bairro (nestas comunidades existe o financiamento da Prefeitura e do BID), Ramos, Irajá, Campo Grande, Caju, Paciência, Pedra de Guaratiba. Os critérios de seleção são idade acima de 40 anos, baixa renda familiar e número elevado de filhos. Nos grupos subsequentes a bolsa auxílio foi reduzida para o valor para R\$ 100,00, durante os quatro meses de duração do projeto.

O primeiro passo para a elaboração do presente estudo foi saber quem teria os contatos de todas as beneficiárias que participaram da primeira turma do projeto em questão, por isso, a coordenadora do mesmo foi novamente contatada. Levou-se um bom tempo para que, enfim, se agendasse um encontro com esta, já que sempre que era marcado, ela estava ocupada. Quando se combinou um horário, a mesma solicitou um outro dia para a entrega da lista com os contatos com as beneficiárias.

No dia acertado, mais uma vez a coordenadora disse que não tinha em mãos os contatos, o que já ocorrera anteriormente, e repassou o telefone de apenas uma das mulheres contempladas pelo projeto. Percebeu-se que ela estava com receio de dar o contato das beneficiárias, só o fazendo quando o Secretário Municipal da Assistência Social permitiu tal fato. Assim, em um outro encontro, foi entregue a relação de contato de todas as beneficiárias (com o nome, telefone, escolaridade, cursos escolhidos).

### 3.2.2 A metodologia da Avaliação

Depois destes contatos iniciais com a coordenação, passou-se a buscar contatos com as mulheres. Primeiramente, foi realizada a escolha das mulheres a serem pesquisadas. Em seguida, foi feita a definição das técnicas para coleta de dados. O terceiro passo foi a elaboração dos instrumentos para coleta e a realização de um pré-teste. Depois disso, procedeu-se uma sistematização na qual se estabeleceram as principais dimensões de análise e o aprimoramento do instrumento de coleta. A seguir foi feita a coleta das informações, a sistematização das entrevistas e análise dos dados.

Assim, num primeiro momento foi estabelecido o número de beneficiárias a serem entrevistadas e a escolha do critério para seleção. O universo a ser entrevistado ficou em dez mulheres e o critério de seleção foi o curso profissionalizante que continha o maior percentual de mulheres inscritas. Por isso, foram escolhidas as mulheres que participaram do curso de “Doces e Salgados” que totalizou em 62,5% da escolha das beneficiárias, contra 10% das inscritas no curso de “Agente Comunitário de Saúde”, 22,5% das que optaram por “Cuidador de Idosos” e 5% de “Corte e Costura”.

Em seguida foram construídos dois instrumentos<sup>88</sup> de pesquisa: um *questionário* com perguntas estruturadas e um roteiro de *entrevista* semi-estruturado com perguntas abertas e fechadas. Com o questionário se buscou conhecer o perfil sócio-econômico das beneficiárias, visto que a Secretaria Municipal de Assistência Social não continha informações mais detalhadas. Para analisar as ações do projeto e os impactos junto às beneficiárias foi elaborado um roteiro de entrevista.

O teste inicial foi aplicado a duas participantes do projeto. A partir de suas falas e da sistematização deste roteiro, novos olhares foram lançados sobre o roteiro de entrevista, com inserção de outras questões e reformatação do mesmo. Um fato importante é que foi possível retornar a estas entrevistadas e dar continuidade ao processo. O pré-teste foi fundamental para se ter uma dimensão de quais seriam as beneficiárias a serem entrevistadas, da pertinência do conteúdo, do tempo necessário para cada entrevista, da possibilidade de gravar as entrevistas e de serem realizadas na própria comunidade.

Outro momento de suma importância foi o processo de sistematização das entrevistas, que conforme Bourdieu “já é uma verdadeira ‘tradução’ ou até interpretação” das falas (1997, p. 709). Aqui se tornou possível “compreender” melhor algumas falas que eram de

---

<sup>88</sup> Ver os roteiros em anexo.

grande importância para o processo de avaliação. Com a sistematização do pré-teste deu-se a definição, primariamente, das unidades de análise.

### **3.2.3 O contato com as beneficiárias**

Anterior à realização das entrevistas, uma gama de questões surgiram em mente: como entrar em contato com as mesmas? Será que a grande maioria permanecia na comunidade de Acari? Em que local realizar a entrevista (num espaço público ou nas residências), já que a comunidade em questão é conhecida pela violência? Usar ou não o gravador durante as entrevistas? Questões estas que comumente antecedem a ida ao campo.

Como a coordenadora do projeto, antes de fornecer a relação das alunas, falou primeiro com Rosa<sup>89</sup> e nos deu o seu telefone, iniciou-se a entrevista pela mesma. Ao ligar para ela, esta sem hesitação agendou um encontro no seu local de trabalho, na Casa de Capacitação de Manguinhos, no Jacarezinho. A entrevista foi tranqüila, apesar do espaço ser muito barulhento, o que dificultou o entendimento de algumas de suas falas e, posteriormente, a transcrição das fitas. Rosa foi muito simpática e receptiva e se prontificou a ajudar no contato com as outras beneficiárias. Prontamente, falou e deu o telefone da Margarida, com quem ainda mantinha contato e era sua vizinha.

Em contato com Margarida, foi agendado encontro em sua própria casa, em Costa Barros (uma localidade que faz parte da comunidade de Acari). O não conhecimento da Comunidade fez com que a recepção se desse na entrada do Morro da Lagartixa. Muito simpática e disposta a contribuir com a entrevista, propôs questões muito interessantes e que fez com que o questionário passasse por uma reformulação. Assim, Rosa e Margarida foram entrevistas experimentais, com as quais se teve a necessidade de entrar em contato novamente para complementar a entrevista, como já foi dito.

Em outro dia, foi agendado um novo encontro com essas beneficiárias para complementar as questões que faltavam no questionário. Aproveitou-se este encontro com as duas para realizar uma espécie de grupo de discussão para conhecer em conjunto o que as elas pensavam sobre o projeto. Neste mesmo dia, Rosa perguntou os nomes de quem estava inscrita no projeto e quem iria ser entrevistada. Esclareceu-se que ainda não fora feito o contato direto com elas, mas que seriam 10 mulheres que participaram do curso de “Doces e Salgados”. Ao se citarem os nomes de algumas mulheres, ela relacionou quem ainda morava

ou não em Acari e perguntou se haveria interesse em andar pela comunidade para conhecer e saber onde algumas moravam. Diante da resposta afirmativa, deu-se a caminhada pela comunidade. Houve preocupação com relação a se estar andando dentro da comunidade, mas havia também a confiança proveniente de ser Rosa uma moradora da localidade.

Ao passar por algumas casas que se encontravam ao longo do percurso, se aproveitou para se perguntar da possibilidade do agendamento de uma entrevista com as mesmas. Algumas ao verem que não seria para dar trabalho não demonstraram muito interesse em serem entrevistadas, dando telefone e dizendo para se marcar um outro dia.

Por telefone, mais três mulheres foram contatadas (Orquídea, Hortência e Dália), tendo sido estabelecido um encontro com elas no CIEP Zumbi dos Palmares. Foi realizada uma entrevista individual e depois, outra, coletiva. Elas foram muito receptivas e simpáticas, afirmaram que estavam prontas para ajudar no que “fosse preciso”, ainda mais por ter que falar de um projeto que foi “muito bom” na visão delas.

Num outro dia, foi-se a Acari para realização de mais três entrevistas (com Papoula, Lírio e Violeta). Como estas seriam realizadas dentro da própria comunidade, aproveitou-se um dia de feriado, para ir junto com a Rosa, que já tinha se prontificado anteriormente. Este foi um dia cheio de imprevistos, pois não se conseguiu encontrar e falar com duas das beneficiárias, já que uma havia saído para trabalhar e outra solicitou que fosse mais tarde. Assim, junto com a Rosa, saiu-se ao encontro de outras possíveis mulheres que se poderiam encontrar pelo caminho. Andou-se por dentro da comunidade, mas não se conseguiu entrevistar ninguém. Foi-se, então aos blocos de apartamento para tentar entrevistar Acácia. Mas, foi preciso andar bastante e perguntar para outros moradores a localização. Foi muito interessante ver como eles se conheciam entre eles; mesmo não sabendo o nome, bastava a identificação de algumas características para saber quem era a pessoa. Falar o endereço correto era outra dificuldade, pois como algumas moram em invasões, a identificação da rua não se leva muito em conta, e sim a especificação do barraco.

Nesse ínterim, conseguiu-se encontrar Acácia, que estava em casa lavando roupa e preparando o almoço pra sua família. Ela demonstrou estar disponível, mas desconfiada em realizar a entrevista. Como a Rosa fez a apresentação e solicitou para que ela ajudasse, ela concordou em falar. Constantemente, Rosa sempre dizia “Vamos ajudar, não custa nada”, quando elas diziam que pensavam que era emprego, ela colocava “quem sabe isso não pode acontecer daqui pra frente, né?”. Essa esperança existia nas falas e gestos de Rosa, embora se

---

<sup>89</sup> Para manter o anonimato destas mulheres foram criados nomes fictícios.

tenha buscado a todo o momento deixar claro o objetivo desse estudo. Mas era impressionante ver suas argumentações e disposição para andar em pleno dia de sol quente. Uma questão que foi notória era que estar ali presente parecia apontar para uma possibilidade de trabalho para Rosa.

Por volta das 11 horas, conversou-se com Violeta em sua casa. Esta havia tomado banho (destaca-se este fato porque como ela trabalha catando lata, sempre que era vista, percebia-se que tinha vergonha de falar, constantemente pedia desculpas por isso – embora sempre se tenha procurado demonstrar que não havia problemas) e estava esperando com um lanche de recepção. Como ela era muito tímida, começou-se a conversar sobre as pessoas com quem já havia falado e sobre a comunidade, até que ela passou a ter coragem de falar um pouco de si mesma, mas sempre se desculpendo.

Como Lírio, acabou pedindo para que aparecesse por lá na parte da tarde, almoçou-se na casa da Violeta, Rosa também almoçou por lá. Mas, a experiência na parte da tarde foi um pouco conturbada. Por volta de 13 horas foi-se à casa de Lírio, que mora na área que foi invadida – alguns jovens que trabalham no tráfico estavam espalhados pelas entradas da comunidade. Rosa, como responsável pela condução na comunidade, começou a falar baixinho quem-era-quem (olheiros, aviõezinhos, etc.). A partir deste momento, as pernas já não obedeciam muito bem, parecia que não havia mais chão em que se pisasse. Mesmo assim, continuou-se o trajeto.

Ao chegar à casa de Lírio, percebeu-se que ela estivera dormindo e que acabara de acordar. Ela convidou a que se entrasse em sua casa e puxou três bancos para que se pudesse sentar. Como o fluxo fora do barraco era grande e o pessoal do tráfico estava perto, questionou-se a pertinência de se utilizar ou não o gravador, acabou-se optando pelo emprego do mesmo. Mas de forma a não poder ser visto por quem não pudesse ser visto por quem passasse pelo lado de fora do barraco.

Já iniciada a entrevista, sem se apresentar um homem entrou na casa, parecendo alcoolizado, e se sentou a certa distância atrás de Lírio, mas observando tudo o que esta falava. Verificou-se que ela falava, mas olhava para ele o tempo todo. De repente, eles começaram a se desentender. Foi então, que se descobriu que aquela pessoa era o seu ex-marido, e que foi para lá, porque queria saber o que a Lírio estava “falando sobre ele”. A partir deste momento, o clima ficou tenso. Foi aí que imediatamente guardou-se o gravador na bolsa e se resolveu interromper a entrevista, agradecendo sua atenção.

Devido ao grande constrangimento causado pela situação e à preocupação com o que poderia ter acontecido, resolveu-se não mais fazer entrevistas por aquele dia. Como o choque

foi grande, desmarcaram-se as entrevistas com Girassol e Cravo que estavam agendadas para o dia seguinte, para que assim se pudesse haver tempo hábil para a recuperação do desgaste provocado por aquela experiência. Novos encontros só foram realizados três semanas depois: todos na parte da manhã, visto que o movimento da comunidade é bem mais tranqüilo neste período.

Desta forma, o ter tido uma relação de proximidade com estas mulheres e fazer parte de seu cotidiano possibilitou uma relação de troca e melhor compreensão das experiências vividas por elas. E possibilitou também exercer um aprendizado em realidades tão diferentes.

### 3.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

#### 3.3.1 O perfil das mulheres entrevistadas

Foram entrevistadas 10 mulheres que participaram do Curso de Doces e Salgados<sup>90</sup>. Destas 50% nasceram na Região Sudeste (5 no Rio de Janeiro e 1 em Minas Gerais) e 40% são do Nordeste (2 de Sergipe, 1 do Piauí, 1 da Paraíba). As que não nasceram no Rio de Janeiro vieram ainda crianças ou na adolescência em busca de “uma vida melhor”. A faixa etária destas mulheres era compreendida entre 43 e 55 anos no momento das entrevistas.

A composição de suas famílias variava de uma média de 5,6 pessoas, sendo estes filhos, genros, netos e companheiros. Destas apenas três relataram que viviam com um companheiro. A média de filhos de cada uma destas mulheres é de aproximadamente 7 filhos – nem sempre vivendo em sua companhia.

Em relação à cor, 20% se consideraram pardas, 20% morenas, 40% pretas, 10% escuras e 10% não identificaram a sua cor. Segundo o IBGE 2004, é fato que os negros apresentam menor escolaridade e renda do que os brancos. Segundo a pesquisa, o grau de escolaridade das entrevistadas é muito baixo, sendo que 30% nunca estudaram e 70% estudaram até a 4ª série do ensino fundamental. Nem uma estava estudando no momento da entrevista, embora a grande maioria tenha relatado considerar os estudos importantes para se ter um trabalho e tenha demonstrado interesse em voltar a estudar.

---

<sup>90</sup> Apesar do curso ser de doces e salgados, só aconteceu efetivamente, o curso de salgados. Segundo as beneficiárias isto aconteceu porque não havia professores para a realização do mesmo na época. Todavia, no certificado do curso consta que elas realizaram o curso de “Doces e Salgados”.

Quanto à renda das beneficiárias, verificou-se que 30% não trabalhavam e dependiam do salário de seus companheiros ou filhos. Das que trabalhavam 30% recebem até ½ salário mínimo, 30% de ½ a 1 salário mínimo e 20% de 1 a 2 salários mínimos. Pode-se afirmar que a baixa escolaridade influencia diretamente na média salarial destas mulheres, pois muitas colocaram que tinham dificuldade em encontrar um emprego que pagasse melhor por causa da escolaridade. Um outro fator, de relevância é o local de moradia. Algumas entrevistadas relataram que, geralmente, quando vão procurar emprego e identificavam o local onde moravam, as pessoas não queriam contratá-las. Uma das entrevistadas relatou ter quase perdido a oportunidade de trabalhar em casa de família por causa disso.

Das (oito) mulheres que declararam que trabalhavam, 25 % o faziam como auxiliar de serviços gerais, 37,5 % trabalhavam em casa de família, 37,5 % catavam papelão e garrafas PETs para serem recicladas – ou seja, estavam inseridas no setor de prestação informal de serviços ou outros, já que apenas duas (25 %) possuíam carteira de trabalho assinada (as que trabalham como auxiliar de serviços gerais), sendo que uma que das que trabalha em casa de família havia obtido de sua empregadora a promessa de que sua carteira seria assinada.

Aliando-se à baixa renda, a monoparentalidade é fato presente, pois, 60% destas mulheres viviam sozinhas e eram as únicas responsáveis pelo sustento da família. Das que possuíam companheiros, 20% eram sustentadas pelos companheiros e não trabalhavam e 20% viviam com um companheiro, mas eram as responsáveis pelo sustento da casa, cuidado com os filhos, proteção e educação.

### **3.3.2 Dimensões de Análise**

Para avaliar o projeto, a partir da visão das beneficiárias, foram selecionadas quatro dimensões para análise, que são a dimensão do desenho do projeto, a dimensão de gênero, dimensão empoderamento, dimensão de trabalho. Cada uma dessas dimensões contém variáveis que serão observadas na população-alvo do projeto.

#### ***3.3.2.3 Dimensões do Desenho do Projeto***

A dimensão do desenho do projeto se refere aos aspectos do desenho e execução do projeto. Por isso, inclui a identificação de características como: objetivos, a metodologia, o

público-alvo, participação e avaliação crítica das beneficiárias acerca do desenho do projeto. Cabe lembrar que o CLEVL tem o seguinte objetivo geral: *“desenvolver um programa de resgate e inclusão de mulheres através da capacitação para o trabalho, possibilitando, deste modo, o aumento da renda familiar e valorização do papel da mulher na sociedade e na família”*.

### ✓ **Objetivos**

Ao se perguntar as beneficiárias se o projeto cumpriu com os objetivos propostos, 80% das beneficiárias responderam que o projeto atingiu o que se propunha; já 10% acreditam que não e os 10% restantes falaram que somente em parte – já que a despeito do nome do curso, só se ministraram oficinas de salgados, mas não as de doces. Estas explicitaram que deveria ter havido o curso de doces e que seriam melhores os resultados se elas estivessem empregadas. Quanto à clareza dos objetivos, 80% disseram que tiveram clareza dos objetivos, 10% relataram que não e 10% não souberam avaliar. No que se refere à adequação dos objetivos às necessidades delas, 90% disseram que eram adequados e 10% disseram que não porque pensaram que o projeto iria trazer alguma coisa melhor.

Todavia, nas perguntas semi-estruturadas, as beneficiárias expuseram que entendiam que o projeto tinha o seguinte objetivo: dar oportunidade de trabalho (40%), empregar (30%), ensinar (30%). Junte-se a isso que 60% disseram que o projeto atendeu às suas expectativas, 30%, em parte e a 10%, não atendeu. As que responderam que em parte ou que não: comentaram que pensavam que o projeto ia dar emprego pra elas. Desta forma, cabe questionar que se as beneficiárias pensavam que o projeto iria dar oportunidade de trabalho ou empregar e se a grande maioria não está trabalhando, que objetivo foi alcançado para essas mulheres.

Ressalte-se que o objetivo do projeto previa a capacitação para o trabalho. Elas reconhecem isso. Mas, não reconhecem como objetivo a valorização da mulher – essa dimensão não aparece em suas falas.

### ✓ **Metodologia**

Em relação à metodologia procurou-se aferir os módulos e a execução do projeto. Quanto à infra-estrutura do local onde aconteceram as reuniões e a interlocução dos dinamizadores com elas, 100% respondeu que estas foram satisfatórias. A atenção que os professores lhes deram e a relação de troca foi marcante. Segundo algumas beneficiárias:

“Saber como os professores ensina com o maior carinho pra você aprender... é assim, não pode fazer desse jeito. Então, isso pra mim foi muito importante” – Margarida.

“A discussão era muito ótima. Conversavam, davam muita atenção pra gente... Eles faziam palestra, botavam a gente pra dançar” – Lírio.

Quanto à carga horária, 40% das entrevistadas disseram que a carga horária foi suficiente, 20% que não foi e 40% disseram que em parte. Grande parte destacou que o tempo poderia ser maior (80%), seguida da visão de que o projeto deveria ter tido uma continuação, pois o tempo de duração foi curto.

Dos módulos oferecidos, 50% disseram que o que mais se destacou foi o curso profissionalizante; 20%, as oficinas; 10%, o estágio, 20% não responderam. E a escolha do curso de doces e salgados se deu por vários motivos, tais como: vocação; por gostar; queria outro curso, mas as vagas estavam preenchidas; por causa da baixa escolaridade; para poder fazer em casa para sua família; porque queria aprender; gosta de cozinhar; pretendia montar uma cooperativa; pretendia trabalhar no que já faz; queria receber dinheiro.

“A minha vontade de aprender, mais do que o pouco que eu já sabia. eu já vim do Norte<sup>91</sup> sabendo fazer, mas ai eu queria aprender mais e como esse é a minha missão” - Rosa.

“Que eu já gosto de cozinha. Gosto de mexer com comida. Me sinto muito bem quando estou trabalhando na cozinha” – Girassol.

Pelas falas, verifica-se que a escolha do curso se deu por ser uma atividade que já fazia parte do cotidiano dessas mulheres, tendo sido importante sua experiência e proximidade com o curso escolhido. Em nenhum momento estas mulheres destacaram que gostariam de fazer outro curso que fosse de temática diferente às do que as mulheres tradicionalmente fazem. Mas, parece que o projeto não conseguiu trazer a reflexão de novas possibilidades para estas mulheres. Abriam-se espaço para falar de outras profissões que as mulheres já se fazem presentes?

Quando se perguntou sobre o que elas aprenderam com os módulos, foi comum: comportamento, preconceito, forma de se vestir, saber conversar/lidar com as pessoas, fazer

---

<sup>91</sup> Rosa neste momento se refere ao Nordeste, região em que nasceu, e não ao Norte.

salgados, fazer economia, contar história. Grande parte das beneficiárias falou sobre comportamento e conduta. Para Margarida,

“Em tudo: educação; o modo de falar com as pessoas; respeitar na sala de aula; respeitar a professora em primeiro lugar, que a professora está à frente; sempre ouvir o que os outros têm pra falar; ouvir o que a professora também vem a explicar no quadro, em tudo que ela estivesse ali você escutar, ouvir direito, prestar atenção. Não escolher, como eu acabei de falar, não escolher a cor da pessoa. Não rejeitar as pessoas, que seja nova, quer seja idosa, quer seja quem for, mas tratar e respeitar. Foi isso que nós aprendemos” – Margarida.

Observa-se também que elas absorveram a parte da discussão que era mais prática e objetiva, próxima do cotidiano delas. De acordo com o conteúdo dos módulos apresentados, mesmo tendo sido trabalhadas as temáticas de cidadania, gênero, etc., estes temas não estavam presentes na fala destas mulheres.

#### ✓ **Público-alvo**

Neste ponto se procurou verificar o que as beneficiárias pensavam do CLEVL ser um projeto para mulheres de 40 anos. Em diversos momentos de fala delas deu para perceber que elas se sentiram prestigiadas pela existência de um projeto que fosse para mulheres da idade que elas tinham. Era comum o uso de termos “eu posso”, “eu não estou velha”, “tenho condições”, “com licença, eu vou à luta”.

“Foi muito bom sabia, porque a maioria dessas pessoas se entregam muito, porque pensam que já estão com 40 anos. Não tenho mais nada para fazer, a vida tá muito curta. Eu acho que este projeto deu para as pessoas ver que não tem nada a ver com idade, cabelo branco. Eu acho que as pessoas tem que lutar, continuar lutando porque não é os 40 anos que vai deixar você encostada em uma cadeira. O trabalho é muito importante, um curso pra fazer acima dos 40, dos 50, não tem idade. A idade é a gente que faz. É você que bota na sua cabeça a idade. Não gente, é muito bom e importante isso. Não é a idade, é a força de vontade, e as mãos, e a cabeça, o pensamento que a pessoa tem que ter de continuar” – Margarida.

Durante as falas percebe-se que elas identificaram mais a questão da idade – de que era um projeto porque elas tinham mais de 40 anos e não por serem mulheres – que eram capazes e que podiam trabalhar mesmo depois dos quarenta anos. Pode-se deduzir que a questão de ser uma política voltada para mulheres não ficou muito clara.

Quanto ao que levou as mulheres a participarem de um projeto de geração de emprego e renda para mulheres acima de 40 anos: 40% disseram que queria “aprender mais”; 20% foram “estimuladas” a participar por uma amiga; “porque tinha vontade de trabalhar”; “falta de dinheiro”, não soube responder; “por não estar fazendo nada”. Novamente, a questão de ser uma política de gênero não se faz presente. Entretanto, em alguns momentos da fala elas consideram que por elas serem mulheres e trabalharem dentro de casa, elas “não tinham muito o que fazer”. A invisibilidade do trabalho doméstico em nenhum momento foi questionada por elas; o que leva a crer que também não foi discutido durante o projeto.

### ✓ Participação

Em relação à participação destas mulheres nos diversos módulos, 100% disseram que tiveram presença marcante e satisfatória. Estar presente nos dias de “encontro”, como muitas colocavam, era tão importante que elas procuravam não faltar: *“eu participei de todos eles, não faltei a nenhum”*. Alguns fatores contribuíram, como: o aprender – *“eu fui estudar pra mim poder aprender como é que eu tenho que fazer, dirigir minhas coisas”* – Orquídea; o ter convívio com as pessoas – *“muitas pessoas olhar ao redor de você e você aprender a conversar e lidar com as pessoas. O que é por aqui assim, não tinha lá no Norte (se refere à Sergipe)”* – Rosa; o conhecer – *“também assim que agente conheceu mais as pessoas, porque a gente mesmo morava aqui há um tempão e ninguém conhecia ninguém”* – Cravo; o ter mais espontaneidade – *“que hoje em dia eu sou, bem um pouquinho mais, um pouquinho assim, num tem nem como dizer... um pouquinho mais solta, sabe?”* – Girassol; a atenção dos professores foi um fator que estimulou a participação destas mulheres nos dias de reunião do projeto.

Quanto ao significado do projeto para elas: algumas colocaram que se sentiram mais importantes (*“como se estivesse num palco”*); *“foi tipo uma diversão, mas foi uma satisfação mesmo”*; *“ah, como que a gente ia aprender muita coisa também né. Brincava, estudava”*; aprender a conversar mais com as pessoas; parecia que era até um *“bichinho do mato, aprendi a ser mais solta com as pessoas”*; *“aquilo ali pra mim eu era uma criança. Porque eu fazia colagem, fazia tudo que uma criança faz numa sala de aula, que nunca tive esse prazer”* – Orquídea (falou isto porque ela foi menina de rua e não foi para a escola quando era criança); *“aprendi a me corresponder, eu era muito envergonhada”*. Desta forma, nota-se que o projeto trabalhou com questões pessoais importantes para cada uma dessas mulheres, ao

possibilitar o encontro, as “saídas” (PERROT, 1994) e o conhecimento de novas pessoas e realidades.

### ✓ **Avaliação Crítica**

A avaliação crítica buscou apreender os pontos de vista negativos, positivos, possíveis sugestões, percepção de fatores de mudanças e segurança. Segundo as beneficiárias o projeto apresentou os seguintes pontos positivos em relação a sua participação no projeto: o fato de ter aprendido a fazer salgado, a amizade que foi criada no grupo, os assuntos abordados nos encontros, o acesso que elas tinham aos professores, a paciência destes e as orientações recebidas. Os encontros serviam, assim, para a sociabilidade dessas mulheres. Pode-se dizer que foi um momento onde elas se sentiram cuidadas, tendo atenção.

Como negativo foram apresentados os seguintes aspectos: não estar trabalhando, de não ter havido uma continuação da comunicação entre as participantes do projeto, a “*ambição que algumas mulheres tinham*” e que não permitia um trabalho em cooperativa, o projeto ter parado, não ter tido a parte referente aos doces, a dificuldade enfrentada para chegar na casa de capacitação, ter passado por um tiroteio quando foram a esta casa, em Campo Grande, não ter acessado ao crédito – o que impacta negativamente nos objetivos do projeto –, não ter tido algum tipo de acompanhamento ou contato depois do término do projeto, ter se sentido esquecida, ter desanimado.

Cabe ressaltar que num primeiro momento, após a pergunta acerca dos pontos negativos, todas responderam que o projeto não tinha pontos negativos, apenas quando explicado o porquê da pergunta, que seria contribuir criticamente para uma análise do projeto, elas expuseram algumas questões. Pode-se chegar à seguinte conclusão: o fato delas terem sido selecionadas para participarem do projeto voltado para mulheres acima de 40 anos, de comunidade carente, gerou nelas um sentimento de gratidão, fazendo com que inicialmente hesitassem em realizar uma análise mais crítica.

Como sugestão elas colocaram que poderia ter surgido uma cooperativa, um lugar para as pessoas fazerem e venderem os salgados, mudar o lugar da capacitação, trabalhar mais a questão de se viver em grupo, que o projeto continuasse com uma duração maior e com oferta de outros cursos profissionalizantes, ter mais Casas de Capacitação da Prefeitura para ofertar mais emprego para as beneficiárias, o curso acontecer à noite, acompanhar as beneficiárias depois do término do projeto para incentivá-las e ver se estão trabalhando, que surgissem

outros projetos. Ou seja, elas apontam a necessidade de monitoramento e a continuidade do projeto.

Em relação à percepção de fatores que levaram à mudança, 70% disseram que houve mudança na maneira de se vestir, na capacidade de se comunicar com outras pessoas, no sentimento em relação a si própria: sentiu-se mais conhecida. Já 30% não souberam apontar nem uma mudança na vida. Quanto ao respeito por parte dos outros 90% disseram que se sentiram respeitadas em sua comunidade, antes não se sentiam. Algumas disseram que passaram a ser conhecidas como a mulher que fez o Com Licença ou que faz salgados.

Em relação à segurança<sup>92</sup> que as mesmas sentem ou não em continuar suas vidas após o projeto, 80% falaram que seria importante que o projeto tivesse tido continuidade, seja pela bolsa que ele proporcionava, seja pelo que se aprendia, seja como a vivência em grupo, ou porque se sentiam desamparadas com o rompimento deste laço. Segundo Cravo, *“Foi muito grande pra gente mesmo, todo mundo ‘chora’ até hoje. Todo mundo fala até hoje que queria que voltasse de novo, porque foi um meio da gente viver melhor, que foi quando a gente tinha aquele trocadinho mais certinho. Não faltava não, chegava no dia a bolsa chegava lá”* – Cravo. Junto ao fortalecimento, a questão financeira.

### **3.3.2.4 Dimensão de Gênero**

A dimensão de gênero se refere à capacidade do projeto de possibilitar a essas mulheres a percepção da construção relacional dos gêneros. Isso significa refletir acerca das suas vidas, família e trabalho em uma perspectiva que repense as relações entre mulheres e homens, bem como entre mulheres-mulheres e homens-homens.

#### **✓ O motivo que levou à participação no projeto**

Os motivos que levaram à participação destas mulheres no projeto foram diversos: por “vontade de aprender” (40%), foi estimulada por amigos (20%), “vontade de trabalhar”, “falta de dinheiro”, “não estava fazendo nada”. Esta última frase é muito interessante para mostrar como algumas mulheres que se ocupam dos afazeres domésticos continuam achando que não estão fazendo algo que seja importante, e que é um tipo de trabalho também.

---

<sup>92</sup> Entende-se por segurança a percepção das beneficiárias em relação à continuação de suas vidas independente do projeto.

“Ah, porque muitas mulheres assim, às vezes não tem assim, opção do que fazer. Aí fica em casa sem fazer nada, ou então fica assim como eu, catando uma coisa ali outra aqui” – Acácia.

A relação de participar do projeto por não ter nada para fazer, “ficar em casa sem fazer nada”: pode-se deduzir que isto acontece porque o trabalho realizado dentro de casa é invisível e desvalorizado. Desta forma, viver dentro de casa relaciona-se com viver em um espaço que não é importante, que não tem significado. E essas questões não foram problematizadas.

#### ✓ **Percepção se o projeto era voltado para as mulheres**

Quando se perguntou se o projeto seria ou não voltado para as mulheres, 70% disseram que sim contra 20% que disseram que não (que seria um projeto para homens e mulheres) e 10% não souberam responder. Entretanto, elas não conseguiram identificar porque o CLEVL era um projeto para mulheres. Na tentativa de responder a esta questão muitas colocaram que era um projeto para elas por causa da idade que tinham (acima de 40 anos) e não por serem mulheres. Seria um projeto para qualquer pessoa desde que “quisesse”, “ensinava as coisas pra fazer”, porque estavam aprendendo algo, porque ensinava a comprar coisas para trabalhar, porque queria “ajudar” as pessoas, porque aprendeu a fazer salgados, uma não achava que era especificamente para mulher. Segundo Margarida,

“Olha, em outras coisas, muitas coisas que ela explicou foi sobre mulher mesmo. Roupas foi a primeira coisa que ela... sempre que vier à aula vir com uma roupinha, vir com aquela roupa do CLEVL, que é pra quando as pessoas chegassem do projeto vê que a pessoa estaria com aquela roupinha. Inclusive eu tenho a minha até hoje, ta guardada. Era a primeira coisa que ela falava. Então, antes de entrar na sala de aula nós colocávamos nossas roupas. E sempre andar comportada, não andar de roupinhas curtas. Porque pega mal na sala de aula, pegaria mal. Cabelinho amarrado. Tudo isso então ela explicava... – Margarida.

Dois pontos podem ser observados: um é que a grande maioria dessas mulheres não conseguiu identificar que o CLEVL visava incluir essas mulheres no mercado de trabalho por causa das questões específicas que elas enfrentam ao tentar se inserir nele. Desta forma questiona-se a forma que foi trabalhada nesta turma a perspectiva de gênero dentro dos

módulos, pois identificar que homens e mulheres são socializados e beneficiados de forma diferente é de suma importância para maior consciência de gênero. Outro ponto é que parece persistir nas falas do programa, um modelo de mulher – socialmente construído.

✓ **Infra-estrutura para os filhos ou netos pequenos**

Em relação a esta questão, a Prefeitura não criou nenhuma estrutura de cuidado para os filhos pequenos ou netos dessas mulheres durante os dias de reunião. Levar crianças nos dias de encontro não era permitido, então o que elas faziam?

“Ah, eu trazia ela... E podia participar do encontro? Não, eu trazia, mas ela ficava ali (apontou para o pátio da escola). No pátio brincando. Você não tinha com quem deixar? Não” – Dália.

“Pagava. Fazia o seguinte, ajudava a minha filha. No dia de curso, eu combinava, ela fazia as contas, a gente pagava vinte reais a pessoa ficar até elas duas chegarem. Ela dava dez, eu dava dez... Não deixava de ir pro meu curso. Chovesse ou fizesse sol, eu estava no meu curso” – Orquídea.

Outras já falam na necessidade de deixar os filhos sozinhos em casa:

“Tinha que trancar, principalmente eu, a minha mãe cansou de trabalhar e deixar a gente sozinha dentro de casa... Ficavam sozinhos, igual quando eu vou pra escola eles ficam. Entendeu? Ela chega da escola, né Érica?... Essa aqui é que tem que tomar conta dessa aqui, desse e essa aqui. Qual a idade delas? Essa é doze, essa nove e essa é dez, essa é onze” – Girassol.

“Deixava em casa, às vezes deixava com o vizinho, deixava com o mais velho, ou às vezes ficava na creche, levava pra creche. Eu não tenho criança pequena, eu tomo conta dos meus netos. Nessa época que eu ia, aí meu neto ficava com a minha filha, que minha filha pegava tarde no serviço né, uma hora assim, ela saía pro serviço, e os outros dois ficavam na escola, inclusive às vezes ficavam até junto comigo lá aula assim, que às vezes não tinha, professora não ia, essas coisas. Aí: ‘Vó, posso ficar com a senhora pra ir embora pra casa?’ Aí eu falava com dona R., e dona R. deixava eles ficar lá sentadinho” – Acácia.

Para que fosse possível a participação delas nas oficinas, elas tiveram que criar algumas estratégias de “saída” de suas casas como: deixavam as crianças em casa sob cuidado de uma outra criança com mais idade ou ficavam sozinhas, deixava com alguém (parentes ou

vizinhos), algumas estavam em horário escolar, levava com ela para os encontros e a deixava no pátio brincando. É importante sinalizar que ter uma estrutura de apoio que possibilite a saída destas mulheres de casa teria sido muito importante, ainda mais por serem de camadas populares, e depender de uma rede informal de solidariedade que nem sempre é possível contar, principalmente em locais de baixo poder aquisitivo. A criação de uma rede secundária é fundamental para o fortalecimento da cidadania.

### ✓ **Relações familiares**

Grande parte falou que anteriormente ao curso já se sentia respeitada em sua casa. Acredita-se que isto se dava por que estas mulheres são as principais responsáveis pelo sustento da casa e já há bastante tempo. Participar do curso parece ter gerado uma nova expectativa dentro da família, como se novas possibilidades de trabalho e renda fossem possíveis.

Contudo, uma questão que foi percebida é que o projeto não trabalhou de forma mais ampla, com membros da família dessas mulheres (companheiros, filhos, etc.) num sentido de (re) significação e (re) valorização do espaço doméstico, pois elas demonstravam e se consideravam as principais responsáveis dos afazeres domésticos. Se era um projeto preocupado com a dimensão do gênero, este efetivamente se centrou nas mulheres, expulsando os homens dessa discussão. Segundo Dália, para a mulher, trabalhar fora de casa significa ajudar em casa, mas também significa gerar uma demanda extra de trabalho.

“Porque ajuda em casa. Dá trabalho sim, porque a mulher quando chega em casa vai trabalhar também. (risos) trabalha no trabalho, enfrenta conduções cheio, lotado. E às vezes os ônibus, também, nem param nas horas que a gente mais estava precisando. Quer dizer, tem que levantar cedo com aquela responsabilidade. Pois, é muita correria” – Dália.

Esta fala revela duas questões de que o trabalho da mulher fora de casa normalmente é direcionado para ajudar com os gastos dentro de casa e o fato de que ele também gera uma dupla jornada de trabalho, pois a mulher que trabalha fora de casa também tem que cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos. Desta forma observa-se que mesmo as mulheres tendo entrado na esfera pública, a proporção da inserção do homem na esfera privada não se deu da mesma forma, sendo a manutenção das estruturas tradicionais da família ainda baseadas na

presença da mulher no lar. Segundo Oliveira (2003), isto gera uma “igualdade capenga” entre homens e mulheres.

### **3.3.2.3 Dimensão de Empoderamento**

Por empoderamento se entende a capacidade de se apoderar dos possíveis espaços de poder por estas mulheres, sejam eles privados ou públicos, de adquirirem autonomia, controle de suas vidas, possibilidades de realizar novas escolhas, de participar dos possíveis espaços, desenvolver planos ou projetos de vida pessoal ou coletivamente.

#### **✓ Auto-estima**

No que diz respeito ao sentimento de valorização pessoal depois do projeto 50% demonstrou que se sente valorizada. Segundo Margarida, Girassol e Acácia:

“Às vezes eu passo: ‘alá, dona Margarida do Salgado!’ Então, eu acho que, isso pra mim é um orgulho. Apesar de você viver... é uma mulher sozinha. As pessoas sabem, que ela não tem uma pessoa dentro de casa. Mas, eu sou respeitada.”- Margarida.

“Em tudo (se refere a mudança que teve em sua vida). Até na maneira de me vesti... Ah, as pessoas me vê mais como gente, né.” – Girassol.

“Eu acho que eu melhorei um pouquinho... Ah mudança assim, parece que eu fiquei melhor. Cresci, mesmo não estando trabalhando, mas eu acho que eu cresci mais um pouquinho, entendeu? Eu senti isso comigo.” – Acácia.

Participar do projeto possibilitou um tipo diferente de reconhecimento, tanto por parte dos outros que as viam como as “mulheres do salgado”, como um olhar diferenciado de si própria: de que uma mudança, seja na forma de se vestir ou de falar com os outros, seria bom para elas mesmas. Contudo, houve as que dissessem que não se sentiam valorizadas: foram 30% e 20% não responderam a questão. Estas colocaram que seria importante que elas estivessem trabalhando. Para Orquídea e Dália, algumas mudanças teriam sido importantes para que elas sentissem uma mudança e melhora da auto-estima como:

“Eu cismeí, a pessoa quando chega uma certa idade, ela quer ter a independência dela. É coisa que eu não tenho. Então se tivesse a minha renda, pra mim isso seria o mesmo, mas não é” – Orquídea.

Aqui se pode retornar aos objetivos do projeto que visava exatamente essa capacitação para o mercado de trabalho (com o que chamam de resgate e inclusão das mulheres) – que, entretanto, ficou muito aquém do desejável.

#### ✓ **Autonomia**

Das 10 beneficiárias, 60% demonstraram que houve um fortalecimento individual após o projeto, entretanto 20% não sentem assim. Segundo a Dália:

“Porque as mulheres, a gente mulher ali mesmo... era muito presa. Agente se prende muito nas coisas dentro de casa. É marido, se preocupa com marido que o marido vai brigar... porque agente se distraiu um bocado. Se desligou um pouco. O que os maridos falavam quando agente saía, agente não ligava mais, eu não tava ligando mais. Deixava ele falando sozinho”.

A partir desta fala, atenta-se para certo despertar a partir de suas “saídas” de casa para o curso: os discursos usados pelos maridos, ou mesmo a força física, já não eram suficientes para detê-las em casa. Os termos “se desligou um pouco” ou “deixava ele falando sozinho” demonstram uma atitude pessoal que rompe com toda uma cultura de submissão que as mulheres vivem em relação aos seus maridos. Uma atitude de busca pela sua autonomia, de começar a entender o que é melhor para ela. Uma atitude bem positiva e que aponta para possíveis redefinições em seu cotidiano de gênero – ainda que pouco trabalhadas durante as aulas.

Quanto à percepção de fortalecimento, 60% colocaram que ter estado em grupo, e ter conhecido outras pessoas as tornaram diferentes, fortalecidas.

#### ✓ **Sociabilidade**

O estabelecimento de uma relação de troca e amizade durante o período do projeto foi fato marcante, uma vez que 100% afirmaram que o projeto foi bom porque se puderam conhecer novas pessoas, fazer novas amizades, se tornar mais comunicativas. Destas, 40% demonstraram interesse em ter formado uma cooperativa para poderem fazer e vender os

doces e salgados. Retomando Michele Perrot (1994) percebe-se que essas saídas (ainda que em profissões e ambientes “femininos”) trazem modificações nas relações de gênero.

A capacidade de organização e mobilização não deu para ser percebida. Para Lírio e Cravo o que mais marcou foi:

“A amizade do pessoal... a compreensão também” – Lírio.

“É mudamos que a gente passou a conhecer mais as pessoas. A gente mora aqui, mas a gente não conhecia um bocado de gente. Quem a gente não conhecia a gente conheceu. A gente conversamos, já encarnamos um no outro, às vezes já olhava um pro outro de lado.” Cravo.

É importante verificar como grande parte das mulheres colocou que o ter vivido em grupo e conhecer outras mulheres, que eram de sua própria comunidade e muitas vezes até vizinhas, foi importante. Foi fundamental também na medida em que além da capacitação técnica oferecida, houve a possibilidade – talvez não prevista – de transformações em suas subjetividades.

#### ✓ **Capacidade de construção de projetos**

Em relação à capacidade de construção de projetos, 70% demonstraram que não tinham vontade ou capacidade de construir alguma coisa sozinha, tendo apenas duas demonstrado o interesse de construir em grupo ou de fazer algo para si. Estas são as beneficiárias que conseguiram se inserir no mercado de trabalho formal. Conforme Margarida:

“Pretendo o começo de uma lanchonete, se Deus quiser vou conseguir. Eu também quero ter um salão de festa e realizar os meus sonhos.” – Margarida.

Quanto à construção de projetos coletivos, 60% demonstraram que poderia ter sido melhor, que estariam trabalhando se elas tivessem montado uma cooperativa.

“Todo mundo (referindo-se as alunas do curso) se tivesse se reunido e montado uma cooperativa seria importante, mas como ninguém queria. Que eles pudessem ajudar mais pessoas. Que tivessem (os executores do projeto) a iniciativa. Se o grupo todo se reúne e quer fazer uma coisa não é nada difícil, se todo mundo se ajuda se torna tudo mais fácil” – Rosa.

Contudo, a iniciativa não partiria delas, mas de quem estivesse à frente do trabalho. Mesmo individualmente, observando suas falas, o interesse de um trabalho coletivo entre elas não foi explicitado como possibilidade, não havendo uma iniciativa por parte de nem uma destas mulheres. Logo, o projeto de ter algo coletivo ficou no pensamento delas, a espera da ação de um agente externo – não despertou-se, assim, sua própria autonomia, o fato de serem cidadãs e, portanto, sujeitos de seus destinos.

#### ✓ **Participação em espaços públicos**

O projeto não conseguiu ou não estimulou a participação destas mulheres em outros espaços públicos como associações de moradores, encontro de mulheres, etc. Foi unânime a sua não participação em espaços públicos como associação de moradores, fóruns, conselhos, etc. 100% responderam que não participam e que nunca participaram em algum momento de sua vida – mesmo que todas tenham apontado tão positivamente o fato de terem se encontrado durante o curso.

#### **3.3.3.4 Dimensão de Trabalho**

De acordo com a literatura, a concepção moderna de trabalho o define como “*uma atividade que se exerce na esfera pública, em que é definido e reconhecido por outros como uma atividade útil, fazendo jus a um pagamento na forma de salário*” (PEREIRA DA SILVA, 1995, p.6). Mas, o que as mulheres entrevistadas entendem por trabalho?

#### ✓ **Significado**

Os significados de trabalho foram variados: “é uma garantia de vida”, é uma segurança, é uma responsabilidade (“a respeito dos horários, a respeito das saídas, as coisas que às vezes as pessoas, os patrões falam a gente tem que obedecer”), crescimento pessoal, “é uma coisa boa... você tá com dinheiro compra alguma coisa pra dentro de casa”. Segundo algumas mulheres:

“Ah, trabalho pra mim e pra qualquer pessoa é crescer... ser uma pessoa assim, a pessoa sem trabalho não é nada, não é ninguém, sei lá. É uma coisa muito esquisita a pessoa sem trabalho. Ah, trabalhar é bom. Não é assim, eu

vou dizer que o trabalho é bom! Que a gente gosta de trabalhar. Mas a gente tem que trabalhar. Sem trabalho não dá pra viver. A gente que sair num tem um dinheiro de passagem, levante de manhã não tem um dinheiro pra comprar um pão. Uma pessoa que é pobre, num tem onde alcançar a mão ou não tem um dinheiro na caixinha, tem mesmo é que trabalhar” – Acácia.

“Eu acho que o trabalhar é cansar. Cansa, lógico. Mas, é muito bom você saber que você sai pra trabalhar, volta do seu trabalho à noite e saber que você vai voltar o outro dia, vai encontrar as mesmas coisas pra você fazer. Isso pra mim é trabalhar” – Margarida.

A partir destas falas, nota-se que trabalho para essas mulheres tem uma relação direta com o espaço público e com a geração de renda. O espaço público passa a ser valorizado por elas, tanto que o trabalho doméstico é desvalorizado e reconhecido como o local que “não se faz nada”. Complementando-se com a fala de Violeta e Margarida percebe-se que

“Ah, trabalho é uma coisa importante. Tem que trabalhar no dia-a-dia pra gente ter nosso dinheiro. Comprar nossas coisas, se sustentar” – Violeta.

“Porque ele me ajuda em tudo. Ele me ajuda a viver; a passar isso para meus filhos, para ver como eu luto. Eu estou com quarenta e cinco anos, mas não para de lutar. Então, eu acho que meu trabalho é importante pra mim. E acredito que vai ser daqui pra frente... Ah, eu acho que é muito, é muito gostoso você saber que você está dentro da sua casa para ir trabalhar. Lá você vai saber o que você tem pra fazer, você vai ocupar o seu dia. Eu acho que o trabalhar é cansar. Cansa, lógico. Mas, é muito bom você saber que você sai pra trabalhar, volta do seu trabalho à noite e saber que você vai voltar o outro dia, vai encontrar as mesmas coisas pra você fazer. Isso pra mim é trabalhar” – Margarida.

Percebe-se também que a renda que se tem por meio do trabalho leva a uma maior independência, possibilidade de escolha, de compra, de segurança. Percebe-se que continua atual a máxima escrita por V. Woolf, anos atrás, quando esta se refere que para a emancipação feminina é necessário e indispensável “um quarto e uma renda”. Pode-se, assim, afirmar que para a perspectiva de construção da cidadania feminina é central a questão da geração de uma renda própria.

#### ✓ **O que se pensa sobre as mulheres estarem trabalhando fora de casa**

Das beneficiárias, 90% falaram que isso é bom e interessante, o porquê variou: “*a mulher se torna muito dependente dela mesmo*”, compra o que quer, o marido nem sempre dá o que elas precisam, ajuda em casa, se sente mais à vontade, passa a ter um certo tipo de

poder. Orquídea coloca que o trabalhar levou à saída da mulher de casa, “*ah, isso é importante. É importante. Que antigamente elas ficavam presas dentro de casa tomando conta do marido, né. E agora elas são... vão a luta*”. Rosa complementa esta fala ao afirmar que antes era comum pensar que a mulher que trabalhava fora de casa era “sem vergonha”.

“Eu acho maravilhoso, cada um tem o seu dinheiro. Mesmo que a gente depende de ser casada ou não, cada um tem o seu direito. Se o marido tem, a mulher também tem. Ela pode ter a vida dela, ele a dele. Mesmo morando junto, mas cada um tem sua obrigação de sair, trabalhar e voltar. Eu acho importante. Acho, tem gente que acha que a mulher trabalhar fora vai ser sem vergonha. Não. Não tem nada a ver. Quando você respeita alguém que você namora, que você ama, você pode ir pra qualquer lugar trabalhar; o importante é você respeitar todo o pessoal do serviço e eles venha a respeitar né” – Rosa.

Já Margarida aponta para questão do poder que se passa a ter com o trabalho.

“A mulher, ela trabalha porque ela gosta, se sente à vontade, ela tem o seu dinheiro. Ela não fica esperando a hora do marido ou companheiro chegar para: ‘ah, fulano me dá tanto’. Não, eu acho que mulher trabalha não só pra ter um luxo, mas também pra ter uma força dentro de casa” – Margarida.

Neste caso, o trabalho rompe com uma relação de dependência financeira que a mulher tem do homem, podendo decidir sobre o que quer fazer, gerando um certo poder para essas mulheres. Segundo Castells (1999), a saída das mulheres para o mercado de trabalho remunerado aumenta o poder de barganha dessas mulheres com seus maridos e companheiros, “*abalando a legitimidade da dominação deste em sua condição de provedor da família*” (1999, p.170). Embora o outro lado dessa “moeda” seja o estabelecimento de uma dupla jornada de trabalho – que só dos anos noventa para cá começou a ser seriamente questionada.

#### ✓ **É mais difícil arranjar trabalho para o homem ou para a mulher?**

Esta questão surpreendeu pela fala dessas mulheres, pois 40% responderam que trabalho está difícil tanto para homens quanto para mulheres, 20% disseram que era para a mulher, 20% para o homem, 10% disseram que a mulher não tem dificuldade para encontrar trabalho, 10% não souberam responder.

Para a mulher:

“A maioria fala que é mais difícil pra homem, mas eu acho que tá mais difícil pra mulher” – Violeta.

Para o homem estaria mais difícil porque, historicamente, a mulher pobre – por necessidade – sempre se dispôs a pegar “qualquer trabalho”:

“até porque a mulher hoje ela tem capacidade de arrumar um emprego, seja o emprego que for” – Margarida.

“Eu sinto, porque tem muito homem desempregado. Tem mulher também, muita mulher desempregada, mas eu acho que pra homem é mais difícil. Pra homem eu acho que é, pra arrumar serviço pra homem eu acho mais difícil de que pra mulher. (...) Muitos têm preguiça mesmo, não quer. A mulher não. O que aparece na frente elas pega, dá pra fazer? Agüenta? Vamos embora. Homem não. Tem homem que fica querendo escolher” – Acácia.

Outras já apontam que essa dificuldade é sentida por ambos:

“Não. Eu acho que é tudo a mesma coisa. A diferença é que tens uns que não levam a sério nada. Tanto o homem, como a mulher. Acha que o trabalho pra ele não influencia em nada, vai diminuindo muita coisa. Se você pensar bem, o trabalho pra qualquer um, homem ou mulher, se quiser a realidade, chegará em qualquer lugar” – Rosa.

É importante resgatar a vivência de classe. Acredita-se que o não identificar de que as mulheres se encontram mais fora do mercado de trabalho do que os homens se deve ao fato de grande parte destas mulheres trabalharem cuidando dos filhos em casa, ou como auxiliar de serviços gerais, como faxineira, como catadora de latas e garrafas *pets*, e outras atividades do gênero. Enfim, elas trabalhavam com o que “aparecia”. Já os homens estavam, na maioria, desempregados, eram alcoólatras ou dependiam do salário de suas companheiras. As mulheres estavam fazendo alguma coisa para gerar renda e sustentar a família. Outro ponto importante: algumas mulheres identificaram que ser negra era um fator que gerava mais dificuldade na hora de procurar emprego, do que ser mulher, propriamente.

#### ✓ **Trabalho ideal (formal ou informal?)**

De acordo com essas mulheres, trabalho é tudo aquilo que “ajuda a viver”. Segundo Rosa e Orquídea:

“Tudo mesmo, o que aparecer pra mim é um trabalho. Seja o que for. Não quero roubar, nem eu, nem família minha, nada dos meus filhos, nada disso serve pra mim... Pra mim, seja de carteira assinada ou não. Se aparecer um bico, sei lá, eu vou. Eu quero é trabalhar. Então pra mim trabalho, é qualquer coisa que aparece. Poso pegar até qualquer coisa que for possível, é honesto, eu vou. Eu acho assim” – Rosa (ela trabalha numa das Casas de Capacitação da Prefeitura, entretanto nos dias de feriados ou finais de semana ajuda a juntar e vender papelão, garrafas pets, jornal, etc. junto de seu companheiro).

“Olha, assim no meu desespero, eu acho ideal qualquer um trabalho, entendeu? Eu não tenho opção, eu quero é trabalhar. Independente do que seja. Então, qualquer tipo de trabalho... assim, como eu tô desesperada, o que aparecer, sendo honesto, eu estou pegando” – Orquídea.

Por estas falas nota-se que o tipo ideal de trabalho (formal ou informal) tem relação direta com o gerar algum tipo de renda para seu sustento e de sua família. Embora persista a vontade de adentrar no mercado formal.

“Gostaria de trabalhar assim, numa firma, sabe? Mesmo que fosse ajudante de cozinha, porque casa de família eu vou te contar. Na firma. Limpeza, tá entendendo... O negócio seria trabalhar. Que teria aquele horário de largar, de sair, tá entendendo? É muito bom. Tem mais garantia também, sabia? (M) Que casa de família num tem garantia. Qual é a garantia? Ela vai assinar sua carteira, mas o meu INPS ela vai me ajudar a pagar, entendeu? Eu vou dar a metade e ela vai dar a metade” – Girassol.

“Pra mim de cozinheira em algum lugar, de cozinheira em algum lugar assim, nesses negócios aí do governo, da prefeitura, pra mim é uma ótima o serviço. Até serviços gerais mesmo, no negócio de reciclagem. Pra mim, essas coisas pra mim, pra mim só assim mesmo” – Acácia.

E o tipo de trabalho, algumas vezes relacionados, são os que se realizam no setor de serviços: trabalhar em casa de família, como faxineira, como camareira, em um restaurante como cozinheira. Todos eles no mesmo setor e não tendo, na grande maioria, vínculos formais de trabalho. Com isso, o acesso a uma cidadania formal – com plenos direitos civis, políticos e sociais – para essas mulheres vai ser uma questão sempre presente.

#### ✓ **Condições de auto-sustentabilidade**

Quando as beneficiárias foram perguntadas se se sentiam aptas para o trabalho, 80% disseram que sim, contra 20% que disseram que não. Mas, apenas 40% disseram que se

sentiam aptas para se auto-sustentar. Outros 40% disseram que não se sentiam aptas para se auto-sustentar, 20% não trabalhavam e eram sustentadas pelos maridos, outros 20% trabalhavam catando papelão, garrafas *pet* e jornal e possuíam uma baixa renda. 20% não souberam responder.

#### ✓ **Expectativa de Futuro**

Da expectativa de futuro, 80% demonstraram ter os seguintes planos: arrumar um emprego (40%), ter uma lanchonete (30%), ter uma casa melhor, ver a infra-estrutura do bairro melhorada, ter um salão de festa ou um bar ou uma barraquinha. Verifica-se que muitos dos planos para o futuro tinham proximidade com o que elas já desenvolviam no espaço doméstico e relação com o curso escolhido – como se a partir deste, novas possibilidades, sonhos se tornassem possíveis. Contudo, 10% demonstraram que não tinham projetos para o futuro, que estava “cansada”, “desanimada” (Dália).

#### **3.3.4 Observações finais**

Concluindo este capítulo, pretende-se ressaltar alguns pontos percebidos após a avaliação do projeto:

##### ***Impactos do objetivo geral***

- ✓ Um impacto percebido pelas falas foi o aumento do empoderamento dessas mulheres a partir da melhora da auto-estima, tendo sido verificada uma valorização pessoal e uma maior autonomia. Este fato foi amplamente observado nas falas e gestos dessas mulheres.

##### ***Efeitos dos objetivos específicos***

- ✓ *A valorização do papel dessas mulheres na sociedade* – era muito comum se dizer que agora elas se sentiam respeitadas na vizinhança apesar de viverem sozinhas e sustentarem seus filhos.
- ✓ *A criação de hábitos do mundo do trabalho* – o projeto conseguiu ampliar o horizonte dessas mulheres em relação às condutas, comportamentos no que se refere ao trabalho.
- ✓ *Estimular o desenvolvimento da melhoria da qualidade de vida* – acredita-se que o aumento da auto-estima por parte de tais mulheres é um dos resultados que pode

influir diretamente na qualidade de vida. No momento da entrevista, se constatou que 30% delas, após o término do projeto, foram beneficiadas pelo programa de habitação do governo municipal, passando a morar em apartamentos com instalações elétricas e sanitárias, o que representou uma melhora na qualidade de suas vidas.

Alguns resultados esperados e que ficaram abaixo das expectativas:

### ***Impactos do objetivo geral***

- ✓ Em relação ao *resgate e inclusão de mulheres através da capacitação para o trabalho* – por ter tido um grande investimento em cursos profissionalizantes tipicamente femininos e caracterizados pela baixa remuneração e precárias condições de trabalho, estas mulheres permaneceram dentro do mesmo campo de trabalho que já vinham exercendo havia muitos anos. Assim falar em “resgate” e “inclusão” suscita várias interrogações em relação ao grupo em questão.
- ✓ *Aumento da renda familiar* – como a maioria dessas mulheres não estava trabalhando e as que estavam se encontravam, em grande parte, realizando as mesmas atividades que já desenvolviam anteriormente (estando subcontratadas, com baixo rendimento e sem vínculo empregatício) este objetivo ficou bem abaixo do esperado. Dentre elas, apenas duas conseguiram se inserir no trabalho formal como auxiliares de serviços gerais.

### ***Efeitos dos objetivos específicos:***

- ✓ Em relação a serem estimuladas a participarem de programas de *alfabetização e aumento da escolaridade* – todas as beneficiárias disseram que o projeto lhes estimulou para voltarem a estudar, entretanto, muitas relataram que não o fizeram ou porque não quiseram, ou pelos horários e locais nos quais os cursos eram oferecidos (inadequados a elas), ou então chegaram a entrar num outro projeto de escolarização oferecido pela comunidade, mas não deram continuidade. Desta forma, estas mulheres não tiveram sua escolaridade ampliada.
- ✓ Já em relação a *promover a mudança da imagem na família* – neste grupo não foi possível identificar este quesito, pois elas alegaram, em sua maioria, que sempre foram respeitadas dentro de casa, mais notadamente por seus filhos, especialmente sendo elas

as responsáveis pelo sustento da família. As que eram casadas não demonstraram mudança no seu relacionamento com o marido.

- ✓ Quanto a *Estimular o desenvolvimento da melhoria da qualidade de vida* – pode-se dizer que muitas mulheres (mais de 50%) ainda vivem em péssimas condições: em barracos montados com objetos encontrados na rua, sem água encanada, luz ou esgotamento sanitário, a maior parte dos filhos não está estudando, e ela têm acesso a uma baixa renda que é proveniente de catar lixo nas ruas.

***Não pode ser avaliado:***

- ✓ *Estímulo ao incremento da empregabilidade na cidade do Rio de Janeiro* – quanto a esta questão, por causa da falta de dados reais que demonstre o número atual de mulheres empregadas, torna-se difícil fazer qualquer análise.
- ✓ *A articulação da co-responsabilidade de empresas públicas e/ou privadas com Poder Público Municipal, com vistas a garantia da empregabilidade das mulheres* – como este objetivo não ficava sob a responsabilidade da coordenação do projeto e nem as beneficiárias tinham como ter acesso a este dado, não é possível avaliar este objetivo.

A partir dessas dimensões estabeleceu-se algumas observações e propostas que serão apresentadas a seguir, nas Considerações Finais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XX marcou a luta das mulheres pela efetivação e conquista dos direitos cidadãos femininos para as brasileiras. Em praticamente meio século as mulheres conquistaram direitos no âmbito político, civil e social. E, isto esteve intimamente ligado a fatores como a sua saída para a esfera pública, que se deu através de sua participação em movimentos organizados de mulheres e na inserção no mercado de trabalho.

A Constituição Federal de 1988 se tornou a carta magna desta garantia quando passou a afirmar que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se... a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”<sup>93</sup>. Entretanto, com as mudanças conjunturais, os processos de reestruturação produtiva e a globalização da economia levaram a uma profunda desestruturação do mercado de trabalho, a partir da precarização do trabalho e das relações trabalhistas, com elevadas taxas de desemprego. Assim sendo, homens e mulheres sentiram os efeitos deste processo, ficando estas mais alijadas do processo econômico e em ocupações de pouca qualificação.

Na literatura, a cidadania pode ser compreendida como uma igualdade formal de direitos – civis, políticos e sociais – e obrigações que são afirmadas em lei e garantidos pelo Estado. Entretanto, para se pensar em cidadania, neste texto, se levou em consideração as diversas possibilidades de construção da mesma, de acordo com as condições sociais, econômicas, políticas e culturais das mulheres entrevistadas. Trabalha-se na perspectiva de uma cidadania mais ampliada e que contemple as especificidades do cotidiano feminino.

Em relação a ser ou não cidadãs, 70% dessas mulheres afirmaram que eram, contra 30% que não sabiam se eram. Ao perguntar o que elas haviam aprendido nos diversos módulos, elas colocaram que não se lembravam. Entretanto algumas disseram o porquê se sentiam cidadãs. Para Zezé, Marilza e Célia:

---

<sup>93</sup> Capítulo 1, artigo 5º da CF-88.

“Eu sinto. Eu pago meus impostos. Tenho liberdade de fazer tudo que os outros, eles fazem” – Rosa.

“Há dois anos atrás eu num era nem uma cidadã, que eu não tinha um documento. Aí depois virei uma cidadã. Eu posso dizer que sou, eu tenho CPF, identidade, eu tenho título, que eu nunca votei, votei agora. Agora eu me sinto, porque eu já tenho um título” - Girasol.

“Eu me sinto, porque quando vem a eleição eu voto” – Orquídea.

Por estas falas se percebe que cidadania esta ligada à idéia de cidadania formal – pagar impostos, ter documentos de identificação, votar. Contudo, verifica-se que as desigualdades sócio-políticas e econômicas em que vivem restringem o acesso destas mulheres a uma cidadania ainda que formal. Um outro tipo de cidadania irá reger suas relações, que se dará na esfera do informal, fora do alcance do poder público, que se torna possível nas relações de proximidade da família. Pois é esta o principal lócus de sociabilidade e sobrevivência para muitas pessoas.

Segundo Brant de Carvalho (2000) é na família que as camadas populares encontram sua condição de “resistência” e “sobrevivência”. E nela a mulher se torna fundamental para a produção do cuidado e promoção de direitos. Isto pôde ser percebido no contato com estas mulheres: como elas se tornam chave na promoção de direitos para sua prole.

Desta forma, há a necessidade e a urgência de políticas de gênero que afirmem ações específicas de igualdade de acesso e de oportunidade para as mulheres de camadas populares, já que têm sido comum estas serem responsabilizadas pelo cuidado, proteção, e educação do grupo familiar na ausência de um poder público que promova o bem-estar social. Muitas vezes, esta mulher se torna a única responsável pelo lar e pelo cuidado da prole, vivendo em condições de monoparentalidade. Por isso, é nesse contexto de final de século XX e início de XXI que políticas públicas para mulheres são requeridas como forma de responder às demandas das trabalhadoras. Mas, pode-se afirmar que as políticas e projetos sociais têm contribuído para uma ampliação da igualdade de oportunidade entre homens e mulheres? O Estado tem conseguido assegurar que a cidadania feminina seja garantida?

Com o objetivo de responder a essas questões foi que se avaliou, neste trabalho, uma política de geração de trabalho e renda elaborada e implementada pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, no intuito de conhecer os possíveis impactos observados pelas

beneficiárias. A partir das dimensões que foram analisadas puderam ser constatadas algumas observações que serão apresentadas a seguir.

Em relação à *Dimensão do Desenho do Projeto*, a formulação do projeto de geração de emprego e renda “Com Licença, eu vou à luta!” a partir da “*percepção*” do *Secretário*, “que andava pela rua”, não leva em consideração todo um contexto de reivindicação política do movimento de mulheres por políticas de inserção das mulheres pobres no mercado de trabalho, bem como a obrigação que os poderes locais têm de formular, implementar e avaliar políticas públicas que reduzam a pobreza no município.

Outro fator importante foi a escolha das *beneficiárias acima de 40 anos*, a opção por esta faixa etária sem um prévio diagnóstico para conhecer melhor o perfil e as condições das trabalhadoras cariocas comprova um certo “amadorismo”<sup>94</sup> dos formuladores: dados estatísticos de IBGE, como foi apresentado no capítulo II, comprovam que as mulheres mais jovens, entre 20 a 30 anos, estão mais fora do mercado de trabalho do que estas. Por isso, partir da pura “sensibilidade” não justifica a criação de um projeto para mulheres acima de 40 anos – embora não se esteja negando a importância desse projeto.

Outro ponto é a oferta de  *cursos profissionalizantes* que são considerados como femininos. Esta é uma questão que precisa ser amplamente discutida e analisada com maior rigor, pois já é sabido que este tipo de profissionalização leva a uma inserção precária no mercado de trabalho, com salários baixos, a não existência de vínculos formais de trabalho, não possibilitando a esta mulher uma mobilidade social, um investimento em capacitação para si e a ampliação de seu universo cultural e intelectual, entre outros fatores. Poderia ter sido construída uma proposta de cursos dentro da visão e necessidades que eram apresentadas pelas mulheres durante a execução do projeto, tornando-as assim participantes ativas, protagonistas de suas escolhas e decisões, e não meros objetos das decisões de outros.

Ainda em relação ao desenho do projeto, a não realização de *monitoramento sistemático e de avaliação final* vai de encontro ao contexto atual de maior racionalidade e efetividade das políticas sociais. A realização desses controles sociais poderia ter contribuído para uma revisão do desenho do projeto antes mesmo da execução de novas turmas.

De acordo com os pontos abordados em relação ao Desenho do Projeto, constata-se, nas palavras de Madeira, que “*várias ações sociais públicas continuam marcadas pela improvisação e pelo amadorismo. Por não apresentarem referências teóricas mais sólidas, escorregam facilmente para politização e ideologização*” (MADEIRA, 2004, p.78).

---

<sup>94</sup> MADEIRA, 2004.

Quanto à *Dimensão de Gênero*, algumas questões foram verificadas como: a não percepção de que o CLEVL era *um projeto para mulheres* em detrimento de uma maior percepção da questão da faixa etária. Isto suscita dúvidas acerca de como a perspectiva de gênero, que deveria ter sido um requisito básico, foi trabalhada e debatida, não só na formulação, quanto na execução do projeto. Já que este visava a inserção destas mulheres no mercado de trabalho, seria de grande importância que elas entendessem que a sua inserção se dá de forma diferenciada em relação aos homens. Ao contrário, elas terminaram o projeto e não conseguiram compreender isso.

Outro ponto importante foi a *não criação de estruturas mínimas de cuidado para os filhos*, especialmente para crianças pequenas, que possibilitasse a “saída” dessas mulheres de suas casas. Como foi mostrado no capítulo I, isto é um problema que atinge de forma específica às mulheres pobres, que para deixar suas casas acabam criando “redes informais de solidariedade”. Criar um projeto para mulheres, mas que deixa única e exclusivamente ao seu encargo o cuidado dos filhos, deve ser uma questão repensada. E, este é mais um ponto constantemente debatido e reivindicado pelo movimento feminista: a criação de um tipo de proteção, para a mulher trabalhadora, por parte do Estado em projetos voltados para as mulheres. Pois, sua saída para o mercado de trabalho ou sua qualificação, em grande parte, está ligada ao cuidado com a casa e com os filhos. É dever do Estado e da sociedade formular políticas efetivas que garantam a igualdade de oportunidades.

Percebeu-se também que o projeto não trabalhou, de forma mais ampla, com membros das famílias dessas mulheres (companheiros, filhos, etc) num *sentido de (re)significação e (re)valorização do espaço doméstico*, pois elas demonstravam ser e se consideravam as principais responsáveis dos afazeres domésticos, logo trabalhar fora de casa representava uma jornada a mais de trabalho. Desta forma fica claro que as mulheres estão entrando maciçamente e de forma crescente no mercado de trabalho – especialmente no final do século XX e início do XXI – entretanto, a manutenção das estruturas tradicionais da família continua a encargo das mulheres, sendo elas sempre responsabilizadas pelo lar. Segundo Oliveira (2003), este tipo de inserção diferenciada nos espaços público e privado gera uma espécie de “igualdade capenga”. Em relação a isto, o projeto poderia ter desenvolvido ações que não focassem apenas as mulheres e, sim, abrangessem os diversos membros da família, em especial os homens. E não os tivesse excluído da possibilidade de um fecundo processo de discussão entre os gêneros.

No que se refere à *Dimensão de Empoderamento*, foi interessante ver como o projeto, de uma forma “individual”, empoderou estas mulheres. Duas formas de empoderamento

foram percebidas: a melhora da auto-estima, que gerou mudanças de comportamento dessas mulheres; o aumento de sua autonomia no pensar que as levou a perceberem que elas podem, que são capazes, que “vão à luta”, ou seja, as conduziu a um fortalecimento pessoal. Quanto à sociabilidade, este foi também um dado marcante para essas mulheres: elas se sentiam bem por estarem conversando com outras e estabelecendo relações de troca, o saber que o outro estava perto era fundamental.

Entretanto, este empoderamento se fez de forma bem diferente no que se refere à capacidade de construir sonhos individuais: apenas duas delas conseguiram demonstrar que teriam esta capacidade. Outro ponto negativo foi quanto à participação destas mulheres em espaços públicos de reivindicação: nenhuma delas estava participando naquele momento, ou havia participado em algum outro, de tais espaços.

Diante da análise desta dimensão, podem-se estabelecer dois tipos de empoderamento: um “*individual*” que se dá na esfera do pessoal, do privado, de relações de proximidade, no qual se pensa, luta e busca por mudança, mas estas no que se refere ao indivíduo; e um segundo tipo seria o “*coletivo*”, aquele que acontece nas fronteiras para além do espaço doméstico, que abrange um conjunto de pessoas que podem se relacionar por proximidade física ou numa esfera mais ampla. Pode-se deduzir que este segundo tipo de empoderamento se aproxima mais das lutas de reivindicação dos movimentos organizados feministas, de mulheres de classe média e com elevado nível cultural. Todavia, no caso particular destas mulheres de camada popular, a segunda forma de empoderamento parece se distanciar das realidades vivenciadas por elas. Mas, também não se pode dizer que elas não apresentam algum tipo de poder dentro de sua casa, mesmo que seja como principais provedoras do sustento e do cuidado da família. Viver sozinhas numa condição de monoparentalidade e promover um mínimo de direitos cidadãos à sua prole, faz com que estas mulheres sejam extremamente empoderadas de uma força e luta que lhes são próprias – mesmo que elas, as vezes, nem reconheçam.

Em relação à ***Dimensão de Trabalho*** muitas questões puderam ser observadas. As mulheres beneficiadas demonstraram que trabalho *significa* tudo o que se realiza no espaço público, fora de casa, e que gere uma renda. O espaço público é então valorizado por estas mulheres por ser o local em que podem ser respeitadas. Para algumas mulheres a independência financeira possibilita um maior poder de barganha com seus companheiros e de decisão dentro de suas casas. Normalmente, o uso da verba vai para comprar alguma coisa para a casa. Por saberem disso, muitos homens passaram a não contribuir mais dentro de casa

quando elas começaram a trabalhar, segundo o depoimento de muitas delas. A necessidade de negociação do espaço privado não aparece em suas falas.

*O tipo ideal de trabalho*, segundo as falas do grupo, é o que se realiza no setor de serviço – casa de família, faxina, camareira, serviços gerais. Trabalhos estes, na grande maioria, sem vínculos empregatícios formais, em sistemas de subcontratação e em condições precárias. Desta forma, torna-se difícil para estas mulheres alcançarem uma mobilidade social de fato e numa cidadania plena, com acesso a direitos políticos, civis e sociais.

Pensando em relação à cidadania feminina, percebe-se que as mulheres, mesmo depois do projeto, permaneceram em um contexto sócio-político-econômico e cultural que as impedem de terem acesso a uma “cidadania plena”. E é na esfera do “informal” – na família, fora do alcance do poder público – que elas passaram a ter acesso a possibilidades de garantia do direito à vida e ao direito de ir e vir. Segundo Brant de Carvalho (2000), é na família que as camadas populares encontram sua condição de “resistência” e “sobrevivência”. Desta forma, estas mulheres vivem uma cidadania que difere da cidadania formal. Segundo Manzini-Covre (2000) será uma “nova cidadania” baseada na família enquanto produtora de proteção social, e nesta, a presença feminina é marcante e fundamental para o acesso a algum tipo de direito.

Todavia, pelos principais resultados verificados, constata-se que elaborar uma política pública que possibilite a geração de emprego e renda voltada para mulheres deve levar em consideração um conjunto de ações que sejam específicas e que promovam uma real igualdade de oportunidade de trabalho, bem como a equidade entre os gêneros.

Acredita-se que, pensar em políticas que sejam para mulheres sem se pensar nas especificidades de gênero não produzirão efetivamente mudanças na construção da cidadania feminina e sim a persistência das desigualdades que existem há séculos, como já se ressaltou oportunamente ao longo deste estudo. Pois se esse tipo de proposta não levar em consideração tais especificidades, criando ações afirmativas<sup>95</sup> e implementando uma política que levem em consideração as diferenças culturalmente construídas entre homens e mulheres ao longo da história, não se garantirão oportunidades iguais no processo produtivo e a equidade entre os gêneros.

Desta forma, a partir da avaliação do projeto e da constatação de algumas lacunas nele presentes, serão propostas algumas questões a serem consideradas quando da formulação de uma política pública de gênero:

---

<sup>95</sup> Criação de políticas voltadas especialmente para mulheres e que levem em conta as suas especificidades.

- ✓ Realização de um diagnóstico para melhor conhecimento da realidade do local (município, estado, região) e identificação das principais demandas da população feminina a ser trabalhada;
- ✓ Identificação do público-alvo feminino que se encontre em situação de maior vulnerabilidade;
- ✓ Estabelecimento de uma relação de troca com os movimentos de mulheres visando a incorporação de propostas e demandas já identificadas a partir de suas experiências;
- ✓ Sensibilização dos formuladores e executores para a abordagem da temática de gênero;
- ✓ Desenvolvimento de trabalho em módulos específicos em relação à temática de gênero e cidadania;
- ✓ Necessidade de (re) significar a esfera doméstica para que se torne possível a saída dessas mulheres para a esfera pública, através da estimulação da participação dos homens nos processos de capacitação;
- ✓ Criação de uma infra-estrutura mínima – como creches, escolas, atividades de lazer para crianças e idosos – para que haja diminuição do tempo empregado pelas mulheres com as atividades domésticas a fim de que as mesmas possam investir em capacitações e se inserirem no processo produtivo;
- ✓ Necessidade de se ofertarem profissionalizações para além das atividades que são tradicionalmente assumidas pelas mulheres, bem como possibilitar o conhecimento e a opção por outros cursos que são exercidos em sua grande maioria pelos homens, objetivando com isso alternativas para melhoria das condições de vida e promoção da mobilidade social das mulheres;
- ✓ Desenvolvimento de ações que levem à melhora da auto-estima e da autonomia das mulheres beneficiárias;
- ✓ Estímulo à participação das mulheres nas esferas públicas (associação de moradores, fóruns, seminários, entre outras iniciativas), capacitando-as para o exercício do poder e possibilitando sua participação nos processos decisórios;
- ✓ Necessidade de realizar monitoramento sistemático e avaliação do projeto para que haja um processo de retroalimentação e modificação do desenho do mesmo, se necessário.

Tendo como base o que foi analisado neste estudo, é possível concluir que elaborar uma política pública de geração de emprego e renda para mulheres, deve levar em

consideração um conjunto de ações que sejam específicas e que promovam uma real igualdade de oportunidade de trabalho, bem como a equidade entre os gêneros. Do contrário, pensar em políticas que sejam para mulheres sem se pensar nas especificidades de gênero não produzirão, efetivamente, mudanças na construção da cidadania feminina e sim a persistência de desigualdades que existem há séculos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília, M. B. A institucionalização dos estudos feministas dentro das universidades. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis/SC: CFH/CCE/EFSC, 1994, ano 2, 2º semestre, N.E., 1994, p. 387-400.

ALVAREZ, Sônia E. A globalização dos Feminismos Latino-Americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sônia E. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latinos-Americanos*. Belo Horizonte: ed. da UFMG, 2000. (p. 383-425)

ALVITO, Marcos. A honra de Acari. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Ed FGV, 1996. (p.147-164)

ALVITO, Marcos. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, M. D. (Org) *História das Mulheres no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001. (p.45-77)

ARENDDT, Hannah. As esferas públicas e privadas. In: ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (p. 31-89)

BARSTED, L. A. Linhares. Em busca do tempo perdido: Mulher e políticas pública no Brasil 1983-1993. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis/SC: CFH/CCE/EFSC, 1994, nº especial, 1994, p. 38-54.

BASSANEZI, Carla. Mulheres nos Anos Dourados. In: PRIORE, M. D. (Org) *História das Mulheres no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001. (p.607-639)

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados Providência (1890-1950). In: FRAISSE, G.; PERROT, M. *A história das mulheres no Ocidente. O século XIX*. Trad. De M. H. da C. Coelho, I.M. Vaquinhas, L. Ventura, G. Mota. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994. (p. 435-477)

BODSTEIN, Regina C. de A. Cidadania e Modernidade: emergência da questão social na agenda pública. *Caderno de Saúde Pública*, v. 13, nº 2, Rio de Janeiro, abr/jun 1997. (versão impressa)

BONDUKI, N. Uma Metodologia para Avaliar programas de habitação. In: BARREIRA, M. C. R.; CARVALHO, M. do C. B (orgs). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: Câmara brasileira do livro, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: \_\_\_\_\_. *A miséria do mundo*. 3 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997. (p.693-713)

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRANDÃO, André Augusto. Liberalismo, neoliberalismo e políticas sociais. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº 47, 1991. (p.84-100)

BRANT DE CARVALHO, Maria do Carmo. O lugar da família na política social. In: \_\_\_\_\_ (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000. (p.13-22)

BRANT DE CARVALHO, Maria do Carmo. Avaliação de projetos sociais. In: ÁVILA, Célia M. de (coord.). *Gestão de projetos sociais*. São Paulo: AAPCS, 1999. p. 57-78 (Coleção Gestores Sociais)

BRASIL. [Constituição (1998)] Constituição da República Federativa do Brasil/organizado por Cláudio Brandão de Oliveira – 10 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 352p.

BRASIL. Projeto BRA/97/039 (em mimeo)

BRUSCHINI, C. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. In: *Revista Estudos Feministas*, UFRJ, vol. 2, nº 3, 1994.

BRUSCHINI, C. Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistências da discriminação? In: ROCHA, M. I. (Org.). *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/São Paulo: ed. 34; 2000. (p.13-57)

CARÍSIO, F. A Mulher no Mercado de Trabalho do Rio de Janeiro: Um ponto de vista em defesa da igualdade e da solidariedade. *Revista: O Mercado de Trabalho: Análise de Conjuntura*. Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal do Trabalho. Ano 3, Nº 6, Outubro 1999.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social*. Tradução de Iraci D. Peleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (Cap. 4: O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação)

CEPIA. *Direitos humanos das mulheres passo a passo*. Rio de Janeiro: CEPIA, 1997.

COHEN, E. e FRANCO, R. *Avaliação de Projetos Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

- COIMBRA, M. A. Abordagens Teóricas ao Estudo das Políticas Sociais. In: ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W.G; COIMBRA, M.A. *Política Social e Combate a Pobreza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1989. (pp.65-104)
- CONH, Amélia. Mudanças do Mundo do Trabalho e Proteção Social. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, vol 9, nº4, out-Dez./1995, p. 54-59.
- COSTA, A. C. Família como questão social no Brasil. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A (org.). *Família Brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2000.
- COSTA, Suely Gomes. Gênero e História. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.) *Ensino da história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. (p.187-208)
- COSTA, Suely Gomes. Assistência como Política Social. In: GUIMARÃES, Denise Messemberg *et al* (org). *As políticas sociais no Brasil*. Brasília: SESI, 1993, p. 47-55.
- COSTA, Suely Gomes. Proteção Social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos Feministas*, Florianópolis/SC: CFH/CCE/EFSC, 2002, vol. 10, n. 2/2002, p.301-324.
- COSTA, Suely Gomes. Um (ainda) Obscuro Signo da Cultura Profissional: a Proteção Social. In: COSTA, Suely Gomes. *Signos em Transformação: a dialética de uma cultura profissional*. São Paulo: Cortez, 1995. (p.95 – 131)
- COSTA, Suely Gomes, Soihet, Raquel e Soares, Rosana M. A. A historiografia das mulheres, cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. *Gênero*, Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG, Niterói: EdUFF, 2000, v.2, n. 1, p. 07-30, 2 sem. 2000.
- COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- D'INCAO, M.A. Mulher e Família Burguesa. In: PRIORE, M. D. (Org) *História das Mulheres no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001. (p.223-239)
- DAGNINO, E. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; 2002. (p. 9-11 e 279-301)
- DIAS, Maria Odila L. S. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. (p 39-53)
- ELIAS, Noberto. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FLEURY, S. *Estado sem Cidadão: seguridade social na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1994 .
- FONSECA, C. Ser Mulher, Mãe e Pobre. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. (p. 510-553).

FOUGEYROLLAS-SCHOWEBEL, Dominique. As relações sociais de sexo: novas pesquisas ou renovação da pesquisa? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis/SC: CFH/CCE/EFSC, ano 2, nº 1, 1º semestre, 1994, p.415-422.

FUNARI, Pedro Paulo. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. (p. 49-79)

GIULIANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, M. D. (Org) *História das Mulheres no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001. (p.640-667)

GOHN, M. da G. *Conselhos Gestores e Participação Socio-Política*. São Paulo: Cortez, 2001 – (Coleção questões da nossa época; v.84)

GOMES, A. M. de C. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. (p.07-83)

GOMES, A. M. de C. Venturas e Desventuras de uma República de Cidadãos. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.) *Ensino da história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. (p.152-167)

GRAHAM, S. L. “O panorama social da casa e da rua.” *Proteção e Obediência*. Criadas e patrões no Rio de Janeiro (1860-1910). Trad. V. Bosi. São Paulo. Companhia das Letras. (p. 23-41)

GRIFFIN, Karen Mary. Nosso corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 7 (2), abril/junho, 1991, p. 190-200.

GRINBERG, Keila. *Código Civil e cidadania*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GUARINELLO, Noberto Luiz. Cidades-estados na Antigüidade Clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003 (p. 29-47)

HOBSBAWM, E. A Era de Ouro. In: \_\_\_\_\_. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. (p.223-363)

HOBSBAWN, Eric J. A Revolução Francesa. In: \_\_\_\_\_. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Tradição de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (p. 71-94)

IBGE. Perfil das Mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000/IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais – Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE, SÍNTESE DE INDICADORES, 1996.

IBGE, SÍNTESE DE INDICADORES, 1999.

IBGE, SÍNTESE DE INDICADORES, 2003.

IBGE, SÍNTESE DE INDICADORES, 2004.

- JELIN, Elizabeth. Mulheres e Direitos Humanos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis/SC: CFH/CCE/EFSC, ano 2, nº 1, 1º semestre, 1994, (p. 117-149).
- JOVCHELOVITCH, M. O Processo de descentralização e Municipalização no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº 56, 1998. (p. 34-49)
- KARNAL, Leandro. Estados Unidos, liberdade e cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. (pp. 135-157)
- KARTCHEVSKY-BULPORT, A. Trabalho feminino, trabalho das mulheres: forças em jogo nas abordagens dos especialistas. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A (et. al.). *O Sexo do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (p. 13-22)
- Kartechevsky-Bulport, Andreé. Trabalho feminino, trabalhos das mulheres: forças em jogo nas abordagens dos especialistas. In: \_\_\_\_\_. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (p.13-22)
- LEFAUCHER, N. Maternidade, Família, Estado. In: PERROT, M. e DUBY, G. (org.:) *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1994 (479-503).
- LEÓN, Magdalena. Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder. *Revista Estudos Feministas*, UFSC, ano 8, 2º semestre 2000, p. 191-205.
- LIBARDONI, Marlene. Fundamentos Teóricos e visão estratégica da *advocacy*. *Revista Estudos Feministas*, UFSC, ano 8, 2º semestre 2000, p. 207-221.
- LOBO, E. S., HUMPHREY, J. GITAHY, L. E MOYSÉS, R. A 'prática invisível' das operárias. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A (et. al.). *O Sexo do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986 (p. 131-151)
- LOBO, Elisabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina de O. E BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. (p. 252-265).
- LUCA, Tânia Regina de. Direitos Sociais no Brasil. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. (p. 469-493)
- MADEIRA, Fêlcia Reicher. A improvisação na concepção de programas sociais: muitas convicções, poucas constatações – o caso do primeiro emprego. *Revista São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, vol. 18/nº2/abr-jun 2004, p.78-94.
- MANZINI-COVRE, Maria de L. A família, o feminino, a cidadania e a subjetividade. In: BRANT de CARVALHO, Maria do Carmo (org.). *A família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2000. (p.105-115)
- MATOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- MELO, H. P. Nota Técnica – Rio de Janeiro: Cidade Mulher. *Revista: O Mercado de Trabalho: Análise de Conjuntura*. Publicação da Secretaria Municipal do Trabalho, Prefeitura do Rio de Janeiro, 1999, ano 3, nº 6, p. 25-30.

- MOKATE, K. M. *Conviertiendo el 'monstruo em aliado: la evaluación como herramienta de la gerencia social*. Instituto Interamericano para el Desarrollo Social – INDES, abril de 2002 (p.1-39).
- MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos individuais. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. (p. 115-133)
- MONTALI, L. Família e Trabalho na Reestruturação Produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. *RBCS*, vol. 15, nº 42, fevereiro, 2000.
- MOTT, M.L.. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). *Cadernos Pagú*, (16), 2001, p. 199-234.
- NADER, M.B. Mudanças econômicas, mulher e casamento em Vitória: 1970-2000. (Texto no prelo).
- NEVES, Lucília de A. Cidadania: dilemas e perspectivas na República Brasileira. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 4, 1997, p.80-102.
- NEVES, M. A. Reestruturação Produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, M. I. (Org.). *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG / São Paulo: ed. 34; 2000, p. 171-185.
- OLIVEIRA, Rosiska. *A Reengenharia do Tempo*. Rio de Janeiro: ROCCO, 2003.
- PENA, M. V. J. A Mulher na Força de Trabalho. (s/d e ano, material xerografado)
- PEREIRA DA SILVA, Josué. Repensando a relação entre trabalho e cidadania social. *Revista em São em Perspectiva*. Fundação SEADE, vol. 9, nº 4, out./dez. 95, p.6-12.
- PERROT, M. Sair. In: FRAISSE, G.; PERROT, M. *A história das mulheres no Ocidente. O século XIX*. Trad. De M. H. da C. Coelho, I.M. Vaquinhas, L. Ventura, G. Mota. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994. (p. 503-539)
- PETERSEN, Áurea T. Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudos de gênero. In: ROSO, Adriane et al (orgs.). *Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, (p.15-39).
- PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. (p. 265-309)
- PINTO, Céli R. J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de O. E BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. (p. 127-150).
- RAGO, M. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. (p. 578-606).
- RAICHELIS, Raquel. *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

- RODRIGUES, Almira. Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas. In: site CFEMEA. Veículo: Cadernos 12: Estudos de Gênero, Goiânia, 2003.
- RODRIGUES, Almira. Mulheres: movimentos sociais e partidos políticos. In: site CFEMEA. Veículo: Seminário Nacional de Formação Política: Mulheres socialistas, 2001. Anais. Brasília: PSA, 2001.
- RODRIGUES, Almira. Práticas sociais, modelos de sociedades e questões éticas: perspectivas feministas. In: site CFEMEA. Veículo: SUSIN, Luiz Carlos. Terra prometida: movimento social, engajamento cristão e teologia; 2002.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, W. G dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.
- SCOTT, Joan W. A Mulher Trabalhadora. In: FRAISSE, G.; PERROT, M. *A história das mulheres no Ocidente. O século XIX*. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994. (p. 443-475)
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: Faculdade de educação/UFRGS, v.6, n.2, jul/dez, 1990.
- SILVA, Josué Pereira. Repensando a relação entre trabalho e cidadania social. *Revista São Paulo em Perspectiva*, vol. 9, nº 4, outubro/dezembro de 1995, p.6-12.
- SOARES, V. Movimento Feminista: paradigmas e desafios. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis/SC: CFH/CCE/EFSC, nº especial, 1994, p. 11-30.
- SOIHET, R. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. In: PRIORE, M. D. (Org) *História das Mulheres no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001. (p.362-400)
- SÜSSEKIND, Arnaldo. *Convenções da OIT*. 2 ed. ampliada e atualizada até ago. 1998. São Paulo: LTr, 1998.
- UTRERAS, Rosário. Género y Poder Local. *Caderno Mulher e Políticas Públicas Locais*, nº 1 da Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo, 2002.
- VALENTE, Virginia Vargas. Una reflexion feminista de la ciudadanía. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis/SC: CFH/CCE/EFSC, vol. 8, nº2, 2º semestre, 2000, p.170-190.
- VARIKAS, Eleni. O pessoal é político: desaventuras de uma Promessa Subversiva. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1997, p. 59-80.
- VENÂNCIO, G. M. Movimentos Sociais e Trabalho Feminino. In: REIS, L. de F.; VIANNA, L. H.; PORTO, M. B. (orgs.) *Mulher e Literatura*. Niterói: Ed. UFF, 1999. (p. 80-84)
- VITALE, M. A. F. Famílias Monoparentais: Indagações. *Revista Serviço Social e Sociedade*. Nº 71, Ano XXI, Especial. São Paulo: Cortez editora, 2002, p.45-62.

YANNOULAS, S. C. *Dossiê: Políticas Públicas e Relações de Gênero no Mercado de Trabalho*. Brasília: CEFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

#### **BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS:**

ÁVILA, Célia M. de (coord.). *Gestão de projetos sociais*. São Paulo: AAPCS, 1999. (Coleção Gestores Sociais)

BRUSCINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e Trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu*, (17/17), 2001/02, Unicamp: 2002, p.157-196.

CASTELLS, M. Prólogo: a Rede e o Ser. In: \_\_\_\_\_. *A sociedade em Rede*. vol. 1, 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (p. 39-66).

CUNHA, E. P. & CUNHA, E. S. M. Políticas Públicas Sociais. In: CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M. e UDE, W (Orgs.). *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex, 2002. (p. 11-23).

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R.; CARVALHO, M. do C. B (orgs). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: Câmara brasileira do livro, 2001. (15-41)

FLEURY, Sônia. Proposta de avaliação do impacto social do Programa Fome Zero. Rio de Janeiro: FVG, 2003. (Observatório da Inovação Social – mimeo, s/p)

HARTZ, Zulmira Maria de Araújo. Avaliação dos programas de saúde: perspectiva teórico metodológica e políticas institucionais. *Ciência e Saúde Coletiva*, 4 (2): 341-353, 1999.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos Pagu*, 17(17), 2001/02. Unicamp: 2002, p.139-157.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Cidadania no Feminino. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. (p. 495-515)

ODALIA, Nilo. “A liberdade como meta coletiva”. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. (p. 159-169)

RICO, E. M. (org.) *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. 3 ed. São Paulo: Cortez, Instituto de Estudos Especiais, 2001.

SOARES, Vera. A construção da cidadania fragilizada da mulher. In: GODINHO, Tatau et al (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas*. São Paulo: Prefeitura Municipal/Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. (p. 89-100)

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, nº 24 (4), 1995, s/p.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore e Blanes, Denise. Monitorando a implantação de um programa social. In: BARREIRA, M. C. R.; CARVALHO, M. do C. B (orgs). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: Câmara brasileira do livro, 2001. (165-181)

***ANEXOS***

## **ANEXO I – Projeto “Com Licença, Eu Vou à Luta!”**

### **A . Identificação:**

**Nome do Projeto:** “Com Licença, eu vou à luta”

**Localização:** Rio de Janeiro, RJ.

**Instituição Proponente:** Secretaria Municipal de Assistência Social

**Responsável pela instituição proponente:** Marcelo Garcia

**Endereço do Responsável pela instituição proponente:** Av. Afonso Cavalcante, 455, 5º andar, Gabinete. Centro Administrativo São Sebastião, Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ – Brasil.

**Telefone do Responsável pela instituição proponente:** (55-21-2503-2356, 55-21-2273-6990

**Responsável pela instituição executora\*:**

**Endereço do Responsável pela instituição executora\*:**

**Telefone do Responsável pela instituição executora\*:**

**Responsável Técnico pelo projeto:** Núcleo Gênero e Família

**Endereço do Responsável Técnico:** Av. Afonso Cavalcante, 455, 5º andar, sala 543. Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ – Brasil.

**Telefone do Responsável Técnico:** (55)(21)2503-2409, (55)(21)2503-2482, (55)(21)2293-6479

### **B- Justificativa**

Ainda que as transformações do mundo contemporâneo apontem para um caminho menos discriminatório do ponto de vista do gênero, reinam ainda, formas institucionalizadas de poder e exclusão. Neste contexto, as mulheres ocupam um “ lugar social” distante daquele reservado aos homens.

As mulheres, além de culturalmente discriminadas, são as presas preferidas da lógica do mercado de trabalho que segmenta, vulnerabiliza e fragiliza seus vínculos de trabalho. Não é ao acaso que os salários femininos são os mais baixos e as que mais resistem aos cortes dos postos de trabalho.

Em face das notadas e históricas desigualdades entre homens e mulheres, este Projeto se propõe como uma estratégia inserção no mercado de trabalho formal e informal - e mais amplamente, de geração de renda às mulheres moradoras das comunidades atendidas através da qualificação profissional.

Isto posto, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, identificando que o fator etário aliado à inexperience profissional, constitui um grande obstáculo para as mulheres de 40 anos ou mais, em conseguir emprego, principalmente se possuem baixa escolaridade, e ainda,

---

\* a escolha da entidade executora, por licitação, está condicionada à aprovação desta proposta pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

percebendo a realidade de exclusão em que vivem estas mulheres, apresenta o Projeto “COM LICENÇA, EU VOU À LUTA “ . Este projeto será desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, no âmbito do Município de Rio de Janeiro. O desafio é atender a parcela mais vulnerabilizada pela extrema pobreza, moradora de comunidades com baixo IDH e sem experiência dentro do mercado formal de trabalho, para que seja capaz de mudar o rumo de sua própria história.

### **C – Objetivos:**

Geral:

- ✓ Desenvolver um programa de resgate e inclusão de mulheres através da capacitação para o trabalho, possibilitando, deste modo, o aumento da renda familiar e valorização do papel da mulher na sociedade e na família.

Específicos:

- ✓ Estimular a inclusão das participantes em programa de alfabetização e aumento da escolaridade.
- ✓ Possibilitar a criação de hábitos do mundo do trabalho;
- ✓ Promover a mudança da imagem socio-familiar da mulher;
- ✓ Articular co-responsabilidades de empresas públicas e/ou privadas com Poder Público Municipal, com vistas a garantia da empregabilidade das mulheres;
- ✓ Estimular o desenvolvimento da melhoria da qualidade de vida;
- ✓ Estimular o incremento da empregabilidade na cidade do Rio de Janeiro.

### **D- Resultados Esperados**

- 100 Mulheres qualificadas profissionalmente;
- Indicação de 20% das Mulheres ao mercado de trabalho(Núcleo de Oportunidade Solidária);
- Indicação de 30% Mulheres ao crédito social (Fundo Carioca)

### **E- Metodologia**

Compreendendo que o mercado de trabalho formal tem se apresentado de forma exigente e buscando profissionais com experiência, propomos que o desenvolvimento do projeto seja baseado na pluralidade de informações, percorrendo os campos da cidadania e do mercado de trabalho com suas características, da qualificação profissional vinculada às habilidades e afinidades do público alvo e de estágio laborativo intensivo.

O projeto será desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, que através das Coordenadorias Regionais de Educação seleciona as escolas que serão contempladas com o projeto e estas, por sua vez, encaminham as mulheres com o perfil indicado para a equipe executora do projeto.

## **CURRÍCULO BÁSICO DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO**

A ação direta do Projeto está estruturada em quatro meses de atividades. No primeiro mês, as beneficiárias terão acesso aos conhecimentos mais gerais, ligados à cidadania e direitos, que constituem o Módulo Básico. Tais atividades acontecem 2 (duas) vezes por semana em uma das Escolas Pólo)

Como forma de incremento no universo da formação e informação, o programa se divide em 3 (três) módulos com duração de 4(quatro) meses.

### **MÓDULO BÁSICO**

#### **- Universo do Trabalho**

Conhecer o mundo do trabalho, seus tipos, oportunidades, ética profissional, documentação necessária, leis trabalhistas, relações humanas do trabalho, política pública e social.

#### **- Exercício da Cidadania**

Conhecimento do Direitos Humanos junto ao Programa Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Direitos da Mulher, Desenvolvimento da Auto Estima, Saúde da Mulher, Informações sobre Alimentação Alternativa e Voluntariado como forma de trabalho.

#### **- QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - (opção em 2 cursos)**

A carga horária prevista deve ser dividida em 2 cursos de qualificação profissional para melhor opção das participantes. Observa-se que dependendo da carga horária dos cursos, a participante poderá inscrever-se em dois cursos.

### **ESTÁGIO LABORATIVO**

Vivência no mundo de trabalho através estágio em empresas privadas e/ou públicas. O registro do Programa de Qualificação será feito por fotos, lista de presença e certificados de conclusão. Todas as atividades previstas acima devem estar em consonância com a Secretaria Municipal de Assistência Social/SMAS.

#### **F- Detalhamento dos Custos/G - Memória de Cálculo**

#### **H - Contrapartida oferecida**

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro oferecerá o estagiário de economia – Agente de Trabalho, que deverá atuar no projeto, durante os 8 meses de execução, sendo remunerado por bolsa. Também será oferecido o Profissional de Serviço Social – Assistente Social – que acompanhará o desenvolvimento do projeto durante toda a execução. Estas despesas correspondem a 20% do valor do Projeto Técnico, percentual mínimo descrito no manual de convênio.

**I - Prazo de Execução: 8 meses.**

Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8
Preparação	MB	QP	QP	EL			Conclusão
		MB	QP	QP	EL		
			MB	QP	QP	EL	

MB = Módulo Básico

QP = Qualificação Profissional

EL = Estágio Laborativo

**- Dados sobre o Município/Dados sobre os mecanismos institucionais de políticas públicas e de direitos das mulheres e fatores de vulnerabilidade das postostas**

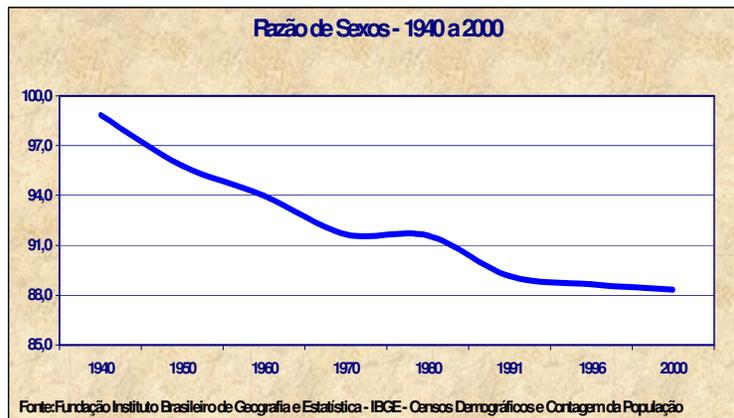
O Rio de Janeiro é a maior cidade do estado, a segunda em importância econômica do país e apresenta características de metrópole global. Sua economia tem no turismo e na informática duas vocações em franca expansão, além de abrigar instituições financeiras influentes, o mais importante banco nacional de investimentos, o BNDES; e 50 das maiores empresas privadas do Brasil.

Com um dos Índices de Desenvolvimento Humano mais altos do país, o Rio de Janeiro conta com a maior rede de ensino fundamental municipal da América Latina, com mais de mil escolas, 31 mil professores e 678 mil alunos, e possui o índice de alfabetização mais alto do país, superior a 95%. De um total de cerca 1.710.000 domicílios mais 300.000 em favelas, 95% tem água canalizada e 69% é atendido com rede de esgoto. O serviço de limpeza pública e remoção de lixo atende a 96% das unidades habitacionais e comerciais.

Em diferentes estudos, o IPEA vem demonstrando que o problema da pobreza no Brasil resulta de um alto grau de desigualdade e que a redução dessas tem impacto maior sobre a diminuição da pobreza do que via crescimento econômico.

As características predominantemente urbanas da população carioca fazem com que a cidade apresente-se hoje, apesar dos indicadores sociais positivos, como espaços organizados de forma segregadora e discriminatória, não apenas no tocante às distinções de classe, mas, principalmente, no que diz respeito às relações de gênero, pois mulheres e homens têm necessidades diferenciadas em relação à cidade e suas relações ocorrem através de formas culturalmente diferentes de viver o espaço urbano - tanto no âmbito público, quanto no privado- o que demonstra a necessidade de olhar as questões tanto a partir de uma perspectiva de classe e de renda, quanto de uma perspectiva de gênero.

Analisando os dados sobre a população da cidade, é possível perceber como estas diferenças se manifestam no espaço urbano e como as dificuldades da falta de serviços e os benefícios da ação do poder municipal são sentidos de maneira diferenciada por homens e mulheres. A própria distribuição da população, com 53% de mulheres e 47% de homens já demonstra uma tendência à feminização da cidade. O Censo Demográfico de 2000 revela que a razão de sexos, ou seja, a proporção de homens em relação às mulheres, que chegou a ser de 98,8 em 1940, vem diminuindo continuamente e caiu para 88,3 no ano 2000.



Apesar da superioridade numérica em quase todas as faixas etárias, as mulheres representam uma minoria social, ocupando um espaço secundário na sociedade, recebendo salários menores e enfrentando taxas de desemprego maiores. Estes dados tornam-se mais expressivos quando se verifica que hoje as mulheres chefiam 3 em cada 10 domicílios no Rio de Janeiro.

Por fim, cabe notar que apesar de constituírem o principal grupo de eleitores, a representação política feminina municipal é muito inferior à masculina, o mesmo ocorrendo na ocupação de cargos de prestígio no executivo e no judiciário.

## **ANEXO II – Roteiros de Entrevista**

### *- Coordenação do Projeto*

- 1) Como foi escolhido a comunidade de Acari? Qual foi a entidade parceira que o executou? Como foi escolhida?
- 2) Como ele foi implementado pela entidade parceira?
- 3) A especificidade deste projeto aparece no dia-a-dia do projeto?
- 4) Em que medida o programa “Com Licença Eu Vou a Luta”, de geração de emprego e renda tem promovido a inserção da mulher no mercado de trabalho?
- 5) Que tipo de mercado é esse? Formal ou informal?
- 6) O que você quer dizer com mundo do trabalho? (Problematizar esse hábito do mundo)
- 7) Você acredita que houve a criação desses hábitos do mundo do trabalho?
- 8) Participar desse programa tem levado ao empoderamento dessas mulheres? Em que medida?
- 9) O programa leva em conta as questões de gênero?
- 10) Quais são as mudanças ocorridas na vida das beneficiárias?
- 11) Em que medida o projeto melhorou/melhora a qualidade de vida dos beneficiários? Onde melhora? Por que melhora?
- 12) Como essas mulheres estão hoje?
- 13) Quantas estão empregadas?
- 14) Houve encaminhamento dessas mulheres para programas de alfabetização? Quais? Quantas foram encaminhadas?
- 15) Qual foi o apoio/incentivo o projeto deu?
- 16) De onde vem a verba do projeto? Qual foi a verba destinada ao projeto?
- 17) Houve participação das mulheres no processo de construção do projeto?
- 18) Qual o incentivo que as beneficiárias recebem para iniciar/continuar no trabalho depois do curso?
- 19) Existiu algum processo de controle social deste projeto, como monitoramento e avaliação?
- 20) Quais são os tipos de crédito que elas têm acesso? Como é realizado o acesso ao Fundo Carioca? Quantas tiveram acesso?
- 21) A prefeitura conseguiu se articular com empresas públicas e privadas para garantia da empregabilidade das mulheres?
- 22) Houve o crescimento da empregabilidade na cidade do RJ?

- *Beneficiárias do Projeto*

**Identificação:**

- 1) Nome:
- 2) Endereço:
- 3) Bairro/Município:
- 4) Estado Civil:  
( ) solteira ( ) casada ( ) viúva ( ) separada/divorciada ( ) união consensual
- 5) Onde nasceu:  
Cidade:  
Estado:
- 6) Data de Nascimento:
- 7) Sexo:
- 8) Cor:
- 9) Você tem filhos? ( ) sim ( ) não  
Quantos filhos: \_\_\_\_\_ Idade dos filhos: \_\_\_\_\_  
Algun filho frequenta creche? ( ) sim ( ) não Quantos? \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
Algun filho está frequentando a escola? ( ) sim ( ) não / ( ) pública ( ) privada  
Quantos? \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
Qual o grau de escolaridade?  
( ) ensino fundamental – 1ª a 4ª série  
( ) ensino fundamental – 5ª a 8ª série  
( ) ensino médio  
( ) superior/curso:
- 10) Número de componentes na família: \_\_\_\_\_
- 11) Relações de parentesco:
- 12) Portadora de alguma deficiência? ( ) sim ( ) não Qual?
- 13) Tem algum filho com algum tipo de deficiência? ( ) sim ( ) não Qual?  
Idade:

**Escolaridade:**

- 14) Qual o seu grau de escolaridade?  
( ) alfabetização  
( ) ensino fundamental – 1ª a 4ª série  
( ) ensino fundamental – 5ª a 8ª série  
( ) ensino médio  
( ) superior/curso:

15) Você estuda atualmente?

sim  não  não, mas já estudei

Caso estude, qual a série que está fazendo?

Ensino fundamental. Série \_\_\_\_\_

Ensino médio. Série \_\_\_\_\_

Ensino superior. Série \_\_\_\_\_

Supletivo do ensino fundamental. Série \_\_\_\_\_

Supletivo ensino médio. Série \_\_\_\_\_

superior. Série \_\_\_\_\_

16) O projeto a incentivou a voltar a estudar?

17) Caso não, há quanto tempo você parou de estudar? Por que parou?

18) Atualmente você:

só estuda

só trabalha

estuda e trabalha

não estuda, nem trabalha

### **Renda**

19) Aproximadamente, qual é a sua renda familiar?

sem renda

até ½ salário mínimo

mais de ½ salário até 1 salário mínimo

de 1 salário até 2 salários

de 2 salários até 3 salários

de 3 salários até 5 salários

acima de 5 salários

### **Fale um pouco de sua História de Vida**

#### *Vida Profissional*

20) Você está trabalhando?  sim  não  já trabalhou

21) Você trabalhava antes do projeto?  sim  não

22) Quando começou a trabalhar?

23) Em que trabalha? O curso realizado no projeto ajudou no seu trabalho?

24) Tipo de trabalho:  formal ou  informal

25) Carteira assinada?

26) Se exerce, qual sua faixa salarial?

- sem renda
- até ½ salário mínimo
- mais de ½ salário até 1 salário mínimo
- de 1 salário até 2 salários
- de 2 salários até 3 salários
- de 3 salários até 5 salários
- acima de 5 salários

27) Quantas horas você costuma trabalhar por dia?

- 4 horas p/dia
- 6 horas p/dia
- 8 horas p/dia
- Mais de 8 horas p/dia
- Trabalho só de vez em quando

### Outros Programas

28) Participa ou já participou de outros programas públicos? ( ) sim ( ) não

29) Qual: \_\_\_\_\_

30) Tipo de benefício recebido: \_\_\_\_\_

### Processo de capacitação:

Questões	Sim	Não*	Em parte	Não sei avaliar
O projeto atendeu as suas expectativas ?				
Cumpriu com os objetivos propostos ?				
Foi adequado às suas necessidades?				
A metodologia utilizada foi clara e motivadora?				
A infra-estrutura atendeu as suas necessidades?				
Os dinamizadores apresentaram uma boa interlocução no que foi proposto ?				
Sua participação foi satisfatória ?				

A carga horária foi suficiente para o desenvolvimento das atividades propostas ?				
Houve clareza quanto aos objetivos do projeto e o planejamento do trabalho a ser realizado ?				
Você se sente apta para ser inserida no mercado de trabalho ?				

**\* As respostas negativas deverão ser comentadas.**

### **Comentários:**

### **Entrevista:**

- 1) Qual foi o motivo que levou você a participar do “Com licença”?
- 2) O que significou para você participar do projeto?
- 3) Qual era o objetivo do projeto?
- 4) Que metodologia foi utilizada?
- 5) Você participou de todos os módulos (módulo básico - universo do trabalho e exercício da cidadania, qualificação profissional e estágio laborativo)?
- 6) O que você aprendeu nos módulos 1, 2 e 3? Como os conteúdos foram repassados?
- 7) Qual foi a importância desses módulos para você? O que foi fundamental para você durante o período em que participou do projeto?
- 8) Qual foi o curso profissionalizante que você escolheu? O que levou você a escolher esse curso?
- 9) Você acha que o Com Licença foi um programa voltado para as mulheres? Por que?
- 10) O que você pensa sobre as mulheres estarem trabalhando fora de casa? Você pensa que arranjar emprego é mais difícil para mulher do que para o homem?
- 11) O que as mulheres que tinham filho faziam com eles?
- 12) O que você pensa sobre o estudo (formal)? Ele é importante para você? Existe relação entre estudo e trabalho?
- 13) O que significa trabalho para você? Trabalhar? Qual o tipo de trabalho ideal?
- 14) O que significa cidadania para você? Você se sente cidadã?
- 15) Houve alguma melhoria em sua vida (conforto, consumo, aparência)? Avalia que houve alguma melhora?
- 16) Tem participado de alguma organização/associação de moradores, etc.? Qual?
- 17) Qual o incentivo que você recebeu iniciar/continuar no trabalho depois do curso?
- 18) Você procurou ou teve acesso a algum tipo de crédito (Fundo Carioca)? Caso sim, como foi ter acesso a esse fundo?
- 19) Depois de participar no projeto, você está apta para se auto-sustentar?
- 20) Quais foram os aspectos positivos do projeto?

- 21) Quais foram os aspectos negativos do projeto?
- 22) Por ser um programa voltado para as mulheres o que você pensa que poderia ser revisto/repensado para que o projeto melhorasse?
- 23) Qual é o seu projeto de vida? Como você se vê daqui para frente? Daqui para frente o que você pensa? Quais são seus planos?
- 24) Você acredita que houve mudança, depois do projeto, na sua relação com sua família, vizinhos, etc.? Que tipo de mudança? Você se sente respeitada?